



**RELATÓRIO DE GESTÃO
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
GOVERNO DA SOCIEDADE
E SUSTENTABILIDADE**

2012

REFER
fr

PARTE I

RELATÓRIO DE GESTÃO



I RELATÓRIO DE GESTÃO

Todos os relatórios da REFER se encontram disponíveis em www.refer.pt.

Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE

Estação de Santa Apolónia

1100-105 Lisboa

www.refer.pt

Capital Social: 430 200 000 euros

NIF: 503 933 813

Índice

Mensagem do Conselho de Administração	4
Síntese de Indicadores.....	6
Síntese do Ano 2012	8
Conjuntura Económica	19
A Atividade	23
Gestão da Infraestrutura	24
Investimentos.....	37
Atividades Complementares.....	48
Segurança	49
Qualidade e Ambiente	52
Recursos Humanos	55
Política de Recursos Humanos.....	55
As Participadas.....	61
Resultados e Estrutura Patrimonial.....	66
Gestão Financeira e a Dívida.....	74
Aplicação de Resultados.....	80

Mensagem do Conselho de Administração

O Programa de Estabilidade e Crescimento e o Memorando de Entendimento entre o FMI / BCE / CE / e o Estado Português determina a adoção de políticas orçamentais conducentes ao equilíbrio financeiro de Setor Público Empresarial.

As medidas estabelecidas têm como objetivo a redução de custos prevista no Orçamento do Estado para 2012, em particular na redução dos custos operacionais em pelo menos 15% em relação a 2009, nas empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE) referenciadas como de maior risco orçamental para o Estado, de modo a alcançar o necessário equilíbrio de exploração. Ainda na sequência da implementação do Memorando foi definida a aplicação de limites de endividamento mais restritos ao SEE a partir de 2012.

Foi neste cenário que a REFER desenvolveu a sua atividade e direcionou todos os seus esforços no sentido de continuar a disponibilizar, aos clientes utilizadores do caminho-de-ferro, uma infraestrutura com elevados padrões de qualidade e segurança.

Decorrente das restrições ao financiamento o nível de investimento, em 2012, foi de 46 milhões de euros, atingindo níveis mínimos face aos últimos anos 10 anos. O investimento realizado teve como grande foco fomentar a intermodalidade dos transportes públicos, principalmente nas áreas urbanas.

Na sequência da adequação do seu efetivo às suas necessidades, a REFER registou, em 2012, uma redução de 453 trabalhadores a cargo face a 2011. Ao nível dos gastos foram criados cenários de otimização de modo a criar sinergias e a racionalizar planos de ação/manutenção na infraestrutura, tendo sempre presente o objetivo máximo de manutenção da segurança, assim como elevados níveis de operacionalidade. A REFER registou, em 2012, uma redução de 16%, face a 2011, e de 29% face a 2009 nos Gastos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos.

O resultado Operacional registou uma melhoria significativa passando de um resultado negativo de 89 milhões de euros em 31 dezembro de 2011 para um resultado, ainda negativo, de 27,9 milhões de euros em 31 dezembro de 2012.

Em 2011, a REFER passou a integrar o perímetro de consolidação do Setor Público Administrativo (SPA), no âmbito do exercício de défices excessivos, seguindo-se a sua reclassificação como Entidade Pública Reclassificada (EPR) no subsetor dos fundos e serviços autónomos do SPA, deste modo o orçamento da REFER passou a estar inscrito no Orçamento de Estado, aplicando-se-lhe a legislação que rege o orçamento e as contas do SPA.

Em 2012, foi também nomeada nova Administração, dando lugar a um novo ciclo de vida da empresa.

É neste ambiente de grandes dificuldades, mas também de grandes desafios, que a REFER vai definir a sua atuação; para tal é fundamental a participação de todos, sendo o seu Capital Humano um dos ativos mais determinantes para que a empresa se torne mais sólida.

O sucesso da empresa será tanto maior quanto maiores forem o comprometimento e esforço globais, num contexto em que todos respondam pela empresa, ou seja não apenas pelos seus sucessos, mas igualmente pelos seus fracassos, que devem ser vistos como aprendizagens para a excelência.

É neste contexto que a Administração da REFER conta com todos os seus colaboradores, assim como com todos os *stakeholders* que com ela interagem no sentido de criar uma empresa sólida e inovadora.

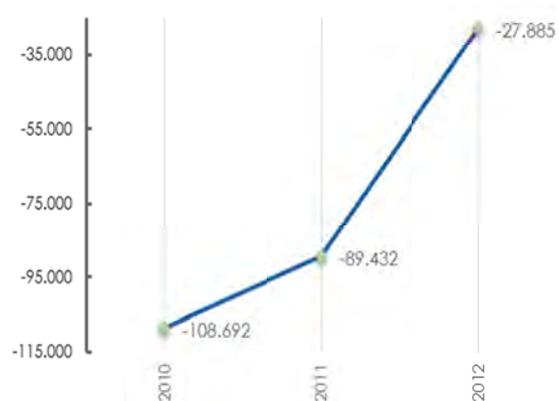
Por fim, uma nota de agradecimento ao órgão de fiscalização pela forma como tem acompanhado a atividade da empresa, assim como pela colaboração prestada.

A Administração

Síntese de Indicadores

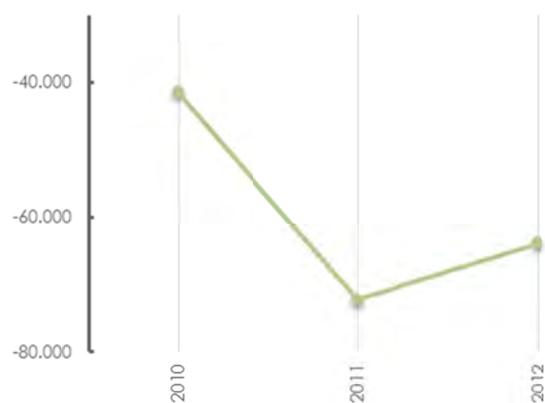
Resultados Operacionais

[milhares de euros]



Resultados Financeiros

[milhares de euros]



Investimento em Modernização

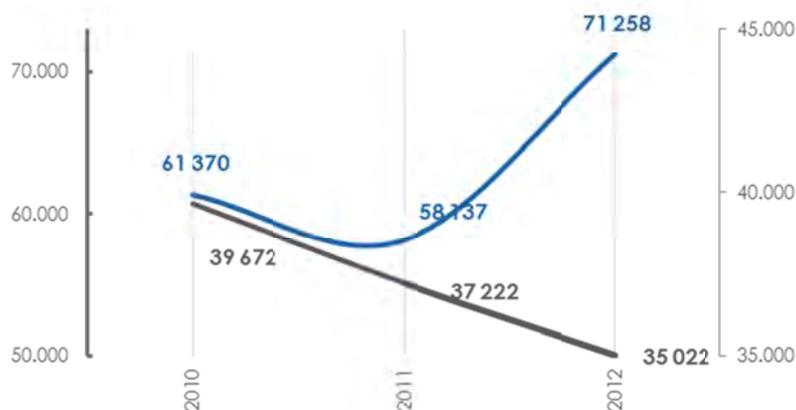
[milhares de euros]



Tarifa de Utilização e CK Totais

[milhares de euros][milhares de CK]

— Total Tarifa de Utilização
— Total CK



A informação aqui relatada pode ser complementada com o Relatório e Contas 2012, nomeadamente no que respeita aos indicadores financeiros e, em geral, à governação da empresa.

Síntese do Ano 2012

Janeiro

Após a primeira fase da empreitada “Conceção/Execução de estabilização do talude de aterro, entre o km 252,940 e o km 253,010, na Linha do Sul” procedeu-se à consignação da segunda fase dos trabalhos com uma cortina de estacas ancorada na base do aterro e duas paredes ancoradas a executar num patamar intermédio e ao nível do topo do aterro.



Foi concluída a empreitada de renovação da superestrutura de via na estação de Portimão, resultando em ganhos de segurança e redução dos custos de manutenção; a obra incorporou a reutilização de alguns materiais, nomeadamente carril, aparelhos de mudança de via, travessas de betão bi-bloco e monobloco.



Foi disponibilizado um novo sistema de informação de suporte à atividade dos Centros de Comando Operacional, denominado de “Portal dos CCO”, desenvolvido exclusivamente por recursos internos, permitindo assegurar uma maior automatização de processos e aumento de eficiência da organização.



Fevereiro

No âmbito de supressão e reclassificação de PN, foi apresentado um caderno de informação referente a 2011, ano em que se registou um número de 25 acidentes, valor significativamente melhor que a meta de redução fixada para 2015, antecipando e ultrapassando, em quatro anos, o cumprimento dos objetivos estabelecidos.



Março

Neste mês, as estações ferroviárias de Santa Apolónia, Rossio e Pêro Negro acolheram a produção cinematográfica Night train to Lisbon, do reconhecido realizador dinamarquês Bille August.



Foram melhoradas as acessibilidades e a segurança nos atravessamentos pedonais na Estação de Coimbra B, com a substituição dos três atravessamentos pedonais de nível por um único a Sul da estação entre outros.



Abril

A REFER participou no Seminário - “Juntos na Prevenção de Riscos Profissionais: Estratégias e Contributos para o Futuro No âmbito das comemorações do Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho.



Foi concluída, a empreitada de alteamento das plataformas da Estação de Vale de Figueira, na Linha do Norte, que teve como objetivo reduzir a distância entre o comboio e os cais de passageiros.



Abriu ao trânsito a passagem inferior no prolongamento da Av. Eugénio de Andrade, na cidade do Fundão, viabilizando a supressão da última passagem de nível ainda em funcionamento na área urbana, ao km 148,416 da Linha da Beira Baixa do protocolo que previa a supressão da totalidade das nove passagens de nível existentes na área urbana do Fundão, mediante a construção de seis desnivelamentos (três rodoviários e três pedonais) e respetivos restabelecimentos viários de acesso e da Circular Urbana do Fundão.



Na estação do Entroncamento foram concluídos os trabalhos de construção de uma escada metálica de ligação entre a plataforma e a passagem pedonal urbana, melhorando as condições e os riscos associados aos atravessamentos.



Foram consignados os trabalhos da empreitada de estabilização dos taludes de escavação, situados entre os km 124,500 e 124,700 e entre os km 125,460 e 125,810 da Linha do Douro consistindo na execução de um pórtico de proteção, alguns reperfilamentos e colocação de pregagens, com betão projetado, sempre associados a um sistema de drenagem eficaz.



Foi assinado um protocolo de parceria técnico-científica entre a REFER e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) no âmbito do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA).



Maio

Foram consignados os trabalhos da empreitada de reforço dos encontros da Ponte Mondego Novo, ao km 216,483, da Linha do Norte, os trabalhos têm por objeto a execução de micro-estacas nos encontros, execução de maciços de encabeçamento das micro-estacas em betão armado, reparação das juntas metálicas entre os encontros e o tabuleiro e injeção de fendas nas alvenarias dos encontros.



Foi concluída a empreitada de construção da nova plataforma e abrigos de passageiros do Apeadeiro de Areia-Darque, na Linha do Minho.



Depois da revista norte americana “Travel + Leisure” ter distinguido a Estação de São Bento como uma das 14 mais belas do mundo, também a norte-americana Flavorwire inscreve duas estações ferroviárias nacionais, Rossio (Lisboa) e São Bento (Porto), entre as dez mais belas do mundo.

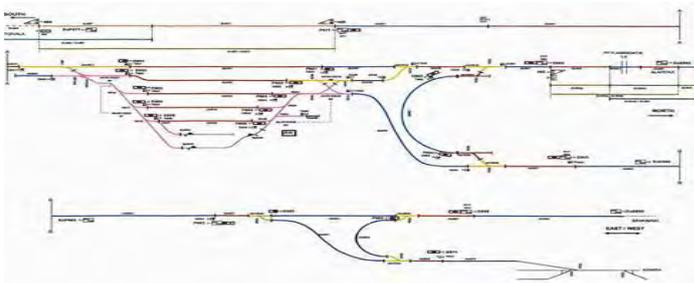


Foram concluídos os trabalhos de beneficiação dos túneis do Azeval, Espinho, Ribeira e Monte de Lobos, aos Pk 66,431, 68,075, 68,610 e 70,379, na Linha da Beira Alta a empreitada consistiu, nos trabalhos, de alegramento e refechamento de juntas no interior e portais, substituição de blocos de alvenaria partidos no interior e portais, entre outros.



Junho

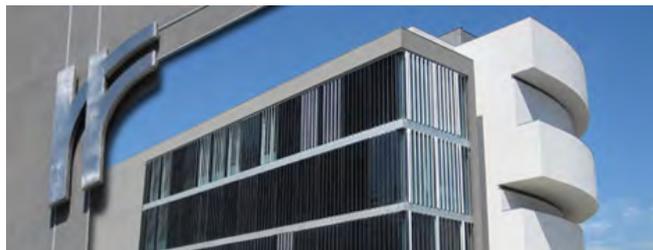
Conclui-se, com sucesso, a prestação de serviços efetuada pela REFER, sobre realização de ensaios de software de sinalização para a estação de Siilinjärvi (na Finlândia).



A Estação de Santa Apolónia, em Lisboa, foi palco da gravação de uma das cenas da série Depois do Adeus, da RTP.



A REFER recebeu a visita de uma Delegação da RFF - gestor da infraestrutura ferroviária francesa com objetivos de intercâmbio e partilha (“benchmarking”), com o propósito principal de conhecer os sistemas de gestão da circulação utilizados na REFER.



A REFER assinalou o "Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível" com ações de sensibilização e informação realizadas em diversos locais.



Julho

Foi suprimida a passagem de nível (PN) guardada ao km 78,814 da Linha do Norte, na freguesia de Alcanhões, concelho de Santarém. O atravessamento da linha passará a fazer-se exclusivamente pela passagem inferior existente a norte do atravessamento agora encerrado.



Foram concluídos os trabalhos da empreitada de estabilização do talude de aterro entre o km 252,940 e o km 253,010, na Linha do Sul, consignado em janeiro.



Agosto

O contrato celebrado com a agência de rating Standard & Poor's foi cancelado.

Foi aprovado em Conselho de Ministros a nomeação dos membros Conselho de Administração da REFER, E.P.E.



Depois do hostel da Estação do Rossio abriu ao público, no 1º piso do edifício da Estação do Cais do Sodré, o novo hostel "Beach Hostel Destination".



Foram concluídos os trabalhos da empreitada de beneficiação e reforço dos túneis de São Miguel da Carreira, do Tamel, de

Santa Lucrécia e de Caminha, respetivamente, aos km 41,849; 59,303; 63,265 e 104,196, da Linha do Minho.



Foi encerrado à exploração ferroviária o Ramal de Cáceres (Torre das Vargens / Marvão-Beirã).



Setembro

Através do Despacho nº 12646/12 do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a REFER integra uma unidade de missão para a elaboração da “Carta da Mobilidade Ligeira”, que visa ser adotada como referência científica, técnica e informativa em todos os capítulos da mobilidade ligeira em Portugal.



Outubro

A REFER contratualizou com a Siderurgia Nacional (Seixal) a alienação de aproximadamente 45.000 toneladas de resíduos (carril e material ferroso miúdo).

Esta medida terá grande impacto no Complexo Logístico do Entroncamento, nomeadamente, ao nível da limpeza, libertação de área utilizada, criação de valor e de condições para uma melhoria significativa da organização daquele

espaço e, conseqüentemente, redução de custos de gestão, de segurança e de manutenção.



Foi publicada no Diário da Republica de 12 de outubro a intenção, através da Direção-Geral do Património Cultural, de classificar como Monumento de Interesse Público (MIP) o Núcleo Museológico dos Caminhos de Ferro de Santarém, bem como a fixação da respetiva zona especial de proteção (ZEP) desta estação.



Foi elogiada nos sítios internacionais **Inhabitat** e **Inthralld** a Estação de Lisboa – Oriente, dando especial atenção à “cobertura em forma de folha que parece tão leve como o ar”.



Foi concluída a empreitada de reforço dos encontros da Ponte Mondego Novo, ao km 216,483, da Linha do Norte consignados em maio.



Novembro

Foram concluídos os trabalhos da empreitada de estabilização do talude de aterro entre o km 236,450 e entre o km 236,720, da Linha do Sul, localizado entre as estações de Amoreiras-Odemira e Luzianes.



O Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) emitiu e renovou a Autorização de Segurança à REFER pelas atividades de gestão e exploração da infraestrutura ferroviária pelo prazo máximo legalmente previsto de cinco anos.



Dezembro

Visando o desenvolvimento internacional de atividades e negócios de âmbito ferroviário, e ainda o estreitamento de relações com os países de língua oficial portuguesa, concretizou-se, uma visita do Senhor Ministro dos Transportes de Moçambique, ao CCO de Lisboa.

Conjuntura Económica

Economia Europeia

As consequências da crise financeira de 2008 continuaram a refletir-se, ainda em 2012, nos estados membros da união europeia, provocando deterioração no crescimento económico, assim como nos seus *deficits* orçamentais e, principalmente, na sua capacidade de financiamento.

Como forma de minorar o impacto, foi necessário estabelecer um pacote de assistência financeira para suporte dos estados membros em dificuldades.

O Banco Central Europeu disponibilizou linhas de crédito aos bancos europeus como forma de manter a capacidade de financiamento à economia, no entanto, as medidas restritivas - corte de gastos públicos e o aumento dos impostos - para se tentar reduzir a discrepância entre receitas e despesas, levou a que os níveis de investimento se mantivessem reduzidos.

Em outubro de 2012, o Mecanismo de Estabilidade Europeia teve de intervir no sentido de suportar os estados membros a assumir um foco forte na sustentabilidade da dívida e em medidas de execução mais eficazes, centrando-se na prevenção e reduzindo substancialmente a probabilidade de uma crise emergente no futuro.

Assim, 2012 caracterizou-se por ser um ano de crescimento moderado e lento. As economias europeias, a fim de reduzir os desequilíbrios orçamentais e estruturais, definiram políticas restritivas com impactos tanto ao nível do consumo privado como ao nível do investimento.

O PIB da área euro registou em 2012 uma contração de 0,9%, refletindo o efeito negativo na procura interna da zona euro associado à quebra da confiança dos consumidores e investidores e em resultado, também, de uma procura externa moderada.

A crise financeira e a subsequente recessão têm originado consequências graves no mercado de trabalho de alguns países da zona euro, designadamente elevados níveis de desemprego e as perspetivas permanecem moderadas, suscitando preocupações quanto à evolução do mercado de trabalho no curto prazo.

Economia Portuguesa

A Economia portuguesa caracterizou-se, em 2012, por um cenário de recessão, à semelhança dos restantes países da zona euro. O Produto Interno Bruto registou uma contração de 3,2%. Este cenário recessivo resulta de uma queda expressiva e generalizada da procura interna, que contrasta com o crescimento das exportações ao longo do ano.

Em termos intra-anuais, a quebra da atividade ter-se-á intensificado no segundo semestre.

Em 2012, o consumo privado deverá ter registado uma contração de 5.5 por cento, traduzindo uma redução de todas as componentes, com especial incidência no investimento público e residencial. O consumo público ter-se-á reduzido cerca de 4.5 por cento pelo segundo ano consecutivo. A retração da procura global, não obstante o significativo aumento das exportações, foi também motivado pela queda das importações em cerca de 7 por cento, refletindo a redução expressiva na procura com elevado conteúdo importado de serviços.

A alteração profunda da composição da despesa, em particular a expressiva queda da procura interna acompanhada por um aumento significativo das exportações, tem-se traduzido num ajustamento rápido das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa.

Em Portugal, a trajetória de consolidação orçamental foi ajustada após a quinta avaliação trimestral do programa de assistência financeira da UE/FMI. Os objetivos para o défice foram revistos em alta para 5% do PIB em 2012 e 4.5% do PIB em 2013, de maneira a atingir-se 2.5% do PIB em 2014. A sexta avaliação trimestral concluiu, em 19 de novembro, que estão a ser cumpridas as metas do programa de assistência da UE/FMI para Portugal.

A 27 de novembro, o Parlamento português aprovou o orçamento para 2013, o qual inclui medidas de consolidação adicionais que totalizam cerca de 3% do PIB, a maior parte das quais do lado da receita.

Perspetivas para 2013

As projeções para 2013 apontam para a manutenção do quadro recessivo que se verificou em 2012, esperando-se uma contração da economia nacional de cerca de 1,9%. Esta contração contudo poderá ser mitigada pela evolução positiva das exportações contrariando a redução na procura interna. Espera-se também que as importações registem nova contração, à semelhança do que ocorreu em finais de 2012.

Os riscos em torno das perspetivas económicas para a área do euro permanecem do lado negativo. Estão sobretudo relacionados com o ritmo lento da implementação de reformas estruturais na área do euro, questões geopolíticas e desequilíbrios em importantes países industrializados. Estes fatores têm o potencial para enfraquecer a confiança dos agentes económicos durante mais tempo do que o atualmente pressuposto e atrasar mais a recuperação do investimento privado, do emprego e do consumo. As condições de financiamento da economia deverão manter-se restritivas.

A taxa de inflação, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), deverá reduzir-se de um valor médio anual de 2.8 por cento em 2012, para um nível próximo de 1 por cento em 2013-2014.

As pressões inflacionistas internas devem manter-se contidas ao longo do horizonte de projeção, num contexto de expressiva contração da procura interna e de deterioração acentuada das condições no mercado de trabalho - redução líquida de emprego e aumento da taxa de desemprego - que contribuirão para a manutenção da moderação salarial já observada em 2012.

As exportações de bens e serviços continuarão a ser a componente da procura global com maior crescimento ao longo do horizonte de projeção, ainda que se antecipe uma desaceleração marcada em 2013 num quadro de virtual estagnação da procura externa condicionado pela necessidade de ajustamento orçamental das economias da área euro e redução do nível de endividamento dos privados. A desaceleração em 2013 traduz um forte abrandamento da atividade nas economias da área do euro, que representam cerca de 2/3 dos mercados de destino das exportações portuguesas, não obstante a manutenção de um crescimento robusto nas economias de mercado emergentes.

A projeção aponta para um crescimento das exportações de 2.0 e 4.8 por cento em 2013 e 2014, respetivamente, o que representa um abrandamento notório face ao aumento médio de 5.7 por cento no período 2011- 2012.

Quanto às importações de bens e serviços, a projeção aponta para uma diminuição de 3.4 por cento em 2013, depois de uma redução de 6.4 por cento, em termos médios anuais, no período 2011-2012. A redução do nível de importações em 2013 é largamente determinada pela contração da procura interna.

Ao longo do horizonte de projeção, a atividade económica deverá permanecer condicionada pela evolução da procura interna, decorrente em particular do processo de consolidação orçamental. A contração da atividade económica em 2013 far-se-á sentir de forma significativa no setor privado, considerando-se igualmente uma queda da atividade no setor público, num quadro de redução continuada do número de efetivos das administrações públicas.

No que respeita ao mercado de trabalho, a atual projeção antecipa uma redução do emprego de 1.9 por cento em 2013.

CENÁRIO MACROECONÓMICO 2013-2014

[Projeções do Banco de Portugal 2012 .2014]

[%]

	Taxa de variação	
	2013	2014
Produto Interno Bruto	-1,9	1,3
Consumo Privado	-3,6	0,1
Consumo Público	-2,4	1,5
Contributo para o crescimento do PIB (em p.p.)		
Exportações Líquidas	2,0	4,8
Procura Interna	-4,0	0,8
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	0,9	1,0

Fonte: Boletim Económico - Inverno 2012, Banco de Portugal

A Atividade

A REFER tem como atividade principal o serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional, garantindo capacidade e disponibilidade da infraestrutura em condições de exploração fiáveis, com qualidade e segurança realizando, para o efeito, as ações e investimentos necessários no quadro de desenvolvimento da rede definido pelo Estado.

Para assegurar a prossecução da sua atividade, direcionou a sua estrutura para duas áreas complementares entre si:

- **Gestão de Infraestruturas:** esta vertente abrange a gestão da capacidade, a conservação e manutenção da infraestrutura ferroviária e a gestão dos respetivos sistemas de comando e controlo da circulação, incluindo sinalização, regulação e expedição, de forma a assegurar condições de segurança e qualidade indispensáveis à prestação do serviço público ferroviário.
- **Investimento:** compreende a construção, instalação e renovação da infraestrutura, atividade desenvolvida por conta do Estado (bens que integram o domínio público ferroviário).

A REFER desenvolve ainda **Atividades Complementares**, com vista à rentabilização de outros recursos não afetos diretamente à infraestrutura ferroviária.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL POR ACTIVIDADES

unidade: milhões de euros

	Investimento	Gestão de InfraEstruturas	Outras Actividades Complementares	Resultados não Imputados às Actividades	Total Empresa
Tarifa de Utilização		71,258			71,258
Outras Prestação de Serviços	19,404	9,726			29,130
Subsídios à Exploração		39,600	0,070		39,670
Outros Rendimentos	0,001		13,357		13,358
Rendimentos Operacionais	19,405	120,584	13,426		153,415
Custo das Vendas	2,134	2,156	0,036		4,326
Subcontratos	0,509	57,063	1,404		58,975
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	2,519	24,753	1,794		29,066
Gastos com Pessoal	13,242	61,236	3,321		77,800
Depreciação e Amortizações do Exercício	0,717	2,163	0,220		3,101
Imparidade de Activos				4,979	4,979
Provisões para outros riscos e encargos				0,819	0,819
Outros Gastos	0,276	1,625	0,347	-0,014	2,234
Gastos Operacionais	19,397	148,997	7,122	5,784	181,300
Resultado Operacional	0,008	-28,413	6,304	-5,784	-27,885
Ganhos financeiros	185,101		0,184	86,657	271,941
Perdas financeiras	185,109	81,912		67,291	334,312
Ganhos / Perdas em Associadas				-1,530	-1,530
Resultados antes de impostos		-110,325	6,488	12,051	-91,786
Imposto do exercício		0,394	-0,023	-0,043	0,328
Resultado Líquido do exercício		-110,719	6,511	12,094	-92,114

Gestão da Infraestrutura

Gestão da capacidade

Esta atividade caracteriza-se pela disponibilização aos operadores ferroviários de uma linha ferroviária com capacidade para assegurar a circulação dos comboios em condições de segurança.

A Rede Ferroviária Nacional (RFN) caracteriza-se da seguinte forma:

Caracterização da Rede Ferroviária Nacional

[km]

	Com Tráfego Ferroviário					Sem Tráfego Ferroviário	Rede Ferroviária Nacional
	Electrificada			Não Electrificada	TOTAL		
	25.000V	1500V	Sub-Total				
Via Larga	1 605	25	1 630	799	2 429	550	2 979
Via Única	1020	0	1020	799	1 819	550	2 369
Via Dupla	537	25	562	0	562	0	562
Via Múltipla	48	0	48	0	48	0	48
Via Estreita	0	0	0	112	112	528	640
Via Única	0	0	0	112	112	528	640
TOTAL	1 605	25	1 630	911	2 541	1 078	3 619

As linhas e ramais da Rede Ferroviária Nacional (em exploração e não exploradas, incluindo troços concessionados) apresentam uma extensão total de 3.619,19 km.

Está em exploração 70,2% do total da rede, ou seja, a parte da rede que reúne as condições para a circulação de comboios representa uma extensão de 2.541,254 km (menos 252,67 km que em 2011).

Na sequência do definido no plano estratégico dos transportes, verificou-se uma redução da rede em exploração essencialmente nos seguintes troços: Linha do Tâmega (12,77Km); Linha do Corgo (25,069Km); troço da Linha do Tua entre a estação do Tua e o Km 41,650 (Cachão); troço do Ramal da Figueira da Foz entre a estação da Figueira da Foz e o km 48,470 e troço da Linha do Alentejo entre os Km 154,600 (Beja) e o Km 205,805 (Ourique).

O Ramal de Cáceres, compreendido entre Torre das Vargens e Marvão-Beirã, foi encerrado à exploração ferroviária no dia 15 de agosto de 2012, na sequência das orientações estabelecidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro, que aprova o Plano Estratégico dos Transportes para o horizonte 2011-2015.

Em resultado desta medida, foi efetuada uma reestruturação do modelo de exploração do serviço ferroviário do comboio internacional Lusitânia Comboio Hotel, que liga as capitais portuguesa e espanhola, e que assim passou a circular, em itinerário alternativo, pela Linha da Beira Alta.

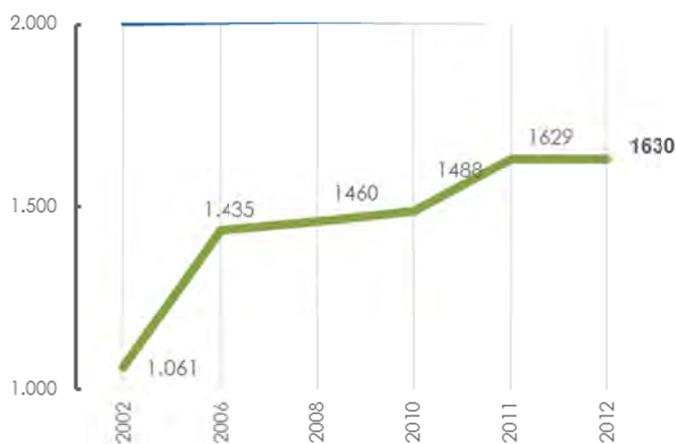
O Ramal de Cáceres começou a ser construído em julho de 1878, tendo sido oficialmente inaugurado em junho de 1880. Desde o dia 1 de fevereiro de 2011, a CP havia suspenso a circulação dos comboios regionais que operavam no ramal.

A rede ferroviária nacional é uma rede predominantemente em via larga (bitola ibérica) sendo apenas 112,310 km em via estreita (bitola-métrica).

A extensão da rede ferroviária nacional eletrificada é de 1.630,098 km (mais 0,944 km que em 2011), a totalidade em exploração e em via larga.



Linha Electrificada [km]



A extensão de rede que se encontra eletrificada (1.630 Km) corresponde a 64% do total da rede em exploração. Este incremento resulta da necessidade um novo ponto de origem da Linha do Oeste, na sequência da execução da empreitada de Ressinalização da Linha de Sintra.

A REFER tem instalado na ferrovia sofisticados sistemas de controlo de velocidade. O Convel é um sistema partilhado entre os Operadores e a REFER, que permite assegurar elevadíssimos níveis de segurança de circulação, garantindo o cumprimento da sinalização e da velocidade autorizada de circulação pelos comboios. Este sistema apoia a atividade de condução do maquinista,

avisando-o das condições de circulação e atuando no sistema de frenagem (obrigando o comboio a parar) sempre que não for cumprido algum requisito de segurança.

Este sistema está instalado em cerca de 1.639 Km de rede.

O sistema Rádio Solo-Comboio (sistema partilhado entre os Operadores e a REFER) destina-se a permitir a comunicação por voz e dados entre os maquinistas dos Operadores e os responsáveis da REFER para regulação de tráfego. Deste modo, são permitidas comunicações entre o Posto de Comando e o maquinista, as estações e o maquinista e ainda, entre os maquinistas de dois comboios.

Este sistema de segurança está implementado em 1 506 km de rede ferroviária.

Sistemas de Segurança e Controlo de Comandos

[km]

	2010	2011	2012
Convel	1496	1637	1639
Rádio Solo/Comboio	1496	1506	1506

Gestão da Infraestrutura

Atividade Gestão de Infraestrutura

[milhões de euros]

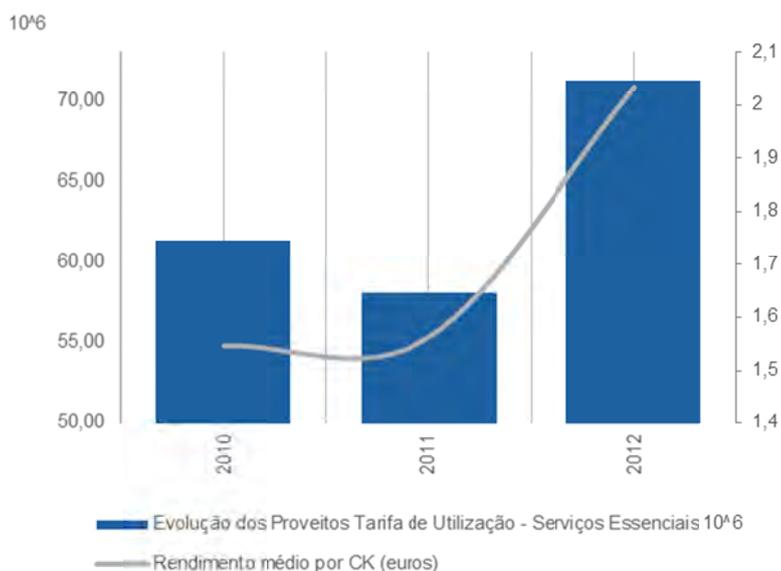
	2011	2012	Variação
Rendimentos	108,4	120,6	11%
Tarifa de Utilização	58,1	71,3	23%
Subsídios à Exploração	36,0	39,6	10%
Outros Rendimentos	14,2	9,7	-32%
Gastos	195,4	149,0	-24%
Materiais	3,5	2,2	-38%
Subcontratos	62,3	57,1	-8%
Outros FSE	25,7	24,8	-4%
Pessoal	98,0	61,2	-38%
Amortizações	2,4	2,2	-10%
Outros Gastos	3,5	1,6	-53%
Resultado Operacional	-87,0	-28,4	-67%
Efectivo Médio	2 704	2 363	-13%

A atividade de Gestão de Infraestrutura gerou em 2012 rendimentos no montante de 120,6 milhões de euros, registando um incremento de 11% face a 2011 (+12 milhões de euros).

O incremento registado deve-se essencialmente ao aumento registado na **Tarifa de Utilização**, (em 2012 atingiu o montante de 71,3 milhões de euros por contraposição ao montante de 58,1 milhões de euros registado em 2011) a qual engloba **Utilização da Rede** assim como a **Capacidade Pedida e não Utilizada**, **Sistema de informação ao público** e **Utilização de estações**.

Em 2012, a fixação da Tarifa de Utilização engloba uma componente destinada a ressarcir o gestor da infraestrutura pelos gastos com edifícios das estações. Na prática, é como se esta rubrica passasse a ser tratada como Serviço Essencial.

Evolução dos Rendimentos da Tarifa de Utilização

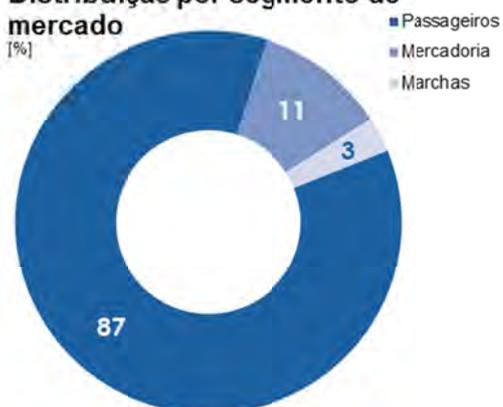


Em 2012, os rendimentos referentes a Tarifa de Utilização registam um aumento de 13 milhões de euros, cerca de 23%, face a igual período de 2011. Este aumento reflete a aplicação das novas regras de cálculo das tarifas de Serviços Essenciais (conforme disposto no Regulamento n.º 630/2011), cujos efeitos já foram repercutidos na 1ª Adenda ao Diretório da Rede 2012. O referido regulamento reformula o modelo de tarifação da infraestrutura ferroviária, nomeadamente no que respeita ao apuramento da tarifa base assim como às regras aplicáveis à valorização da capacidade pedida e não utilizada.

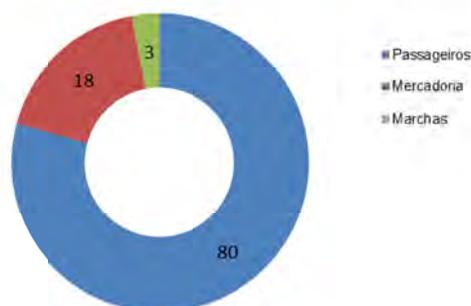
Deste modo, o rendimento médio por Ck registou um aumento de cerca de 30%, passando de 1,50€ de rendimento por Ck em 2011 para 1,95 €/Ck em 2012.

Continua a ser o transporte de passageiros o segmento de mercado que maior importância tem no volume de negócios da REFER, mais concretamente no rendimento proveniente da Tarifa Base constituindo cerca de 87% do seu valor global em 2012. Em 2011, esta ponderação era de 80%.

Distribuição por segmento de mercado
[%]



Distribuição por segmento de mercado 2011

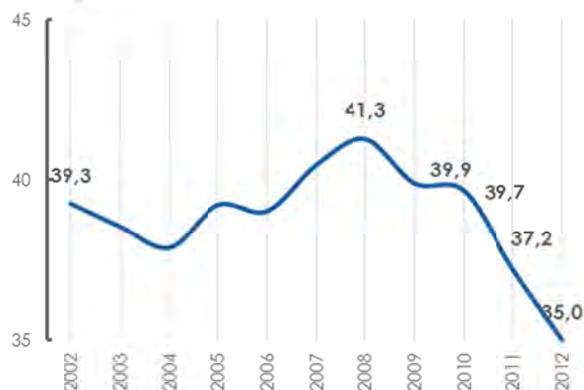


Em 2012, foi o segmento de transporte de passageiros o que registou maior incremento (+14,4 milhões de euros). O transporte de mercadorias registou uma tendência inversa dado que passou de 9,7 milhões de euros em 2011, para um volume de faturação de 7,6 milhões de euros em 2012.

Regista-se nos últimos anos redução da utilização real da infraestrutura ferroviária.

**Rede Ferroviária Nacional
Ck Realizados**

[milhares de Ck]



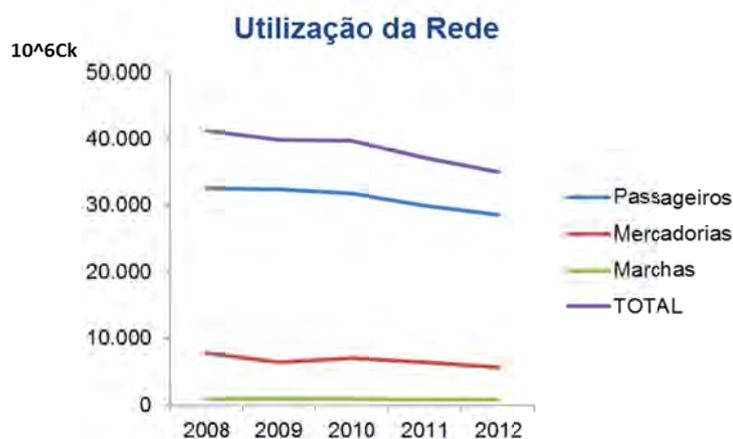
unidade: milhões de euros

TARIFA de UTILIZAÇÃO	2011	2012	Var 2012/2011	%
Passageiros	44,704	59,195	14,492	32%
Mercadorias	9,688	7,613	-2,074	-21%
Marchas	1,297	1,421	0,124	10%
TOTAL TARIFA BASE	55,689	68,230	12,541	23%
Capacidade Pedida Não Utilizada	2,449	3,028	0,580	24%
TOTAL	58,137	71,258	13,121	23%
TARIFA BASE/ CK	1,50 €	1,95 €	0,45 €	0,30 €

Em 2012, registou-se uma quebra de 6%, cerca de 2 milhões, nos Ck utilizados face ao período homólogo de 2011.

A redução mais significativa regista-se no segmento de transporte de mercadorias, o qual registou uma quebra de 11% face a 2011. Dado que cerca de 91% do transporte de mercadorias é assegurado pela CP Carga, a redução registada deve-se a questões laborais, relacionadas com as greves ao trabalho extraordinário e em dia de descanso, tendo sido suprimidos alguns comboios. Por outro lado, a racionalização de serviços e frota na CP-Carga originou várias alterações e reformulação dos tráfegos, tentando-se reduzir o número de circulações e o aumento da sua carga média e comprimento.

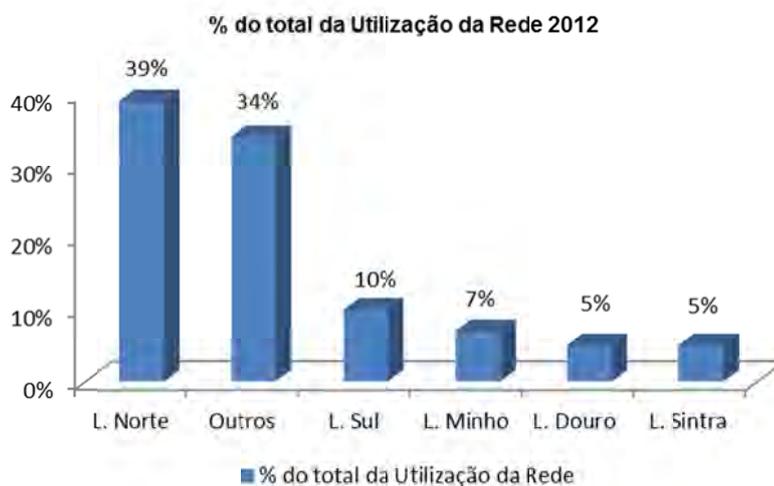
A redução registada no transporte de passageiros (-5%) teve, igualmente, na sua base causas de conflito laboral, as quais originaram inúmeras greves, particularmente no operador CP (65% dos Ck suprimidos devem-se a este motivo).



unidade: milhões de CK

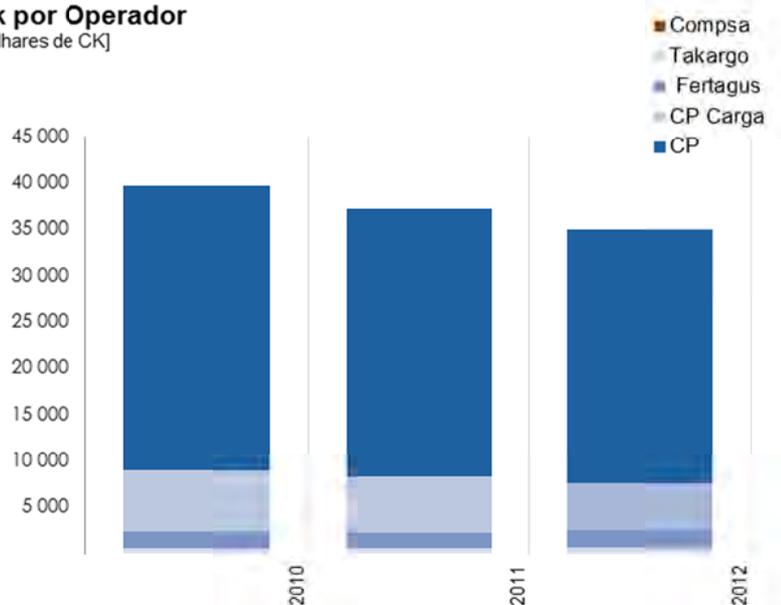
UTILIZAÇÃO da REDE	2011	2012	Var 2012/2011	%
Passageiros	29,862	28,490	-1,372	-5%
Mercadorias	6,376	5,693	-0,683	-11%
Marchas	0,881	0,839	-0,042	-5%
TOTAL	37,119	35,022	-2,097	-6%

As linhas que mais contribuíram para a realização de Ck, em 2012, foram:



Os principais operadores continuam a ser, no transporte de passageiros, a CP e a FERTAGUS e, no transporte de mercadorias, a CP Carga (empresa do grupo CP), TAKARGO e COMSA.

Ck por Operador [milhares de CK]



Apesar de ter registado uma ligeira quebra na utilização da infraestrutura (-1,5 milhões de Ck face a 2011), a CP - Comboios de Portugal continua a ser o operador que mais contribui para o volume de negócios da REFER, decorrente da Tarifa de Utilização, constituindo cerca de 78% no total de Ck utilizados na infraestrutura.

Os restantes operadores registaram tendencialmente um ligeiro acréscimo na utilização da infraestrutura em 2012, face a igual período de 2011.

Evolução dos ck

[milhares de ck]

	2010	2011	2012
CP	30 696	28 889	27 381
CP Carga	6 646	6 052	5 188
Fertagus	1 784	1 776	1 789
Takargo	549	505	662
Comsa	2	0	2
Total CK's	39 677	37 222	35 022



Do exposto resulta que apesar da redução registada na **utilização da infraestrutura** ferroviária, em 2012 (35,02 milhões de Ck em 2012 por contrapartida de 37,2 milhões de Ck em 2011), o volume de faturação - **Tarifa de Utilização** - registou um incremento de 12,5 milhões de euros (registando em 2012 o montante de 71,3 milhões de euros contra 58,1 milhões de euros em 2011).

Esta tendência divergente, menor utilização e maior volume de rendimento, resulta da aplicação das novas regras de cálculo das tarifas de Serviços Essenciais conforme disposto no regulamento nº 630/2011 do IMT.

Restantes Rendimentos

Em 2012, registou-se um incremento, 3,6 milhões de euros, no montante recebido do Estado a título de **Indemnização Compensatória** pela prestação de serviço público. O montante recebido ascendeu, em 2012, a 39,7 milhões de euros conforme definido pela Resolução do Conselho de Ministros nº 3/2012, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 6 de 9 de janeiro de 2012.

Qualidade do Serviço

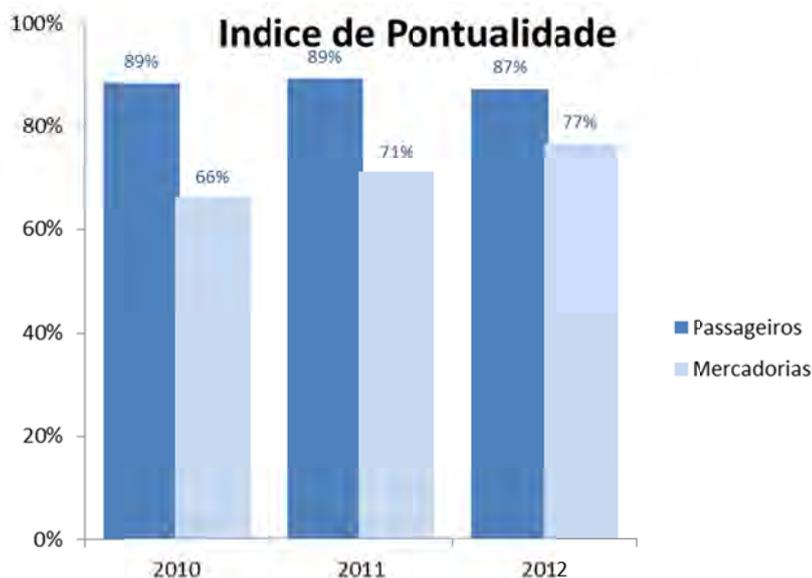
Índice de Pontualidade

Para além da disponibilização de infraestrutura em condições de segurança, a REFER tem também como objetivo assegurar níveis de qualidade, nomeadamente assegurar elevados níveis de pontualidade (IP).

O índice de pontualidade traduz-se na relação entre o número de comboios, com atraso igual ou inferior a um determinado valor limite e o número total de comboios realizados.

Em 2012, o índice de pontualidade global situou-se nos 86,5%, registando um agravamento face a 2011, o qual foi de 87,6%. Este agravamento deve-se essencialmente à performance dos comboios “Urbanos Lisboa” (89% vs. 92% em 2011). Ainda assim, o índice de pontualidade global registado situou-se acima da meta definida (> 86%).

No âmbito dos comboios de mercadorias, é de evidenciar uma melhoria do IP de 6 p.p. face ao registado em 2011.



Os índices de pontualidade verificados são resultado dos efeitos das sucessivas greves ao longo do ano, das avarias de material circulante, dos problemas de infraestrutura (avarias em equipamentos e Limitações de Velocidade implementadas).

Gastos

O total dos gastos para a atividade Gestão da Infraestrutura registou, no ano em análise, um decréscimo de 24%, cerca de 46 milhões de euros, face ao ano anterior.

A rubrica que maior impacto teve na redução acima referida foi a rubrica de **Gastos com Pessoal**, que registou uma redução de 36,8 milhões de euros, resultado da saída, em elevado número, de funcionários em 2011 - em 31 de dezembro de 2011 o número de efetivos associados à gestão de infraestrutura é de 2 704 por contrapartida de 2 363 em 31 dezembro e 2012 (-341 efetivos).

O custo médio por trabalhador da atividade Gestão da Infraestrutura registou um decréscimo de 29%, face a 2011. No ano agora em análise, este valor é de 26 mil euros, enquanto em 2011 esse valor foi de 36 mil euros.

Custo Médio Trabalhador (G. I.)	2011	2012	Varição
Efectivo Médio	2.704	2.363	-341
Pessoal / Efectivo Médio	36.258 €	25.918 €	-10.340 €

Os gastos com **subcontratação** são outra rubrica que maior impacto tem, em valor absoluto, na redução registada em 2012.

As ações de manutenção, com recurso a subcontratação, representaram um decréscimo financeiro de 5,2 milhões de euros face a 2011.

No final do ano passado (2011), o valor de subcontratos foi de 62,3 milhões de euros, tendo reduzido para 57,1 milhões de euros em 2012.

Para este decréscimo, contribuiu a redução registada na manutenção de via e catenária, dado que foram adjudicados novos contratos, mas os mesmos só tiveram início em maio de 2012, após a obtenção do visto do Tribunal de Contas, tendo, até essa data, sido assegurados os níveis mínimos de manutenção.

O custo de subcontratação passou de 1,76€ por Ck utilizado em 2011, para 1,68€ por Ck utilizado em 2012, refletindo deste modo a redução verificada nos gastos.

	Real	
	2011	2012
Total de Subcontratos / CK	1,76 € CK	1,68 € CK

Resultados Operacionais

O Resultado Operacional da atividade Gestão da Infraestrutura verificou, em 2012, uma melhoria significativa passando de um resultado negativo de 87 milhões de euros para um resultado, embora ainda negativo, de 28,4 milhões de euros. Tal como já referido para esta melhoria contribuiu o efeito conjugado do acréscimo de rendimentos (+ 14 milhões de euros) e da redução de gastos (-46 milhões de euros).

Para 2013 perspectiva-se a implementação do **Plano Nacional de Substituição de Aparelhos de Via** através do desenvolvimento do Plano Nacional de Manutenção Preventiva Condicionada de Longo Prazo, na vertente de regeneração e substituição de aparelhos de via de modo a otimizar e racionalizar as intervenções a realizar.

Pretende-se também a definição de uma **Estratégia de Gestão da Sinalização**. Face ao desenvolvimento e posterior implementação das estratégias para a manutenção de via, catenária, subestações, construção civil e baixa tensão, estava prevista a definição de documento equivalente para a manutenção de sinalização.

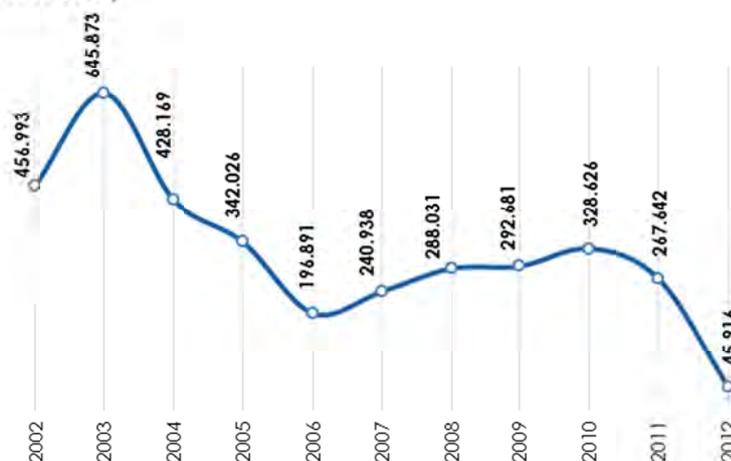
Investimentos

A atividade Investimento visa garantir um bom desempenho da rede e nível de segurança, serviço e qualidade necessários ao seu adequado funcionamento usando de forma eficiente os recursos disponíveis de forma a cumprir o objetivo de redução dos gastos da empresa.

A situação de escassez de recursos e os constrangimentos que resultam das medidas restritivas implementadas, quer pelas Tutelas quer pela própria conjuntura económica e financeira desfavorável, levaram a uma redução

substantial do nível de investimento realizado, registando-se, em 2012, o nível mais baixo dos últimos anos.

Evolução do Investimento 2002 . 2012
[milhares de euros]



Em 2012, o volume de investimento, a custos técnicos, realizado pela REFER situou-se nos 46,3 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de realização de 74% face ao valor previsto para este período, 63 milhões de euros.

Execução do Investimento. Investimento a Custos Técnicos

unidade: milhares de euros

Rubricas	Orçamento	Real	% realização	% Peso na realização
Infra-estruturas de Longa Duração	48.710	43.790	90%	94%
Materiais	12.662	2.126	17%	5%
TOTAL Infraestruturas de Longa Duração Custos Técnicos	61.372	45.916	75%	99%
Estruturas de Apoio à Gestão	1.683	469	28%	1,0%
TOTAL de Investimento 2012 Custos Técnicos	63.055	46.385	74%	100%

Nota: não inclui concessões da AV

Com o objetivo de **estimular o transporte público**, neste caso a utilização do meio ferroviário, em detrimento do transporte individual, a REFER investiu 17 milhões de euros nas **Áreas Metropolitanas** de Lisboa e Porto (correspondendo a

37% do investimento realizado no ano), correspondendo 16,6 milhões de euros a investimentos realizados na Área Metropolitana de Lisboa e 0,4 milhões de euros a investimentos na Área Metropolitana do Porto.

O valor executado na Área Metropolitana de Lisboa resulta, essencialmente, da continuação da empreitada de Quadruplicação da Linha de Sintra entre os Kms 13+750 e 18+250 e correspondente prestação de serviços de fiscalização, bem como da execução de trabalhos relativos à 4ª fase da resinalização da Linha de Sintra.

Investimento nas Áreas Metropolitanas

investimento a custos técnicos

unidade: milhares de euros

Projeto	Orçamento	Real	% Realização
Área Metropolitana de Lisboa	18.496	16.576	90%
Linha de Sintra	17.104	15.655	92%
Linha de Cascais	548	624	114%
Linha do Alentejo	22	40	182%
Linha do Sul	156	158	101%
Linha de Cintura	667	99	15%
Área Metropolitana do Porto	359	477	133%
Linha do Douro	130	26	20%
Linha do Minho	229	446	195%
Linha de Leixões		5	
Total Áreas Metropolitanas	18.855	17.053	90%

A execução na Área Metropolitana do Porto respeita essencialmente à concretização de processos expropriativos da Variante da Trofa e do troço Caide / Marco.

Sendo a **Segurança** um dos valores mais relevantes da atividade ferroviária, com um forte impacto na qualidade percebida pelos clientes, a REFER investiu nesta área cerca de 19% do seu investimento anual (8,5 milhões de euros).

O elevado nível de segurança de pessoas e bens constitui um património do caminho-de-ferro que importa valorizar e promover, no sentido de alcançar patamares sempre mais elevados de exigência.

Do total investido na Segurança e Eficiência da Rede, 6,4 milhões de euros (76% do total desta rubrica) correspondem a investimentos em Várias Linhas, sendo de destacar a execução do Projeto de reforço / proteção / beneficiação e substituição

de pontes, pontões, passagens inferiores e passeios, com a execução dos trabalhos de reforço e reabilitação da Ponte Internacional de Valença na Linha do Minho, trabalhos de reforço dos encontros da Ponte Mondego Novo na Linha do Norte, bem como do reforço das fundações na Ponte da Praia na Linha da Beira Baixa e beneficiação de alvenarias em pontes e passagens hidráulicas na Linha do Leste.

Investimento na Segurança e Eficiência da Rede

investimento a custos técnicos

unidade: milhares de euros

Projeto	Orçamento	Real	% Realização
Várias Linhas	9.622	6.450	67%
Reforço / Protecção / Beneficiação / Substituição de Pontes, Pontões, Pls e Passeios,	3.174	4.168	131%
Supressão e Reclassificação de PNs	1.949	968	50%
Telecomunicações	1.560	220	14%
Beneficiação / Reabilitação / Monitorização de Túneis	528	181	34%
Intervenções no âmbito da Gestão de Estações (GE)	308	12	4%
Renovação e Reabilitação da Infraestrutura	1.023	820	80%
Identificação Cadastral	433		
Intervenções em Taludes	620	81	13%
Intervenções em Estações	27		
Linha do Minho	2.007	2.075	103%
Linha do Algarve	2.600		
Linha do Sul	2.123		
Linha de Cascais	22		
Total Segurança e Eficiência da Rede	16.374	8.525	52%

O investimento nas **Ligações Inter-regionais** permite melhorar as ligações entre centros socioeconómicos importantes, potenciando a mobilidade inter-regiões com menores tempos de percurso. A REFER investiu neste tipo de Ligação 7,2 milhões de euros, sendo os mais relevantes:

- Trabalhos executados na Linha do Norte (5,1 milhões de euros) sendo de salientar a execução de ações complementares de sinalização e telecomunicações no troço Alfarelos / Pampilhosa, nomeadamente a execução de trabalhos de adaptação da sinalização da estação de Souselas e do funcionamento do CCO de Lisboa, decorrente da execução dos trabalhos de sinalização anteriormente referidos bem como a execução de trabalhos de catenária de apoio à instalação dos sistemas de sinalização e RCT+TP entre Alfarelos e Coimbra B. No troço Alfarelos / Pampilhosa, destacam-se ainda, o valor realizado referente à elaboração de Estudo Prévio e Projeto de Execução para a Renovação Integral da Via.

- Troço Entroncamento / Albergaria - o investimento realizado incidiu em trabalhos no âmbito da empreitada para execução de duas passagens hidráulicas no caminho de acesso à Passagem Superior ao km 122+137 em Tomar (117 mil euros)
- Linha da Beira Baixa apresenta um investimento de **1 milhão de euros**. Das ações realizadas destacam-se as relativas à Modernização do troço Castelo Branco / Covilhã, nomeadamente a continuação da execução de trabalhos de via e obras de arte que permitam a criação de condições para a eletrificação dos túneis da Gardunha e da Fatela / Penamacor e a concretização de processos expropriativos no troço Vale Prazeres / Covilhã.
- Linha do Douro registou um investimento de 0,86 milhões de euros respeitantes à execução de processos expropriativos no troço Valongo / Cête e Ermesinde / Valongo.

O investimento nas Ligações às Plataformas Logísticas e Portos permite a criação de acessibilidades que possibilitam o transporte de mercadorias de forma eficiente às plataformas e portos potenciando desta forma o transporte ferroviário de mercadorias. A REFER investiu neste segmento 2,9 milhões de euros.

Investimento nas Ligações às Plataformas Logísticas e Portos

investimento a custos técnicos

unidade: milhares de euros

Projeto	Orçamento	Real	% Realização
Ligação Ferroviária Porto de Sines / Espanha	1.108	2.635	238%
Variante de Alcácer	30	214	710%
Estação Técnica do Lousal	15	31	211%
Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro	39	40	102%
Total Ligações às Plataformas Logísticas e Portos	1.192	2.920	245%

Do total investido em Ligações às Plataformas Logísticas e Portos, cerca de 2,6 milhões de euros (90% do total realizado na rubrica) correspondem à execução do Projeto de Ligação Ferroviária Porto de Sines / Espanha com a continuação dos trabalhos da Empreitada de via, construção civil, catenária e terraplenagens do troço Bombel / Casa Branca / Évora e trabalhos relativos a Infraestruturas de RCT+TP no âmbito desta empreitada, com a execução da empreitada de sinalização e instalação do sistema ATP no troço Vendas Novas (exclusive) a Évora, bem como à concretização de processos expropriativos relacionados com a empreitada da Estação de Évora.

Em 2012, o investimento realizado incidiu também no Projeto do Sistema de Mobilidade do Mondego inserido no Ramal da Lousã (0,33 milhões de euros); o valor executado refere-se a processos expropriativos dos troços Alto de S. João / Miranda do Corvo e Miranda do Corvo / Serpins bem como à execução da prestação de serviços de assessoria no âmbito da receção e liquidação das empreitadas dos troços Miranda do Corvo / Serpins e Alto de S. João / Miranda do Corvo.

Sistema de Mobilidade do Mondego

investimento a custos técnicos

unidade: milhares de euros

Projeto	Orçamento	Real	% Realização
S. José / Alto S. João	173	19	11%
Alto S. João / Miranda do Corvo	130	193	149%
Miranda do Corvo / Serpins	195	120	61%
Total Sistema de Mobilidade do Mondego	498	333	67%

O investimento na Renovação e Reabilitação da Infraestrutura engloba as intervenções que, pela sua natureza e dimensão, não se enquadram em trabalhos de Conservação, sendo considerados essenciais para a manutenção dos adequados níveis de segurança e serviço.

A execução em investimentos desta natureza ascendeu a 5,2 milhões de euros, tendo sido objeto das maiores Renovações / Reabilitações as linhas:

- **Linha do Sul - 1,6 milhões de euros** destacando-se as empreitadas de estabilização dos taludes de aterro entre o km 236,450 e 236,720 e os km 252,940 e 253,010, não previstas em sede de orçamento;
- **Linha do Norte - cerca de 1,1 milhão de euros**, destacando-se a execução de ações de beneficiação da infraestrutura, trabalhos de ataque mecânico pesado de via, trabalhos de nivelamento das plataformas da Estação Coimbra B, reperfilamento da PN ao km 74,552, melhoria das condições de acesso à passagem superior de peões ao km 106,473, remodelação das instalações sanitárias públicas no EP de Santarém, pintura do ex-Armazém de Víveres, empreitada referente às instalações para a Central de Segurança da REFER;
- **Linha do Leste - 0,6 milhões de euros**, correspondendo essencialmente à execução da Empreitada de Renovação Integral da Via no troço Crato-Assumar; à execução de trabalhos de ataque mecânico pesado da via

entre os kms 231,900 e 236,470 e à substituição de fixações RNP por Nabla no troço Torre das Vargens / Crato;

- **Linha do Douro - 0,35 milhões de euros**, com a prestação de serviços de serviços de manutenção de via-ataque mecânico pesado, a execução de vedações e limpeza, saneamento e reabilitação de taludes no troço Aregos-Régua com o objetivo de incrementar os níveis de segurança na circulação ferroviária;
- **Linha da Beira Baixa - 0,36 milhões de euros**, com a estabilização de muro de suporte entre km 68,400 ao 68,440, prestação de serviços de manutenção de via com equipamento pesado na rede de via larga e substituição de travessas de madeira e retificação da bitola no troço Abrantes / Rodão;
- **Linha de Minho - 0,31 milhões de euros**, destacando-se os trabalhos de ataque mecânico pesado da via e beneficiação de plataformas em Areia-Darque;
- **Linha do Algarve - 0,32 milhões de euros**, destacando-se os trabalhos no âmbito da empreitada de substituição de travessas de madeira por travessas em betão e de carris em barras curtas por carris em barras longas soldadas nos troços Faro / Vila Real de Santo António, Tunes / Lagos e Estação de Portimão.

A cobertura financeira dos investimentos executados foi assegurada pelas participações de Fundos Comunitários, assim como através do Orçamento de Estado no âmbito do Cap.50º, bem como dos Protocolos estabelecidos entre a REFER e diversas entidades.

Cobertura Económica dos Investimentos 2012

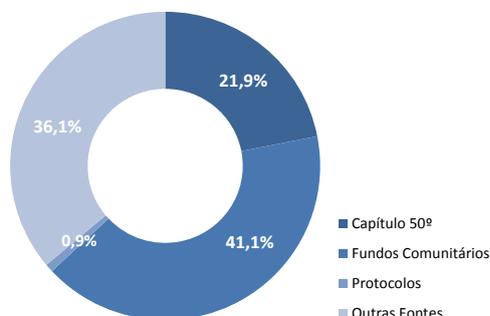
Investimento a Custos técnicos

unidade: milhares de euros

Rubricas	Real 2012	Capítulo 50º	Fundos Comunitários	Protocolos	Outras Fontes
Infraestruturas de Longa Duração	45.916	10.170	19.069	401	16.277
Estruturas de Apoio à Gestão	469				469
Total	46.385	10.170	19.069	401	16.746

A estrutura da cobertura económica dos investimentos, em 2012, teve o seguinte comportamento: as **participações comunitárias** representaram cerca de 41,1% do total (19 milhões de euros), o **Cap.50º do Orçamento de Estado**

financiou o investimento em 21,9% do total (10,1 milhões de euros), o recurso a **Outras Fontes de Financiamento** situou-se nos 36% do total (16,7 milhões de euros) e os **Protocolos** contribuíram com 0,4 milhões de euros (0,9% do total) para financiar o investimento.



Passagens de Nível

É preocupação constante da REFER a manutenção de elevados níveis de segurança, tanto da infraestrutura como de pessoas e bens.

Assim, para 2012, a REFER definiu um Plano de supressão e reclassificação de Passagens de Nível (PN), plano este a que a REFER está obrigada nos termos do art.º 2º do Decreto-Lei nº 568/99 de 23 de dezembro e cuja materialização está atribuída à REFER, às autarquias e às Estradas de Portugal.

Durante o ano foram executadas 46 ações, com a seguinte distribuição:

- ◇ Passagens de nível suprimidas: 15
- ◇ Passagens de nível reclassificadas: 31

Destas intervenções, 43 (93%) foram realizadas pela REFER e as restantes 3 por entidades externas (Câmaras municipais), em parceria com esta empresa.

O investimento total para a sua concretização foi de cerca de 7,39 milhões de euros, dos quais 6,45 milhões de euros foram suportados pela REFER, conforme se ilustra no Quadro (discriminado por tipo de intervenção).

PN Tipo de Intervenção	PN Suprimidas	PN Reclassificadas	Custo Realizado (milhares de euros)		
			Refer	Externo	TOTAL
Automatização	-	25	2 184	-	2 184
Caminho Alternativo	4	-	366	-	366
Passagem Desnivelada	3	1	3 856	939	4 795
Outras	8	5	41	-	41
TOTAL	15	31	6 447	939	7 386

Face ao planeado (5 supressões e 31 reclassificações), resulta uma concretização de 128%, por se ter conseguido efetuar mais 10 supressões do que o previsto. O investimento previsto era de cerca de 2,76 milhões de euros, tendo havido, assim, um desvio para mais de cerca de 4,63 milhões de euros, devido sobretudo à inclusão de 2 passagens desniveladas na Linha da Beira Baixa (Fundão).

No final de 2012 existiam 877 PN no universo das linhas com exploração ferroviária (IET50), com a seguinte tipologia:

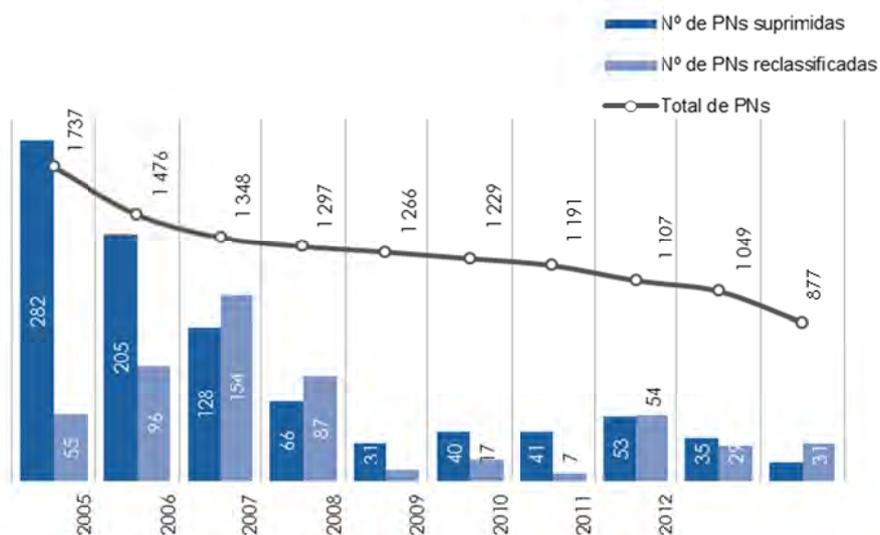
PN por Tipologia	Quantidade
PN Públicas	784
Automáticas (Rodoviárias):	355
Automatizadas com duplas meias barreiras	2
Automatizadas com meias barreiras	343
Automatizadas sem obstáculo	10
Com Guarda	46
Sem Guarda	247
Tipo D	188
5ª catª	59
Peões	136
Automáticas	26
Não Automáticas	110
PNs Particulares	93
Automáticas	8
Não Automáticas	85
TOTAL DE PN	877

Destas 877 PN, 435 (49,6%) encontram-se dotadas de equipamento de proteção ativa (automatização ou guarnecimento), representando uma melhoria face aos 43,6% de 2011.

A conseqüente densidade média de PN no final de 2012 era de 0,345 PN/km.

Nos últimos 10 anos, foram executadas 896 supressões e 539 reclassificações de Passagens de Nível, representando um investimento de cerca de 264 milhões de euros:

Supressões e Reclassificações 2003 . 2012

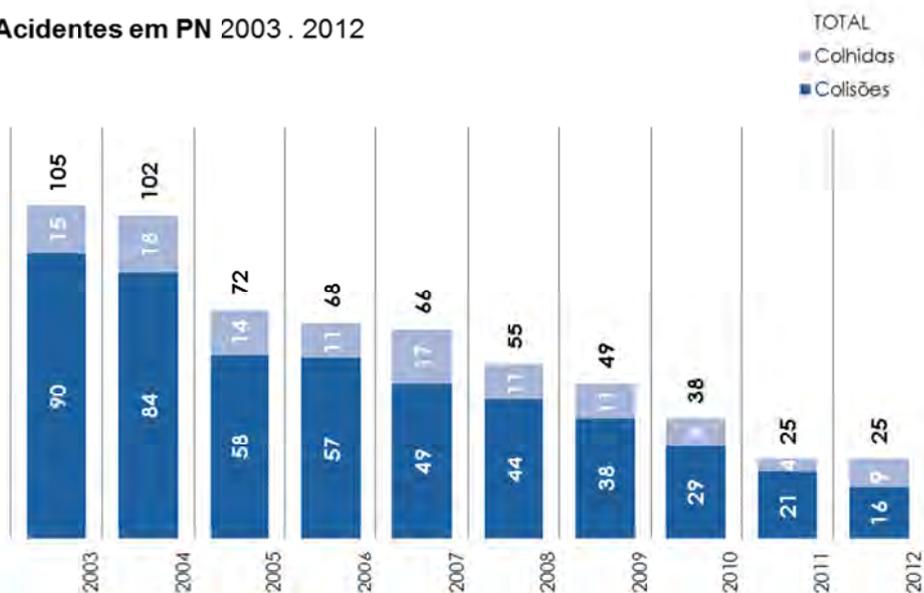


Em 2012, no que se refere à sinistralidade, ocorreram 25 acidentes em Passagens de Nível, sendo dezasseis colisões e nove colhidas, de que resultaram oito mortos, cinco feridos graves e cinco feridos ligeiros, a que corresponde um FWI ⁽¹⁾ de 8,54.

Nos últimos anos, a sinistralidade em Passagens de Nível registou a seguinte evolução:

(1) - Fatalities and Weighted Injuries= (mortos+feridos graves)/(10+(feridos ligeiros/200))

Acidentes em PN 2003 . 2012



Verifica-se que a política de supressão e melhoria das condições de segurança nas PN tem contribuído para a redução continuada da sinistralidade, salientando-se que, em resultado, se antecipou em 2011 e consolidou em 2012, a meta definida para 2015 nas orientações estratégicas para o setor ferroviário, de redução da sinistralidade em 60% face a 2005 (isto é, menos de 29 acidentes).

Atividades Complementares

Actividade Complementares

[milhões de euros]

	2011	2012	Variação
Rendimentos	14,5	13,4	-8%
Outros Rendimentos	14,5	13,4	-8%
Gastos	4,7	-2,0	-141%
Materiais	0,3	0,0	-89%
Subcontratos	1,6	0,4	-72%
Outros FSE	1,2	1,2	-1%
Pessoal	2,5	1,7	-33%
Amortizações	0,1	0,1	-23%
Provisões/Ajustamentos	-0,9	-5,3	473%
Outros Gastos	0,0	0,0	-94%
Resultado Operacional	9,8	15,4	56%
Efectivo Médio	53	46	-13%

Está incluída nesta atividade a Venda de Resíduos, a concessão, licenças e aluguer de espaços comerciais assim como outras concessões de espaços não afetos ao domínio público ferroviário. Os rendimentos registaram um decréscimo de cerca de 10% essencialmente na rubrica Outros, dado que em 2011 se registou um ganho em inventários no montante de 3 milhões de euros.

	2011	2012	Variação
Rendimentos	14,8	13,4	-10%
Licenças e Alugues Espaços Com	4,5	6,0	33%
Venda Resíduos	0,6	3,3	443%
Concessão Infraestrutura Telecom	1,2	1,1	-8%
Cedência Energia	0,8	0,5	-38%
Outros	7,6	2,4	-69%

Segurança

A segurança da exploração, sendo uma vertente fundamental de qualquer sistema de transportes, beneficia, no caso do sistema ferroviário, de um vasto conjunto de equipamentos, sistemas e procedimentos por parte da REFER, que permitem garantir, aos operadores de transporte ferroviário, elevados níveis de segurança no transporte dos seus passageiros e das suas mercadorias.

Acresce, no âmbito da Segurança Ferroviária, a realização de análises de compatibilidade do material circulante com a infraestrutura no sentido de garantir a sua conformidade e promover a sua homologação, bem como a promoção de medidas tendentes à prevenção de incêndios dos terrenos circundantes do caminho-de-ferro.

Complementarmente à segurança ferroviária propriamente dita, também a segurança dos colaboradores da Empresa e dos trabalhadores dos Operadores Ferroviários e dos Prestadores de Serviços merece a maior atenção e constitui uma prioridade diária.

As preocupações atrás elencadas, intrínsecas a um serviço público de qualidade, constituem uma prioridade que é assumida por todos os trabalhadores da REFER, para o que se realizam as necessárias ações de formação e sensibilização.

Pelos riscos que acarretam, quer para a segurança das pessoas quer para a segurança da circulação dos comboios, a problemática dos atravessamentos de nível das linhas de caminho-de-ferro tem merecido uma particular atenção por parte da REFER, que, em articulação com as autarquias, tem desencadeado uma vasta ação no âmbito das passagens de nível, promovendo ações de supressão / requalificação / modernização e sensibilizando as populações para a sua correta utilização, bem como para os riscos associados à circulação de pessoas ao longo das linhas.

No sentido de promover a melhoria contínua e a controlo dos fatores de risco associados à sua atividade, a REFER recolhe e trata diariamente toda a informação estatística resultante da atividade ferroviária, permitindo conhecer a tipologia das anomalias ocorridas na Rede Ferroviária Nacional. Este conhecimento permite a promoção de medidas preventivas/corretivas e o controlo dos fatores de risco de acidente ferroviário. Com o mesmo objetivo, todos os acidentes e incidentes com repercussões na circulação ferroviária são objeto de análise criteriosa, com vista à determinação e superação das respetivas causas.

Complementarmente, a REFER promove ações de inspeção de segurança, quer aos domínios intrínsecos ao sistema ferroviário (estrutura, regulação e operação do tráfego ferroviário), quer a vários outros domínios que, não o sendo, podem com ele interagir. Sem prejuízo das boas práticas promovidas pelos vários intervenientes do sistema de transporte ferroviário, são avaliadas e caracterizadas potenciais situações de risco, visando o seu controlo e a adoção de medidas preventivas/corretivas, contribuindo para o reforço da Segurança Ferroviária e para o aperfeiçoamento da cooperação entre as várias entidades.

Serão ainda de evidenciar os sistemas que a REFER tem implementado para fazer face a situações críticas do ponto de vista da segurança ferroviária. Neste contexto, os cenários de acidente ferroviário são analisados e enquadrados no planeamento da resposta a emergência, através da promoção de simulacros, criando-se, em articulação com os agentes da proteção civil, rotinas que garantam condições operacionais de intervenção e de proteção das pessoas em situações críticas. No mesmo contexto de cenários críticos, a REFER dispõe de instrumentos que garantem a operacionalização dos meios de socorro ferroviário.

Relativamente ao ano de 2012, identificaram-se 35 acidentes significativos, com tendência decrescente relativamente aos anos anteriores, reunindo-se os elementos, fiáveis, no que respeita aos objetivos, aos métodos e aos indicadores de segurança, como se encontram presentemente definidos no Decreto-Lei n.º 231/2007 de 14 de junho, os quais vêm sendo harmonizados em conjunto com os Operadores Ferroviários – CP, CP CARGA, FERTAGUS, TAKARGO Rail e COMSA Rail, e com a participação da Entidade Reguladora - IMT.

A REFER tem acompanhado de forma empenhada e proactiva as evoluções do setor, refletidas na transposição e implementação das Diretivas Comunitárias, que visam essencialmente, a criação de uma rede de transeuropeia de transporte ferroviário, com a harmonização; através das Especificações Técnicas da Interoperabilidade (ETI), dos sistemas e equipamentos técnicos, criando um sistema ferroviário comum entre os Estados-Membros, mais seguro e sustentável.

É neste sentido que a Segurança Ferroviária, em conjunto com todos os órgãos que com ela interagem, observa, promove e contribui para que a Rede Ferroviária Nacional esteja permanentemente operável e intrinsecamente segura.

Coube à Segurança Ferroviária a importante tarefa de coordenar o processo de implementação e gestão do Sistema de Gestão de Segurança da REFER, em articulação com os vários órgãos da empresa, obtendo a sua aprovação pelo Regulador.

Ao nível dos processos de segurança, constitui importante marco para a REFER, o pedido ao IMT (de acordo com os termos da Diretiva 2004/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004 e com o Decreto-Lei n.º 270/2003, de 28 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 231/2007, de 14 de junho) da respetiva renovação da Autorização de Segurança, absolutamente necessária para o desenvolvimento da sua atividade, o que se veio a concretizar em 1 de setembro de 2012, com a sua atribuição pelo período de 5 anos.

Qualidade e Ambiente

No domínio do Ambiente e da Qualidade ao longo do ano de 2012 destaca-se:

- i. O início, em setembro, de uma nova dinâmica para a constituição de um sistema de gestão da qualidade, reforçando a necessidade de encarar este desígnio perspetiva transversal à empresa;
- ii. O trabalho de acompanhamento operacional dos principais contratos de Prestação de Serviço da manutenção, que em 2012 já abrangeu a totalidade dos novos contratos nacionais;
- iii. A consecução do Programa de Auditorias no domínio do Ambiente e Qualidade traçado para o ano de 2012, com uma grande articulação das duas áreas no processo;
- iv. A conclusão do Plano de Redução de Ruído para as linhas com mais de 60.000 marchas/ano e a consolidação de um cenário de atuação, fazendo uso da ferramenta SIG da REFER.
- v. O arranque efetivo dos trabalhos do Projeto Business&Biodiversity (B&B) designado por 'Continuum Ecológico', em particular com os trabalhos de Monitorização da Variante de Alcácer do Sal.

No domínio da Gestão da Qualidade, merece destaque o desenvolvimento do sistema de gestão para empresa, assim como, a preparação e consecução do Programa de Auditoria integrando também a valência de Ambiente.

Após a aprovação da estratégia de implementação do sistema de gestão baseado nos processos da REFER, deu-se início ao trabalho de caracterização de um conjunto composto por quatro processos identificados, segundo a sua relevância para os objetivos estratégicos de gestão da empresa.

A partir de outubro de 2012, e de acordo com as orientações do novo Conselho de Administração, assumiu-se com maior determinação a necessidade de se constituir um **Sistema de Gestão da Qualidade na REFER**, tendo por base a gestão por processos e a melhoria contínua, reforçando-se o desejo de se assegurar uma abordagem transversal à empresa.

Para tal, foi constituída uma estrutura organizativa composta por equipas de trabalho de natureza e composição distinta que no final do ano envolviam um total de 71 pessoas de diferentes áreas funcionais na empresa. Estes grupos têm-se dedicado ao projeto de maneira complementar e que vão desde a identificação de constrangimentos e medidas, passando pelo levantamento documental e diagnóstico face aos referenciais.

No final, estava praticamente consolidada a etapa de diagnóstico (incluindo o levantamento documental por diversas equipas na empresa e seu processamento pela área da Qualidade), que permitiu posicionar a realidade atual da REFER face aos requisitos da norma ISO 9001.

Para além desta abordagem estratégica à gestão da Qualidade, merece destaque uma nova abordagem metodológica desenvolvida para a realização de auditorias nas áreas do Ambiente e da Qualidade.

A fase de implementação envolveu, essencialmente, a área corporativa, numa lógica de partilha das valências, chamando os colaboradores da área da qualidade a participar nas auditorias de ambiente.

Como consequência daquele procedimento, definiu-se um Programa Anual de Auditorias para o ano de 2012, incluindo:

- i. as auditorias do ambiente (de 2ª parte) aos contratos de prestação de serviços e empreitadas no âmbito da manutenção;
- ii. as auditorias internas da qualidade, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade implementado na ROC e RON;
- iii. as auditorias da qualidade (de 2ª parte) a alguns contratos de prestação de serviços transversais.

Com o conhecimento acumulado ao longo de 2012 é possível sustentar a pertinência de se constituir uma metodologia de auditoria a aplicar de forma transversal à empresa, obtendo ganhos de eficiência e coerência de atuação. Esta iniciativa deverá ganhar expressão no contexto do desenvolvimento do Sistema de Gestão da Qualidade, transversal à empresa.

No domínio do Ambiente é importante destacar que a nova dinâmica criada para a área da Qualidade, é essencial para introduzir uma abordagem sistémica desta área na empresa.

Quanto ao trabalho de carácter operacional, deu-se continuidade à alteração de paradigma que se iniciou em 2010, altura em que se criaram as condições para reforçar o apoio operacional à área da manutenção. No contexto do acompanhamento ambiental das Prestações de Serviço da Manutenção foi assegurado o acompanhamento regular de contratos ativos ao longo de todo o ano de 2012.

Durante 2012, confirma-se a tendência de abrandamento da atividade de investimento na empresa, evidenciada pelo menor número de projetos

acompanhados quer ao nível da avaliação ambiental, quer da revisão técnica específica (praticamente a metade do ano de 2011).

Do mesmo modo, regista-se uma diminuição de atividade na revisão de licenciamentos ambientais assim como na elaboração interna destes documentos, pese embora, se esteja a alargar o âmbito aos trabalhos da manutenção.

A diminuição de atividade de investimento é generalizada, como decorre do decréscimo registado nas solicitações externas dirigidas à empresa, que é cerca de metade do ano antecedente.

Porém, em tendência contrária está a emissão de pareceres específicos no âmbito da revisão dos Instrumentos de Gestão Territorial, cujo nível de atividade praticamente triplicou.

A este propósito importa referir o cuidado particular que a REFER tem adotado na salvaguarda dos espaços canal nos PDM, procurando traduzir para os mesmos os corredores aprovados em processos de Avaliação de Impacte Ambiental (que do projeto de Alta Velocidade, quer do convencional) bem como, desafetar dos canais atuais, as condicionantes que podem constituir um ónus à sua manutenção.

No domínio das especialidades técnicas desenvolvidas no seio da empresa, destaca-se a apresentação ao Conselho de Administração (edição final em janeiro 2012) do Plano de Redução de Ruído da Rede Ferroviária Nacional (1.ª fase da Diretiva 2012/49/CE – troços de via férrea com mais de 60 000 comboios por ano – Avaliação de cenários) que foi remetido à Secretaria de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Ainda neste contexto, mantiveram-se as ações de desenvolvimento de Mapas de Ruído conforme previsto no Plano de Atividades para 2012, assim como a participação no Grupo de trabalho "Repensar a lei do ruído à luz da experiência nacional e europeia - Proposta de alteração do Regulamento Geral do Ruído", tendo-se realizado um novo encontro em Dezembro de 2012.

Durante o ano de 2012, deu-se continuidade ao compromisso B&B da REFER, do qual subsiste o Projeto do Continuum Ecológico e a empresa organizou-se de modo a internalizar parcialmente as atividades inerentes ao plano de monitorização da avifauna do Ramal Ferroviário do Porto de Aveiro (assegurado parcialmente com meios internos) e o início da implementação do plano de monitorização da Fauna e Flora da Variante de Alcácer. Quer o projeto quer os planos têm como parceiro da REFER o Centro para a Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO) da Universidade do Porto.

Recursos Humanos

Política de Recursos Humanos

Apesar de a REFER ter completado 14 anos de existência em 2012, as suas origens remontam à criação do caminho-de-ferro em Portugal. Os seus colaboradores são detentores de um *know-how* centenário e único no país, razão pela qual o Capital Humano é um dos principais ativos estratégicos da empresa. Neste sentido, a Política de Recursos Humanos tem como objetivo maximizar a valorização, desenvolvimento profissional e motivação dos colaboradores, de forma alinhada com os objetivos estratégicos da organização.

No que diz respeito ao desenvolvimento do Capital Humano da REFER, 2012 caracterizou-se como um ano dedicado à definição das regras pelas quais se regerá o novo **Sistema de Gestão de Desempenho e Potencial (SGDP)**, que passará a incluir a vertente de definição de objetivos individuais e de equipa e cuja proposta destaca a importância e a promoção do mérito dos colaboradores na concretização da estratégia corporativa da REFER.

Simultaneamente, foram desenhados 47 perfis funcionais de diversos órgãos pertencentes a áreas corporativas e operacionais. A definição destes perfis contemplou o mapeamento de competências de gestão, comportamentais e técnicas, específicas de cada função. A utilização dos perfis funcionais na vertente de avaliação de competências do novo SGDP permitirá a identificação de *gaps* de competências críticos para o desempenho de cada colaborador, o que reforçará a qualidade do levantamento de necessidades de formação e o seu alinhamento com as necessidades da REFER.

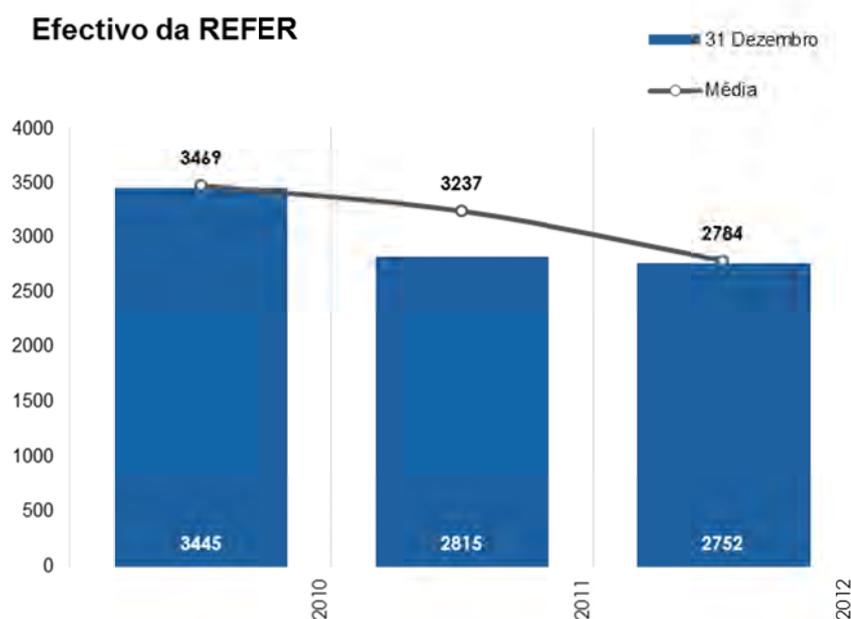
A utilização conjunta destas ferramentas de gestão permitirá no futuro:

- ❖ Um maior alinhamento da política de desenvolvimento dos colaboradores dos órgãos operacionais da empresa;
- ❖ Definir uma abordagem estruturada que possibilita definição de percursos formativos plurianuais;
- ❖ Elaborar planos de desenvolvimento individuais com vista à eliminação de *gaps* e/ou à promoção/elevação de competências específicas de determinado colaborador;
- ❖ Promover competências consideradas impactantes no negócio;
- ❖ Integrar e alinhar os diferentes processos de Gestão de Recursos Humanos.

A implementação destes instrumentos de Gestão de Recursos Humanos é uma resposta aos requisitos exigidos para o Sistema de Gestão de Competências.

1. Política de efetivos e salarial

Durante o ano de 2012, confirmou-se a tendência de **redução do efetivo médio** da REFER, a qual resulta não só da adaptação da organização aos diversos programas de modernização e automatização da atividade ferroviária, implementados ao longo dos últimos anos, mas também da brusca diminuição do número de colaboradores a cargo, em 2011, efetuada sobretudo através de Rescisões por Mútuo Acordo (RMA).



Desde 1999, a REFER reduziu o efetivo em 3.853 trabalhadores, o que equivale a um decréscimo de 58% do número de colaboradores desde a sua criação. Em 2012, a empresa contou, em média, com **2.784 colaboradores a cargo**, menos 453 do que em 2011. Em dezembro estavam ao serviço da empresa 2.752 pessoas, o que representa um novo mínimo histórico ao nível da dimensão do efetivo da empresa.

2. Recrutamento e Mobilidade

O acentuado decréscimo do efetivo registado em 2011 incidiu sobretudo sobre colaboradores com elevados níveis de antiguidade na empresa, pertencentes a categorias de enquadramento (chefias intermédias) e detentoras de experiência e competências relevantes, sendo fundamental voltar a assegurar o provimento desses postos de trabalho. Neste contexto, em 2012, foi dada continuidade ao esforço de adequação dos recursos humanos às necessidades do negócio, destacando-se neste âmbito 46 processos de exercício temporário de funções de categoria diferente, para postos de trabalho críticos e cujo provimento definitivo só deverá ocorrer quando as orientações normativas permitirem a abertura de processos de concurso.

A continuidade da implementação da Estratégia definida para a Manutenção levou à abertura de um amplo processo de seleção dirigido aos colaboradores da área da Circulação, com o intuito de abastecer a carreira das infraestruturas a partir da base - categoria de Operador de Infraestruturas - o que permitiu o reforço das competências técnicas específicas desta atividade e, do qual resultou a seleção de 56 colaboradores.

A especificidade e exigência deste processo foram elevadas, salvaguardando o objetivo de proporcionar igualdade de oportunidades nas candidaturas e selecionar os que evidenciassem ser mais capazes, mais motivados para a mudança e disponíveis para a integração em equipas das infraestruturas (mesmo que longe das suas residências).

Também a internalização de funções de apoio como portarias e limpeza, continua a merecer a atenção da empresa, para casos de recursos humanos excedentes com menores qualificações e que não pretendam sair da empresa, tendo-se concretizado mais de 10 reconversões profissionais neste âmbito.

No final de 2012, estava em fase de conclusão o processo integrado de renovação e provimento das funções de Supervisão e Operação, na atividade de Permanência de Gestão da Infraestrutura nos CCO e CTC/PCL, com o objetivo de preencher 30 postos de trabalho com impacto direto na segurança da circulação.

Em números gerais, a atividade de recrutamento e mobilidade, em 2012, conta-se por:

- 46 Processos de exercício temporário em funções de categoria diferente, para postos de trabalho críticos e cujo provimento definitivo só deverá ocorrer quando as orientações normativas permitirem a abertura de processos de concurso;
- 56 Transferências resultantes de processos de mobilidade funcional (Concursos, Reconversões, Recrutamento Interno) com o objetivo de suprir lacunas operacionais;

- 198 Transferências resultantes de processos de mobilidade geográfica de cariz operacional (Extinção de Postos de Trabalho, Transferência de Sede);
- 203 Transferências por necessidade de serviço. Neste foram relevantes os processos de mobilização de recursos da DGDR para outras áreas, e o processo de seleção desenvolvido para ajustamento do efetivo do CCO de Lisboa, para a função de Comando da Circulação (Mesas de Operação/Regulação).

Para 2013, mantêm-se os objetivos de adequação dos Recursos Humanos às reais necessidades de cada órgão da empresa, procurando a adequada mobilidade e enquadramento dos colaboradores, com base na análise do seu efetivo e respetivo perfil de competências, respeitando as condições vigentes e a otimização de recursos.

Formação

A natureza da atividade da REFER impõe sérias preocupações ao nível da transmissão e retenção de *know-how* específico, quer nas áreas core de manutenção (via, catenária e sinalização), quer nas matérias relativas à regulamentação e segurança da exploração ferroviária.

Não descurando todas as áreas transversais que representam hoje um suporte essencial a qualquer atividade empresarial (ambiente, qualidade, segurança, entre outras), em 2012, a REFER cimentou a aposta na definição de um modelo de gestão do conhecimento técnico-ferroviário marcado por uma vincada internalização da atividade formativa que promoveu:

- **No colaborador/formando:** o desenvolvimento e consolidação das competências internas críticas ao negócio, aumentando o nível de qualificação e a qualidade da formação. Foram especialmente visadas as categorias operacionais de manutenção, desde as de execução às de enquadramento, inspeção e fiscalização.
- **No colaborador/formador:** o desenvolvimento das capacidades na função de formador, incluindo a elaboração dos materiais pedagógicos, o que contribuiu de forma decisiva para a sistematização, preservação e difusão do conhecimento na REFER.

Associada a estes objetivos, a Estratégia de Formação Técnico-Ferroviária para o triénio 2011-2013 define os seguintes principais vetores de atuação:

- Levantamento de necessidades de formação pessoa a pessoa;
- Programas de formação de reciclagem regulares;
- Racionalização do volume de formação;
- Planeamento, desenvolvimento e monitorização dos processos formativos;
- Recurso privilegiado a formadores internos.

O agravamento da conjuntura económica, em 2012, teve repercussões diretas na área de formação, nomeadamente no que se refere ao orçamento previsto para esta atividade, o qual sofreu uma redução de cerca de 45% relativamente ao ano anterior (de 492 mil euros para 272 mil euros), tendo sido utilizados apenas 82 mil euros.

Estes números provam o esforço significativo da Empresa no sentido da internalização da oferta formativa, recorrendo à Bolsa de Formadores Interna que permitiu, por exemplo, que em 2012 todos os cursos da área da circulação tenham sido realizados com recursos da REFER.

Apesar das limitações financeiras a que a Empresa está sujeita, foi possível formar 987 colaboradores na área Técnico-Ferroviária. Parte destes formandos enquadraram-se num conjunto alargado de ações de formação desenvolvidas no âmbito de reconversões profissionais da área da exploração para a área da manutenção, no contexto dos processos de mobilidade já referidos anteriormente.

A internalização da formação estendeu-se ainda a outras áreas, tendo sido realizadas ações de *coaching* individual no CCO de Lisboa e ações de formação comportamental ao nível das chefias intermédias.

Apesar da diminuição de custos na ordem dos 950 mil euros face a 2009, em 2012 a RH conseguiu organizar 752 ações de formação nas mais diversas vertentes do conhecimento, num total de 11.866 horas de formação/sala e abrangendo 3.047 formandos.

Em 2013, pretende-se dar continuidade à abordagem do ano anterior, reforçando os seguintes aspetos:

Maior enfoque no desenvolvimento de competências transversais à REFER, para além das Técnico-Ferroviárias;

Alargamento do âmbito e do número de cursos disponíveis em *eLearning*. O processo de consolidação deste tipo de plataformas está em curso, e espera-se que venha a ter um impacto positivo ao nível da relação qualidade /preço da atividade formativa.

Consolidação da “Academia REFER”, criada em 2012, passando a abranger todas as áreas de formação da empresa. Espera-se que esta academia venha a ser o veículo de divulgação da formação e do *know-how* na empresa, e um fator integrador de todo o conhecimento, competências e cultura da REFER.

Consolidação da utilização de uma bolsa formal de formadores;

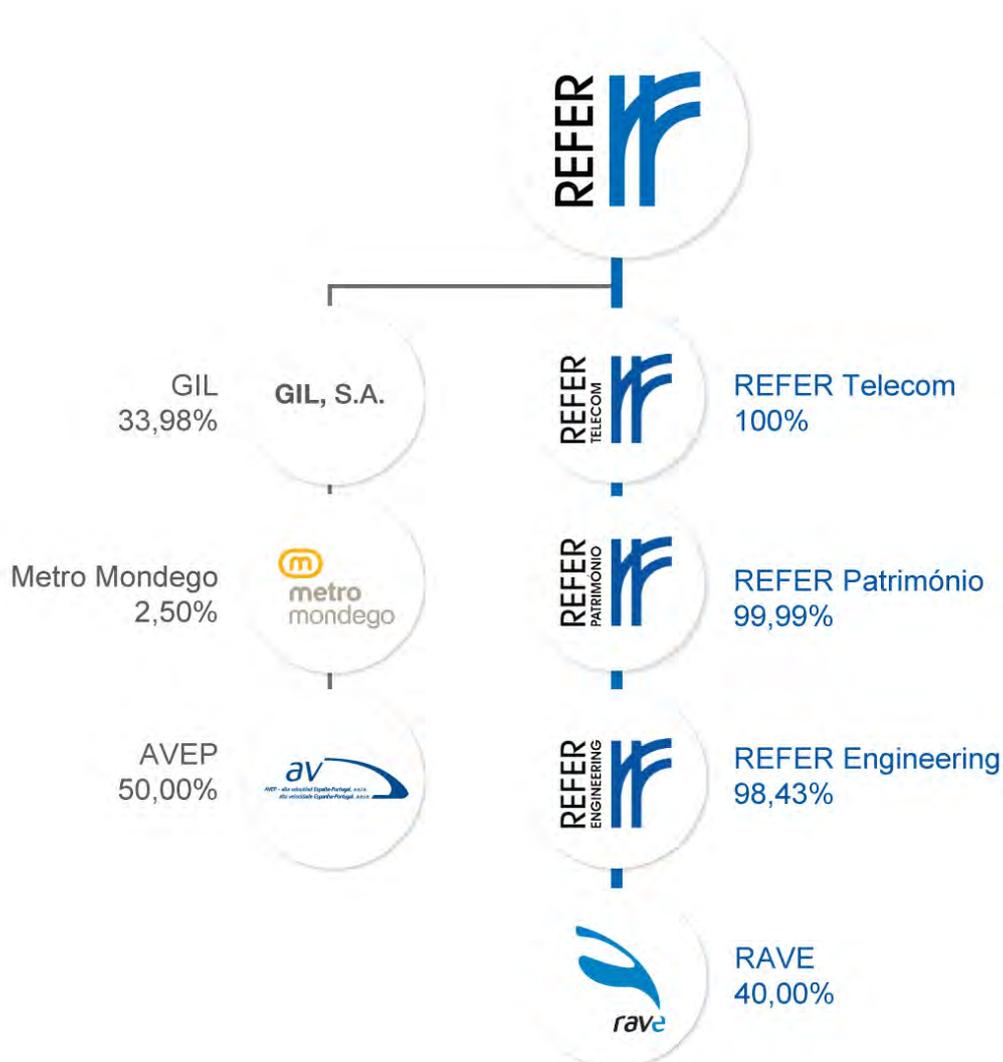
Avaliação do Plano de Formação para 2013~, segundo o novo modelo aprovado de avaliação da formação, mais orientado para a avaliação do impacto da formação no posto de trabalho.

Normalização de conteúdos pedagógicos – padronização de manuais e outros suportes às ações de formação;

A formação externa manterá o seu papel mais reduzido, só se recorrendo à contratação destes serviços quando as competências internas não esgotam os necessários conhecimentos sobre as matérias ou quando estão em causa ações que exijam certificação.

As Participadas

A REFER apresenta um conjunto de participações em empresas com objetos diversos mas de algum modo relacionado com a Infraestrutura ferroviária, constituindo um complemento à atividade principal da empresa mãe



Empresas Afiliadas e Principais Atividades

REFER TELECOM – Serviços de Telecomunicações, S.A.

A REFER Telecom tem como objeto o estabelecimento, gestão e exploração de infraestruturas e sistemas de telecomunicações, a prestação de serviços de telecomunicações bem como o exercício de quaisquer atividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas diretamente ou através de constituição ou participação em sociedades.

O seu acionista único é a REFER, E.P.E. e o seu capital social é de 10 milhões de euros.

A REFER Telecom está licenciada pela Autoridade Nacional de Telecomunicações (ANACOM) como **Prestador de Serviço Fixo Telefónico** como **Operador de Redes Públicas** no Território Nacional e registada enquanto **Prestador de Serviços de Transmissão de Dados e Serviços Internet**. Em 2009 a REFER Telecom passou também a ser **Operador de serviços de voz através da Internet (VoIP)** de uso nómada e Operador autorizado a operar o Sistema GSM-R nas faixas de frequências de 876 – 880 MHz e 921 – 925 MHz.

A REFER Telecom é também um operador de telecomunicações ferroviárias. A sua missão consiste em assegurar a gestão eficaz da infraestrutura de telecomunicações concessionada pelo Acionista, garantindo-lhe a excelência na prestação de um conjunto alargado de serviços e a vanguarda do que mais moderno se faz na área das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicações) bem como a obtenção de mais-valias junto do mercado em geral. Para além da prestação de serviços de Telecomunicações Ferroviárias, a REFER Telecom prestou também consultoria técnica ao seu acionista.

Paralelamente à atividade direcionada para o acionista, a REFER Telecom tem registado evolução na sua atividade junto dos operadores de telecomunicações através do fornecimento de infraestrutura de fibra ótica e instalações de suporte.

REFER PATRIMÓNIO S.A. – Administração e Gestão Imobiliária, S.A.

A REFER PATRIMÓNIO tem como missão a gestão do património imobiliário a cargo da REFER, assegurando a sua eficiente utilização, valorização e rentabilização, em consonância com os objetivos de gestão da infraestrutura ferroviária.

É uma empresa do Grupo REFER direcionada para a área do imobiliário, tendo como competências:

- a valorização, rentabilização e requalificação do património imobiliário não afeto à exploração ferroviária, garantindo a sustentabilidade financeira e ambiental;
- Criação e atualização do cadastro do Domínio Público Ferroviário (DPF), permitindo o acesso permanente a toda a informação disponível relacionada com os bens do património imobiliário;
- Gestão, manutenção e administração corrente das estações, dos empreendimentos imobiliários e do restante património não afeto à exploração.

Estes serviços têm um forte impacto no utente, quer ele seja o passageiro ferroviário, um concessionário ou o utilizador do património desativado e requalificado, por exemplo, uma ecopista.

REFER Engineering, S.A. (Ex-FERBRITAS - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A)

Em fevereiro de 2013, foi alterada a denominação da Ferbritas para REFER Engineering tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria e realização de estudos e projetos de engenharia, nas áreas de transportes, logística e outras, cobrindo a conceção, desenvolvimento, gestão, manutenção e exploração das respetivas infraestruturas; a prestação de serviços de consultoria e de assistência técnica; o exercício das atividades de cartografia, topografia, cadastro e expropriações; a prestação de serviços de gestão integrada de empreendimentos e de fiscalização; a prestação de serviços na área da gestão da qualidade, ambiente e segurança.

RAVE, Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA

A RAVE, Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA, é a empresa portuguesa que tem por missão o desenvolvimento e coordenação dos trabalhos e estudos necessários para a formação de decisões de planeamento e construção, financiamento, fornecimento e exploração de uma rede ferroviária de alta velocidade a instalar em Portugal Continental e da sua ligação com a rede espanhola de igual natureza. Ao longo de 2011, a sua atividade foi gradualmente incorporada na REFER.

A RAVE foi dissolvida por deliberação da Assembleia Geral, realizada em novembro de 2012, encontrando-se desde então em processo de liquidação.

Indicadores 2012

Principais indicadores das participadas da REFER em 2012:

Indicadores 2012

[euros]

Participadas	Dezembro 2012					
	REFER Engineering	Refer Património	Refer Telecom	RAVE	G.I.L.	Metro Mondego
Participação	98,43%	99,99%	100,00%	40,00%	33,98%	2,50%
Activo não Corrente	5 583 440	5 812 259	20 987 614	0	71 871 388	33 890 827
Activo Corrente	5 856 260	20 444 857	16 679 259	126 876 461	4 059 203	2 066 689
Total Activo	11 439 700	26 257 116	37 666 873	126 876 461	75 930 591	35 957 516
Capital próprio	9 228 575	8 128 259	25 295 971	381 110	- 11 040 038	25 577 607
Resultado líquido	- 1 787 916	- 4 258 869	2 415 287	- 1 613 750	- 583 802	- 21 734
Passivo	2 211 125	18 128 857	12 370 902	126 495 351	86 970 628	10 379 909
Proveitos Operacionais	4 839 283	11 467 091	23 355 929	2 348 856	1 867 984	593 722
Gastos Operacionais	6 660 306	15 784 851	19 986 111	3 798 361	1 107 281	600 448
Número de Funcionários	117	57	167	0	6	0
Vol Negócios / Nº Funcionários	41 301	192 765	138 101	n.a.	783 677	n.a.
Cobertura dos Custos pelos Proveitos	73%	73%	117%	62%	169%	99%
Autonomia Financeira	81%	31%	67%	0%	-15%	71%

Resultados e Estrutura Patrimonial

Resultados

Resultado Operacional

Na sequência do definido no Programa de Estabilidade e Crescimento e no Memorando de Entendimento entre o FMI / BCE / CE / e o Estado Português, a REFER definiu como objetivos a melhoria de eficiência e contenção de gastos.

Em 2012, a REFER registou uma **redução** de cerca de 33% nos seus **gastos operacionais** (-90 milhões de euros), comparativamente ao período homólogo de 2011.



O impacto da referida redução dos gastos no resultado operacional foi atenuado pela quebra registada nos proveitos em cerca de 28 milhões de euros.

O resultado Operacional registou uma melhoria significativa passando de um resultado negativo de **89 milhões** de euros, em 31 dezembro de 2011, para um resultado, ainda negativo, de **27,9 milhões** de euros, em 31 dezembro de 2012.



As variações com impacto mais significativo na variação do Resultado Operacional foram:

- ❖ **Consumo de Materiais** - registou um decréscimo de 30 milhões de euros face a 2012. Este decréscimo está diretamente relacionado com a variação registada no investimento. Em 2011 o investimento anual foi de 269 milhões de euros, em 2012 foi de 46 milhões de euros.
- ❖ **Fornecimentos e Serviços Externos** - registaram um decréscimo de 10 milhões de euros face a 2011, sendo a rubrica Subcontratos a que registou maior decréscimo, nomeadamente a manutenção de Via. Dado que o início de vigência dos contratos de manutenção de via para a Rede Ferroviária Nacional, só ocorreu em maio de 2012, data em que a REFER recebeu a aprovação do Tribunal de Contas, nos primeiros meses do ano a manutenção foi assegurada através de adicionais com âmbito reduzido.
- ❖ **Gastos com Pessoal** - registou uma redução de 47 milhões de euros resultado essencialmente da redução de 25 milhões de euros de indemnizações ao pessoal por rescisões por mútuo acordo e do conseqüente impacto na massa salarial provocada pela diminuição do efetivo médio em 460 trabalhadores: passou-se de uma média de 3.253 trabalhadores em 2011, para 2.793 em 2012 (considerando todas as pessoas a cargo da empresa). Em 2012 foram concretizadas menos Rescisões por Mútuo Acordo, envolvendo valores mais reduzidos de indemnizações (1,6 milhões de euros), quando no ano anterior esta rubrica atingira os 26,8 milhões de euros.

Na redução de Gastos com Pessoal há ainda que destacar a suspensão do pagamento de Subsídios de Férias e Natal à maioria dos trabalhadores.

[10⁶ euros]

Resultado Operacional	2011 ⁽²⁾	2012 ⁽¹⁾	Variações % (1)/(2)
Rendimentos Operacionais	181,4	153,4	-15%
Vendas e Prestação de Serviços	130,7	100,4	-23%
Subsídios	36,0	39,6	10%
Outros rendimentos	14,7	13,4	-8%
Gastos Operacionais	-270,8	-181,3	-33%
Custo das Vendas	-34,9	-4,3	-88%
Fornecimentos e Serviços Externos	-98,2	-88,0	-10%
Gastos com Pessoal	-124,7	-77,8	-38%
Depreciação e Amortizações do Exercício	-3,6	-3,1	-14%
Provisões para Outros Riscos e Encargos	-0,7	-0,8	23%
Ajustamentos de Inventários e Contas a receb	-4,6	-5,0	9%
Outros Gastos	-4,1	-2,2	-46%
Resultado Operacional	-89,4	-27,9	-69%

Por outro lado, os rendimentos operacionais registaram uma quebra de 28 milhões de euros; esta redução resulta essencialmente da rubrica Vendas e Prestações de Serviços, as quais registaram um decréscimo de 30 milhões de euros:

unidade: milhares de euros

	Real		Varição
	2011	2012	absoluta
Tarifa de Utilização	58.137	71.258	13.121
Outras Prestações de Serviços	14.221	9.726	-4.495
Investimento	58.502	19.404	-39.098
Vendas e Prestações de Serviços	130.860	100.388	-30.472

É de referir que, por outro lado, o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) preconiza a adoção de um conjunto de medidas visando o alinhamento do Setor Empresarial do Estado com a Administração Pública no domínio da redução de

gastos e maximização da eficiência operacional, estabelecendo que as empresas devem reduzir os seus gastos com pessoal, fornecimentos e serviços externos em 15%, face a 2009.

A REFER definiu e implementou medidas conducentes à redução dos gastos afetos à atividade de gestão de infraestrutura e investimentos, tendo atingido os objetivos propostos:

Gastos Atividade Gestao Infraestruturas e Investimento	10 ³			
	2009	2010	2011	2012
Fornecimentos e serviços externos	115.601	123.921	98.250	88.041
Gastos com pessoal (s/ indemnizações)	114.765	114.035	97.898	76.239
	230.365	237.956	196.147	164.280
Varição (FSE+Pessoal) face a 2009				-29%
Varição (FSE+Pessoal) face a 2011				-16%

Resultado Líquido

O Resultado Líquido registou, em 2012, uma melhoria de 70 milhões de euros, resultante da melhoria registada no resultado operacional (+61,5 milhões de euros face a 2011), assim como do resultado financeiro (8,4 milhões de euros).

[10⁶euros]

Resultado Líquido	2011	2012	Variações %
	(a)	(b)	(b)/(a)
Rendimentos Operacionais	181,4	153,4	-15%
Gastos Operacionais	270,8	181,3	-33%
Resultado Operacional	-89,4	-27,9	-69%
Resultado Financeiro	-72,3	-63,9	-12%
Resultado Líquido	-162,1	-92,1	-43%

Apesar da redução significativa do défice resultante das atividades da empresa, as necessidades de financiamento totais foram supridas pelo recurso ao financiamento direto do Estado.

Demonstração Fluxos Caixa

[milhões de euros]

Demonstração Fluxos Caixa	31.12.2011	31.12.2012
Deficit Operação	- 190	- 67
Deficit Investimento	- 190	161
Custos Financeiros	- 236	- 265
Necessidades totais	- 616	- 171
Endividamento Curto Prazo	144	
Endividamento Estado	2 063	2 863
Endividamento Médio Longo Prazo	4 344	4 082
Total Endividamento	6 551	6 945

Estrutura Patrimonial

A **Demonstração da Posição Financeira** evidencia os ativos e os passivos afetos a cada uma das atividades (Investimento de Longa Duração e de Gestão da Infraestrutura).

Ativo

A estrutura patrimonial da REFER mantém-se, em termos relativos, semelhante a 2011, ou seja, a atividade que maior peso regista, face ao valor global do ativo, continua a ser Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração (ILD) com um peso de 92% em 2012 e que, em 2011, constituía 96% do total do ativo.



A rubrica Ativo Corrente registou um incremento na sua relatividade face ao total do ativo, essencialmente devido ao saldo em Caixa e equivalentes de caixa (212 milhões em 2012 face a 11 milhões em 2011). Este saldo reflete a antecipação de recebimentos relativos a candidaturas a fundos europeus (as quais estavam previstas apresentar em 2013).

Por outro lado, a rubrica Clientes e Outras Contas a Receber regista um incremento de 19 milhões de euros; parte do qual se refere ao acréscimo registado no saldo de Clientes Partes Relacionadas – CP - Comboios de Portugal, E.P.E. (o seu PMR passou de 263 dias em 2011 para 290 em 2012).

[10⁶euros]

Ativo Corrente Gestão Infraestrutura Ferroviária	31.12.2011	31.12.2012	Variação	Var %
Instrumentos financeiros derivados	15 400	16 244	844	5%
Inventários	14 278	19 998	5 721	40%
Clientes e outras contas a receber	117 818	136 903	19 085	16%
Impostos sobre o rendimento a receber	700	770	70	10%
Caixa e equivalentes de caixa	10 929	212 246	201 316	1842%
Ativo Corrente	159 124	386 161	227 036	143%

Os ativos correntes afetos à Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração registaram um decréscimo de 22 milhões de euros face a 2011. Esta variação resulta do efeito conjugado das seguintes variações:

[10⁶euros]

Ativo Corrente Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração	31.12.2011	31.12.2012	Variação	Var %
Concedente - Estado - Conta a Receber	4 828 334	4 807 873	- 20 461	0%
Inventários	15 925	14 475	- 1 449	-9%
Clientes e outras contas a receber	8 797	8 211	- 586	-7%
Ativo Corrente	4 853 055	4 830 559	- 22 497	0%

Passivo

O total do passivo registou um incremento de 290,6 milhões de euros face a 2011. A variação mais significativa ocorreu na rubrica Empréstimos Obtidos Correntes referentes à atividade Gestão Infraestrutura (+399 milhões de euros), à necessidade de suprir o *deficit* de exploração assim como de cumprir as responsabilidades afetas ao serviço da dívida.

[10³euros]

Passivo	31.12.2011	31.12.2012	Variação	Var %
Atividade de Gestão da Infraestrutura Ferroviária	1 892 817	2 269 359	376 542	20%
Não correntes	1 581 165	1 625 791	44 626	3%
Correntes	311 652	643 568	331 916	107%
Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração	4 967 314	4 881 351	- 85 963	-2%
Não correntes	4 565 957	4 734 992	169 035	4%
Correntes	401 357	146 359	- 254 998	-64%
Total do passivo	6 860 131	7 150 710	290 579	4%

Gestão Financeira e a Dívida

A REFER desenvolveu a atividade de gestão financeira alinhando a sua atuação às diretrizes definidas pelo acionista. Após a integração da empresa no perímetro de consolidação do setor público administrativo, através da sua reclassificação como Empresa Pública Re classificada (EPR), em 2011, esta medida tornou-se ainda mais explícita com a inscrição direta do seu orçamento de despesa e receita no Orçamento de Estado para 2012.

De acordo com esta evolução, a REFER passou a gerir o seu orçamento económico através da aplicação da Lei 8/2012 (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) que implicou uma alteração profunda na gestão e controlo orçamental da empresa. Com efeito, do orçamento económico derivou-se o orçamento de despesa e receita e sobre este foram implementados os mecanismos necessários para realização da despesa e inscrição da receita. A alteração fundamental ocorrida e imposta pela Lei 8/2012 foi, assim, a obrigação de comprometer toda e qualquer despesa previamente à sua realização tendo como limites as dotações afetas às diversas rubricas orçamentais inscritas pela REFER no Orçamento de Estado.

Como consequência, as necessidades de financiamento previstas para 2012 e traduzidas em empréstimos a contrair do Estado não poderiam ser ultrapassadas sob pena de estar a REFER a contribuir para o agravamento do défice público. Assim, a gestão financeira foi desenvolvida em articulação muito estreita com a gestão orçamental.

Neste contexto, as necessidades totais de financiamento previstas para 2012, no valor de 800,3 milhões de euros, foram supridas através de empréstimos de médio e longo prazo concedidos pelo Estado português, num total correspondente aquele montante. Da decomposição das necessidades de financiamento destacam-se as necessidades relativas aos reembolsos de capital de dívida de curto prazo e de médio e longo prazo, 150 milhões de euros e 262 milhões de euros, respetivamente. A diferença para o valor total respeitava às necessidades decorrentes dos encargos financeiros líquidos associados à dívida e swaps e ao défice operacional.

Importa salientar que, para 2012, estava previsto que a atividade de investimento fosse financiada integralmente pelo Capítulo 50º do PIDDAC e maioritariamente por fundos comunitários resultando num cash-flow positivo de aproximadamente 3 milhões de euros.

Tendo como limites intransponíveis os montantes atrás referidos, a REFER geriu a sua atividade de forma a minimizar os riscos de execução orçamental. É importante destacar o surgimento de fatores exógenos, com impactos negativos diretos quer no lado da receita quer no lado da despesa e, para os quais a REFER propôs medidas de acomodação sem comprometer o seu objetivo de execução orçamental. Particular

destaque para a proposta de revisão da taxa de juro do empréstimo de médio longo prazo contraído em 2011 junto do Estado como forma de acomodar parcialmente a quebra da receita proveniente do maior operador ferroviário nacional – CP - Comboios de Portugal, EPE. Com efeito, o Estado reviu em baixa aquela taxa de juro, passando-a de 6,5% para 2,77% a partir de junho de 2012, reduzindo, assim, a massa de juros em cerca de 30 milhões de euros.

Por outro lado, importa referir que no final do ano a REFER envidou os maiores esforços de forma a apresentar duas candidaturas a fundos europeus (previstas apresentar apenas em 2013) que lhe permitissem, ainda em dezembro, receber adiantamentos relativos a essas candidaturas. Tal desígnio foi alcançado e, deste modo, a REFER conseguiu encaixar 112 milhões de euros adicionais, o que se traduziu positivamente na execução orçamental de 2012.

A REFER terminou o ano com um saldo de tesouraria de 212 milhões de euros, fruto essencialmente da antecipação do recebimento de fundos europeus e da forma como a Lei 8/2012 impõe a construção do orçamento, que amplifica as necessidades de financiamento previsionais traduzidas no montante de empréstimos do Estado contraídos em 2012.

Por outro lado, considerando que a REFER deixou de deter uma situação de tesouraria deficitária por via da obtenção de financiamento direto do Estado, as determinações relativas à aplicação do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, consagradas na Lei do Orçamento de Estado para 2012 (Lei 64-B de 30 de dezembro 2011), foram totalmente cumpridas (ver detalhe no capítulo “Unidade de Tesouraria do Estado”).

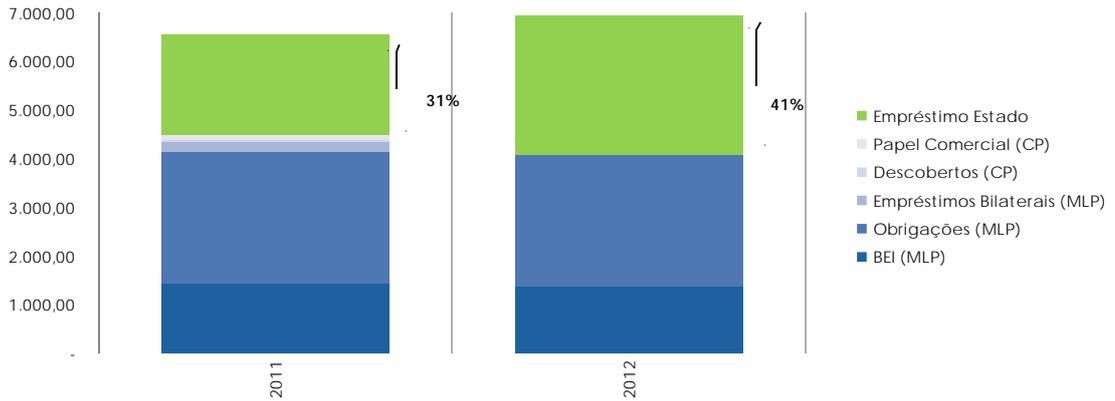
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA

Durante 2012, a REFER obteve empréstimos de médio e longo prazo do seu acionista, no montante de 800,3 milhões de euros, para fazer face a reembolsos de dívida, encargos financeiros e défice da atividade de gestão da infraestrutura. Assim, a dívida financeira da REFER (empréstimos obtidos) sofreu um agravamento de 422 milhões de euros, passando, em termos nominais, de 6.551 milhões em 2011 para 6.945 milhões em 2012.

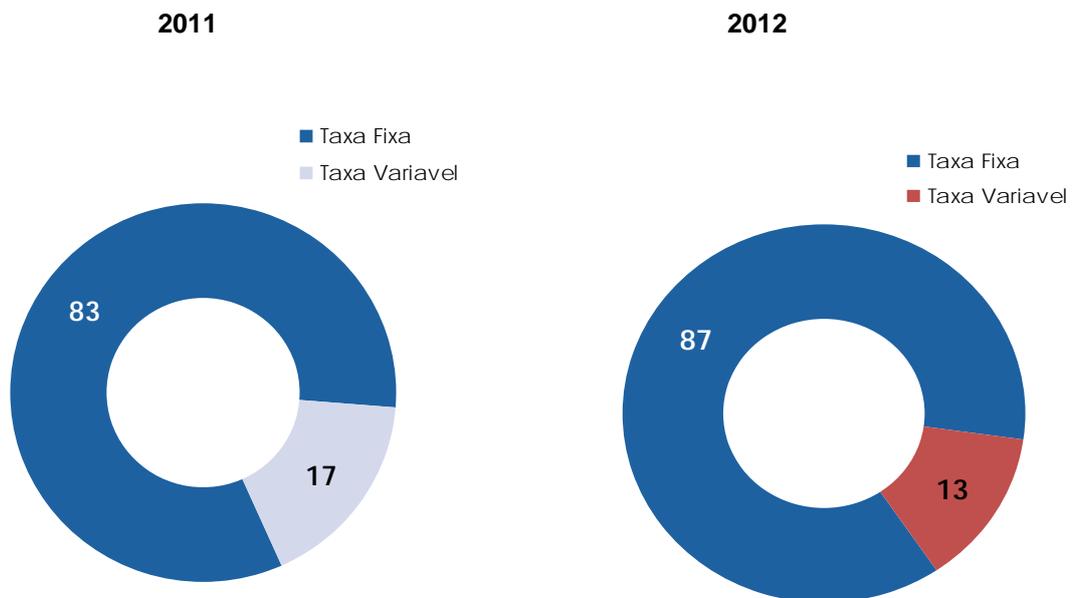
No que respeita à estrutura da dívida, esta alterou-se de forma significativa com a amortização integral da dívida de curto prazo. A dívida contraída em 2012 foi exclusivamente proveniente de empréstimos de médio-longo prazo concedidos pelo Estado Português.

Assim, a 31 de dezembro de 2012, a REFER apresentava a seguinte estrutura de dívida:

Estrutura da Dívida
[milhões de euros]



A substituição de dívida de curto-prazo (tipicamente a taxa variável) por empréstimos de médio-longo prazo do Estado em regime de taxa fixa conduziu à seguinte repartição da dívida por regime de taxa de juro:



Até outubro de 2012, a REFER manteve na sua esfera de atuação a gestão de risco de taxa de juro através da monitorização da sua carteira de operações de swap acompanhando os mercados financeiros numa base regular.

A partir de novembro, o IGCP terá assumido a responsabilidade de gestão e acompanhamento de toda a carteira de derivados. Esta medida será objeto de desenvolvimentos, tal como previsto na Lei 18/2013 de 18 de fevereiro.

ANÁLISE DE RESULTADOS FINANCEIROS

Para a análise dos resultados financeiros, considera-se a ótica do Resultado Financeiro Global que parte da Demonstração de Rendimento Integral e ignoram-se os movimentos contabilísticos relacionados com a Atividade de Investimento em Infraestruturas de Longa Duração com reflexo na Demonstração da Posição Financeira. Esta ótica dá a perspetiva real da performance da atividade de gestão de dívida e risco da REFER.

No quadro abaixo detalha-se, então, a performance financeira:
unidade: milhões de euros

	Real		Variação
	2011	2012	
Resultado Financeiro da Actividade Investimento	-179,3	-185,1	-5,8
Ganhos financeiros			
Perdas financeiras	-179,3	-185,1	-5,8
Resultado Financeiro da Actividade Gestão de Infra-Estruturas	-75,9	-83,3	-7,4
Ganhos financeiros	0,5	0,2	-0,3
Perdas financeiras	-84,0	-81,9	2,1
Ganhos / Perdas em Associadas	7,6	-1,5	-9,1
Resultados Financeiro da Actividade de Hedging	3,7	19,4	15,7
Juros Obtidos Instrumentos Financeiros Derivados	83,3	51,6	-31,8
Juros Suportados Instrumentos Financeiros Derivados	-75,5	-67,0	8,4
Variação do Justo Valor Derivados - Ganhos	21,9	35,1	13,2
Variação do Justo Valor Derivados - Perdas	-26,1	-0,3	25,8
Resultado Financeiro Global	-251,5	-249,0	2,5
Valor imputado - Concedente Estado	179,3	185,1	5,8
Resultado Financeiro (Demonstração de Rendimento Integral)	-72,3	-63,9	8,4

Em 2012, o Resultado Financeiro Global fixou-se em -249 milhões de euros verificando-se um desagravamento de 2,5 milhões de euros face a 2011.

Este Resultado é decomposto pelas seguintes parcelas:

- Resultado Financeiro afeto à Atividade de Gestão de Infraestruturas: - 83,3 milhões de euros;
- Resultado Financeiro afeto à Atividade de Investimento: -185,1 milhões de euros; e
- Resultado Financeiro afeto à Atividade de Hedging: +19,4 milhões de euros.

A melhoria registada resulta, essencialmente, da variação positiva de 15 milhões de euros face a 2011 ocorrida na atividade de Hedging . Esta variação é decomposta, por um lado, pela deterioração da componente cash em -23 milhões de euros e, por outro, pela recuperação do valor de mercado da carteira em 39 milhões de euros.

No que respeita à componente cash, a manutenção das taxas Euribor a níveis historicamente baixos permitiu que a deterioração verificada refletisse apenas o efeito de em 2011 se ter liquidado antecipadamente operações da carteira que permitiram naquele ano um encaixe de cerca de 23 milhões de euros.

Quanto à recuperação do valor de mercado, a diminuição da volatilidade das taxas de juro do euro e a tendência verificada de *parallel shift* da curva de taxa de juro do euro, durante 2012, permitiram que o valor de mercado das operações de swap com opcionalidade incluída atingisse os máximos até à data.

Relativamente à componente associada à atividade de Gestão da Infraestrutura, esta variou negativamente em cerca de 7 milhões de euros face a 2011, maioritariamente justificada pela performance negativa da rubrica Ganhos e Perdas em associadas:

- dividendos recebidos da REFER Telecom no montante de 2,8 milhões de euros em 2012 versus 1,3 milhões de euros em 2011;
- imparidades da REFER Património, RAVE e AVEP no montante de - 4,3 milhões de euros;
- não distribuição de reservas da REFER Engineering em 2012 versus 5,9 milhões de euros em 2011.

Por sua vez, as perdas financeiras associadas à Atividade de Investimento registaram um incremento de apenas 5,8 milhões de euros face a 2011. Apesar do aumento do investimento registado em 2012, a captação de financiamento comunitário em volume significativo durante o ano (cerca de 253 milhões de euros) permitiu que a afetação de empréstimos para cobertura contabilística do investimento fosse inferior à ocorrida em 2011, mas sem a mesma correspondência na variação dos encargos financeiros respetivos. Com efeito, o refinanciamento de dívida cujas taxas de juro eram inferiores às contratualizadas pelos empréstimos do Estado

anulou o impacto favorável decorrente da diminuição da dívida contabilisticamente afeta a esta Atividade.

No quadro abaixo, apresenta-se a evolução da taxa de juro média anual de financiamento para o período compreendido entre 2008-2012:

Taxa média anual de financiamento

	2012	2011	2010	2009	2008
Taxa média sem Hedging	3,985%	4,165%	3,385%	3,525%	4,836%
MLP	3,92%	3,807%	3,542%	3,682%	4,790%
CP	9,97%	4,991%	2,580%	2,668%	5,029%
Taxa média com Hedging	4,201%	4,143%	3,469%	3,330%	4,234%
MLP	4,14%	3,775%	3,644%	3,451%	4,042%
CP	9,97%	4,991%	2,580%	2,668%	5,029%
Média Euribor 6 meses	0,83%	1,638%	1,084%	1,429%	4,727%

O incremento da taxa de curto prazo deve-se aos elevados spreads e comissões cobradas pela banca comercial no financiamento à REFER até setembro de 2012.

A justificação para o incremento da taxa média de financiamento de médio-longo prazo está associada à revisão em baixa da taxa de juro do empréstimo do Estado contraído no final de 2011 de 6,5% para 2,77% apenas ter produzido efeitos a partir de junho de 2012.

Dada a inexistência de novas operações de mercado de capitais num futuro próximo e a limitação do risco de crédito da REFER ao risco de crédito do seu acionista, a empresa decidiu não renovar o contrato com a agência de rating internacional Standard & Poor's (S&P) e a Moody's.

Previamente a esta decisão, a Standard & Poor's (S&P) reafirmou o rating de longo prazo atribuído à REFER e às emissões obrigacionistas não garantidas pelo Estado português em CCC+. Relativamente às emissões garantidas, aquela agência manteve a notação de rating no nível atribuído à República de Portugal em BB.

Apesar da rescisão do contrato com a Moody's, esta agência decidiu continuar a monitorizar a REFER, mantendo-lhe o nível de B2.

Aplicação de Resultados

Nos termos previstos no nº 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho de Administração declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante na documentação de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da REFER e que, o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício – défice de 92.113.782 euros (noventa e dois milhões, cento e treze mil, setecentos e oitenta e dois euros) – seja transferido para a conta de Resultados Acumulados.

Lisboa, 28 de março de 2013

O Conselho de Administração

Presidente Eng.º Rui Lopes Loureiro

Vice-presidente Eng.º José Luís Ribeiro dos Santos

Vogal Dr. Alberto Manuel de Almeida Diogo

Vogal Dr. José Rui Roque

Vogal Eng.º Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro

PARTE II

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS





II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Este relatório refere-se à empresa Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. (REFER). Os dados de carácter económico e social aqui apresentados resultam da atividade da empresa durante o ano de 2012.

Todos os relatórios da REFER se encontram disponíveis em www.refer.pt.

Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE

Estação de Santa Apolónia

1100-105 Lisboa

www.refer.pt

Capital Social: 430 200 000 euros

NIF: 503 933 813

Índice

Declaração de Cumprimento	5
Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2012	6
Demonstrações do Rendimento Integral	9
Demonstrações das Alterações no Capital Próprio	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	11
Notas às Demonstrações Financeiras	13
1. Atividade económica da REFER	13
1.1 Missões da REFER	13
1.2 Regulamentação das missões desenvolvidas pela REFER	14
2. Bases de apresentação e políticas contabilísticas	16
2.1 Bases de apresentação	16
2.2 Políticas contabilísticas	17
2.3 Principais estimativas e julgamentos utilizadas nas demonstrações financeiras	32
3. Políticas de gestão de risco financeiro	33
4. Atividade de investimentos em Infraestruturas de Longa Duração	39
4.1 Concedente – Estado – Conta a Receber	40
4.1.1 Ativos concessionados (ILD's)	40
4.1.2 Subsídios	42
4.1.3 Rentabilização de ativos	43
4.1.4 Juros Debitados	43
4.1.5 Imparidades	43
4.2 Inventários	44
4.3 Clientes e outras contas a receber	44
4.4 Empréstimos Obtidos	45
4.5 Fornecedores e outras contas a pagar	48
5. Atividade de Gestão da Infraestrutura	49
5.1 Ativos Fixos Tangíveis	49
5.2 Ativos Intangíveis	51
5.3 Investimentos em Subsidiárias	52
5.4 Investimentos em Associadas e em Empreendimentos Conjuntos	54
5.5 Categorias de acordo com a IAS 39	56
5.6 Ativos financeiros disponíveis para venda	58
5.7 Empréstimos e contas a receber	60
5.8 Inventários	60

5.9	Instrumentos Financeiros Derivados	61
5.10	Clientes e Outras Contas a Receber	62
5.11	Caixa e Equivalentes a Caixa	64
5.12	Empréstimos Obtidos	64
5.12.1	Dívidas a Instituições de Crédito	64
5.12.2	Termos e prazos de reembolso dos empréstimos	65
5.13	Fornecedores e Outras Contas a Pagar	67
5.14	Provisões	69
5.15	Impostos sobre o rendimento	70
6.	Prestações de Serviços e Subsídios à Exploração	70
6.1	Prestações de Serviços	70
6.2	Subsídios à Exploração	71
7.	Fornecimentos e Serviços Externos	72
8.	Gastos com Pessoal	74
9.	Imparidades	75
10.	Outros Gastos	76
11.	Outros Rendimentos	77
12.	Perdas e Ganhos Financeiros	78
13.	Ganhos / (Perdas) em Subsidiárias Associadas e Empreendimentos Conjuntos	79
14.	Imposto sobre o Rendimento do Exercício	80
14.1	Impostos diferidos ativos e passivos	80
14.2	Imposto sobre o rendimento do exercício	80
15.	Demonstração dos resultados internos efetuados para a atividade de investimento em infraestruturas de longa duração	81
16.	Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais	81
17.	Divulgações com partes relacionadas	83
17.1	Resumo das entidades relacionadas	83
17.2	Saldos e transações com empresas subsidiárias	85
17.3	Saldos e transações com empresas associadas	88
17.4	Saldos e transações com outras entidades relacionadas	89
17.5	Saldos e faturação emitida com entidades públicas	91
18.	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	92
19.	Compromissos de investimento	96
20.	Garantias e avales	96
21.	Contingências	97
22.	Eventos subsequentes	98

Declaração de Cumprimento

Declaração Prevista no Artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários.

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração da Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E., abaixo identificados nominalmente, subscreveu a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos no Artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, atuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada no seio do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras separadas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. e que o relatório de gestão relativo ao exercício social de 2012 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas para os exercícios seguintes.”

O Conselho de Administração

Presidente	Eng.º Rui Lopes Loureiro
Vice-Presidente	Eng.º José Ribeiro dos Santos
Vogal	Dr. Alberto Almeida Diogo
Vogal	Dr. José Rui Roque
Vogal	Eng.º Amílcar Ferreira Monteiro

Demonstrações Financeiras

a 31 de dezembro de 2012

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

a 31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

Ativo	Notas	2012	2011
Atividade de Gestão da Infraestrutura ferroviária	5.	435 893 835	215 206 723
Não correntes			
Ativos fixos tangíveis	5.1	36 009 510	37 858 141
Ativos intangíveis	5.2	1974 420	1944 664
Investimentos em subsidiárias	5.3	11 717 157	15 972 554
Investimentos em associadas e em empreendimentos conjuntos	5.4	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.6	31 875	31 875
Empréstimos e contas a receber	5.7	0	0
		49 732 962	55 807 234
Correntes			
Inventários	5.8	19 998 369	14 552 565
Instrumentos financeiros derivados	5.9	16 243 974	15 399 540
Clientes e outras contas a receber	5.10	136 902 792	117 818 020
Impostos sobre o rendimento a receber	5.15	770 000	700 000
Caixa e equivalentes de caixa	5.11	212 245 737	10 929 364
		386 160 873	159 399 489
Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração	4.	4 830 558 518	4 852 780 310
Correntes			
Concedente - Estado - Conta a Receber	4.1	4 807 872 548	4 828 333 834
Inventários	4.2	14 475 401	15 649 824
Clientes e outras contas a receber	4.3	8 210 569	8 796 652
		4 830 558 518	4 852 780 310
Total do ativo		5 266 452 353	5 067 987 033

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (continuação)

a 31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

Capital Próprio e Passivo	Notas	2012	2011
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital			
Capital		430 200 000	430 200 000
Resultados acumulados		-2 222 343 923	-2 060 270 975
		-1792 143 923	-1630 070 975
Resultado do exercício atribuível a detentores do capital		- 92 113 782	- 162 072 948
		-1 884 257 705	-1 792 143 923
Total do capital próprio			
Passivos			
Atividade de Gestão da Infraestrutura ferroviária		2 269 359 430	1 892 817 049
Não correntes			
Empréstimos obtidos	5.12	1612 902 005	1569 094 901
Provisões	5.14	12 889 264	12 070 326
		1625 791269	1581 165 226
Correntes			
Empréstimos obtidos	5.12	541553 110	142 651608
Instrumentos financeiros derivados	5.9	44 966 433	78 943 804
Fornecedores e outras contas a pagar	5.13	56 774 316	89 749 470
Imposto sobre o rendimento a pagar	5.15	274 302	306 941
		643 568 161	311651823
Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração	4.	4 881 350 629	4 967 313 907
Não correntes			
Empréstimos obtidos	4.4	4 734 991853	4 565 956 695
		4 734 991853	4 565 956 695
Correntes			
Empréstimos obtidos	4.4	72 880 694	262 377 139
Fornecedores e outras contas a pagar	4.5	73 478 081	138 980 073
		146 358 775	401357 212
		7 150 710 058	6 860 130 956
		5 266 452 353	5 067 987 033
Total do capital próprio e passivo			

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras

28 de março de 2013



O conselho de Administração

Diretor financeiro

Dra. Maria do Carmo Duarte Ferreira

Técnico Oficial de Contas

Dra. Isabel Rasteiro Lopes

Presidente Eng.º Rui Lopes Loureiro

Vice - Presidente Eng.º José Ribeiro dos Santos

Vogal Dr. Alberto Almeida Diogo

Vogal Dr. José Rui Roque

Vogal Eng. Amílcar Ferreira Monteiro

Demonstrações do Rendimento Integral a 31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

Rubricas	Notas	2012	2011
Prestações de serviços	6.1	100 388 188	130 731 415
Subsídios à exploração	6.2	39 600 000	36 000 000
Custo do consumo de materiais		- 4 326 086	- 34 947 875
Fornecimentos e serviços externos	7.	- 88 041 190	- 98 249 757
Gastos com pessoal	8.	- 77 799 661	- 124 673 646
Depreciações e amortizações do exercício	5.15.2	- 3 100 946	- 3 617 424
Provisões	5.14	- 818 939	- 667 628
Imparidades	9.	- 4 978 798	- 4 566 144
Outros gastos	10.	- 2 234 274	- 4 112 678
Outros rendimentos	11.	13 427 143	14 671 314
Resultado Operacional		- 27 884 562	- 89 432 422
Perdas financeiras	12.	- 334 312 385	- 310 610 450
Ganhos financeiros	12.	271 941 345	230 769 550
Ganhos/(Perdas) em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	12.	- 1 530 397	7 587 231
Resultados antes de impostos		- 91 785 999	- 161 686 092
Imposto do exercício	14.	- 327 784	- 386 857
Resultado líquido do exercício		- 92 113 782	- 162 072 948

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras

28 de março de 2013

O conselho de Administração

Diretor financeiro

Dra. Maria do Carmo Duarte Ferreira

Presidente Eng.º Rui Lopes Loureiro

Vice - Presidente Eng.º José Ribeiro dos Santos

Técnico Oficial de Contas

Dra. Isabel Rasteiro Lopes

Vogal Dr. Alberto Almeida Diogo

Vogal Dr. José Rui Roque

Vogal Eng. Amílcar Ferreira Monteiro

NOTA:

Não são apresentados os resultados por ação, uma vez que a REFER se encontra excluída do âmbito do IAS 33, por o seu capital social ter a forma jurídica de "Capital Estatutário", integralmente detido pelo Estado Português, não sendo assim expresso por ações ou qualquer outro tipo de títulos.

Demonstrações das Alterações no Capital Próprio

a 31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

	Capital Social	Resultados Acumulados	Resultado Integral	Total Capital Próprio
Saldos em 31 de dezembro de 2010	305 200 000	-1 909 852 799	- 150 418 176	-1 755 070 975
Aplicação do resultado integral		- 150 418 176	150 418 176	0
Aumento de capital	125 000 000			125 000 000
Resultado integral de 2011			- 162 072 948	- 162 072 948
Saldos em 31 de dezembro de 2011	430 200 000	-2 060 270 975	- 162 072 948	-1 792 143 923
Aplicação do resultado integral		- 162 072 948	162 072 948	0
Resultado integral de 2012			- 92 113 782	- 92 113 782
Saldos em 31 de dezembro de 2012	430 200 000	-2 222 343 923	- 92 113 782	-1 884 257 705

O conselho de Administração

Diretor financeiro

Dra. Maria do Carmo Duarte Ferreira

Presidente

Eng.º Rui Lopes Loureiro

Vice - Presidente

Eng.º José Ribeiro dos Santos

Técnico Oficial de Contas

Dra. Isabel Rasteiro Lopes

Vogal

Dr. Alberto Almeida Diogo

Vogal

Dr. José Rui Roque

Vogal

Eng. Amílcar Ferreira Monteiro

Demonstrações dos Fluxos de Caixa a 31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

Rubricas	Notas	2012	2011
Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		68 887 237	45 336 854
Pagamentos a fornecedores		- 103 952 690	- 159 102 530
Pagamentos ao pessoal		- 76 909 268	- 130 592 014
Fluxo gerado pelas operações		- 111 974 721	- 244 357 691
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/ (pagamentos) relativos à atividade operacional		44 752 725	54 179 908
Fluxo das atividades operacionais (1)		- 67 221 996	- 190 177 782
Atividades de Investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios de investimento		263 280 455	64 073 817
Dividendos	5.23	2 800 000	1300 000
		266 080 455	65 373 817
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros			
Ativos tangíveis		99 881 269	257 960 187
Ativos intangíveis			
		99 881 269	257 960 187
Fluxo das atividades de investimento (2)		166 199 186	- 192 586 371
Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		3 036 924 941	999 603 484
Reservas			
Juros		518 16 429	85 050 191
		3 088 741 370	1084 653 674
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		2 669 670 858	370 008 851
Juros e custos similares		316 731 330	321 114 624
Outros			
		2 986 402 188	691 123 475
Fluxo das atividades de financiamento (3)		102 339 182	393 530 199
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)-(2)+(3)		201 316 372	10 766 046
Efeito das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.11	2 12 245 737	10 929 364
Caixa e seus equivalentes no início do período	5.11	10 929 364	163 319
Varição de caixa e seus equivalentes		201 316 372	10 766 046

O conselho de Administração

Diretor financeiro

Dra. Maria do Carmo Duarte Ferreira

Técnico Oficial de Contas

Dra. Isabel Rasteiro Lopes

Presidente Eng.º Rui Lopes Loureiro

Vice - Presidente Eng.º José Ribeiro dos Santos

Vogal Dr. Alberto Almeida Diogo

Vogal Dr. José Rui Roque

Vogal Eng. Amílcar Ferreira Monteiro

Notas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

1. Atividade económica da REFER

A Rede Ferroviária Nacional - REFER, *E.P.E*, adiante designada por REFER, com sede na Estação de Santa Apolónia, em Lisboa, é uma entidade pública empresarial, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio. Encontra-se sujeita à tutela do Ministério das Finanças e Ministério da Economia e Emprego, e foi constituída pelo Decreto-Lei nº 104/97, de 29 de abril.

A REFER tem como atividade principal a prestação de serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional, estando-lhe ainda atribuída a responsabilidade de construção, instalação e renovação das infraestruturas ferroviárias.

No desenvolvimento da sua atividade e de forma a garantir um elevado nível de eficiência e eficácia, a REFER recorre a serviços complementares, de áreas de negócio que não estão compreendidas na sua atividade principal, mas que são realizadas pelas suas empresas participadas.

1.1 Missões da REFER

A atividade da REFER subdivide-se em duas missões: a Atividade de Investimento em Infraestruturas de Longa Duração (ILD's) e a Gestão de Infraestrutura (GI).

- Investimentos Longa Duração (ILD'S)

Nesta missão encontram-se incluídos o conjunto de investimentos associados a:

- Novas infraestruturas e / ou expansão da Rede;
- Modernização e reabilitação, com a introdução de novas tecnologias no modo de operação;
- Substituição que engloba as intervenções que introduzem melhoramentos de carácter duradouro ou que são suscetíveis de aumentar o valor e/ou a vida útil do bem não alterando as condições de exploração.

A contratação do financiamento necessário para os investimentos efetuados, conforme descrito supra, é efetuada pela REFER e reveste a forma de obtenção de crédito junto de instituições financeiras e do mercado de capitais, fornecedores, prestações do acionista e obtenção de subsídios.

- **Gestão de Infraestruturas - Investimentos em estruturas de apoio e de gestão (EAG)**

A missão GI corresponde à prestação de um serviço público, contemplando funções como a conservação e manutenção de infraestruturas, gestão de capacidade, gestão do sistema de regulação e segurança, comando e controlo de circulação.

Engloba o conjunto de investimentos de funcionamento (ex. mobiliário e informática), sem implicações nas concessões e exploração ferroviária.

1.2 Regulamentação das missões desenvolvidas pela REFER

Regulação tarifária

Pelo Decreto-Lei n.º 104/97, de 29 de abril, foi delegado na REFER a prestação do serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional e conferido o direito de cobrar tarifas devidas pela utilização da infraestrutura ferroviária.

No que respeita às tarifas de utilização da infraestrutura, cabe à REFER, nos termos do Decreto-Lei n.º 270/2003 de 28 de outubro, republicado pela Decreto-Lei n.º 231/2007 de 14 de junho, fixar, determinar e cobrar as tarifas devidas pela utilização da infraestrutura, para financiamento da sua atividade de gestão da infraestrutura, respeitando as regras definidas no referido diploma legal, bem como as emitidas pelo Regulamento n.º 630/2011, de 12 de dezembro, do IMTT.

No âmbito da sua atividade, a REFER presta serviços essenciais, adicionais e auxiliares, cuja descrição e condições de prestação – incluindo as condições tarifárias – encontram-se definidas no Diretório da Rede.

Tarifas respeitantes aos serviços essenciais

a) Tarifas base

Os serviços essenciais oferecidos pelo gestor da infraestrutura, compreendem:

- o pacote mínimo de acesso;
- o acesso por via férrea às instalações de serviço e ao fornecimento de serviços;
- a utilização de infraestruturas e equipamentos de fornecimento, transformação e distribuição de energia elétrica de tração;
- a prestação do socorro ferroviário nos termos previstos no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 270/2003.

b) Tarifação da capacidade pedida e não utilizada

O valor devido pela capacidade pedida e não utilizada corresponde a:

- 100% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada entre a data para a qual a capacidade tinha sido pedida e três dias (inclusive) antes dessa data;
- 10% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada entre três dias (exclusive) e catorze dias (inclusive) antes da data para a qual a capacidade tinha sido pedida;
- 5% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada num prazo superior a catorze dias (exclusive) relativamente à data para a qual a capacidade tinha sido pedida;
- Não se aplica a tarifação da capacidade pedida e não utilizada às situações de substituição de um canal horário por outro, desde que seja comprovado que o novo canal tem a mesma origem e destino e uma translação do tempo de partida até 24 horas relativamente ao canal de origem no caso do transporte de passageiros ou a sete dias no caso do transporte de mercadorias.

Tarifas respeitantes aos serviços adicionais

a) Energia de tração

Considerando que o acesso à energia elétrica de tração que os Operadores necessitam, apenas pode ser feito através de infraestruturas sob gestão da REFER, esta faculta aos Operadores o acesso aos meios sob sua gestão.

Caso se encontre acordado em contratos vigentes o pagamento à REFER de qualquer valor a título de remuneração de serviços relativos a conferência, faturação e ou repartição de consumos, é levado em conta, até à concorrência daquele valor, o que se apurar em função das regras tarifárias.

b) Manobras

Os serviços de manobras são cobrados em função da mobilização de meios humanos (incluindo tempos de deslocação, se aplicável), traduzida em minutos efetivos, podendo corresponder a 3 categorias profissionais: Operador de Manobras, Operador de Circulação ou Controlador de Circulação.

c) Estacionamento de material circulante

O estacionamento em linhas de estações não afetas à circulação é considerado por períodos de duração igual ou superior a 1 hora.

Tarifas respeitantes aos serviços auxiliares

Os serviços que envolvam utilização de mão-de-obra da REFER são faturados em função dos meios humanos mobilizados.

Outras tarifas

O Diretório da Rede, a Regulamentação Ferroviária, bem como a documentação técnica necessária ao estudo dos pedidos de capacidade, são fornecidos aos interessados, a pedido, contra o pagamento de uma quantia correspondente ao custo de publicação.

2. Bases de apresentação e políticas contabilísticas

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das operações da REFER e a sua posição financeira, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, constituindo as demonstrações financeiras separadas da empresa.

Estas demonstrações financeiras foram apreciadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 28 de março de 2013, que deliberou submete-las à aprovação da Tutela. É da opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da REFER, bem como a sua posição, performance financeira e fluxos de caixa.

Todos os valores estão expressos em euros (€), sem arredondamentos, salvo indicação em contrário. As demonstrações financeiras da REFER foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adotadas pela União Europeia (UE), emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2012.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos que os antecederam.

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos financeiros registados ao justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, que se encontram registados ao respetivo valor de mercado, exceto aqueles para os quais o justo valor não é possível determinar.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que a empresa formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados aplicáveis e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não seria possível de obter através de outras fontes. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 2.3.

2.2 Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nos parágrafos que se seguem, e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados.

a) Participações financeiras em empresas subsidiárias

De acordo com os conceitos previstos pela IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, empresas subsidiárias são as empresas controladas pela REFER.

Existe **controlo** quando a REFER detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a empresa detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa com o objetivo de usufruir benefícios resultantes da sua atividade, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

A aquisição de subsidiárias é inicialmente registada pelo **método de compra**, de acordo com o previsto na IFRS 3. Subsequentemente, as participações são mensuradas ao **custo**, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de acordo com a opção prevista na IAS 27, para as demonstrações financeiras separadas.

O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição acrescido dos gastos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados.

Os dividendos recebidos destas empresas são registados em resultados do exercício quando atribuídos, de acordo com a IAS 27.

b) Participações financeiras em empresas associadas

Conforme previsto na IAS 28 – Investimentos em associadas, empresas associadas são as empresas onde se exerça uma **influência significativa** sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo.

Presume-se que existe influência significativa quando a entidade detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

A aquisição de associadas é inicialmente registada pelo **método de compra**, de acordo com o previsto na IFRS 3. Subsequentemente, as participações são mensuradas ao **custo**, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de acordo com a opção prevista na IAS 27, para as demonstrações financeiras separadas.

O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição acrescido dos gastos diretamente atribuíveis à aquisição.

Os dividendos recebidos destas empresas são registados em resultados do exercício quando atribuídos, de acordo com a IAS 27.

c) Participações financeiras em entidades conjuntamente controladas

De acordo com o estabelecido na IAS 31 – Interesses em empreendimentos conjuntos, os empreendimentos conjuntos podem assumir formas diferenciadas, sendo que a norma identifica três grandes tipos: i) operações conjuntamente controladas, ii) ativos conjuntamente controlados e iii) entidades conjuntamente controladas.

O investimento na AVEP, configura uma entidade conjuntamente controlada, sendo que a referida sociedade é em si mesma fruto da parceria estabelecida entre a RAVE e a ADIF (entidade espanhola), que constituíram a AVEP em percentagens iguais entre si (50%).

No decorrer de 2012, a RAVE cedeu à REFER a sua participação (notas 5.3 e 5.4), passando a integrar o empreendimento denominado AVEP.

De acordo com a IAS 31, os interesses em entidades conjuntamente controlados nas demonstrações separadas de uma entidade, devem ser registados ao custo ou ao justo valor. Nas demonstrações financeiras separadas da REFER optou-se pelo custo.

d) Atividade em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILDs) – Acordos de Concessão de Serviços – IFRIC 12

Decorrente do processo de cisão da atividade ferroviária em Portugal, em 1997, foi acometida à REFER a responsabilidade de construção e renovação das infraestruturas ferroviárias de longa duração. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado, assumindo a REFER o papel de “agente” nesta atividade.

Aplicando este entendimento, os efeitos referentes a esta atividade são considerados de acordo com a IFRIC 12.

Assim, para efeitos de aplicação da IFRIC 12, considera-se que a Atividade em Investimentos de Infraestrutura de Longa Duração consubstancia a existência de uma concessão entre o Estado (Ente Público) e a REFER (equiparado a Ente privado apesar de o único acionista ser o Estado), sendo essa atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado, assumindo a REFER o papel de “Concessionário” nesta atividade.

A IFRIC 12 – Acordos de Concessão de serviços foi emitida pelo IASB em Novembro de 2006, para aplicação aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2008. A sua adoção na União Europeia ocorreu em 25 de março de 2009, ficando estabelecida a obrigatoriedade à sua aplicação para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2010.

A IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços públicos nos quais o concedente (Estado) controla (regula):

- Os serviços a serem prestados pela concessionária (mediante a utilização da infraestrutura), a quem e a que preço; e
- Quaisquer interesses residuais sobre a infraestrutura no final do contrato.

A IFRIC 12 aplica-se a infraestruturas:

- Construídas ou adquiridas pelo operador a terceiros
- Já existentes e às quais é dado acesso pelo operador.

Desta forma, e atendendo ao acima descrito a concessão existente na REFER encontra-se incluída no âmbito desta IFRIC pelas razões que seguem:

- I. A REFER é uma entidade com fins lucrativos e sujeita à aplicação do Código das Sociedades Comerciais, não obstante o seu acionista ser o estado, a mesma está constituída por um regime societário típico e dispõe de independência patrimonial face ao seu acionista, sendo dessa forma afastada a exclusão de aplicação da IFRIC 12 de acordo como seu §4;
- II. O decreto-lei que constitui a REFER, em substância pode ser considerado um acordo de concessão, pois o Estado na qualidade de Concedente, controla e regulamenta os serviços públicos prestados pela REFER, na qualidade de Concessionária, com as infraestruturas integrantes do domínio público ferroviário nacional, definindo igualmente a quem são prestados os serviços e a que preço;

- III. O Estado, através da propriedade, controla as Infraestruturas, pois pertencem ao domínio público do Estado, cedendo este à REFER o direito de acesso às mesmas para esta prestar o serviço público.

Esta interpretação estabelece os princípios genéricos de reconhecimento e mensuração de direitos e obrigações ao abrigo de contratos de concessão com as características mencionadas anteriormente e define os seguintes modelos:

- I. Modelo do ativo intangível – Quando o operador recebe do concedente o direito de cobrar uma tarifa em função da utilização da Infraestrutura;
- II. Modelo do ativo financeiro – Quando operador tem um direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente, correspondente a montantes específicos ou determináveis, o operador deve registar um ativo financeiro (conta a receber). Neste modelo, a entidade dispõe, de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento, em virtude de o acordo ser em geral, legalmente vinculativo.
- III. Modelo “misto” – Este modelo, previsto no § 18 da IFRIC 12, aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Face à tipologia dos modelos, foi considerado que o que melhor traduz a atividade atribuída à REFER é o modelo do Ativo financeiro, pois de acordo com a legislação em vigor, o Estado (Ente público) suportará integralmente os custos associados a investimentos em infraestruturas ferroviárias nacionais, possuindo assim a REFER um direito incondicional de receber dinheiro do Estado pelos investimentos realizados em ILD's. Direito esse conferido quer pelo art.º11 da Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres para o transporte ferroviário (LBTT), quer pelo DL 141/2008, de 22 Julho, quer ainda pelo Plano Estratégico de Transportes (PET) que enfatizam entre outros que “a construção de novas linhas e ramais ferroviários requer prévia aprovação do Ministro das Finanças e do ministro da tutela” e que o investimento necessário à construção de infraestrutura ferroviária, enquanto bens do domínio público é da responsabilidade do Estado.

No que respeita ao Ativo Financeiro, resultante da aplicação desta norma, o mesmo foi enquadrado de acordo com a IAS 32, IAS 39 e IFRS 7.

Pelo facto de não existir acordo de concessão formal, a REFER assume as seguintes premissas para determinação do valor da concessão, baseando-se no princípio da substância sobre a forma e na legislação existente nomeadamente:

- A Lei de Bases do sistema de Transportes Terrestres Conservação e Vigilância da infraestrutura – Lei 10/90 - que legisla no nº 3 do artigo 11º a compensação devida pelo estado da totalidade dos encargos de construção, conservação e

vigilância de infraestruturas, de harmonia com as normas a aprovar pelo Governo.

- Nos estatutos da REFER, E.P.E., nº 4 artigo 15º, que determina que “o valor dos bens patrimoniais adquiridos pela empresa, a título oneroso, e que sejam afetados ao domínio público, bem como os valores das benfeitorias realizadas pela empresa em bens de domínio público que lhe estejam afetos ou por ela sejam administrados, deve ser repostos caso a empresa seja privada da sua administração ou exploração”
- No Plano Estratégico dos Transportes (RCM 45/2011):
 - O investimento necessário à construção de infraestruturas de transporte, enquanto bens e ativos do domínio público, é uma responsabilidade do Estado, como consta da própria Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres. Não obstante, nas últimas décadas, as empresas do sector empresarial do Estado dos transportes públicos terrestres e da infraestrutura ferroviária têm assumido o ónus de suportar nas suas demonstrações financeiras— através de emissão de dívida — os encargos decorrentes daquele investimento, por conta do Estado.
 - A dívida histórica das empresas do SEE de transportes públicos e da infraestrutura ferroviária resulta, em parte, da concretização de projetos de investimentos da responsabilidade do Estado, (...)
- Quando existam desafetações de domínio público ferroviário, o ganho ou perda obtido será afeto a esta atividade, conforme estabelecido em cada despacho de desafetação.

Assim, os valores suportados com os ILD's assumem a forma de “conta a receber” imputada à entidade “Estado concedente”, sendo reconhecida inicialmente ao justo valor.

O ativo financeiro é constituído pelos ativos concessionados, que incluem as propriedades de domínio público ferroviário, em que a REFER apenas tem acesso a eles de modo a efetuar a prestação de serviços de “Gestão de Infraestrutura”, acrescidos da rentabilização de ativos, quer por venda, que por melhorias efetuados nos mesmos, deduzidos dos subsídios recebidos e acrescidos dos juros imputados à concessão, que decorrem da inexistência contrato de concessão formalizado.

Como não existe maturidade definida, assume-se que os valores a receber se vencem no momento do débito. Consequentemente a partir dessa data considera-se que é devido ao concessionário (REFER) juros relativamente ao valor em dívida. A forma de cálculo desses juros é efetuada tendo por base as mesmas condições do financiamento obtido para financiar diretamente esta atividade. São assim debitados os juros e outros gastos financeiros incorridos com os empréstimos contraídos para financiamento da concessão.

Infraestruturas de longa duração (“ILD’s”)

Os ativos concessionados, designados por Infraestruturas de Longa Duração são propriedade de Domínio Público Ferroviário, e a REFER apenas tem acesso a eles de modo a efetuar a prestação dos serviços de “Gestão de infraestruturas”. Desta forma, encontram-se registados na rubrica da demonstração da posição financeira “Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração”, por não se qualificarem como ativos controlados por esta entidade. Estes ativos, para além das aquisições e construções posteriores à cisão do património da CP, englobam igualmente o património dos Gabinetes extintos e património transferido daquela empresa.

e) Ativos Fixos Tangíveis

Afetos à gestão de infraestruturas

Os ativos fixos tangíveis registados na demonstração da posição financeira da REFER, referem-se a equipamentos utilizados pela REFER, no âmbito da atividade de GI, e não afetos à atividade de investimento em Infraestruturas de Longa Duração. O seu **reconhecimento inicial** é pelo custo.

Após o reconhecimento inicial, a REFER adotou o modelo do custo permitido pela IAS 16, e os ativos fixos tangíveis encontram-se escriturados pelo seu custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

Depreciações

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das **quotas constantes**, as taxas que correspondem à vida útil esperada para cada tipo de bem. As taxas de depreciação anual (em %), mais importantes, são as seguintes:

Designação	%
Terrenos	Não depreciados
Edifícios e outras construções	2 - 100
Equipamento básico	3,33 - 100
Equipamento de transporte	4 - 100
Ferramentas e utensílios	12,5 - 100
Equipamento administrativo	12,5 - 100
Outros ativos fixos	12,5 - 100

As vidas úteis dos ativos são revistas no final de cada exercício, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos.

Locações

A classificação das operações de locação como locações financeiras ou operacionais, depende da sua substância, e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo locado são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locação financeira

Os bens cuja utilização decorre de contratos de locação financeira são classificados como ativos fixos tangíveis, em conformidade com a IAS 17 - Locações.

Os ativos adquiridos em locação financeira são depreciados de acordo com a política estabelecida pela empresa para os ativos fixos tangíveis da mesma natureza.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos são imputados aos respetivos períodos durante o prazo de locação a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Contratos de locação operacional

Os bens cuja utilização decorre de contratos de locação relativamente aos quais não se assumem os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo locado, são classificados como locações operacionais, em conformidade com a IAS 17 – Locações, não sendo por isso registados na rubrica de ativos fixos tangíveis.

As rendas são registadas como gastos nos respetivos períodos durante o prazo de locação (nota 7).

f) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

Os ativos intangíveis reconhecidos na demonstração da posição financeira, referem-se essencialmente a programas informáticos.

Amortizações

As amortizações são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

g) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são **reconhecidos** na data da sua negociação (“trade date”) pelo seu justo valor (IAS 39). Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura.

O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, em resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou na sua ausência é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização.

Contabilidade de cobertura

A designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições da IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, são classificados como “derivados detidos para negociação”, sendo considerados correntes, e as respetivas variações no justo valor são registadas na Demonstração do Rendimento Integral do período em que ocorrem.

A 31 de dezembro de 2012 a REFER não classifica nenhum dos instrumentos financeiros derivados como de cobertura.

h) Ativos financeiros

A REFER classifica os seus investimentos, na data da sua negociação (“trade date”), de acordo com o objetivo que despoletou a sua aquisição, nas seguintes categorias: ativos financeiros ao justo valor através de resultados (detidos para negociação e opção justo valor); empréstimos e contas a receber; ativos detidos até à maturidade; e ativos financeiros disponíveis para venda, em conformidade com o preconizado pela IAS 39 – Instrumentos financeiros.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Após o seu **reconhecimento inicial**, os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. As alterações ao seu justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício.

Ativos financeiros detidos até à maturidade

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, para os quais existe a intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são **mensurados** ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

As perdas por **imparidade** são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data das demonstrações financeiras.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações ativo. São originados pelo decurso normal das atividades operacionais, no fornecimento de mercadorias ou serviços, e sobre os quais não existe a intenção de negociar.

Os empréstimos e contas a receber são **inicialmente** reconhecidos ao seu justo valor, sendo **subsequentemente** valorizados ao custo amortizado, com base no método de taxa de juro efetiva.

São registadas perdas por **imparidade** quando existem indicadores de que a REFER não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: i) análise de incumprimento; ii) incumprimento há mais de 6 meses; iii) dificuldades financeiras do devedor; iv) probabilidade de falência do devedor.

Quando valores a receber de clientes ou outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que:

- A REFER tem intenção de manter por tempo indeterminado;
- São designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou
- Não se enquadram nas categorias acima referidas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, as respetivas variações de justo valor, reconhecidas diretamente nos capitais próprios na rubrica Reservas de justo valor, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Caso não exista um valor de mercado, os ativos são mantidos ao custo de aquisição, sendo contudo efetuados testes de imparidade.

Os juros corridos de instrumentos de rendimento fixo, quando classificados como ativos disponíveis para venda e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

As partes de capital detidas que não sejam participações em subsidiárias, empreendimentos conjuntos ou associadas, são classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda.

i) Justo valor de ativos e passivos financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7 e utilizado pela REFER.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7 e utilizado pela REFER.

Neste nível 2 da hierarquia do justo valor a REFER inclui instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7 e utilizado pela REFER.

j) Imparidade de Ativos

De acordo com a IAS 36 – Imparidade de ativos, sempre que o valor contabilístico de um ativo excede a sua quantia recuperável, o seu valor é reduzido ao montante recuperável sendo a perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício. O valor recuperável corresponde ao menor entre o valor de uso e o justo valor menos custo de vender, e é determinado sempre que existam indicadores de perda de valor.

O valor de uso do ativo é calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados pela gestão, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil. Para a determinação dos fluxos de caixa futuros, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

k) Inventários

O custo de aquisição ou de produção inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda, conforme previsto pela IAS 2 - Inventários.

As saídas de armazém (consumos) são mensurados ao custo médio ponderado.

A REFER possui nos seus armazéns materiais adquiridos com o fim específico e único de aplicação da Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração. Estes inventários encontram-se apresentados na demonstração da posição financeira na rubrica “Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração”.

l) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na demonstração da posição financeira onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidade inicial até 3 meses.

m) Passivos financeiros

Passivos financeiros representam obrigações contratuais de pagar, através da entrega de dinheiro ou outros ativos financeiros, independentemente da sua forma legal. São **inicialmente** registados pelo seu justo valor deduzidos dos custos de transação incorridos, e **subsequentemente** ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

n) Empréstimos obtidos não correntes

A Empresa reconhece os empréstimos obtidos não correntes como um passivo financeiro em conformidade com a IAS 39 – Instrumentos financeiros; estes passivos

financeiros são registados: (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos; e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

A REFER detém empréstimos obtidos não correntes, sob a forma de bilaterais e obrigações para financiar a construção de Infraestruturas de Longa Duração (ILD) e a atividade de Gestão de Infraestrutura. Os empréstimos que financiam a atividade de Investimento em ILD são reconhecidos na demonstração da posição financeira na rubrica “Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração”.

o) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados ao custo amortizado.

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar referem-se aos saldos a pagar a fornecedores da atividade operacional da Empresa. Os saldos de fornecedores relacionados com a aquisição/construção de ativos da atividade de Investimentos em Infraestruturas de Longa Duração, encontram-se registados na demonstração da posição financeira na rubrica correspondente.

p) Imparidades e provisões

São reconhecidas imparidades quando se verificam perdas no valor dos ativos registados na demonstração da posição financeira, conforme descrito em notas anteriores.

São constituídas provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que seja provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para pagar a obrigação.

A REFER regista provisões relativas a processos judiciais em curso, para os quais existe uma probabilidade elevada de que venham a ocorrer ex-fluxos monetários da empresa (nota 5.14.). Este valor corresponde ao valor presente estimado das responsabilidades.

q) Reconhecimento do rédito

Os réditos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e os correspondentes réditos são registadas nas rubricas de outras contas a receber.

O rédito na REFER compreende as tarifas pela utilização de infraestrutura, a energia de tração, as manobras, a capacidade pedida não utilizada, e outros serviços (conforme descrito na nota 1.2.).

r) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração do rendimento integral exceto quando se relaciona com ganhos ou perdas diretamente reconhecidos em capitais próprios caso em que é também reconhecido diretamente em capitais próprios.

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado de acordo com os critérios fiscais em vigor à data do relato financeiro.

A REFER não tem registado nas suas demonstrações financeiras impostos diferidos ativos ou passivos porque não existem situações que originem impostos diferidos passivos e em relação a impostos diferidos ativos, as perdas fiscais acumuladas da REFER assim como a previsão de resultado dos próximos anos, não fazem prever que destas situações resulte imposto efetivo a liquidar.

s) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor à data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do relato financeiro e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas nos resultados do exercício.

As principais cotações utilizadas à data da demonstração da posição financeira foram as seguintes:

Moeda	2012	2011
Francos Suíços (CHF)	121	122
Coroa Sueca (SEK)	8,58	8,91

t) Subsídios

Os subsídios ao investimento atribuídos à REFER são **inicialmente** reconhecidos, quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, sendo **subsequentemente** amortizados na proporção da depreciação dos ativos fixos tangíveis subsidiados, em conformidade com a IAS 20 – Subsídios do Estado.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de rendimento integral no mesmo período em que os gastos associados são incorridos, a partir do momento em que o seu recebimento seja provável.

Os subsídios obtidos para financiamento dos ativos adquiridos/construídos em Infraestruturas de Longa Duração, são reconhecidos na demonstração da posição financeira na rubrica "Concedente-Estado-Conta a Receber" porque sendo atribuídos no âmbito da atividade concessionada, constituem reembolso de parte das despesas incorridas, sendo deduzidos ao valor a receber do concedente.

u) Informação por segmentos

Segmentos operacionais

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade que desenvolve uma atividade de negócio: i) de que pode obter réditos e incorrer em gastos; ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade; e iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira.

A REFER identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades da empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual não resultaram novos segmentos comparativamente aos já reportados anteriormente.

A principal atividade da REFER é a prestação de serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional. No desenvolvimento da sua atividade a REFER tem a necessidade de recorrer a serviços complementares; porém os riscos e retornos a eles associados estão diretamente ligados à prossecução daquela prestação

Pelo exposto, à data de 31 de dezembro de 2012, apenas foi identificado um segmento operacional. Os clientes da REFER integram na totalidade este segmento, e toda a atividade se desenvolve no território nacional.

v) Entidades relacionadas

A revisão do IAS 24 – Divulgações de entidades relacionadas, veio estabelecer a obrigatoriedade de divulgar as transações existentes com o Estado, e com entidades que sejam consideradas relacionadas, pelo facto de serem igualmente detidas pelo Estado.

Consideram-se partes relacionadas, as entidades em relação às quais a REFER, direta ou indiretamente através de um ou mais intermediários, controle, seja controlada ou estiver sob o controlo comum. São também partes relacionadas as

entidades nas quais a REFER tenha um interesse que lhe confira influência significativa.

A REFER divulga na nota 17, os saldos e transações que, à data de 31 de dezembro de 2012, tem com as entidades relacionadas, sobre as quais tem controle ou influência significativa. Relativamente às entidades públicas, e com as quais a REFER celebrou protocolos diretamente relacionados com a Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração, a empresa adoptou a exceção permitida pela norma, de divulgar apenas as transações mais significativas (nota 17.5.).

2.3 Principais estimativas e julgamentos utilizadas nas demonstrações financeiras

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da REFER são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias atuais, se acreditam ser razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas e julgamentos pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, diferir dos montantes estimados.

O Conselho de Administração considera que as estimativas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor corresponde a cotações de mercado quando disponíveis e, na ausência destas, é determinado por recurso a preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou, ainda, através de metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados (para swaps plain-vanilla) ou modelos de avaliação de opções (para swaps exóticos). Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, pode originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Perdas por Imparidade de Devedores

As perdas por imparidade relativas a devedores são baseadas na avaliação efetuada pelo Conselho de Administração da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade dos saldos, anulação de dívidas e outros fatores. São também consideradas outras circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da determinação da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos.

Todo este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e consequentemente diferentes impactos em resultados.

Reconhecimento de rendimentos/gastos

Os gastos e os rendimentos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. No final do ano são efetuadas estimativas para os montantes não reconhecidos, que repõem na demonstração do rendimento integral os valores respeitantes às responsabilidades/recebimentos que dizem respeito ao exercício em causa.

Provisões para processos judiciais em curso

O Conselho de Administração considera que existe uma probabilidade elevada de que, para alguns processos judiciais em curso, venham a ocorrer ex-fluxos económicos da empresa. Por isso, é determinada uma estimativa do valor presente da responsabilidade, e registada uma provisão (nota 5.14).

3. Políticas de gestão de risco financeiro

Riscos Financeiros

A atividade da REFER está exposta a fatores de risco de carácter financeiro, como sejam, o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de taxa de juro associado aos fluxos de caixa decorrentes de financiamentos obtidos.

A gestão do risco é conduzida pela Direção de Coordenação de Economia e Finanças com base em princípios definidos pelo Conselho de Administração.

A Direção de Coordenação de Economia e Finanças identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros.

Gestão do risco de câmbio

A REFER não tem risco cambial com significado no decurso da sua atividade.

Gestão do risco de crédito

O risco de crédito está associado ao risco de uma entidade falhar no cumprimento das suas obrigações contratuais resultando numa perda financeira para a REFER. Este tipo de risco é incorrido pela REFER no decorrer das suas atividades operacional e financeira.

A nível operacional, os principais clientes da REFER são a CP, a Fertagus, a Takargo e a CP Carga. O risco de crédito resultante da atividade operacional está essencialmente relacionado com o incumprimento no pagamento à REFER das responsabilidades assumidas por aquelas entidades decorrentes dos serviços prestados pela REFER. A CP é a contraparte principal tratando-se do operador exclusivo de passageiros em toda a rede com exceção da travessia da Ponte 25 de Abril. No final de 2012, a CP tinha em atraso o pagamento da tarifa de utilização referente aos meses de março a outubro de 2012. Apesar do risco de crédito estar fortemente concentrado na CP, o mesmo é mitigado pela natureza jurídica daquela entidade, dado tratar-se igualmente duma E.P.E. com capital detido a 100% pelo Estado Português. Os ajustamentos de imparidade para outras contas a receber são calculados considerando o perfil de risco da contraparte e a sua condição financeira.

Relativamente ao risco de crédito associado à atividade financeira, a REFER detém uma exposição ao sector bancário nacional e internacional traduzida pelos saldos em depósitos à ordem e operações de instrumentos financeiros derivados contratadas. Até à data, a REFER não incorreu em qualquer imparidade resultante do não cumprimento das obrigações contratuais celebradas com os bancos.

A tabela seguinte apresenta um resumo a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 da qualidade de crédito dos depósitos e instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo:

Unidade de medida: euro

Rating	2012	2011
>=AA-	0	7 651 626
>=A-	16 245 195	15 453 887
< A-	0	203 605
< =BBB+	90 994	0
< =BB+	480 546	0
Sem rating	211 657 100	3 005 727
	228 473 835	26 314 845

Os ratings utilizados são os atribuídos pela Standard and Poor's às datas de relato.

Gestão do risco de liquidez

Este tipo de risco mede-se pela capacidade de obtenção de recursos financeiros para fazer face às responsabilidades assumidas com os diferentes agentes económicos que interagem com a empresa, como sejam os fornecedores, os bancos, o mercado de capitais, etc. Este risco é medido pela liquidez à disposição da empresa para fazer face aquelas responsabilidades bem como à capacidade de geração de cash-flow decorrente da sua atividade.

Considerando a natureza jurídica da REFER, a capacidade de atuar sobre este risco é limitada. No entanto, a REFER procura minimizar a probabilidade de incumprimento dos seus compromissos através de uma gestão rigorosa e planeada da sua atividade. Uma gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas, mas principalmente o acesso a instrumentos de curto prazo contratadas com instituições financeiras para fazer face à gestão corrente. Com a integração da REFER no perímetro de consolidação do Estado, a empresa passou a ser financiada directamente pelo Estado português a partir de 2011, pelo que o risco de liquidez na REFER baixou consideravelmente.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da REFER por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

	Notas	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	+ de 5 anos
Emp. Obtidos				
- locações financeiras				
- empréstimos para atividade Investimento		744 862 846	2 376 683 097	3 118 163 656
- outros empréstimos		74 639 391	1 577 750 559	585 000 000
- instrumentos financeiros derivados (gross outflow s)		61 733 272	161 553 145	151 550 608
- instrumentos financeiros derivados (gross inflow s)		- 44 324 205	- 145 385 951	- 157 846 000
		836 911 304	3 970 600 850	3 696 868 264
Fornecedores e contas a pagar	5.5	96 817 659		
Aval		5 302 272	20 007 389	27 132 087
		939 031 235	3 990 608 239	3 724 000 351

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

	Notas	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	+ de 5 anos
Emp. Obtidos				
- locações financeiras				
- empréstimos para atividade Investimento		382 455 168	3 165 390 503	3 334 677 123
- outros empréstimos		45 250 000	757 000 000	606 250 000
- papel comercial		100 000 000		
- descobertos bancários		44 283 989		
- instrumentos financeiros derivados (gross outflow s)		68 502 206	181 950 071	179 819 444
- instrumentos financeiros derivados (gross inflow s)		- 58 968 912	- 172 947 288	- 187 190 000
		581 522 450	3 931 393 286	3 933 556 567
Fornecedores e contas a pagar	5.5	188 014 042		
Aval		5 812 447	20 457 974	31 877 240
		775 348 939	3 951 851 261	3 965 433 807

Gestão do risco de taxa de juro

Até Outubro de 2012, a REFER geriu ativamente a sua carteira de dívida utilizando instrumentos financeiros derivados para a cobertura de risco de taxa de juro. Todos os derivados contratados têm, no máximo, a mesma maturidade dos passivos subjacentes.

As contrapartes da REFER nos contratos derivados são instituições financeiras nacionais e internacionais, de rating e credibilidade elevadas. As operações são enquadradas em contratos ISDA, de acordo com as normas internacionais. O principal objetivo da gestão de risco de taxa de juro é a proteção relativamente a movimentos de subida de taxa de juro, na medida em que as receitas da REFER são imunes a essa variável e, assim, inviabilizam uma cobertura natural.

A opção pelo tipo de instrumento resultou sempre de uma análise custo/benefício aplicada a cada caso. Para além do objetivo principal descrito acima, a REFER realizou ainda operações destinadas a reduzir o custo do financiamento a taxa fixa ou variável. Pontualmente, a empresa efetuou reestruturações de posições tirando partido da evolução do mercado. Na gestão de carteira procurou a diversificação como forma de manter um portfólio equilibrado e de volatilidade reduzida, adotando uma postura conservadora face aos riscos a assumir, quer em termos das características dos instrumentos, quer em termos dos indexantes. Esta estratégia determina a decisão da empresa de não classificar nenhum dos instrumentos derivados como de cobertura, na medida em que o impacto sobre resultados da parte da carteira não designável seria potencialmente mais desfavorável.

A partir de Novembro, o IGCP assumiu a responsabilidade de gestão e acompanhamento de toda a carteira de derivados da REFER como das restantes empresas reclassificadas.

Teste sensibilidade à taxa de juro

A REFER utiliza periodicamente análises de sensibilidade para medir o impacto em resultados das variações das taxas de juro e volatilidade sobre o justo valor dos empréstimos e instrumentos financeiros derivados. Esta análise é um dos meios auxiliares às decisões de gestão do risco de taxa de juro já que, na prática, tanto as taxas de juro como a volatilidade, raramente se alteram "ceteris paribus" e existem ainda outras variáveis que influenciam o justo valor daquelas posições, como por exemplo, as correlações. A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- i. A REFER utiliza instrumentos financeiros derivados (swaps) para cobrir o risco de taxa de juro associado a empréstimos de médio e longo prazo indexados a taxa de juro variável. O fluxo financeiro do empréstimo subjacente é compensado com a perna recebedora do swap respetivo resultando numa posição líquida igual à da perna pagadora desse swap;
- ii. A REFER utiliza instrumentos financeiros derivados (swaps) para reduzir os encargos financeiros associados a empréstimos de médio e longo prazo a taxa fixa. O fluxo financeiro do empréstimo subjacente é compensado com a perna recebedora do swap respetivo resultando numa posição líquida igual à da perna pagadora desse swap;
- iii. À data de 31 de dezembro de 2012, a REFER não tinha reconhecido nenhum empréstimo obtido ao justo valor;
- iv. Alterações no justo valor de empréstimos e instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros e/ou modelos de avaliação de opções utilizando taxas de mercado nos momentos de reporte;
- v. Sob estes pressupostos, a 31 de dezembro de 2012, um aumento ou diminuição de 0.5% e 5% nas curvas de taxa de juro (do euro, libra esterlina ou coroa sueca) e na curva de volatilidade das mesmas moedas, respetivamente, resultaria nas seguintes variações do justo valor dos empréstimos e instrumentos financeiros derivados com consequente impacto direto nos resultados:

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

	Variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados			
	Variação na curva de taxa de juro		Variação na curva de volatilidade	
	-0,50%	0,50%	-5%	5%
EUR	- 2 572 803	- 15 417 192	17 337 014	- 18 685 781
GBP	- 9 050 000	4 720 000	98 125	- 46 813

	Variação no justo valor de empréstimos	
	Variação na curva de taxa de juro	
	-0,50%	0,50%
EUR	117 729 584	- 112 843 158

	Efeito Líquido em resultados			
	Variação na curva de taxa de juro		Variação na curva de volatilidade	
	-0,50%	0,50%	-5%	5%
EUR	- 120 302 387	97 425 966	17 337 014	- 18 685 781
GBP	- 9 050 000	4 720 000	98 125	- 46 813

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

	Variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados			
	Variação na curva de taxa de juro		Variação na curva de volatilidade	
	-0,50%	0,50%	-5%	5%
EUR	9 769 645	- 12 174 153	17 337 014	- 18 685 781
GBP	- 11 130 000	3 890 000	109 299	- 482 714
SEK	0	0	629	- 9 364

	Variação no justo valor de empréstimos	
	Variação na curva de taxa de juro	
	-0,50%	0,50%
EUR	87 631 866	- 84 104 272

	Efeito Líquido em resultados			
	Variação na curva de taxa de juro		Variação na curva de volatilidade	
	-0,50%	0,50%	-5%	5%
EUR	- 77 862 221	71 930 119	17 337 014	- 18 685 781
GBP	- 11 130 000	3 890 000	109 299	- 482 714
SEK	0	0	629	- 9 364

Gestão do risco de capital

O objetivo da REFER em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é salvaguardar a continuidade das operações da Empresa.

Após análise das necessidades financeiras para o investimento e para atividade operacional, as participações do Estado e os subsídios comunitários é, então, definido o plano de financiamento da REFER. A ausência de fontes de financiamento de mercado durante o ano de 2011 levou o Estado a conceder à empresa um empréstimo de médio e longo prazo no valor de 2.062 milhões de euros e a aumentar o capital estatutário para 430,2 milhões de euros. Em 2012 através do Orçamento de Estado, o Estado concedeu à empresa empréstimos de médio e longo prazo que totalizaram 800 milhões de euros permitindo desta forma assegurar a sustentabilidade económica e financeira da Empresa.

4. Atividade de investimentos em Infraestruturas de Longa Duração

A decomposição da “Atividade de Investimentos em Infraestruturas de Longa Duração” é a seguinte:

Unidade de medida: euro

Descrição	Notas	2012	2011
Atividade em Investimentos de Infraestrutura de Longa Duração			
Ativo		4 830 558 518	4 852 780 310
Correntes		4 830 558 518	4 852 780 310
Concedente - Estado - Conta a Receber	4.1	4 807 872 548	4 828 333 834
Inventários	4.2	14 475 401	15 649 824
Clientes e outras contas a receber	4.3	8 210 569	8 796 652
Passivo		4 881 350 629	4 967 313 907
Não Correntes		4 734 991 853	4 565 956 695
Empréstimos obtidos	4.4	4 734 991 853	4 565 956 695
Correntes		146 358 775	401 357 212
Empréstimos obtidos	4.4	72 880 694	262 377 139
Fornecedores e outras contas a pagar	4.5	73 478 081	138 980 073

4.1 Concedente – Estado – Conta a Receber

O ativo financeiro subjacente à concessão é composto pelas rubricas abaixo:

Unidade de medida: euro

Ativo financeiro de conta do estado	Notas	2012	2011
Ativos concessionados	4.11	8 367 198 832	8 309 550 022
Subsídios	4.12	-4 159 737 590	-3 896 526 692
Rentabilização de ativos	4.13	- 3 088 956	- 3 088 956
Juros Debitados	4.14	908 700 262	723 599 460
Imparidades	4.15 / 9.	- 305 200 000	- 305 200 000
	4.1	4 807 872 548	4 828 333 834

4.1.1 Ativos concessionados (ILD's)

Os movimentos ocorridos durante o exercício resumem-se da seguinte forma:

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

Ativos Concessionados (ILD's)	Notas	Saldo Inicial	Transferências	Aumentos	Abates/Regul	Saldo Final
Ativos Concessionados (ILD's Ativas)						
Terrenos e Recursos Naturais		224 092 265	12 547 408			236 639 673
Edifício e Outras Construções		5 793 859 349	256 885 287			6 050 744 636
Equipamento Básico		30 268 679				30 268 679
Ativos em Curso		2 256 626 823	- 271 241 339	61 869 796		2 047 255 280
Adiant. P/conta de AC-ILD's		5 919 188	- 1 666 983	760 985		5 013 190
		8 310 766 303	- 3 475 627	62 630 781		8 369 921 457
Ativos Concessionados (ILD's Desativadas)						
Terrenos e Recursos Naturais		- 6 518 126			- 2 355 340	- 8 873 466
Edifício e Outras Construções		5 301 845			848 996	6 150 841
		- 1 216 281			- 1 506 344	- 2 722 625
Total dos Ativos Concessionados (ILD's)	4.1	8 309 550 022	- 3 475 627	62 630 781	- 1 506 344	8 367 198 832

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

Ativos Concessionados (ILD's)	Saldo Inicial	Transferências	Aumentos	Abates/Regul	Saldo Final
Ativos Concessionados (ILD's Ativas)					
Terrenos e Recursos Naturais	223 926 717	165 548			224 092 265
Edifício e Outras Construções	4 912 272 951	881820 073		- 233 675	5 793 859 349
Equipamento Básico	30 268 679				30 268 679
Ativos em Curso	2 796 604 907	- 880 321882	340 343 797		2 256 626 823
Adiant. P/conta de AC-ILD's	7 579 069			- 1659 881	5 919 188
	7 970 652 322	1 663 739	340 343 798	- 1 893 556	8 310 766 303
Ativos Concessionados (ILD's Desativadas)					
Terrenos e Recursos Naturais	- 6 508 510	- 1096		- 8 520	- 6 518 126
Edifícios e Outras Construções	6 367 130	76		- 1066 001	5 301845
	- 141 380	- 380		- 1 074 521	- 1 216 281
Total dos Ativos Concessionados (ILD's)	4.1 7 970 510 942	1 663 359	340 343 798	- 2 968 077	8 309 550 022

Ativos Concessionados (ILD's Desativadas)

A rubrica dos ativos concessionados (ILD's Desativadas) resulta da obrigação, expressa nos despachos conjuntos dos Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, de autorização da desafetação de domínio público ferroviário, que os respetivos resultados de alienação sejam deduzidos aos valores a haver do concedente.

A variação ocorrida em 2012 resulta do protocolo de mutação dominial por transferência de bens de domínio público ferroviário, na freguesia de Valongo; da alienação de troços ferroviários das ex-linhas do Dão e Vouga, na área do concelho de Viseu, e respetivo património imobiliário; e da alienação de quatro parcelas destinada à construção da Plataforma Logística de Leixões no concelho de Matosinhos.

Nos ativos concessionados está incluída a seguinte instalação, que não se encontra à guarda da REFER:

Unidade de medida: euro

Descrição	2012	2011
Terreiro do Paço	128 559	128 559
	128 559	128 559

A instalação do Terreiro do Paço é a que consta no Despacho Conjunto nº 261/99, relacionado com o "estabelecimento da concessão CP" acrescida das obras de melhoria ocorridas em 31.12.1999.

4.1.2 Subsídios

Os movimentos ocorridos em **subsídios** foram os seguintes:

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Aumentos	Reembolsos	Saldo Final
PIDDAC		1003 750 992	10 169 618		1013 920 610
Fundo de Coesão		1217 142 085	252 719 341		1469 861426
DGTREN		32 528 857			32 528 857
FEDER-IOT		635 547 003	321939		635 868 943
Alta Velocidade					
Poceirão-Caia		18 337 737			18 337 737
Lisboa - Poceirão		6 321250			6 321250
Sinalização e Telecomunicações		7 492 073			7 492 073
Outros		975 406 695			975 406 695
Subsídios - Atividade de Investimento	4.1	3 896 526 692	263 210 898		4 159 737 590

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Aumentos	Reembolsos	Saldo Final
PIDDAC		996 750 992	7 000 000		1003 750 992
Fundo de Coesão		1164 473 514	52 668 572		1217 142 085
DGTREN		31713 831	815 026		32 528 857
FEDER-IOT		634 998 658	548 345		635 547 003
Alta Velocidade					
Poceirão-Caia		18 337 737			18 337 737
Lisboa - Poceirão		7 071250		- 750 000	6 321250
Sinalização e Telecomunicações		7 492 073			7 492 073
Outros		975 406 695			975 406 695
Subsídios - Atividade de Investimento	4.1	3 836 244 749	61 031 943	- 750 000	3 896 526 692

Na nota 2.2 alínea t) encontra-se descrita a política de reconhecimento dos subsídios.

À data da apresentação das contas, já foram devolvidas as seguintes verbas, por não se terem concretizado as ações para que tinham sido atribuídas, a título de adiantamento, após dois anos de atribuição:

Unidade de medida: euro

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Reembolsos a fevereiro/2013
Alta Velocidade			
Poçoirão-Caia		18 337 737	- 3 125 000
Lisboa - Poçoirão		6 321 250	- 6 321 250
Sinalização e Telecomunicações		7 492 073	- 7 492 073
Subsídios - Atividade de Investimento	4.1	32 151 060	- 16 938 323

O valor do reembolso implicará um ajustamento em 2013 do valor a receber do concedente, por estar diretamente relacionado com a atividade de investimentos em ILD's.

4.1.3 Rentabilização de ativos

Esta rubrica refere-se ao produto resultante da rentabilização de ativos do domínio público ferroviário.

Unidade de medida: euro

Descrição	Nota	2012	2011
Rentabilização de Ativos	4.1	- 3 088 956	- 3 088 956

4.1.4 Juros Debitados

Os juros debitados decorrem da situação já explanada na nota 2.2.d). A variação ocorrida nesta rubrica : 2012: 185.100.802 euros (2011: 125.018.463 euros) é relevada na rubrica de ganhos financeiros – Juros obtidos – concedente - Estado (nota 12).

Unidade de medida: euro

Descrição	Notas	2012	2011
Juros Debitados		908 700 262	723 599 460
	4.1	908 700 262	723 599 460

4.1.5 Imparidades

A constituição do capital estatutário da REFER foi realizada em espécie, com a entrega da infraestrutura ferroviária, avaliada então em 62.349.737 euros. De 1998 a

2001, o Estado Português procedeu ao aumento do capital estatutário da REFER no total de 242.850.262 euros, destinando estes aumentos, conforme consta em cada despacho conjunto de aprovação, ao financiamento dos investimentos em infraestruturas de longa duração integrantes do domínio público ferroviário.

À data de constituição da REFER, e seguindo o normativo contabilístico em vigor, em que o valor dos ativos de domínio público ferroviário constava como ativos fixos (imobilizado corpóreo no então normativo) da REFER, os valores foram relevados como capital. Com a adoção da IFRIC 12, estes valores assumem a forma de reembolso efetuado em devido tempo aos investimentos realizados na infraestrutura de longa duração pelo concessionário REFER, totalizando o valor de 305.200.000 euros.

É assim considerado que este valor já não será reembolsado pelo concedente, relevando-se assim o valor a receber do concedente em imparidade relativamente ao valor já recebido, ou seja em 305.200.000 euros.

4.2 Inventários

Esta rubrica refere-se aos materiais que se encontram em armazém, cuja aquisição foi específica, para aplicação na construção das infraestruturas ferroviárias.

Unidade de medida: euro

Descrição	Notas	2012	2011
Inventários		14 750 434	15 924 857
Imparidades em inventários	9.	- 275 033	- 275 033
	4.	14 475 401	15 649 824

4.3 Clientes e outras contas a receber

Unidade de medida: euro

Descrição	Nota	2012	2011
Clientes e outras contas a receber	4.	8 210 569	8 796 652

Nesta rubrica referimos o valor a receber da Câmara Municipal de Espinho no total de 619.682 euros (2011: 619.682 euros) e o montante a receber da REFER PATRIMÓNIO, de 4.547.631 euros (2011: 4.547.631 euros), relativo à operação de permuta de terrenos de Sines.

4.4 Empréstimos Obtidos

Apresenta-se a seguinte discriminação de Empréstimos afetos à Atividade de ILD's:

Atividade de investimento		Unidade de medida: euro	
Descrição	Notas	2012	2011
Empréstimos não correntes			
Dívidas a instituições de crédito		1308 997 010	1381877 704
Empréstimos obrigacionistas		1595 807 651	1595 463 755
Empréstimo do Estado		1830 187 193	1588 615 236
	4.	4 734 991 853	4 565 956 695
Empréstimos correntes			
Dívidas a instituições de crédito		72 880 694	262 377 139
	4.	72 880 694	262 377 139
Financiamentos obtidos		4 807 872 548	4 828 333 834

Os empréstimos afetos à atividade de investimento, decorrem da necessidade direta de financiamento dos valores a haver do concedente e tratam-se fundamentalmente de empréstimos obrigacionistas e empréstimos concedidos ou avalizados diretamente pelo Estado.

A alocação dos empréstimos obrigacionistas Eurobond 06/26, Eurobond 09/19 e Eurobond 09/24 é efetuada pelo custo amortizado pelo método da taxa de juro efectiva.

Os termos e prazos de reembolso dos financiamento de projetos de investimento apresentam-se como segue:

Termos e prazos de reembolso dos empréstimos de financiamento de projetos de investimento

31 de dezembro de 2012

	Designação	Data de assinatura	Montante (€)	Capital em dívida	Amortização			Pagamento de	Taxa de Juro	Última Taxa de Juro
					Data inicial	Data final	Períodi-			
FINANCIAMENTO BEI COM AVAL	CP III Linha do Norte-B	14-07-1997	49 879 790	33 253 193	15-06-2008	15-06-2022	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 12-Jan	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Linha do Douro	09-09-1996	43 894 215	17 557 686	15-09-2007	15-09-2016	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Travessia Ferroviária do Tejo	01-10-1996	99 759 579	39 903 832	15-09-2007	15-09-2016	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Travessia Ferroviária do Tejo-B	14-11-1997	99 759 579	33 253 193	15-09-2003	15-09-2017	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Travessia Ferroviária do Tejo-C	26-11-1998	25 000 000 25 000 000 49 759 579	12 082 500 12 570 000 19 903 832	15-09-2004	15-09-2018	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	1º desemb. fixa 2º desemb. fixa 3º desemb. var.	4,670% 5,800% 0,313%
	Linha do Minho-A	26-11-1998	25 000 000 25 000 000 24 819 685	12 082 500 12 570 000 9 927 874	15-09-2004	15-09-2018	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	1º desemb. fixa 2º desemb. fixa 3º desemb. var.	4,670% 5,800% 0,313%
	CP III Linha do Norte-D	10-11-2000	25 937 491	22 479 159	15-09-2011	15-09-2020	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Ligação ao Algarve-A	08-10-2001	90 000 000	84 000 000	15-09-2012	15-09-2021	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	0,303%
	Linha do Minho-B	08-10-2001	59 855 748	55 865 364	15-09-2012	15-09-2021	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	0,303%
	CP III 2 L. Norte-A	02-10-2002	100 000 000	100 000 000	15-03-2013	15-03-2022	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	0,303%
	CP III 2 L. Norte-B	15-07-2004	200 000 000	200 000 000	15-12-2014	15-12-2023	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Suburbanos	25-11-2004	100 000 000	80 952 381	15-06-2009	15-06-2024	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Suburbanos B	14-12-2005	100 000 000	85 714 286	15-09-2010	15-09-2025	Anual	15-Set	Fixa Revisível	3,615%
	Suburbanos C	12-10-2006	55 000 000	49 761 905	15-03-2011	15-03-2026	Anual	15-Mar	Fixa Revisível	4,247%
	Ligação ao Algarve-B	02-10-2002	30 000 000	30 000 000	15-03-2013	15-03-2022	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	0,303%
	CP III 2 Linha do Norte-C	08-01-2009	100 000 000	100 000 000	15-06-2017	15-06-2026	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	Euribor 3M+0,054%	0,237%
CP III 2 Linha do Norte-D	08-01-2009	100 000 000	100 000 000	15-12-2017	15-12-2026	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	Euribor 3M+0,056%	0,239%	
BEI sem Aval	Refer V	20-08-2008	160 000 000	160 000 000	15-03-2014	15-03-2033	Anual	15-Mar	Fixa Revisível	4,786%
	Refer VI	10-09-2009	110 000 000	110 000 000	15-09-2013	15-09-2032	Anual	15-Set	Fixa Revisível	2,976%
Eurobond c/ Aval	Eurobond 06/26 (1)	08-11-2006	600 000 000	600 000 000	16-11-2026		Bullet	16-Nov	Fixa	4,047%
	Eurobond 09/19 (1)	18-02-2009	500 000 000	500 000 000	18-02-2019		Bullet	18-Fev	Fixa	5,875%
	Eurobond 09/24 (1)	18-10-2009	500 000 000	500 000 000	18-10-2024		Bullet	18-Out	Fixa	4,675%
Emp. Sem Aval	Empréstimo Estado Português	30-12-2011	1 830 187 193	1 830 187 193	31-05-2013	30-11-2016	Semestral	31-Mai 30-Nov	Fixa	2,770%
Total				4.812.064.897						
(1) Total considerando custo efetivo				4.807.872.548						

Termos e prazos de reembolso dos empréstimos de financiamento de projetos de investimento
31 de dezembro de 2011

	Designação	Data de assinatura	Montante (€)	Capital em dívida	Amortização			Pagamento de Juros	Taxa de Juro	Última Taxa de Juro
					Data inicial	Data final	Periodicidade			
FINANCIAMENTOS BEI COM AVAL	CP II E	29-06-1992	30 633 783	2 356 445	15-06-1998	15-06-2012	Anual	15-Jun	Variável BEI	1,667%
	CP III Linha do Norte-B	14-07-1997	49 879 790	36 578 512	15-06-2008	15-06-2022	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 12-Jan	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	1,556%
	Linha do Douro	09-09-1996	43 894 215	21 947 107	15-09-2007	15-09-2016	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	1,556%
	Travessia Ferroviária do Tejo	01-10-1996	99 759 579	49 879 790	15-09-2007	15-09-2016	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	1,556%
	Travessia Ferroviária do Tejo-B	14-11-1997	99 759 579	39 903 832	15-09-2003	15-09-2017	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	1,556%
	Travessia Ferroviária do Tejo-C	26-11-1998	25 000 000 25 000 000 49 759 579	13 792 500 14 282 500 23 221 137	15-09-2004	15-09-2018	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	1º desemb. fixa 2º desemb. fixa 3º desemb. var.	4,670% 5,800% 1,556%
	Linha do Minho-A	26-11-1998	25 000 000 25 000 000 24 819 685	13 792 500 14 282 500 11 582 519	15-09-2004	15-09-2018	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	1º desemb. fixa 2º desemb. fixa 3º desemb. var.	4,670% 5,800% 1,556%
	CP III Linha do Norte-D	10-11-2000	25 937 491	24 208 325	15-09-2011	15-09-2020	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	1,556%
	Ligação ao Algarve-A	08-10-2001	90 000 000	90 000 000	15-09-2012	15-09-2021	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	1,546%
	Linha do Minho-B	08-10-2001	59 855 748	59 855 748	15-09-2012	15-09-2021	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	1,546%
	CP III 2 L. Norte-A	02-10-2002	100 000 000	100 000 000	15-03-2013	15-03-2022	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	1,546%
	CP III 2 L. Norte-B	15-07-2004	200 000 000	200 000 000	15-12-2014	15-12-2023	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	1,556%
	Suburbanos	25-11-2004	100 000 000	85 714 286	15-06-2009	15-06-2024	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	1,556%
	Suburbanos B	14-12-2005	100 000 000	90 476 190	15-09-2010	15-09-2025	Anual	15-Set	Fixa Revisível	3,615%
	Suburbanos C	12-10-2006	55 000 000	52 380 952	15-03-2011	15-03-2026	Anual	15-Mar	Fixa Revisível	4,247%
	Ligação ao Algarve-B	02-10-2002	30 000 000	30 000 000	15-03-2013	15-03-2022	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	1,546%
	CP III 2 Linha do Norte-C	08-01-2009	100 000 000	100 000 000	15-06-2017	15-06-2026	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	Euribor 3M+0,054%	1,480%
	CP III 2 Linha do Norte-D	08-01-2009	100 000 000	100 000 000	15-12-2017	15-12-2026	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	Euribor 3M+0,056%	1,482%
BEI sem Aval	Refer V	20-08-2008	160 000 000	160 000 000	15-03-2014	15-03-2033	Anual	15-Mar	Fixa Revisível	4,786%
	Refer VI	10-09-2009	110 000 000	110 000 000	15-09-2013	15-09-2032	Anual	15-Set	Fixa Revisível	2,976%
Eurobond c/ Aval	Eurobond 06/26 (1)	08-11-2006	600 000 000	600 000 000	16-11-2026		Bullet	16-Nov	Fixa	4,047%
	Eurobond 09/19 (1)	18-02-2009	500 000 000	500 000 000	18-02-2019		Bullet	18-Fev	Fixa	5,875%
	Eurobond 09/24 (1)	18-10-2009	500 000 000	500 000 000	18-10-2024		Bullet	18-Out	Fixa	4,675%
Emp. Com Aval	Emp. "Schuldschein" WestLB AG	02-10-2002	200 000 000	200 000 000	08-10-2012		Bullet	08-Abr 08-Out	Euribor 6M	1,755%
Emp. Sem Aval	Empréstimo Estado Português	30-12-2011	1 588 615 235	1 588 615 235	31-05-2013	30-11-2016	Semestral	31-Mai 30-Nov	Fixa	6,500%
Total				4.832.870.079						
(1) Total considerando custo efetivo				4.828.333.834						

Os empréstimos BEI, Eurobond 06/26, Eurobond 09/19 e Eurobond 09/24 foram contraídos exclusivamente para financiamento de projetos de investimento em Infraestruturas de Longa Duração.

Os respetivos juros são pagos trimestral, semestral ou anualmente e postecipadamente.

Nos empréstimos BEI e Estado Português, o capital é reembolsado em anuidades iguais e consecutivas, após o período de carência. Os restantes serão amortizados integralmente na maturidade.

Com exceção dos empréstimos BEI REFER V, BEI REFER VI e Estado Português todos os empréstimos beneficiam de aval do Estado.

Em Outubro de 2012 foi integralmente amortizado o empréstimo *Schuldschein West LB* no valor de 200 milhões de euros. O refinanciamento deste empréstimo através de empréstimos do Estado levou a uma alteração do valor de empréstimos do Estado afectos à Actividade de Investimento, passando de 1.588 milhões de euros em 2011 para 1.830 milhões de euros em 2012.

Apresenta-se de seguida o justo valor dos financiamentos a taxa fixa, à data de 31 de dezembro de 2012:

Financiamentos a Taxa Fixa - Justo Valor

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

Designação	Valor Nominal	Capital em dívida	Justo Valor	Taxa de Juro
BEI - Minho A	25 000 000	12 082 500	13 682 821	4,67% Fixa
BEI - Minho A	25 000 000	12 570 000	14 709 006	5,80% Fixa
BEI - Tejo C	25 000 000	12 082 500	13 682 821	4,67% Fixa
BEI - Tejo C	25 000 000	12 570 000	14 709 006	5,80% Fixa
BEI - Suburbanos B	100 000 000	85 714 286	99 730 622	3,61% Fixa
BEI - Suburbanos C	55 000 000	49 761 905	60 243 862	4,247% Fixa
BEI - REFER V	160 000 000	160 000 000	206 986 158	4,786% Fixa
BEI - REFER VI	110 000 000	110 000 000	122 735 891	2,976% Fixa
Eurobond 06/26	600 000 000	600 000 000	414 409 709	4,047% Fixa
Eurobond 09/19	500 000 000	500 000 000	433 613 520	5,875% Fixa
Eurobond 09/24	500 000 000	500 000 000	374 931 153	4,675% Fixa
Empréstimo Estado Português	1 830 187 193	1 830 187 193	1 801 807 873	2,77% Fixa
		3 884 968 383	3 571 242 441	

4.5 Fornecedores e outras contas a pagar

A rubrica de fornecedores e outras contas a pagar explica-se, essencialmente, por responsabilidades assumidas no âmbito de obras efetuadas com a prossecução da política de modernização / remodelação das linhas ferroviárias.

A rubrica de **acréscimos de gastos** inclui o valor de 55.481 milhares de euros (66.842 milhares de euros em 2011) de juros corridos com os empréstimos afetos à Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração.

Unidade de medida: euro

Descrição	Notas	2012	2011
Acréscimos de Gastos		55 481 276	66 842 409
Fornecedores - Gerais		9 432 595	62 563 360
Fornecedores - Retenção de garantias		8 564 210	9 574 304
	4.	73 478 081	138 980 073

5. Atividade de Gestão da Infraestrutura

5.1 Ativos Fixos Tangíveis

Apresentamos de seguida os movimentos ocorridos no exercício nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis e respetivas rubricas de depreciações.

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

Valor Bruto	Saldo inicial	Transf	Aumentos	Abates/Reg	Saldo final
Ativos Fixos Tangíveis					
Terrenos e Recursos Naturais	4 844 786	85 084		- 60 760	4 869 109
Edifícios e Outras Construções	32 689 951	1 399 440		- 938 343	33 151 048
Equipamento Básico	23 196 422	689 138	164 032	- 386 360	23 663 232
Equipamento de Transporte	6 263 119		40 813	- 10 1996	6 201 936
Ferramentas e Utensílios	558 080		1 627		559 708
Equipamento Administrativo	10 481 071	9 261	30 082	- 772 761	9 747 652
Outros AFT	453 178			- 4 389	448 789
Ativos em curso	3 016 113	- 637 010	169 005		2 548 108
Total do Ativo Fixo Tangível Bruto	81 502 720	1 545 913	405 560	- 2 264 610	81 189 583

Unidade de medida: euro

Depreciações	Saldo inicial	Transf	Aumentos	Abates/Reg	Saldo final
Ativos Fixos Tangíveis					
Edifícios e Outras Construções	11341836		970 554	- 80 115	12 232 275
Equipamento Básico	16 010 492		1432 068	- 373 111	17 069 448
Equipamento de Transporte	6 037 038		115 877	- 101996	6 050 919
Ferramentas e Utensílios	554 462		4 360		558 822
Equipamento Administrativo	9 307 034		339 633	- 772 710	8 873 957
Outros AFT	393 718		5 323	- 4 389	394 652
Total das Depreciações	43 644 579		2 867 814	- 1 332 321	45 180 073
Total do Ativo Fixo Tangível Líquido	37 858 141	1 545 913	- 2 462 255	- 932 289	36 009 510

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

Valor Bruto	Saldo inicial	Transf	Aumentos	Abates/Reg	Saldo final
Ativos Fixos Tangíveis					
Terrenos e Recursos Naturais	4 844 786	8 480		- 8 480	4 844 786
Edifícios e Outras Construções	35 884 733	- 2 523 980		- 670 802	32 689 951
Equipamento Básico	22 725 759	10 680	501296	- 41313	23 196 422
Equipamento de Transporte	6 611310	125 319	20 244	- 493 754	6 263 119
Ferramentas e Utensílios	554 192		3 888		558 080
Equipamento Administrativo	10 619 405	765 101	335 624	- 1239 058	10 481071
Outros AFT	458 757			- 5 579	453 178
Ativos em curso	554 226	- 48 760	2 510 648		3 016 113
Total do Ativo Fixo Tangível Bruto	82 253 167	- 1 663 160	3 371 700	- 2 458 987	81 502 720

Unidade de medida: euro

Depreciações	Saldo inicial	Transf	Aumentos	Abates/Reg	Saldo final
Ativos Fixos Tangíveis					
Edifícios e Outras Construções	10 293 712		1048 123		11341836
Equipamento Básico	14 631413		1416 206	- 37 127	16 010 492
Equipamento de Transporte	6 375 531		155 261	- 493 754	6 037 038
Ferramentas e Utensílios	545 434		9 027		554 462
Equipamento Administrativo	9 807 747		741696	- 1242 410	9 307 034
Outros AFT	393 672		5 626	- 5 579	393 718
Total das Depreciações	42 047 510		3 375 939	- 1 778 870	43 644 579
Total do Ativo Fixo Tangível Líquido	40 205 657	- 1 663 160	- 4 239	- 680 117	37 858 141

Os valores mais significativos incluídos na rubrica Ativos em Curso referem-se a ações de remodelação de edifícios.

5.2 Ativos Intangíveis

Os movimentos ocorridos em 2012 e 2011 nas rubricas dos Ativos Intangíveis e respetivas amortizações foram:

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

Valor Bruto	Saldo inicial	Transf	Aumentos	Saldo final
Ativo Intangível				
Despesas de Desenvolvimento	662 768	262 888		925 656
Programas de Computador	17 198 295	771 243		17 969 538
Propriedade Industrial e Outros Direitos	29 928			29 928
Ativos Intangíveis em Curso	1 773 877	- 771 243		1 002 634
Total do Ativo Intangível Bruto	19 664 868	262 888		19 927 756

Unidade de medida: euro

Amortizações	Saldo inicial	Transf	Aumentos	Saldo final
Ativo Intangível				
Despesas de Desenvolvimento	653 748		52 835	706 583
Programas de Computador	17 036 528		180 297	17 216 825
Propriedade Industrial e Outros Direitos	29 928			29 928
Total das Amortizações	17 720 204		233 132	17 953 336
Total do Ativo Intangível Líquido	1 944 664	262 888	- 233 132	1 974 420

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

Valor Bruto	Saldo inicial	Transf	Aumentos	Abates/Reg	Saldo final
Ativo Intangível					
Despesas de Desenvolvimento	662 768				662 768
Programas de Computador	17 194 654	- 13 19	4 960		17 198 295
Propriedade Industrial e Outros Direitos	29 928				29 928
Ativos Intangíveis em Curso	1 845 362	1 120	7 395	- 80 000	1 773 877
Total do Ativo Intangível Bruto	19 732 712	- 199	12 355	- 80 000	19 664 868

Unidade de medida: euro

Amortizações	Saldo inicial	Transf	Aumentos	Abates/Reg	Saldo final
Ativo Intangível					
Despesas de Desenvolvimento	643 907		9 841		653 748
Programas de Computador	16 800 276	- 13 19	237 572		17 036 528
Propriedade Industrial e Outros Direitos	29 928				29 928
Total das Amortizações	17 474 111	- 1 319	247 412		17 720 204
Total do Ativo Intangível Líquido	2 258 601	1 120	- 235 057	- 80 000	1 944 664

Os Ativos Intangíveis com maior expressão resumem-se à implementação de soluções informáticas para suporte das atividades da empresa.

5.3 Investimentos em Subsidiárias

Durante os exercícios de 2012 e 2011 os investimentos em subsidiárias registaram os seguintes movimentos:

Unidade de medida: euro

Subsidiárias	Notas	2012	2011
Saldo inicial		20 506 631	20 286 631
Aquisições			220 000
Transferências (RAVE/AVEP)	5.4	- 999 999	
Saldo final		19 506 632	20 506 631
Imparidades acumuladas	13.	- 7 789 475	- 4 534 077
Valor líquido		11 717 157	15 972 554

O saldo evidenciado como “transferências (RAVE/AVEP)” decorre da decisão tomada em Assembleia Geral da RAVE, realizada em 27 de novembro de 2012 onde foi decidido, decorrente da tomada de decisão na mesma assembleia da entrada em liquidação da RAVE, a transferência da participação financeira por esta detida no Agrupamento Europeu de Interesse Económico (AEIE) denominado Alta Velocidade Espanha Portugal – AEIC (AVEP). A participação em causa corresponde a 50% do capital da AVEP. A referida transferência, foi efetuada a título não oneroso, não tendo, dessa forma, originado qualquer fluxo financeiro.

Assim, o investimento foi registado nas contas da REFER ao custo, como uma recuperação do investimento efetuado na RAVE em exercícios anteriores, o qual se encontrava ajustado na totalidade.

Dessa forma, transferiu-se o referido montante, acompanhado pelo ajustamento de igual valor, para a rubrica de investimentos em associadas e em empreendimentos conjuntos (nota 5.4).

Na rubrica de imparidades acumuladas, foi ainda registado o reforço da imparidade sobre o investimento na REFER PATRIMÓNIO de 4.255.397 euros (nota 13), em virtude dos prejuízos incorridos por esta no exercício de 2012.

Detalhe das Partes de Capital em Empresas Subsidiárias:

Participação

Empresas	2012	Valor da participação	2011	Valor da participação
REFER ENGINEERING (Ex-FERBRITAS - Empreend. Industriais e comerciais, S.A.) Rua José da Costa Pedreira nº11 - Lisboa	98,43%	2 589 142	98,43%	2 589 142
REFER PATRIMÓNIO - Promoção e Com.De Edif., S.A. Palácio de Coimbra - Rua de Santa Apolónia nº 53 - Lisboa	99,997%	8 128 015	99,997%	12 383 412
REFER TELECOM - Serviços e Telecomunicações, S.A. Rua Passeio do Báltico, 4 - 1990-036 Lisboa	100,00%	1 000 000	100,00%	1 000 000
RAVE Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S.A. - Em liquidação Av D. João II Lote 107.2.1, 1º Piso - Parque das Nações - Lisboa 1990 -096 Lisboa	40,00%		40,00%	
		11 717 157		15 972 554

5.4 Investimentos em Associadas e em Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a composição que segue:

Unidade de medida: euro

Associadas e Empreendimentos conjuntos	Notas	2012	2011
Saldo inicial		322 476	322 476
Aumentos		75 000	
Transferências (Rave/AVEP)	5.3	999 999	
Saldo final		1 397 475	322 476
Imparidades acumuladas	13.	- 1397 475	- 322 476
Valor líquido		0	0

As participações financeiras nas empresas GIL e AVEP encontram-se totalmente ajustadas, como se constata pelo quadro acima, resultado dos sucessivos prejuízos que a associada GIL tem vindo a acumular ao longo dos vários exercícios, bem como, da análise efetuada à qualidade dos ativos e passivos que compõem o empreendimento conjunto na AVEP.

Em 2012, ocorreu ainda uma transferência de 75.000 euros a favor da AVEP, cuja recuperabilidade se nos afigura de probabilidade diminuta.

Assim, os movimentos ocorridos nas imparidades incluem o reforço do ajustamento na participação da AVEP já explicado na nota 5.3, bem como os 75.000 euros transferidos no presente exercício.

Detalhe das Partes de Capital em Empresas Associadas:

31 de dezembro 2012

Unidade de medida: euro

Empresas	Participação	Capitais Próprios	Resultados do exercício	Total de Ativos	Total de Passivos	Rendim. do período	Valor da Demonstração de posição financeira
Associadas							
GIL	33,98%	- 11040 038	- 583 802	75 930 591	86 970 628	4 743 005	0
Gare Intermodal de Lisboa, S.A. Av.D. João II, Estação do Oriente, lote 115 1990-233 Lisboa							
Empreendimentos conjuntos							
AVEP - Alta Velocidade de Espanha e Portugal, AEIE	50,00%	2 776 987	- 37 742	4 513 345	1 736 358	904	0
Rua Sor Angela de la Cruz, n.º3, Planta 8 Madrid							

Os saldos acima evidenciados são provenientes das Demonstrações disponíveis à data, as quais ainda não foram objeto de auditoria.

31 de dezembro 2011

Empresas	Participação	Capitais Próprios	Resultados do exercício	Total de Ativos	Total de Passivos	Rendim. do período	Unidade de medida: euro
							Valor da Demonstração de posição financeira
Associadas							
GIL	33,98%	- 9 690 342	- 874 806	77 479 614	87 169 956	5 042 609	0
Gare Intermodal de Lisboa, S.A.							
Av.D. João II, Estação do Oriente, lote 115							
1990-233 Lisboa							

5.5 Categorias de acordo com a IAS 39

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

Classe de acordo com IAS 39	Notas	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros justo valor por via de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	Passivos financeiros justo valor por via de resultados	Outros passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	Total
Ativos								
Ativos em Gestão de Infraestrutura Ferroviária								
		346 712 459	16 243 974	31 875			2 436 070	365 424 378
Não correntes								
Empréstimos e contas a receber	5.7							0
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.6			31 875				31 875
				31 875				31 875
Correntes								
Caixa e equivalentes de caixa	5.11	2 12 245 737						2 12 245 737
Clientes e Outras contas a receber	5.10	134 466 722				2 436 070		136 902 792
Instrumentos financeiros derivados	5.9		16 243 974					16 243 974
		346 712 459	16 243 974				2 436 070	365 392 503
Ativos em investimentos de infraestruturas de longa								
		4 815 859 861					223 256	4 816 083 117
Correntes								
Concedente - Estado - Conta a Receber	4.1	4 807 872 548						4 807 872 548
Clientes e outras contas a receber	4.3	7 987 313				223 256		8 210 569
		4 815 859 861					223 256	4 816 083 117
Total ativos financeiros		5 162 572 320	16 243 974	31 875			2 659 326	5 181 507 495
Passivos								
Passivos em Gestão de Infraestrutura Ferroviária								
					44 966 433	2 186 358 904	24 870 527	2 256 195 863
Não correntes								
Empréstimos obtidos	5.12					16 12 902 005		16 12 902 005
						16 12 902 005		16 12 902 005
Correntes								
Empréstimos obtidos	5.12					54 155 310		54 155 310
Instrumentos financeiros derivados passivos	5.9				44 966 433			44 966 433
Fornecedores e outras contas a pagar	5.13					31 903 789	24 870 527	56 774 316
					44 966 433	573 456 899	24 870 527	643 293 859
Passivos em investimentos de infraestruturas de longa								
						4 872 786 418	8 564 210	4 881 350 629
Não correntes								
Empréstimos obtidos	4.4					4 734 991 853		4 734 991 853
						4 734 991 853		4 734 991 853
Correntes								
Empréstimos obtidos	4.4					72 880 694		72 880 694
Fornecedores e outras contas a pagar	4.5					64 913 871	8 564 210	73 478 081
						137 794 565	8 564 210	146 358 775
Total passivos financeiros					44 966 433	7 059 145 322	33 434 738	7 137 546 492

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

Classe de acordo com IAS 39	Notas	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros justo valor por via de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	Passivos financeiros justo valor por via de resultados	Outros passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	Total
Ativos								
Ativos em Gestão de Infraestrutura Ferroviária								
Não correntes								
Empréstimos e contas a receber	5.7							0
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.6			31 875				31 875
				31 875				31 875
Correntes								
Caixa e equivalentes de caixa	5.11	10 929 364						10 929 364
Clientes e Outras contas a receber	5.10	10 651 261				7 166 759		17 818 020
Instrumentos financeiros derivados	5.9		15 399 540					15 399 540
		121 580 625	15 399 540			7 166 759		144 146 924
Ativos em investimentos de infraestruturas de longa								
		4 836 321 147				809 339		4 837 130 486
Correntes								
Concedente - Estado - Conta a Receber	4.1	4 828 333 834						4 828 333 834
Clientes e outras contas a receber	4.3	7 987 313				809 339		8 796 652
		4 836 321 147				809 339		4 837 130 486
Total ativos financeiros		4 957 901 772	15 399 540	31 875		7 976 098		4 981 309 285
Passivos								
Passivos em Gestão de Infraestrutura Ferroviária								
					78 943 804	1 770 354 782	31 141 197	1 880 439 783
Não correntes								
Empréstimos obtidos	5.12					1 569 094 901		1 569 094 901
						1 569 094 901		1 569 094 901
Correntes								
Empréstimos obtidos	5.12					142 651 608		142 651 608
Instrumentos financeiros derivados passivos	5.9				78 943 804			78 943 804
Fornecedores e outras contas a pagar	5.13					58 608 274	31 141 197	89 749 470
					78 943 804	201 259 881	31 141 197	311 344 882
Passivos em investimentos de infraestruturas de longa								
						4 957 739 603	9 574 304	4 967 313 907
Não correntes								
Empréstimos obtidos	4.4					4 565 956 695		4 565 956 695
						4 565 956 695		4 565 956 695
Correntes								
Empréstimos obtidos	4.4					262 377 139		262 377 139
Fornecedores e outras contas a pagar	4.5					129 405 769	9 574 304	138 980 073
						391 782 908	9 574 304	401 357 212
Total passivos financeiros					78 943 804	6 728 094 385	40 715 500	6 847 753 689

Apresenta-se de seguida a desagregação dos ativos e passivos financeiros ao justo valor por via de resultados de acordo com os níveis definidos na IFRS7:

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

Classe de acordo com IAS 39	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Ativos financeiros justo valor por via de resultados		16 243 974		16 243 974
		16 243 974		16 243 974
Passivos financeiros				
Passivos financeiros justo valor por via de resultados		44 966 433		44 966 433
		44 966 433		44 966 433

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

Classe de acordo com IAS 39	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Ativos financeiros justo valor por via de resultados		15 399 540		15 399 540
		15 399 540		15 399 540
Passivos financeiros				
Passivos financeiros justo valor por via de resultados		78 943 804		78 943 804
		78 943 804		78 943 804

5.6 Ativos financeiros disponíveis para venda

A rubrica de ativos financeiros disponíveis para venda, apresentou os movimentos que seguem nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

Unidade de medida: euro

Ativos disponíveis para venda	Notas	2012	2011
Saldo inicial		96 369	96 369
Aquisições			
Alienações		- 64 494	
Saldo final		31 875	96 369
Imparidades acumuladas	9.		- 64 494
Valor líquido	5.5	31 875	31 875

De seguida apresenta-se a composição dos ativos disponíveis para venda por entidade:

Unidade de medida: euro

Ativos disponíveis para venda	Notas	2012	2011
Valor bruto da participação			
Fernave			64 494
Metro Mondego		26 875	26 875
CRV		5 000	5 000
		31 875	96 369
Detalhe da imparidade			
Fernave			- 64 494
Imparidades acumuladas	9.	0	- 64 494
	5.5	31 875	31 875

Estes instrumentos de capital próprio não se encontram cotados num mercado ativo, estando registados ao custo deduzido de perdas de imparidade conforme a política divulgada na nota 2.2 h).

A REFER detém 10 unidades de participação na CVR – Centro para a Valorização Resíduos e uma participação de 2,5% no Metro Mondego.

A variação ocorrida em 2012 resulta da alienação das ações da FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos S.A., correspondente a uma participação social de 10%, à CP - Comboios de Portugal, E.P.E, a 31 de maio de 2012. Desta alienação resultou resultado positivo de 1 euro.

5.7 Empréstimos e contas a receber

Apresentamos de seguida os empréstimos concedidos a empresas em que a REFER detém participações financeiras, não constituindo instrumentos de capital dessas entidades:

Unidade de medida: euro

Empréstimos e contas a receber	Notas	2012	2011
Empréstimos a associadas		14 054 971	9 002 763
Imparidades em empréstimos acumuladas	9.	- 14 054 971	- 9 002 763
	17.3	0	0

Em 2012, à imagem do sucedido em anos anteriores, foram reforçados os suprimentos à empresa associada GIL, tendo como finalidade garantir o cumprimento de responsabilidades assumidas por aquela empresa. Estes suprimentos foram objeto de ajustamento por imparidade neste exercício (nota 9), atendendo ao risco de crédito dos saldos a receber desta entidade.

5.8 Inventários

Unidade de medida: euro

Descrição	Notas	2012	2011
Mat.-primas, subsidiárias e de consumo		20 411 418	14 967 287
Imparidade em inventários	9.	- 413 048	- 414 723
Inventários		19 998 369	14 552 565

A rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo refere-se aos diversos tipos de materiais que são incorporados na manutenção da infraestrutura ferroviária.

À data da apresentação das contas, foi efetuada inventariação física, tendo como objetivo quantificar o ajustamento de perdas em inventário. Assim, a imparidade refere-se:

- a materiais que estão obsoletos ou depreciados tecnicamente e que não podem ser utilizadas na atividade da REFER, podendo eventualmente ser objeto de venda no caso de aparecer comprador interessado;
- a uma comparação entre o preço de mercado dos materiais e o valor pelo qual estes se encontram registados.

Da análise efetuada no final do exercício de 2012 foi reconhecida reversão do ajustamento por imparidade dos inventários de 1.674 euros.

5.9 Instrumentos Financeiros Derivados

A REFER utiliza instrumentos financeiros derivados com o objetivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeita.

De acordo com as suas políticas financeiras, a REFER não utiliza derivados para especulação.

Apesar de os derivados contratados corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos se qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos da IAS 39 (nota 2.2. alínea g)). Assim, optou-se por considerar a carteira de derivados como de negociação e, conseqüentemente, não qualificar nenhuma das posições como instrumento de cobertura contabilística.

Os instrumentos que não se qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são classificados como derivados de negociação na categoria de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os derivados de negociação são registados na demonstração da posição financeira pelo seu justo valor e as variações do mesmo são reconhecidas em resultados financeiros. À data de 31 de dezembro de 2012 e de 31 de dezembro de 2011, o valor nominal da carteira de derivados da REFER, ascendia a 1.450 milhões de euros e 1.850 milhões de euros, respetivamente, num passivo financeiro global de 6.551 milhões de euros em 2011 e de 6.944 milhões de euros em 2012.

Apresenta-se de seguida o justo valor dos derivados existentes:

31 de dezembro de 2012

Instrumento Coberto	% Cobertura	Descrição	Justo Valor (€)		Variação Justo Valor Dez 12/ Dez 11 (€)		Montante Nominal (milhões €) Dez-12	Maturidade
			Ativo	Passivo	<0	>0		
Schuldchein West LB	100%	Digital Cap (Sibor 12m <6.25%;Euribor 12m <6.25%; Eur 5m <6.00%)			3 335		200	08-10-2012
Schuldchein West LB		Cap KO (Eur 6m <6%)			3 992 776		200	08-10-2012
Eurobond 05/15	100%	Dual Range [(1Y GBP-1Y EUR Spread) e (10Y-2Y EUR Spread)]		- 2 450 791	11 025 276		50	15-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla	5 824 208		424 668		50	15-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla		- 5 873 079	- 276 456		50	15-03-2015
Eurobond 05/15		10Y-2Y EUR Spread Rib		- 25 266 011	2 759 564		300	15-03-2015
Eurobond 06/21	100%	Cap KO (Eur 12m <7%)		- 1 376 551	8 398 741		500	13-12-2021
Eurobond 06/26	50%	Cap KO (Eur 12m <6.50%)	49 766		5 493 901		200	15-11-2026
			16 243 974	- 44 966 432	- 276 456	35 098 261	1 450	

31 de dezembro de 2011

Instrumento Coberto	% Cobertura	Descrição	Justo Valor (€)		Variação Justo Valor Dez 11/ Dez 10 (€)		Montante Nominal (milhões €) Dez-11	Maturidade
			Ativo	Passivo	<0	>0		
Schuldchein ABN	100%	Cap KO (Eur 6m < 5,80%)				3 137 131	300	11-04-2011
Schuldchein West LB	100%	Digital Cap (Shibor 12m < 6,25%; Euribor 12m < 6,25%; Eur 6m < 6,00%)		- 3 335		2 65 808	200	08-10-2012
Schuldchein West LB		Cap KO (Eur 6m < 6%)		- 3 992 776		4 167 026	200	08-10-2012
Eurobond 05/15	100%	Dual Range [(10Y GBP-10Y EUR Spread) e (10Y-2Y EUR Spread)]		- 6 476 067	- 5 109 380		150	16-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla	15 399 540			18 13 83	150	16-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla			- 7 727 973		150	16-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla		- 15 596 623	- 189 1901		150	16-03-2015
Eurobond 05/15		10Y-2Y EUR Spread Rib		- 28 025 575	- 2 757 352		300	16-03-2015
Eurobond 06/21	100%	Cap KO (Eur 12m < 7%)		- 9 775 292		7 545 782	500	13-12-2021
Eurobond 06/26	50%	Cap KO (Eur 12m < 6,50%)		- 5 074 136		4 683 644	200	16-11-2026
Eurobond 06/26		Plain vanilla			- 2 345 336		100	16-11-2026
Eurobond 06/26		Fixed-Fixed Swaption Bermuda				347 487	100	16-11-2026
Eurobond 09/24		Plain vanilla			- 6 289 409		250	16-10-2024
			15 399 540	- 78 943 804	- 26 121 352	21 910 061	1 850	

5.10 Clientes e Outras Contas a Receber

Unidade de medida: euro

Descrição	2012	2011
Clientes	97 499 696	69 377 931
Outras contas a receber	35 487 162	38 926 532
Acréscimos de rendimento	2 305 504	6 272 498
Estado e outros entes públicos	1252 881	2 627 991
Gastos a reconhecer	357 549	613 068
	136 902 792	117 818 020

Os saldos de **clientes e outras contas a receber** constituem saldos correntes, pelo que se aproximam do seu justo valor.

Os clientes decompõem-se como segue:

Unidade de medida: euro

Clientes	Notas	2012	2011
Clientes - Outras entidades relacionadas	17.4	87 250 076	59 860 085
Clientes - Empresas subsidiárias	17.2	6 611 492	5 421 250
Clientes - Empresas associadas	17.3		37 696
Clientes - Diversos		3 638 128	4 058 901
		97 499 696	69 377 931

Os débitos a **clientes-outras entidades relacionadas** (CP e CP Carga) e **clientes diversos** (Fertagus e Takargo), incluem essencialmente as taxas de utilização cobradas às entidades que utilizam as infraestruturas, e também os débitos efetuados aos operadores de serviços prestados no âmbito da atividade comercial,

manobras, capacidade pedida e não utilizada, estacionamento de material circulante e outros serviços.

O aumento significativo do valor de **clientes-outras entidades relacionadas** é decorrente do atraso dos pagamentos das entidades identificadas, conforme nota 3 e evidenciado pela diminuição registada na rubrica recebimentos de clientes da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As outras contas a receber apresentam-se como segue:

Unidade de medida: euro

Outras contas a receber	Notas	2012	2011
Outros contas a receber - Diversos		37 668 588	41 181 571
Outros contas a receber - Empresas subsidiárias	17.2	1 877	
Imparidades acumuladas	9.	- 2 183 303	- 2 255 039
		35 487 162	38 926 532

Na rubrica de **outras contas a receber**, cerca de 38% (34% em 2011) diz respeito à concretização parcial do Protocolo com o Município de Aveiro para a Construção da Nova Estação Ferroviária – Interface Rodo ferroviário, Requalificação Urbana da Zona Envolvente.

Esta rubrica inclui ainda valores de expropriações colocados à ordem dos Tribunais, até decisão conclusiva dos referidos processos de expropriação.

As **imparidades acumuladas de outras contas a receber** são de 2.183.303 euros, cuja reversão, após análise efetuada à probabilidade de cobrança de saldos, foi de 71.736 euros (nota 9). Esta diminuição encontra-se registada na rubrica “Reversões de Perdas de Imparidade de Dívidas a Receber” da Demonstração do Rendimento Integral.

O ajustamento é constituído pelos saldos da Benaterras – 6.818 euros – que data de 2001 a 2003; da Aetur – 22.070 euros – que data de 2003 a janeiro de 2006; e da O2 – 1.805.994 euros. Quanto ao valor restante, refere-se às entidades que estão em processo de insolvência.

Quanto à rubrica de **acréscimos de rendimentos** diz respeito a rendimentos operacionais, destacando-se o montante referente à especialização da concessão da exploração das estações (59% do total), a faturar em 2013 mas referentes ao quarto trimestre de 2012.

Quanto à rubrica de **Estado e outros entes públicos** é composta pelo valor de IVA a favor da REFER, referente ao período de dezembro de 2012, no valor de 1.111.995 euros.

O saldo devedor à Segurança Social no montante de 140.737 euros justifica-se por a REFER ser entidade centralizadora, e neste âmbito, substituir-se temporariamente à

Segurança Social, pelo pagamento devido aos trabalhadores na situação de baixas/licenças médicas.

5.11 Caixa e Equivalentes a Caixa

Os componentes de caixa e seus equivalentes evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 encontram-se reconciliados com os montantes apresentados nas rubricas da demonstração da posição financeira.

Unidade de medida: euro

Descrição	2012	2011
Depósitos bancários	212 229 861	10 915 305
Numerário	15 876	14 060
Caixa e Equivalentes	212 245 737	10 929 364

O saldo materialmente relevante evidenciado na rubrica de equivalente a caixa corresponde a uma transferência de subsídios ao investimento ocorrida já no fim do período do relato, sendo que o saldo médio mensal desta rubrica em 2012 foi de 2.372.285 euros.

5.12 Empréstimos Obtidos

5.12.1 Dívidas a Instituições de Crédito

O financiamento da Atividade de Gestão de Infraestrutura reparte-se em empréstimos correntes e não corrente como segue :

Unidade de medida: euro

Descrição	Notas	2012	2011
Empréstimos não correntes			
Empréstimos obrigacionistas		1095 684 486	1094 938 517
Estado		517 217 519	474 156 384
	5.5	1 612 902 005	1 569 094 901
Empréstimos correntes			
Dívidas a instituições de crédito		20 033 306	142 592 673
Estado		52159 804	
Locações financeiras			58 935
	5.5	541 553 110	142 651 608
Financiamentos obtidos		2 154 455 115	1 711 746 509

A rubrica de empréstimos correntes inclui o montante de 25 milhões de euros (2011: 1,691 milhões de euros) referente a juro corrido e gastos a reconhecer de empréstimos afectos à Gestão de Infraestrutura, por via do reconhecimento do custo amortizado.

Durante 2012 a REFER amortizou integralmente as linhas de curto prazo existentes, não detendo qualquer instrumento desta natureza contratualizado.

5.12.2 Termos e prazos de reembolso dos empréstimos

Termos e prazos de reembolso dos empréstimos para financiamento de gestão da infraestrutura

31 de dezembro de 2012

Designação	Data de assinatura	Montante (euros)	Capital em dívida	Amortização			Pagamento de Juros	Taxa de Juro
				Data inicial	Data final	Periodicidade de		
Sem Aval do Estado								
REFER Eurobond 2005/2015 (1)	16-03-2005	600 000 000	600 000 000	16-03-2015		Bullet	16-Mar	4,00%
REFER Eurobond 2006/2021(1)	30-11-2006	500 000 000	500 000 000	13-12-2021		Bullet	13-Jan	4,25%
Empréstimo estado português	30-12-2011	232 584 427	232 584 427	31-05-2013	30-11-2016	Semestral	31-Mai 30-Nov	2,77%
Empréstimo Estado Português	14-02-2012	75 000 000	75 000 000	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-Mai 30-Nov	3,42%
Empréstimo Estado Português	14-02-2012	198 400 000	198 400 000	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-Mai 30-Nov	3,25%
Empréstimo Estado Português	26-06-2012	118 283 966	118 283 966	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-Mai 30-Nov	2,74%
Empréstimo Estado Português	26-06-2012	152 436 438	152 436 438	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-Mai 30-Nov	1,83%
Empréstimo Estado Português	03-10-2012	206 245 814	206 245 814	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-Mai 30-Nov	1,76%
Empréstimo Estado Português	03-10-2012	49 959 779	49 959 779	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-Mai 30-Nov	1,59%
Total			2 132 910 424					
(1) Total considerando custo efetivo			2 128 594 910					

Termos e prazos de reembolso dos empréstimos para financiamento de gestão da infraestrutura

31 de dezembro de 2011

Designação	Data de assinatura	Montante (euros)	Capital em dívida	Amortização			Pagamento de Juros	Taxa de Juro
				Data inicial	Data final	Periodicidade de		
Sem Aval do Estado								
REFER Eurobond 2005/2015 (1)	16-03-2005	600 000 000	600 000 000	16-03-2015		Bullet	16-Mar	4,00%
REFER Eurobond 2006/2021(1)	30-11-2006	500 000 000	500 000 000	13-12-2021		Bullet	13-Jan	4,25%
Empréstimo estado português	30-12-2011	474 156 385	474 156 385	31-05-2013	30-11-2016	Semestral	31-Mai 30-Nov	6,50%
Papel Comercial	Várias datas	100 000 000	100 000 000	-	Mar-12	-	Semestral/ Trimestral	5,23%
Descobertos Bancários	Várias datas	44 283 989	44 283 989	-	Jul-12	-	Trimestral	3,227%
Total			1 718 440 374					
(1) Total considerando custo efetivo			1 713 378 890					

Apresenta-se de seguida o justo valor dos financiamentos a taxa fixa, à data de 31 de dezembro de 2012:

Designação	Valor nominal (euros)	Capital em dívida (euros)	Justo Valor (euros)	Taxa de juro
Eurobond 05/15	600 000 000	600 000 000	547 843 244	4% fixa
Eurobond 06/21	500 000 000	500 000 000	329 930 458	4,25% Fixa
Empréstimo Estado Português 11/16	232 584 427	232 584 427	228 977 918	2,77% Fixa
Empréstimo Estado Português 12/17	75 000 000	75 000 000	72 394 715	3,42% Fixa
Empréstimo Estado Português 12/17	198 400 000	198 400 000	190 519 896	3,25% Fixa
Empréstimo Estado Português 12/17	118 283 966	118 283 966	111818 366	2,74% Fixa
Empréstimo Estado Português 12/17	152 436 438	152 436 438	140 039 482	1,83% Fixa
Empréstimo Estado Português 12/17	206 245 814	206 245 814	189 049 767	1,76% Fixa
Empréstimo Estado Português 12/17	49 959 779	49 959 779	45 545 453	1,59% Fixa
		2 132 910 424	1 856 119 300	

5.13 Fornecedores e Outras Contas a Pagar

Esta rubrica engloba os seguintes montantes:

Unidade de medida: euro

Descrição	Notas	2012	2011
Fornecedores		24 747 036	24 947 049
Adiantamentos por conta de vendas		16 959 405	18 252 137
Acréscimos de Gastos		11 075 287	15 587 405
Estado e outros entes públicos		2 147 295	5 309 076
Outras contas a pagar		1 330 248	3 390 368
Rendimentos a Reconhecer		5 15 045	808 455
Financiamentos obtidos entidades relacionadas	5.13 / 17.2		21 454 980
		56 774 316	89 749 470

A decomposição da rubrica de fornecedores é a seguinte:

Unidade de medida: euro

Fornecedores	Notas	2012	2011
Fornecedores - Gerais		16 144 209	16 252 666
Fornecedores - Outras entidades relacionadas	17.4	3 335 662	999 300
Fornecedores - Empresas subsidiárias	17.2	2 928 880	2 792 475
Fornecedores - Facts recepção e conferência		1 789 249	3 904 174
Fornecedores - Retenção de garantias		549 036	7 18 996
Fornecedores - Empresas associadas	17.3		279 438
		24 747 036	24 947 049

A diminuição do valor de faturas em recepção e conferência, comparativamente a 2011, deve-se essencialmente ao decréscimo da aquisição de bens e serviços.

Os **adiantamentos por conta de vendas**, no montante de 16.959 milhares de euros (18.252 milhares de euros em 2011) da qual cerca de 87% é referente a um Contrato de Promessa de Compra e Venda assinado em 28/07/2000, sobre um Direito de Superfície concedido, cuja escritura ainda não se concretizou, continuando no entanto a receber-se valores referentes a este contrato. Esta rubrica inclui ainda valores já recebidos ao abrigo de protocolos com diversas entidades e em relação aos quais não estão cumpridos os condicionalismos para o reconhecimento do réditto, nomeadamente os despachos de desafetação de domínio público ferroviário, dos bens em causa.

Os **acrécimos de gastos** incluem a responsabilidade com férias de 2012 devidas em 2013, que representa 9% do saldo de 2012 (8% do saldo em 2011). Regista também gastos diversos de 2012 não faturados pelas respetivas entidades até final do respetivo exercício.

Inclui ainda o acréscimo resultante dos pagamentos efetuados ao pessoal, por motivo de indemnização de rescisão de contrato de trabalho, no montante de 346.147 euros (3.233.136 euros em 2011). Estes adiantamentos resultaram de diferença temporal entre a data de processamento e o fecho do exercício em causa, dado que as respetivas datas não são coincidentes (o período de processamento de salários ocorreu a 18 de dezembro de 2012).

A decomposição da rubrica de estado e outros entes públicos é a seguinte:

Unidade de medida: euro

Estado e outros entes públicos	2012	2011
Contribuições para a segurança social e CGA	1494 057	1821471
IRS	653 200	893 544
Outros impostos	37	
IVA		2 594 060
	2 147 295	5 309 076

Os saldos de IRS e Segurança Social são os correspondentes ao processamento dos vencimentos de dezembro de 2012, e foram regularizados em janeiro de 2013. A diminuição que se constata em relação a IVA, está relacionado fundamentalmente com o recebimento em duodécimos da indemnização compensatória, contrariamente ao sucedido no ano anterior que foi recebido em dezembro.

A decomposição da rubrica outras contas a pagar é a seguinte:

Unidade de medida: euro

Outras contas a pagar	Notas	2012	2011
Outras contas a pagar - Diversos		1254 807	3 390 368
Outras contas a pagar - Empresas subsidiárias (Nota 17.2)		75 441	
		1 330 248	3 390 368

No saldo evidenciado como **outras contas a pagar** destaca-se o decréscimo da rubrica de consultoria e assessoria, no montante de 185.204 euros, que representa 15% daquela (69% em 2011).

Pela aplicação do Regulamento nº 473/2010 de 6 de maio de 2010, referente ao regulamento de Melhoria de Desempenho encontra-se registado o valor de 97.873 euros (119.363 euros em 2011) na rubrica de **outras contas a pagar**, referente ao prémio calculado no corrente ano e a distribuir pelos operadores.

Os **rendimentos a reconhecer** incluem 444.779 euros (595.260 euros em 2011) referente ao valor a integrar na proporção das respetivas amortizações do estabelecimento industrial de creosotagem de travessas de madeira, integrada em ativo fixo tangível em 2007.

O saldo da rubrica de **financiamentos obtidos de entidades relacionadas**, em 2011, correspondia ao saldo das aplicações de excedentes de tesouraria efetuadas na REFER ao longo do ano. Em 2012, aquele saldo foi integralmente reembolsado.

5.14 Provisões

O movimento ocorrido nas provisões durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 foi o seguinte:

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

Descrição	Saldo inicial	Aumento	Reversão/ Utilização	Saldo final
Processos judiciais em curso	12 070 326	3 633 338	2 814 400	12 889 264
	12 070 326	3 633 338	2 814 400	12 889 264

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

Descrição	Saldo inicial	Aumento	Reversão/ Utilização	Saldo final
Processos judiciais em curso	11 402 698	1 589 988	922 361	12 070 326
Provisão para reestruturação	3 974 393		3 974 393	
	15 377 091	1 589 988	4 896 754	12 070 326

Os montantes registados em provisões resultam da identificação de situações em que a REFER espera que seja provável que uma diminuição de recursos incorporando benefícios económicos, razoavelmente estimável, seja exigida para liquidar a obrigação.

A provisão dos processos judiciais em curso inclui os processos cíveis e processos de relações de trabalho.

5.15 Impostos sobre o rendimento

Os valores a receber / (pagar) ao estado, no período 2012/2011 relativo ao imposto sobre o rendimento são:

Unidade de medida: euro

Descrição	2012	2011
IRC		
IRC a recuperar	770 000	700 000
IRC a pagar	- 274 302	- 306 941

O imposto a recuperar, no montante de 770.000 euros, respeita a pagamentos especiais por conta (2010: 700.000 euros) efetuados pela REFER.

Deste montante, ao abrigo da legislação fiscal vigente, foram efetuados pedidos de reembolso, sendo 200.000 euros de 2003, 40.000 euros de 2004, 40.000 euros de 2005 e 70.000 euros de 2006, num total global de 350.000 euros, não tendo sido obtida até à presente data qualquer informação por parte da Administração Tributária sobre estes pedidos

6. Prestações de Serviços e Subsídios à Exploração

6.1 Prestações de Serviços

As prestações de serviços detalham-se da seguinte forma:

Unidade de medida: euro

Descrição	Notas	2012	2011
Utilização de infraestruturas (Tarifas)		68 229 895	58 812 359
Concedente Estado - Rédito ILD	15.	19 403 945	58 487 847
Energia de Tração		5 145 736	4 431 061
Manobras/Estac. Material Circulante		3 463 010	3 541 297
Capacidade Pedida Não Utilizada		3 028 309	2 448 740
Melhoria de desempenho		184 587	148 211
Atravessamentos		96 630	153 506
Conservação de Ramais Particulares		75 260	82 535
Responsabilidade de Terceiros		19 182	5 538
Outros serviços		74 1634	2 620 320
		100 388 188	130 731 415

Os montantes registados em Concedente Estado – Rédito ILD correspondem aos trabalhos internos debitados à atividade em investimento de infraestruturas de longa duração (nota 15).

Nesta rubrica encontram-se igualmente registados os rendimentos associados às prestações de serviços, faturados de acordo com o Diretório de Rede produzido em consonância com o Decreto-Lei 270/2003, alterado pelo Decreto-Lei 231/2007, e em particular a Secção III do Capítulo IV e no Regulamento 630/2011 (nota 1.2), destacando-se, os rendimentos por utilização das infraestruturas, ou seja, a taxa de utilização das infraestruturas ferroviárias, homologada pelo Instituto Nacional de Transportes Ferroviários e debitadas à CP, CP Carga, à Fertagus, à Takargo e à Comsa.

Com a entrada em vigor a 1 de janeiro de 2012 do Regulamento 630/2011, transposto para a 1ª Adenda ao Diretório da Rede de 2012, o serviço de Sistema de Informação ao Público integrou a tarifa de serviços essenciais, deixando de ser faturado no âmbito dos serviços auxiliares.

Em setembro de 2012, com a Decisão URF 1/2012, foram incluídos na 1ª Adenda ao Diretório da Rede 2013 os serviços auxiliares de Sistema de Informação ao Público comercial e Disponibilização de instalações operacionais em estações.

Esta rubrica inclui, ainda, serviços prestados pela REFER, no âmbito de manobras de circulação ferroviária em complexos ferroviários e debitados às mesmas entidades, e também fornecimento de energia de tração e estacionamento de material circulante.

6.2 Subsídios à Exploração

Através da Resolução de Conselho de Ministros 53/2012, de 31 de maio, foram atribuídos 39.600.000 euros (2011: 36.000.000 euros), a título de indemnizações compensatórias, e que se encontram reconhecidos nesta rubrica.

7. Fornecimentos e Serviços Externos

A posição da rubrica de fornecimentos e serviços externos a 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

Unidade de medida: euro

Descrição	2012	2011
Subcontratos	58 974 915	65 148 640
Eletricidade	11 294 551	10 166 725
Vigilância e segurança	4 734 057	4 166 387
Trabalhos especializados	2 652 716	4 391 352
Limpeza, higiene e conforto	1 785 011	171 012
Rendas e alugueres	1 760 388	3 163 554
Royalties	1 111 597	1 166 330
Combustíveis	1 027 030	1 184 485
Comunicações	857 676	1 402 628
Transportes de pessoal	857 580	920 551
Seguros	730 755	1 251 952
Água	710 270	1 102 973
Conservação e reparação	563 418	1 104 899
Portagens	208 534	206 146
Outros inferiores a 200000 euros	772 692	1 163 022
Fornecimentos e Serviços Externos	88 041 190	98 249 757

A rubrica de fornecimentos e serviços externos registou um decréscimo de cerca de 10% (menos 10,2 M€) face ao ano de 2011.

Tendo em vista a otimização dos gastos associados à atividade de manutenção e incremento na sua eficiência e eficácia, a REFER procedeu à renegociação de alguns contratos e à contratação de serviços no âmbito de contratos substitutos com condições mais favoráveis à REFER e de que resultaram num decréscimo acentuado dos gastos verificados em 2011 e com impacto expressivo no corrente exercício.

Em 2012, o decréscimo registado absorveu o aumento dos gastos associados à denúncia do contrato de exploração de estações, celebrado entre a CP e a REFER. Em consequência a CP deixou de gerir um conjunto de estações na zona de Lisboa e Porto, tendo a REFER assumido os contratos ativos.

Os **subcontratos** referem-se essencialmente à subcontratação dos serviços de manutenção de via, sinalização, telecomunicações e catenária.

A diminuição registada na rubrica de **trabalhos especializados** deve-se ao esforço pela empresa de internalização de serviços outrora contratados, aliado ao

decréscimo da atividade de investimentos que exigiu um recurso menos significativo de gastos desta natureza.

Os **seguros** registaram um valor de 730.755 euros (decréscimo de 41,63%, face a 2011), resultado da otimização dos contratos no ramo da responsabilidade civil. Esta variação resultou do contexto de mudança significativa do mercado agregado à reduzida sinistralidade verificada.

Locações operacionais

A rubrica de rendas e alugueres inclui 1.585.804 euros (1.471.891 euros em 2011) relativos ao custo com locações operacionais de viaturas e 132.015 euros (173.937 euros em 2011) com locações operacionais de equipamentos administrativos.

A REFER, à data a que se reporta a apresentação das contas, detinha ao seu serviço 321 viaturas (346 viaturas em 2011), e 10 equipamentos administrativos (30 equipamentos em 2011), através de contratos de locação operacional.

Apresentamos de seguida o total dos futuros pagamentos mínimos da locação, não canceláveis, nos contratos de locação operacional que a REFER celebrou:

Unidade de medida: euro

Descrição	Inferior a 1 ano	Entre 1 e 5 anos
De acordo com contratos celebrados		
Viaturas	1008 960	57 638
Equipamentos	158 272	188 170
Valor presente da dívida		
Viaturas	979 403	55 398
Equipamentos	153 635	180 857

8. Gastos com Pessoal

Os gastos com pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 repartem-se da seguinte forma:

Unidade de medida: euro

Descrição	2012	2011
Remunerações do Pessoal	57 988 416	74 688 004
Encargos sobre Remunerações	12 548 466	16 090 152
Outros Gastos com Pessoal	4 334 507	5 462 869
Indemnizações	1560 466	26 775 918
Seguros de acidentes de trabalho	568 214	772 628
Gastos de Ação Social	490 004	588 178
Remunerações Órgãos Sociais	309 590	295 896
	77 799 661	124 673 646

Os Gastos com pessoal diminuíram 46,9M€ entre 2011 e 2012, o que equivale a um decréscimo de 37,6%. Grande parte desta diferença explica-se pela queda de 25,2M€ do valor das compensações relativas a rescisões por mútuo acordo (RMA), sendo a diminuição de 14% do efetivo médio responsável pelo restante impacto nas remunerações e correspondentes encargos sociais.

Os **outros gastos com pessoal** abrangem, essencialmente, despesas com formação, recrutamento e a utilização de concessões de transporte.

O número médio de colaboradores ao serviço da empresa, ao longo do ano de 2012 foi de 2.784 (em 2011 era de 3.237), sendo o número de efetivos a 31/12/2012 de 2.752 (2.815 em 31/12/2011).

O ano 2012 ficou marcado pela manutenção das medidas vigentes em 2011 relativas a reduções salariais e impedimento de valorizações remuneratórias, e pela suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal prevista no art.º 21º, da Lei de Orçamento do Estado 2012.

Relevam-se, ainda, os encargos da REFER com estruturas representativas dos trabalhadores (informação a que se refere o Despacho do Secretário de Estado do Tesouro, de 25 de junho de 1980). Para os trabalhadores envolvidos a tempo inteiro – Dirigentes Sindicais e Comissão de Trabalhadores, foram determinados encargos para a estrutura representativa dos trabalhadores, nos exercícios de 2012 e 2011 nos montantes de 85.591 euros e 126.586 euros respetivamente.

A discriminação é a seguinte:

Unidade de medida: euro

Descrição	2012	2011
Retribuição mensal	50 410	67 287
Diuturnidades	5 766	6 628
Subsídios de Férias e Subsídios de Natal	1 268	15 002
Contribuição Patronal	15 881	23 896
Outros	12 266	13 773
Encargos com Estruturas Representativas dos Trabalhadores	85 591	126 586

Os trabalhadores envolvidos nestas estruturas foram os seguintes:

Descrição	2012	2011
A tempo parcial (nº médio)		
Dirigentes sindicais	144	175
Comissão e Subcomissões	16	21
A tempo inteiro		
Dirigentes sindicais	5	6
Nº de Trabalhadores envolvidos em Estruturas Representativas	166	202

9. Imparidades

A decomposição da rubrica de imparidades é a seguinte:

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

Imparidades	Notas	Saldo inicial	Aumento	Reversões	Transferências	Saldo final
Atividade de Gestão de Infraestrutura						
Ativos disponíveis para venda	5.6	64 494		- 64 494		0
Suprimentos - Empresas associadas	5.7	9 002 763	5 052 208			14 054 971
Inventários	5.8	414 723		- 1 674		413 048
Outras contas a receber	5.10	2 255 039		- 717 36		2 183 303
Atividade em Investimento de Infraestrutura de Longa Duração						
Concedente - Estado conta a receber	4.15	305 200 000				305 200 000
Inventários	4.2	275 033				275 033
		317 212 051	5 052 208	- 137 904		322 126 355

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

Imparidades	Notas	Saldo inicial	Aumento	Reversões	Transferências	Saldo final
Atividade de Gestão de Infraestrutura						
Ativos disponíveis para venda	5.6	64 494				64 494
Suprimentos - Empresas associadas	5.7	4 889 014	4 113 749			9 002 763
Inventários	5.8	228 698	461 058		- 275 033	414 723
Outras contas a receber	5.10	2 263 702		- 8 664		2 255 039
Atividade em Investimento de Infraestrutura de Longa Duração						
Concedente - Estado conta a receber	4.15	305 200 000				305 200 000
Inventários	4.2				275 033	275 033
		312 645 908	4 574 807	- 8 664		317 212 051

O movimento verificado nas imparidades dos ativos disponíveis para venda, está relacionado com a venda da FERNAVE, conforme divulgado na nota 6. Uma vez que a referida participação financeira se mostrava totalmente ajustada, optou-se por anular a imparidade por contrapartida do referido investimento.

10. Outros Gastos

A decomposição da rubrica de outros gastos é a seguinte:

Unidade de medida: euro

Descrição	2012	2011
IMTT	735 202	2 211 984
Indemnizações	562 901	281 943
Impostos diretos e indiretos	294 261	501 874
Quotizações	256 690	183 234
Donativos	245 065	266 228
Perdas em inventários	39 207	128 043
Dívidas incobráveis	28 804	15 693
Multas	22 422	7 698
Gastos Operacionais < a 10000 euros	49 721	515 982
Outros Gastos	2 234 274	4 112 678

O valor registado na rubrica do IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P., inclui acertos da estimativa efetuada em anos anteriores.

Os impostos indiretos compreendem fundamentalmente o imposto do selo e taxas diversas suportadas nos anos respetivos.

Quanto aos donativos, a referir o da Fundação do Museu Nacional Ferroviário no montante de 212.500 euros (213.728 euros em 2011) e à UNICRI no montante de 20.000 euros (20.000 euros em 2011).

11. Outros Rendimentos

A decomposição da rubrica de outros rendimentos é a seguinte:

Unidade de medida: euro

Descrição	2012	2011
Concessões de utilização e licenças	6 720 897	6 816 599
Vendas diversas	3 324 398	6 117 21
Telecomunicações	1 254 906	1 596 036
Venda/Cedência energia e água	551 539	921 119
Ganhos em inventários	301 379	3 221 253
Ganhos em investimentos não financeiros	182 794	28 697
Aluguer de equipamento	117 492	189 273
Fundo Conservação Casa	97 252	164 716
Subsídios	69 557	61 609
Outros rendimentos < a 50000 euros	806 928	1 060 290
Outros Rendimentos	13 427 143	14 671 314

A rubrica de **concessões de utilização de licenças** inclui essencialmente a concessão de utilização de espaços comerciais, que contribui com 95% (66% em 2011).

As vendas de resíduos e carril registaram um significativo aumento em 2012, o que explica a variação positiva da rubrica de **vendas diversas**; 3.324.398 euros, valor em 2012 e 611.691 euros, valor em 2011).

Os ganhos em inventários – reconhecidos em 2012 são os resultantes da diferença da estimativa reconhecida em 2011, em relação ao reconhecimento de inventários.

12. Perdas e Ganhos Financeiros

A decomposição da rubrica de perdas e ganhos financeiros é a seguinte:

Unidade de medida: euro

Descrição	Notas	2012	2011
Perdas Financeiras			
Juros Suportados:			
Empréstimos		- 256 213 546	- 192 637 526
Instrumentos financeiros derivados		- 67 015 042	- 75 463 959
Outros juros suportados		- 28 555	- 657 320
Varição de justo valor :			
Instrumentos financeiros derivados	5.9	- 276 456	- 26 121 352
Outras perdas financeiras		- 10 778 786	- 15 730 293
		- 334 312 385	- 310 610 450
Ganhos Financeiros			
Rendimentos títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras		16 638	160 325
Juros Obtidos			
Instrumentos financeiros derivados		51 558 353	83 327 575
Outros juros obtidos		167 291	169 229
Juros obtidos-concedente Estado	4.14	185 100 802	125 018 463
Varição de justo valor :			
Instrumentos financeiros derivados	5.9	35 098 261	21 910 061
Outros ganhos financeiros			183 897
		271 941 345	230 769 550
(Imparidades) / Reversões	13.	- 4 330 397	38 151
Dividendos	13.	2 800 000	7 205 720
Ganhos/(Perdas) em alienações			
Ganhos/(Perdas) Subsidiárias e Associadas	13.	- 1 530 397	7 587 231
Resultados Financeiros		- 63 901 437	- 72 253 669

Os juros suportados dizem respeito a juros associados à dívida afeta às Atividades de Investimento e Gestão de Infraestrutura, nomeadamente, empréstimos obrigacionistas, empréstimos bilaterais e a linhas de crédito de curto prazo. Inclui

também os juros referentes às pernas pagadoras e prémios pagos dos swaps de taxa de juro contratados.

As outras perdas financeiras respeitam aos encargos com a taxa de aval, imposto de selo e comissões associadas aos empréstimos obtidos para financiar as Atividades de Gestão de Infraestruturas e Investimento em Infraestruturas de Longa Duração.

A rubrica de juros obtidos inclui os juros obtidos em instrumentos financeiros derivados decorrentes das operações de swap (perna recebedora e prémios recebidos), outros juros auferidos em resultado de aplicações financeiras e os juros obtidos do concedente Estado (nota 4.1.4).

As variações negativas no justo valor das operações de instrumentos financeiros derivados são relevadas em Perdas Financeiras e as variações positivas em Ganhos Financeiros. O efeito líquido destas variações ascendia a 34,82 milhões de euros positivos em 2012 (4,2 milhões de euros negativos em 2011).

13. Ganhos / (Perdas) em Subsidiárias Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Nos exercícios findos em 2012 e 2011, a rubrica de “Ganhos / (Perdas) em subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, decompõem-se como segue:

Unidade de medida: euro

Descrição	Notas	2012	2011
(Imparidades) / Reversões	5.3 / 12.	-4 330 397	381 511
Ganhos em empresas subsidiárias	12.	2 800 000	7 205 720
Ganhos/(Perdas) em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	12.	- 1 530 397	7 587 231

Em 2012, efetuou-se o reforço das imparidades referentes aos investimentos na AVEP e na REFER PATRIMÓNIO, de 75.000 euros (2011: 0 euros) e 4.255.397 euros (2011: uma reversão de 381.511 euros) respetivamente, como já havia sido explicado nas notas 5.3 e 5.4 do presente relatório.

Os ganhos em empresas subsidiárias decorreram da distribuição de dividendos da REFER TELECOM (2011: 1.300.000 euros).

14. Imposto sobre o Rendimento do Exercício

14.1 Impostos diferidos ativos e passivos

A REFER não reconheceu nas suas demonstrações financeiras ativos e passivos por impostos diferidos.

Em relação a impostos diferidos passivos, não foram identificadas situações que originassem o seu reconhecimento.

No que diz respeito a impostos diferidos ativos, existem prejuízos fiscais por utilizar no valor total de 792.280.606 euros (2011: 904.733.293 euros). Conjugando estes prejuízos por utilizar, com a atual conjuntura económica, com os orçamentos dos próximos anos, e com a natureza da atividade da REFER, não espera o conselho de administração que venham a existir lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação das diferenças temporárias ativas.

Unidade de medida: euro

Data dos prejuízos	Data limite de reporte	Montante
2007	2013	222 339 125
2008	2014	208 952 175
2009	2015	236 172 810
2010	2014	45 572 502
2011	2015	79 243 994
		792 280 606

14.2 Imposto sobre o rendimento do exercício

O imposto sobre o rendimento do exercício reconhecido na demonstração de rendimento integral, refere-se à tributação autónoma apurada de acordo com as regras fiscais em vigor a cada data de relato, e cujo impacto do agravamento fiscal desta tributação foi atenuado pelo decréscimo registado com os encargos com viaturas.

Unidade de medida: euro

Descrição	Notas	2012	2011
Imposto corrente do exercício	5.15	327 784	386 857
		327 784	386 857

15. Demonstração dos resultados internos efetuados para a atividade de investimento em infraestruturas de longa duração

Os trabalhos internos efetuados para a atividade de investimento em ILD's, que foram reconhecidos na demonstração de rendimento integral, apresentam-se de seguida (nota 6.1).

Unidade de medida: euro

Descrição	2012	2011
Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração		
Materiais para Investimento	2 126 402	31 133 765
Equipamento	32 782	37 764
Mão-de-Obra	810 575	769 435
Encargos de Estrutura	16 434 186	26 546 882
Total Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração	19 403 945	58 487 847

A redução verificada (de 58,5 M€ em 2011 para 19,4 M€ em 2012) decorre do acentuado abrandamento da atividade de Investimento em ILD neste ano. Só na componente relacionada com os materiais aplicados em obra encontramos uma redução de 93% face ao ano transato.

Quanto aos encargos de estrutura, a sua variação – de 26,5 M€ para 16,4 M€ - está em linha com o verificado nas diversas componentes da estrutura de custos da REFER, particularmente no que diz respeito a gastos com pessoal, onde se fez sentir o efeito da diminuição de efetivos e das reduções remuneratórias, tais como a suspensão de pagamento dos Subsídios de Férias e de Natal.

16. Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais

Na sequência das alterações introduzidas ao Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março) pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro, e da publicação das Resoluções do Conselho de Ministros n.º 16/2012 e 36/2012, foi alterada em conformidade a estrutura de remunerações dos membros do Conselho de Administração. A alteração da estrutura remuneratória não implicou alteração dos montantes a título de retribuição dos membros do Conselho de Administração, atento aos condicionalismos constantes do n.º. 21 da RCM 16/2012 e do n.º. 3 da RCM 36/2012.

Unidade de medida: euro

Conselho de Administração	Cargo	Regime da Segurança Social	2012			
			Remun. Principais	Remun. Acessórias	Desc. Patron. SS	Desc. Patron. CGA
Luis Filipe Melo e Sousa Pardal	Presidente	Regime Normal	46 613		10 893	
Romeu Costa Reis	Vogal	CGA	47 629	267		4 979
Alberto José Engenheiro Castanho Ribeiro	Vogal	Regime Normal	47 785	601	9 113	
Carlos Alberto João Fernandes	Vogal	Regime Normal	47 629	134	9 081	
Rui Lopes Loureiro	Presidente	Regime Normal	24 942	936	4 119	
José Luis Ribeiro dos Santos	Vice Presidente	Regime Normal	23 074	668	4 119	
José Rui Roque	Vogal	Regime Normal	21 770		3 984	
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	Vogal	Regime Normal	21 770	267	3 984	
Alberto Manuel de Almeida Diogo	Vogal	Regime Normal	21 769		4 846	
Remunerações Atribuídas			302 980	2 874	50 138	4 979

Unidade de medida: euro

Conselho de Administração	Cargo	Regime da Segurança Social	2011			
			Remun. Principais	Remun. Acessórias	Desc. Patron. SS	Desc. Patron. CGA
Luis Filipe Melo e Sousa Pardal	Presidente	Regime Normal	86 495	67	20 543	
Alfredo Vicente Pereira	Vice Presidente	Regime Normal				
Romeu Costa Reis	Vogal	CGA	75 495	535		5 975
Alberto José Engenheiro Castanho Ribeiro	Vogal	Regime Normal	75 495	802	14 297	
Carlos Alberto João Fernandes	Vogal	Regime Normal	75 495	67	14 297	
Remunerações Atribuídas			312 979	1 470	49 137	5 975

As remunerações acessórias apresentadas correspondem ao pagamento de subsídios de deslocação.

Na sessão de 30 de agosto de 2012 e com efeitos a esta data, o Conselho de Ministros designou novo Conselho de Administração da REFER – Resolução n.º. 37/2012, publicada no DR 2.ª série de 10/9/2012, com a seguinte composição:

Presidente: Eng.º Rui Lopes Loureiro

Vice-Presidente: Eng.º José Ribeiro dos Santos

Vogal: Dr. Alberto Almeida Diogo

Vogal: Dr. José Rui Roque

Vogal: Eng.º Amílcar Ferreira Monteiro

Os valores postos à disposição da Comissão de Fiscalização foram os seguintes:

Unidade de medida: euro

Entidade	2012			2011		
	Valor Mensal	Valor Total	Descontos Patronais para SS	Valor Mensal	Valor Total	Descontos Patronais para SS
Hilário Manuel Marcelino Teixeira				951	3 802	903
Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC	7 028	84 337		5 828	69 937	

O vogal da comissão de fiscalização, Dr. Hilário Manuel Marcelino Teixeira, optou pela suspensão da remuneração a partir de maio de 2011.

Os valores evidenciados a favor de Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC, Lda. assumem a forma de remuneração de trabalhos especializados. Para o ano de 2011 foram incluídos os valores relativos aos trabalhos efetuados nesse exercício e faturados em 2012. Os honorários deste exercício incluem, além da revisão legal das contas separadas e consolidadas, a auditoria exigida pelos normativos e regulamentos aplicáveis à REFER anteriormente efetuada pelos auditores externos.

17. Divulgações com partes relacionadas

17.1 Resumo das entidades relacionadas

As entidades identificadas como partes relacionadas da REFER são as seguintes:

2012

	Relação
Empresas Subsidiárias	
REFER PATRIMÓNIO	REFER detém 99,997% capital
REFER ENGINEERING (ex-FERBRITAS)	REFER detém 98,43% capital
REFER TELECOM	REFER detém 100% capital
RAVE	REFER detém 40% capital
Empresas Associadas	
GIL	REFER detém 33,98% capital
Empreendimentos conjuntos	
AVEP	REFER detém 50% capital
Outras entidades relacionadas	
CP	Relação Domínio - Estado
CP CARGA	Relação Domínio - Estado

2011

	Relação
Empresas Subsidiárias	
REFER PATRIMÓNIO	REFER detém 99,997% capital
REFER ENGINEERING (ex-FERBRITAS)	REFER detém 98,43% capital
CP COM	REFER detém 80% capital
REFER TELECOM	REFER detém 100% capital
RAVE	REFER detém 40% capital
Empresas Associadas	
GIL	REFER detém 33,98% capital
Outras entidades relacionadas	
CP	Relação Domínio - Estado
CP CARGA	Relação Domínio - Estado

17.2 Saldos e transações com empresas subsidiárias

Os saldos com **empresas subsidiárias** detalham-se da seguinte forma:

Unidade de medida: euro

Empresa	Notas	2012	2011
Saldos a receber			
REFER PATRIMÓNIO		4 547 631	4 547 631
ILD'S - Saldos a receber	4.3	4 547 631	4 547 631
REFER PATRIMÓNIO		6 495 897	3 705 246
REFER TELECOM		111 042	1 638 977
RAVE - EM LIQUIDAÇÃO		1 622	74 703
REFER ENGINEERING (ex-FERBRITAS)		2 931	2 324
Clientes	5.10	6 611 492	5 421 250
RAVE - EM LIQUIDAÇÃO		1 877	
Outros contas a receber	5.10	1 877	
		11 161 000	9 968 881
Saldos a pagar			
REFER ENGINEERING (ex-FERBRITAS)		174 557	3 551 603
REFER PATRIMÓNIO			38 280
REFER TELECOM		110 700	20 471
ILD's - Fornecedores e outras contas a pagar		1 825 257	3 610 354
REFER TELECOM		2 856 393	2 583 933
REFER PATRIMÓNIO		7 640	201 079
REFER ENGINEERING (ex-FERBRITAS)		64 846	7 463
Fornecedores	5.13	2 928 880	2 792 475
REFER TELECOM			13 500 000
REFER ENGINEERING (ex-FERBRITAS)			6 424 980
REFER PATRIMÓNIO			1 530 000
Financiamentos obtidos	5.13	0	21 454 980
RAVE - EM LIQUIDAÇÃO		75 000	
REFER PATRIMÓNIO		441	
Outros contas a pagar	5.13	75 441	0
		4 829 578	27 857 809

De seguida apresentam-se as transações ocorridas no período em análise com as empresas subsidiárias:

Unidade de medida: euro			
Empresa	Notas	2012	2011
Investimentos e Fornecimentos e Serviços			
REFER TELECOM		13 435 347	13 910 685
REFER ENGINEERING (ex-FERBRITAS)		3 593 423	12 334 325
REFER PATRIMÓNIO		31577	84 535
CP COM		5 135	
		17 065 481	26 329 545
Prestação de serviços			
REFER ENGINEERING (ex-FERBRITAS)		23 883	5 946 113
REFER TELECOM		1317 454	3 116 347
REFER PATRIMÓNIO		6 179 556	2 347 567
RAVE - EM LIQUIDAÇÃO		48 157	551095
CP COM			
		7 569 050	11 961 122
Encargos financeiros			
REFER TELECOM		23 452	28 248
REFER ENGINEERING (ex-FERBRITAS)		7 576	21649
RAVE - EM LIQUIDAÇÃO			5 437
REFER PATRIMÓNIO		3 804	2 492
		34 832	57 826
Ganhos em subsidiárias			
REFER TELECOM	13.	2 800 000	1300 000
REFER ENGINEERING (ex-FERBRITAS)	13.		5 905 720
		2 800 000	7 205 720

17.3 Saldos e transações com empresas associadas

Os saldos com **empresas associadas** detalham-se da seguinte forma:

Unidade de medida: euro

Empresa	Notas	2012	2011
Saldos a receber			
GIL			
Empréstimos e contas a receber	5.7	0	0
GIL			37 696
Clientes	5.10	0	37 696
		0	37 696
Saldos a pagar			
GIL			279 438
Fornecedores	5.13	0	279 438
		0	279 438

As transações verificadas com empresas associadas, no período em análise, apresentam-se como segue:

Unidade de medida: euro

Empresa	2012	2011
Investimentos e Fornecimentos e Serviços		
GIL	841371	908 741
	841 371	908 741
Prestações de serviços		
GIL	40 863	40 863
	40 863	40 863

17.4 Saldos e transações com outras entidades relacionadas

Os saldos com a CP e CP Carga detalham-se da seguinte forma:

Unidade de medida: euro

Empresa	Notas	2012	2011
Saldos a receber			
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.		73 383 450	46 418 011
CP Carga - Log.Tr.F.Mercadorias, S.A.		13 866 625	13 442 073
Clientes	5.10	87 250 076	59 860 085
		87 250 076	59 860 085
Saldos a pagar			
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.			215 250
CP Carga - Log.Tr.F.Mercadorias, S.A.			27 798
ILD's - Fornecedores e outras contas a pagar		0	243 048
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.		3 242 070	961 558
CP Carga - Log.Tr.F.Mercadorias, S.A.		93 592	37 742
Fornecedores	5.13	3 335 662	999 300
		3 335 662	1 242 348

As transações com a CP e CP Carga ocorridas no período em análise, apresentam-se de seguida:

Unidade de medida: euro

Empresa	2012	2011
Investimentos e Fornecimentos e Serviços		
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	5 808 850	6 473 375
CP Carga - Log.Tr.F.Mercadorias, S.A.	58 477	114 861
	5 867 327	6 588 236
Prestação de serviços		
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	64 736 858	52 016 232
CP Carga - Log.Tr.F.Mercadorias, S.A.	10 053 864	14 340 728
	74 790 723	66 356 960

17.5 Saldos e faturação emitida com entidades públicas

Os protocolos em vigor à data de 31 de dezembro de 2012, de montante mais significativo, são os seguintes:

Unidade de medida: euro

Município	Descrição do Protocolo / Entidade relacionada	Faturação Emitida acumulada até 31.12.2012	Valor em Dívida a 31.12.2012
Saldos a receber			
Espinho	Intervenção em Espinho. Requalificação Urbana e rebaixamento de via.	15 750 890	6 19 682
Aveiro	Construção da Nova Estação de Aveiro - Interface Rodoviário, Requalificação Urbana da Zona Envolvente, Financiamento do Empreendimento	13 350 792	13 350 792
EP - Estradas de Portugal	Protocolo para a Gestão da Conservação de Obras de Arte objeto de exploração Rodoviária e Ferroviária	5 730 346	670 415
Viana do Castelo	Supressão de Passagens de Nível no Concelho de Viana do Castelo	3 239 801	2 432 484
Sintra	Colaboração Técnica e Financeira entre a REFER e o Município de Sintra para a construção do "Túnel de Aqualva"	2 900 163	843 726
Cascais	Requalificação e Dinamização do Modo Ferroviário Linha de Cascais – Troço Carcavelos/Estoril (Revisão)	3 132 348	2 743 161
Fundão	Infraestruturas Rodoferroviárias na Área Urbana do Fundão - 2º Aditamento	2 922 458	2 922 458
Coimbra	Encerramento definitivo das 21 passagens de nível no Concelho de Coimbra e respetivos caminhos de acesso	2 708 429	2 708 429
Ovar	Encerramento de 6 PNs no Concelho de Ovar, construção de 4 obras, e respetivos caminhos de acesso	1 523 233	2 210
		51 258 460	26 293 357

18. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

A REFER optou por não antecipar a aplicação de qualquer norma, antes da mesma ser aprovada pela União Europeia, no entanto, apresentam-se de seguida as principais alterações ocorridas neste exercício bem como as principais alterações que se preveem futuramente:

Normas e interpretações que se tornaram efetivas durante o exercício de 2012

- **Emenda à IAS12 Impostos sobre o rendimento – Regulamento (CE) N.º1255/2012 de 11 de dezembro de 2012**

Esta alteração requer que uma entidade mensure os impostos diferidos de acordo com a sua expectativa de reversão dos mesmos, que pode ocorrer pelo uso ou pela venda dos ativos, no entanto, exceciona as propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, para as quais se presume a intenção de venda, sendo permitidas exceções. *Data de Implementação: períodos anuais com início após 01 de janeiro de 2012.* A REFER não possui propriedades de investimento.

Normas e interpretações que se tornarão efetivas durante o exercício de 2013 e seguintes.

Normas já endossadas pela União Europeia

- **Emendas à IAS1 Apresentação de demonstrações financeiras - Regulamento (CE) N.º 475/2012 de 05 junho de 2012.**

Introduz uma nova terminologia em que a “Demonstração do rendimento integral” passará a denominar-se por “Demonstração dos Resultados e do Rendimento integral”, não impedindo que as duas anteriores demonstrações sejam preparadas separadamente, como até aqui. No entanto, são requeridos novos requisitos de divulgação, devendo as rubricas do rendimento integral ser separadas consoante as mesmas possam ou não ser recicladas no futuro para resultados. – *Data de Implementação: períodos anuais com início após 05 de junho 2012.* Os impactos na REFER serão diminutos.

- **IAS19 (Revisão 2011) Benefícios aos empregados – Regulamento (CE) N.º 475/2012 de 05 junho de 2012.**

Esta alteração introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efetuar para todos os benefícios concedidos aos empregados. Os desvios atuariais passam a ser reconhecidos de imediato e apenas nos outros rendimentos integrais (não é permitido o método do corredor). O custo financeiro dos planos com fundo

constituído é calculado na base líquida da responsabilidade não fundeada. -
Data de implementação: períodos anuais com início após 01 de janeiro de 2013. Não existem impactos na REFER.

- **Emendas à IAS32 Instrumentos Financeiros: compensação de ativos e passivos financeiros – Regulamento (CE) N.º 1256/2012 de 13 dezembro de 2012.**

Esta alteração é parte do projeto de “compensação de ativos e passivos” do IASB, a qual clarifica a expressão “deter atualmente o direito legal de compensação” e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes ilíquidos. *Data de Implementação: períodos anuais com início após 01 de janeiro de 2014.* Não esperados impactos relevantes da adoção desta norma na REFER.

- **IAS27 (Revisão 2011) Demonstrações financeiras separadas – Regulamento (CE) N.º 1254/2012 de 11 dezembro de 2012.**

A IAS 27 foi revista após a emissão da IFRS 10 e contém apenas os requisitos de contabilização e divulgação para investimentos em participações financeiras quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas. *Data de Implementação: períodos anuais com início após 01 de janeiro de 2013.* Os impactos desta norma na REFER são irrelevantes, visto que a referida norma apenas eliminou tudo o que se cingia a consolidação de contas.

- **IAS28 (Revisão 2011) Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos – Regulamento (CE) N.º 1254/2012 de 11 dezembro de 2012.**

A IAS 28 foi revista após a emissão da IFRS11 e prescreve o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos com vista à aplicação do método da equivalência patrimonial. *Data de implementação: períodos anuais com início após 01 de janeiro de 2013.* A norma não altera nada de fundo na REFER, uma vez que a mesma apresenta contas consolidadas, estando assim isenta da aplicação do método da equivalência patrimonial nas suas contas separadas.

- **IFRS1 Adoção pela primeira vez das IFRS – Regulamento (CE) N.º1255/2012 de 11 de dezembro de 2012.**

Esta alteração vem incluir uma isenção específica para os primeiros adotantes das IFRS que operavam anteriormente em economias hiperinflacionárias. Assim, quando a data de transição para as IFRS corresponde à data ou é posterior à data em que a moeda funcional da entidade “normalizou”, esta pode adotar por mensurar todos os ativos e passivos detidos à data da normalização ao justo valor, na transição para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se á remoção de datas nas exceções à aplicação retrospectiva da IFRS pela primeira vez. *Data de Implementação: períodos anuais com início após 01 de janeiro de 2013.* Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da REFER.

- **IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de ativos financeiros. - Regulamento (CE) N.º 1256/2012 de 13 dezembro de 2012.**
Esta alteração à IFRS 7 refere-se às exigências de divulgação a efetuar relativamente a ativos financeiros transferidos para terceiros mas não desconhecidos no balanço por a entidade manter obrigações associadas ou envolvimento continuado. *Data de implementação: períodos anuais com início em ou após 01 de Janeiro de 2013* Esta alteração não têm impacto nas Demonstrações financeiras da REFER.
- **IFRS10 Demonstrações financeiras consolidadas – Regulamento (CE) N.º 1254/2012 de 11 dezembro de 2012.**
Substitui todos os princípios associados ao controlo e consolidação incluídas na IAS27 e SIC12, alterando a definição de controlo, mantendo-se no entanto inalterado o princípio base de que o consolidado apresenta a empresa mãe e as subsidiárias como uma entidade única. A referida norma entrará em vigor juntamente com as IFRS11 e IFRS12. *Data de implementação: períodos anuais com início após 01 de janeiro de 2013.* Esta norma poderá ter impactos relevantes nas futuras relações da REFER com as suas entidades relacionadas, uma vez que a definição de controlo passa a ser mais alargada sendo baseada fundamentalmente em três elementos: i) Poder sobre a entidade investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes do envolvimento com a investida, e iii) a capacidade de utilizar o poder sobre a entidade investida de forma a influenciar os retornos do investimento.
- **IFRS11 Acordos conjuntos – Regulamento (CE) N.º 1254/2012 de 11 dezembro de 2012.**
Substitui a IAS31 e a SIC13, centrando-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em vez da forma legal. Os acordos conjuntos podem ser: “operações conjuntas” (direitos sobre ativos e obrigações cujo o registo deve ser feito por meio da consolidação proporcional) ou “empreendimentos conjuntos (direitos sobre ativos líquidos por aplicação do método da equivalência patrimonial). Esta norma entrará em vigor juntamente com as IFRS10 e IFRS12. *Data de implementação: períodos anuais com início a 01 de janeiro de 2013.* Esta norma apresentará impactos na REFER, que poderão originar reexpressões em 2013 ao nível das contas consolidadas.
- **IFRS12 Divulgação de interesses em outras entidades – Regulamento (CE) N.º 1254/2012 de 11 dezembro de 2012.**
Substitui a IAS27 e SIC12 no que às divulgações respeitam. A norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades, incluindo empreendimentos conjuntos, associadas e entidades de fim específico, de forma a avaliar a natureza, o risco e impactos financeiros associados ao interesse da entidade. *Data de implementação: períodos anuais com início a 01 de janeiro de 2013.* Os possíveis efeitos desta na norma nas Demonstrações financeiras da REFER serão acautelados aquando da aplicação da mesma.

- **IFRS13 Justo valor: mensuração e divulgação – Regulamento (CE) N.º1255/2012 de 11 de dezembro de 2012.**

A norma tem como objetivos:

a) Melhorar a consistência, ao estabelecer uma definição de justo valor mais precisa, pois a definição em vigor anteriormente: i) não especificava se a entidade estava a comprar ou a vender o ativo; ii) não era clara sobre o que significa liquidar um passivo, pois não fazia referência ao credor, mas a partes conhecedoras interessadas; e iii) não declarava explicitamente se a troca ou liquidação ocorria na data de mensuração ou em uma outra data;

b) Constituir a única fonte dos requisitos de mensuração e divulgação do justo valor a aplicar de forma transversal por todas as IFRS, pois historicamente os diversos requisitos apareciam dispersos por várias normas.

Data de implementação: períodos anuais com início a 01 de janeiro de 2013.
Os impactos da aplicação desta norma na REFER deverão ser reduzidos.

Interpretações já endossadas

- **IFRIC20 Custos de remoção na fase de produção de uma mina de superfície – Regulamento (CE) N.º1255/2012 de 11 de dezembro de 2012.**

Esta interpretação refere-se ao registo dos custos de remoção de resíduos na fase inicial de uma mina de superfície, como um ativo, considerando que a remoção dos resíduos gera dois benefícios potenciais: a extração imediata de recursos minerais e a abertura de acesso a quantidades adicionais de recursos minerais a extrair no futuro. *Data de implementação: períodos anuais com início a 01 de janeiro de 2013.* A norma em causa não terá qualquer aplicação na REFER.

Normas pendentes de endosso

- **IFRS9 Instrumentos financeiro – Classificação e mensuração** – Esta norma visa uma simplificação da IAS39 e respeita à primeira fase da nova norma sobre instrumentos financeiros que prevê a redução das quatro categorias agora existentes para apenas duas (custo amortizado e justo valor). Em regra todos os instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo que a possibilidade do custo amortizado se limitará às situações em que a entidade detém o instrumento para receber os cash-flows contratuais e os mesmos representam valores nominais e juros. Caso contrário, os instrumentos financeiros são valorizados ao justo valor por via de resultados. *Data de implementação: períodos anuais com início após 01 de janeiro de 2015.* Esta norma terá impactos na apresentação da REFER que de futuro serão acautelados.

19. Compromissos de investimento

O valor previsto para 2013 de investimentos a efetuar em Infraestruturas de Longa Duração (ILDs), no âmbito do domínio público ferroviário e demais investimentos que não integram as ILDs (EAGs - Estruturas de Apoio e de Gestão integrando investimentos de funcionamento, estudos e outros ativos fixos) necessários ao desenvolvimento das atividades previstas, ascende a 69 milhões de euros.

Do total de investimento previsto 93% (64 milhões de euros) corresponde a investimentos em ILDs; os restantes 7% (5 milhões de euros) correspondem a investimentos em EAGs.

Unidade de medida: milhões de euros

Programas/Projectos	Estimativa 2013
Investimento em ILD	
Inscritos no âmbito do PIDDAC	64
Programa de Investimentos mínimo na Rede Ferroviária Nacional	64
Não inscritos no âmbito do PIDDAC	0
Total Investimento em ILD	64
Total Investimento em EAG	5
Total Investimento REFER	69

Nota: investimento a custos técnicos

20. Garantias e avales

Em 31 de dezembro de 2012, os **empréstimos que beneficiavam de aval do Estado** totalizam 2.711.877.704 euros (em 2011: 2.974.254.844 euros), conforme nota 4.4.

O total de **garantias bancárias recebidas de fornecedores** ascendia a 160.240.399 euros (em 2011: 187.407.517 euros). Estas garantias visam garantir o bom e integral cumprimento do contrato de concessão a favor da REFER, em cumprimento da legislação específica para empreitadas de obras públicas.

Em relação a **garantias bancárias recebidas de clientes/devedores**, são no montante de 9.711.758 euros (em 2011: 11.363.720 euros).

À data de 31 de dezembro de 2012, a REFER assumiu responsabilidades por **garantias prestadas a tribunais** no valor de 296.552 euros (em 2011: 171.552 euros) e **outras garantias** 2.629.092 euros (em 2011: 2.629.092 euros).

Como acionista maioritário da REFER ENGINEERING (Ex-FERBRITAS), a REFER tem subscrita carta de conforto a favor do Banco Millennium relativa a Financiamento de Médio e Longo Prazo até ao montante de 163.955 euros.

21. Contingências

Processos em tribunal

No final do exercício de 2012, os processos judiciais em curso, referentes a expropriações, atingem o valor de 1.950.381 euros (em 2011: 359.586 euros), sendo que este valor não tem reflexo a nível de demonstração da posição financeira.

Neste caso, são efetuados depósitos à ordem do tribunal onde está a decorrer o processo, depósitos estes equivalentes ao valor arbitrado e que ficam à guarda da Caixa Geral de Depósitos, sendo que da resolução destes processos não resulta um custo para a empresa, mas sim um investimento em infraestruturas ferroviárias. Para além destes, existem ainda outras ações relacionadas com acidentes ocorridos nas infraestruturas de que a empresa é gestora, danos provocados em propriedades alheias, mas imputáveis à empresa, e a alguns processos a decorrerem no Tribunal do Trabalho, objeto de provisão, conforme nota 5.14.

Quanto à ação contra a REFER, intentada pelo consórcio Teixeira Duarte/EPOS, na sequência da rescisão, por parte da REFER, do Contrato de Reabilitação do Túnel do Rossio e divulgada em 2008 à data de elaboração deste anexo, não existem conclusões ou informação adicionais relevantes sobre este processo passíveis de influenciar as contas ora apresentadas.

Subsídios

Os subsídios afetos à concessão foram atribuídos de acordo com as condições de elegibilidade aplicáveis às candidaturas respetivas, encontrando-se no entanto sujeitos a auditorias e eventual correção pelas entidades competentes. No caso das candidaturas a subsídios comunitários, estas correções poderão ocorrer durante um período de cinco anos a partir do pagamento do saldo. Tratando-se de subsídios afetos à atividade de investimento por conta do concedente, a devolução tem repercussão apenas na conta do concedente – valor a receber.

22. Eventos subsequentes

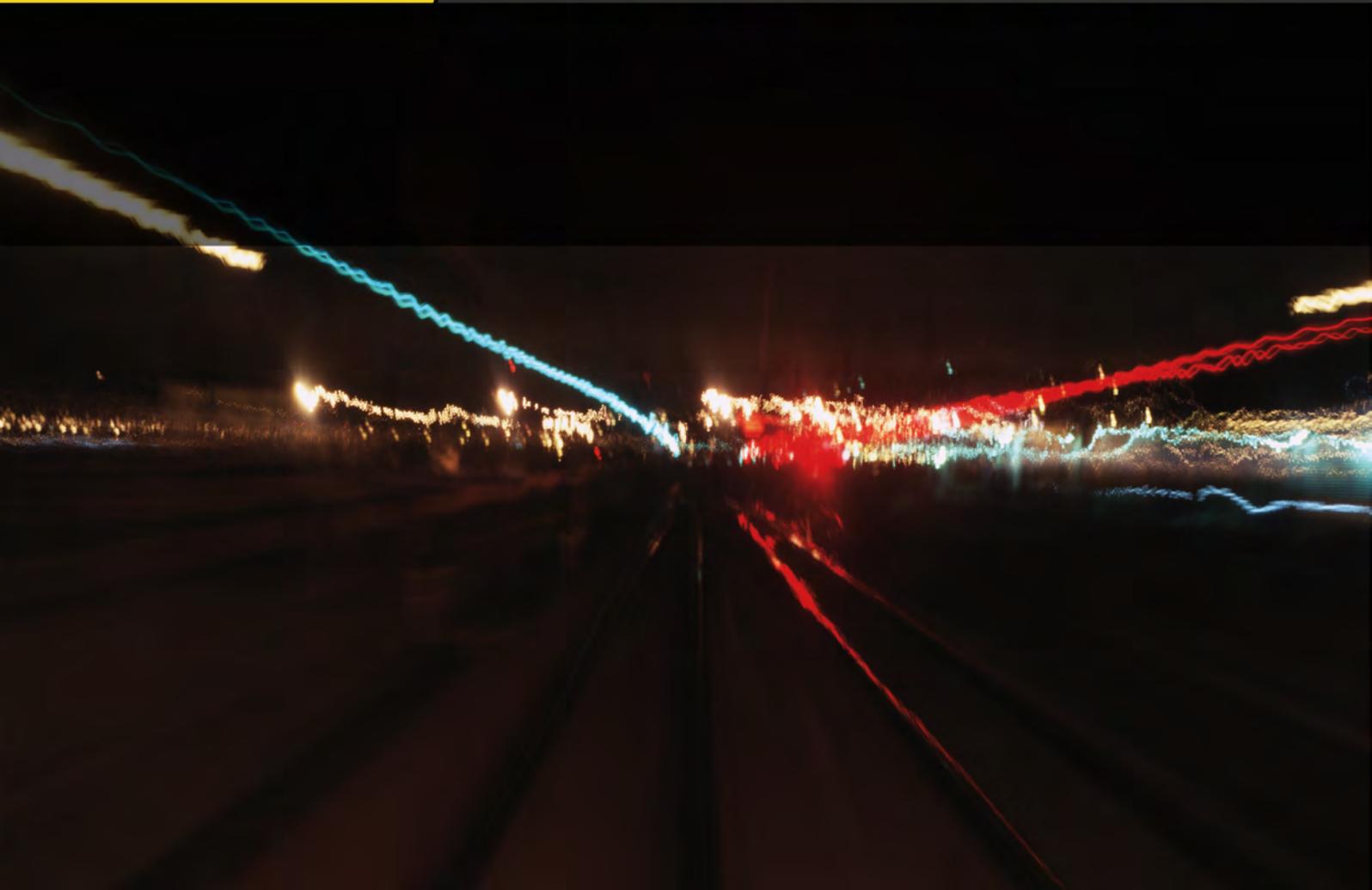
O Grupo REFER, tem vindo a participar num empreendimento conjunto, por intermédio de uma entidade constituída para o efeito (IFERVISA) detida em partes iguais pela subsidiária REFER PATRIMÓNIO e pelo grupo privado (VISABEIRA).

Em fevereiro de 2012 foi solicitada autorização às tutelas para alienação da participação de 50% na IFERVISA, detida pela REFER PATRIMÓNIO, fazendo parte desta transação, a compra por parte da REFER do terreno de Tomar-estação de caminho-de-ferro, pelo preço de 1.400.000 euros resultante da avaliação da DGTF – Ministério das Finanças, para integração parcial ou total no domínio público ferroviário. Esta autorização foi concedida por despacho conjunto das tutelas, em 19 de novembro de 2012, tendo já sido concretizada a transação e efetuado o pagamento de 1.400.000 euros, em fevereiro de 2013.

Iniciou-se em 2012 as negociações necessárias à constituição do AEIE, denominado Corredor Ferroviário de Mercadorias nº 4. Os membros fundadores deste AEIE, para além da REFER, EPE, são Administrador de Infraestructuras Ferroviárias – ADIF – com sede em Espanha e Réseau Ferré de France – RFF – com sede em França. O contrato de constituição do agrupamento europeu de interesse económico tem como base melhorar a competitividade do transporte ferroviário de mercadorias na fachada atlântica, denominado “Corredor Ferroviários de Mercadorias nº 4”.

No âmbito deste AEIE, estão previstos no plano de atividades operacional para 2013 a 2015, o valor de 170.000€ anual, atribuídos a título de participação nos gastos de funcionamento do AEIE.

PARTE III
RELATÓRIO GOVERNO DA SOCIEDADE



III GOVERNO DA SOCIEDADE

Todos os relatórios da REFER se encontram disponíveis em www.refer.pt.

Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE

Estação de Santa Apolónia

1100-105 Lisboa

www.refer.pt

Capital Social: 430 200 000 euros

NIF: 503 933 813

Índice

Parte 1 Princípios de Bom Governo	5
1. Missão, Objetivos e Políticas.....	6
2. Regulamentos e Regulamentação Internos e Externos.....	8
3. Informação Sobre Transações Relevantes com Entidades Relacionadas.....	12
4. Informação Sobre Outras Transações	13
5. Modelo de Governo - Órgãos Sociais	15
6. Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais.....	20
7. Análise Sustentável da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental.....	26
8. Viabilidade do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	27
9. Código de Ética e Conduta	32
10. Informação sobre a Existência de um Sistema de Controlo Compatível com a Dimensão e Complexidade da Empresa, de modo a Proteger os Investimentos e os seus Ativos	33
11. Identificação dos Mecanismos Adotados com Vista à Prevenção de Conflitos de Interesses.....	34
12. Explicitação Fundamentada da Divulgação de toda a Informação Atualizada	35
Parte 2 Divulgação de Cumprimentos e Orientações Legais	37
1. Objetivos de Gestão - 2012	38
2. Gestão do Risco Financeiro	40
3. Evolução Prazo Médio Pagamentos a Fornecedores	41
4. Cumprimentos Deveres Especiais de Informação	43
5. Recomendações do acionista aquando da aprovação de contas 2011	44
6. Cumprimento das “orientações ao nível das remunerações”	45
7. Aplicação do disposto no Art.º 32º do Estatuto do Gestor Público.....	47
8. Normas de Contratação Pública	48
9. Racionalização de política de aprovisionamento de Bens e Serviços, designadamente sobre a adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas e Parque de Veículos do Estado	51
11. Cumprimento do Plano de Redução de Custos	53
13. Cumprimento de Unidade de Tesouraria do Estado.....	55
14. Cumprimento dos Limites Máximos de Acréscimo de Endividamento	57
15. Publicidade Institucional.....	58
16. Controle Interno e Gestão de Riscos	59
17. Cumprimentos das Orientações Legais.....	61
Anexos	62

Introdução

O presente relatório contém uma descrição das práticas adotadas pela REFER relativamente ao Governo da Sociedade no cumprimento do disposto no n.º 29 dos “Princípios de bom governo das empresas do setor empresarial do Estado” aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007 de 28 de março, assim como dos deveres de informação constantes do n.º 4 do artigo 245.º-A do Código de Valores Mobiliários, na redação dada pelo artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 185/2009.

Este documento deve ser lido como parte integrante do Relatório Anual de Gestão e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2012.

Parte 1

Princípios de Bom Governo

1. Missão, Objetivos e Políticas

Pelo instituído no Decreto-Lei 104/97 de 29 de abril, a REFER, EPE, tem como objeto principal o serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional, garantindo capacidade e disponibilidade da infraestrutura em condições de exploração fiáveis, com qualidade e segurança realizando, para o efeito, as ações e investimentos necessários no quadro de desenvolvimento da rede definido pelo Estado;

Incluem-se ainda no objeto:

- A construção, instalação e renovação da infraestrutura ferroviária que compreende, designadamente, o respetivo estudo, planeamento e desenvolvimento.
- O comando e controlo da circulação bem como a promoção, coordenação e desenvolvimento de todas as atividades relacionadas com a infraestrutura ferroviária.
- Atividades complementares ou subsidiárias do objeto principal.

Em 2008 os Estatutos da REFER foram republicados, através do Decreto-Lei n.º 141/2008, de 22 de julho, o qual entrou em vigor em 23 de julho. Este Decreto-Lei vem alterar e republicar o diploma que criou a Rede Ferroviária Nacional - REFER, EP, e os respetivos Estatutos, visando a sua adaptação ao novo regime jurídico do sector empresarial do Estado.

A Rede Ferroviária Nacional - REFER, EP, é transformada em Entidade Pública Empresarial com a designação Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE **com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, estando sujeita à tutela dos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo setor dos transportes.**

Sinteticamente a REFER tem como Missão:

“Proporcionar ao mercado uma infraestrutura de transporte competitiva, gerindo e desenvolvendo uma rede ferroviária eficiente e segura, respeitando o meio ambiente.”

E como Visão:

“A REFER será uma referência europeia na gestão da infraestrutura ferroviária”

Através da resolução do Conselho de Ministros nº 45/2011, de 10 novembro, o Governo aprovou o Plano Estratégico dos Transportes (PET), o qual define as prioridades de atuação no setor das Infraestruturas e transportes no horizonte 2011 - 2015 e que assenta em três vetores de atuação prioritária:

- a) “Cumprir os compromissos externos assumidos por Portugal e tornar o setor financeiramente equilibrado e comportável para os contribuintes portugueses;
- b) Alavancar a competitividade e o desenvolvimento da economia nacional;
- c) Assegurar a mobilidade e acessibilidade a pessoas e bens, de forma eficiente e adequada às necessidades, promovendo a coesão social.”

(in: Plano Estratégico dos Transportes)

Ao nível da missão, destacam-se como Objetivos e Políticas da Empresa:

- Melhorar a Eficiência e Controlo de Gastos;
- Contribuir para a Sustentabilidade Financeira da Empresa;
- Assegurar a Manutenção de Adequados Padrões de Qualidade, Fiabilidade e Segurança.

2. Regulamentos e Regulamentação Internos e Externos

Neste capítulo pretende-se elencar os regulamentos externos e internos a que a REFER está sujeita:

- **Constituição da República Portuguesa** - VII Revisão Constitucional no seu art.º 84 consagra as linhas férreas nacionais como Domínio Público.
- **Lei n.º 10/90, de 17 de março** - aprova a lei de bases do sistema de transportes terrestres.
- **Decreto-Lei nº 104/97, de 29 de abril** cria a REFER, E.P., foi alterado e republicado, pelo Decreto-Lei 141/2008.
- **Decreto-lei n.º 558/99, de 17 de dezembro** (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto) revisão do regime jurídico do Sector Empresarial do Estado.
- **Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro**, estabelece o novo regime jurídico dos bens do domínio público ferroviário, incluindo as regras sobre a sua utilização, desafetação, permuta e, bem assim como, as regras aplicáveis às relações dos proprietários confinantes e população em geral com aqueles bens, autorização legislativa concedida pela Lei n.º 51/2003, de 22 de agosto.
- **Decreto-Lei n.º 568/99, de 23 de dezembro** consagra o Regulamento de Passagens de Nível, foi alterado pelo Decreto-Lei 24/2005, de 26 de janeiro e Decreto-Lei 77/2008, de 29 de abril.
- Em março de 2005 foi publicado o **Regulamento 21/2005** do INTF que versa sobre o regime geral de tarifação dos serviços prestados aos operadores pelo gestor de infraestrutura.
Na sequência do estabelecido neste diploma legal a **REFER** preparou e **publicou**, logo neste ano, a primeira edição do **Diretório da Rede** que visa fornecer às empresas de transporte ferroviário a informação essencial que necessitam para o acesso e utilização da infraestrutura ferroviária nacional, gerida pela REFER e aberta ao transporte ferroviário. O referido Regulamento foi revogado pelo Regulamento 630/2011, do Instituto de Mobilidade e dos Transportes Terrestres, que estabelece atualmente o regime da tarifação para a rede ferroviária nacional.
- **Código dos Valores Mobiliários**, bem como os **Regulamentos da CMVM nº 5/2008** no que se refere a deveres de informação enquanto emitente de valores mobiliários e **11/2005** que se refere à adoção das IFRS.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2007, de 7 de maio**, define, a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas.
- **Decreto-Lei n.º 231/2007, de 14 de junho** - transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2004/51/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, que altera a Diretiva n.º 91/440/CEE, do Conselho, de 29 de julho,

relativa ao desenvolvimento do caminho-de-ferro comunitários e, parcialmente, a Diretiva n.º 2004/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, relativa à segurança do caminho-de-ferro da Comunidade, alterando e republicando o **Decreto-Lei n.º 270/2003, de 28 de outubro**, que define as condições de prestação dos serviços de transporte ferroviário e de gestão da infraestrutura ferroviária.

Este diploma foi, ainda, alterado pelo Decreto-Lei n.º 20/2010, de 24 de março e Decreto-Lei n.º 62/2010, de 9 de junho.

- **Decreto-Lei n.º 147/2007, de 27 de abril** - aprova a lei orgânica do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, IP, que tem por missão regular, fiscalizar e exercer funções de coordenação e planeamento do setor de transportes terrestres. Este diploma foi revogado em finais de 2012 pelo Decreto-Lei 236/12, de 31 de outubro que aprova a orgânica do Instituto da Mobilidade e dos Transportes IP.
- **Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de março** - aprova os princípios do Bom Governo das empresas do sector empresarial do Estado.
- **Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro** - aprova o regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas.
- **Decreto-lei nº 71/2007, de 27 de março** - aprova o novo estatuto do **Gestor Público**, o qual foi modificado pelo **Decreto-Lei nº 8/12 de 18 janeiro**.
- **Decreto-Lei n.º 280/2007, de 27 de agosto** – estabelece o regime jurídico do património imobiliário público.
- **Decreto-Lei nº. 300/2007, de 23 de agosto**, altera o Decreto-Lei nº. 558/99 - regime jurídico do setor empresarial do Estado e empresas públicas.
- **Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro** e legislação complementar - aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008** - aprova o Programa Pagar a Tempo e Horas que tem como objetivo reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.
- **Decreto-Lei n.º 58/2008, de 26 de março** - estabelece o regime jurídico aplicável ao contrato de transporte ferroviário de passageiros e bagagens, volumes portáteis, animais de companhia, velocípedes e outros bens.
- **Decreto-Lei nº 143-A-2008, de 25 julho** - estabelece os termos a que deve obedecer a apresentação e receção de propostas, candidaturas e soluções no âmbito do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

- **Portaria n.º 701-D/2008, de 29 de julho**, aprova o modelo de dados estatísticos a remeter pelas entidades adjudicantes à Agência Nacional de Compras Públicas, EPE, ou ao Instituto da Construção e do Imobiliário, IP, consoante o caso, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 472.º do Código dos Contratos Públicos.
- **Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de março** - estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2009, aprovado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, alterado pela Lei n.º 10/2009, de 10 de março.
- **Portaria n.º 959/2009, de 21 de agosto** - é aprovado o formulário de caderno de encargos relativo aos contratos de empreitada de obras públicas.
- **Resolução Conselho Ministros nº1/2011 de 4 janeiro** - estabelece a aplicação das normas de redução remuneratória nas empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente público.
- **Decreto-Lei nº 29-A/2011, de 1 de março** - estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2011.
- **Lei nº 22/2011, de 20 de maio** - procede à quinta alteração à Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei nº 91/2001, conferindo nova redação ao artigo 2º., nos termos do qual se considera a REFER, E.P.E. integrada no Setor Público Administrativo como Fundo e Serviço Autónomo.
- **Lei nº 52/2011, de 13 de outubro** - procede à sexta alteração à lei do enquadramento orçamental, aprovada pela Lei nº 91/2001, de 20 de agosto e determina a apresentação da estratégia e dos procedimentos a adotar até 2015 em matéria de enquadramento orçamental.
- **Resolução do Conselho de Ministros nº 45/2011, de 10 de novembro** - define o plano estratégico dos transportes.
- **Lei nº 64-A/2011, de 30 de dezembro** - aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015.
- **Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro** - aprova o Orçamento do Estado para 2012.
- **Lei nº 64-C/2011, de 30 de dezembro** - aprova a estratégia e os procedimentos a adotar no âmbito da lei de enquadramento orçamental, bem como a calendarização para a respetiva implementação até 2015.
- **Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro** - o qual modifica as regras de recrutamento e seleção dos gestores públicos, procedendo à segunda alteração ao Decreto - Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pela Lei n.º 64 -A/2008, de 31 de dezembro, que aprova o novo estatuto do gestor público.
- **Decreto-Lei n.º 32-2012, de 13 fevereiro**, estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2012.
- **Lei n.º 8-2012, de 21 fevereiro** - aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas

- **Lei n.º 20/2012, de 14 maio** - Primeira alteração à Lei n.º 64 -B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira.
- **Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio** - regula o dever de informação e a emissão de parecer prévio relativos à aquisição de bens e à prestação de serviços no domínio das tecnologias de informação e comunicação.
- **Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho** – estabelece os procedimentos necessários à aplicação da Lei n.º 8/2012 e à operacionalização da prestação de informação.
- **Decreto-Lei n.º 149-2012, de 12 de julho**, o qual procede à sétima alteração ao Código dos Contratos Públicos.
- **Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto**, o qual institui um regime excecional e temporário de libertação das cauções prestadas para garantia da execução de contratos de empreitada de obras públicas.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º. 3/2012, de 9 de janeiro** - revoga os contratos de *Regime Transitório de Financiamento da Prestação de Serviço Público*, celebrados em 24 de março de 2011 entre o Estado e a REFER.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º. 16/2012, de 14 de fevereiro** - aprova os critérios de determinação do vencimento dos gestores públicos.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º. 36/2012, de 26 de março** - aprova classificações atribuídas, nos termos das RCM n.º 16/2012 e 18/2012, às empresas públicas que se encontram sob a tutela sectorial de cada ministério, sendo atribuída à REFER a classificação “A” e às subsidiárias a classificação “C”.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º. 37/2012, de 30 de agosto** - designa novos membros do Conselho de Administração da REFER, E.P.E.

3. Informação Sobre Transações Relevantes com Entidades Relacionadas

Durante o ano de 2012 as transações mais relevantes, da REFER com empresas do grupo, são as que se encontram no quadro seguinte:

Transacções Relevantes com empresas do Grupo REFER

[euros]

Empresa	Descrição da Transacção	Montante
Rave- Rede de Alta Velocidade, S.A.	Prestação de serviços	- 48 157
	Investimentos e Fornecimentos e Serviços	5 135
	Total	- 48 157
REFER TELECOM -Serviços de Telecomunicações, S.A.	Investimentos e Fornecimentos e Serviços	13 435 347
	Prestação de serviços	-1317 454
	Custos Financeiros	23 452
	Total	12 141 346
Ferbitas - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	Investimentos e Fornecimentos e Serviços	3 593 423
	Prestação de serviços	- 23 883
	Custos Financeiros	7 576
Total	3 577 115	
Refer Património	Investimentos e Fornecimentos e Serviços	31577
	Prestação de serviços	-6 179 556
	Custos Financeiros	3 804
Total	-6 144 176	

4. Informação Sobre Outras Transações

A partir de 30 de julho de 2008 a REFER, EPE passou a estar abrangida pelo novo Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro. O CCP, ao regular a matéria da contratação pública, efetua a transposição das diretivas comunitárias n.º 2004/17 e 2004/18 (ambas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março de 2004), definindo as regras até agora dispersas pelos seguintes diplomas:

- a) Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março (empreitadas de obras públicas);
- b) Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (aquisições de bens e serviços);
- c) Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de agosto (empreitadas e aquisições no âmbito dos sectores especiais);
- d) Vários outros diplomas e preceitos avulsos relativos à contratação pública.

Em 2011 o Conselho de Administração deliberou sobre a constituição de um Grupo de Trabalho permanente para a Contratação Pública o qual tem por objetivo, nomeadamente, proceder à atualização do Manual Interno de Contratação e dos documentos tipo quer decorrentes de alterações legislativas quer de alterações que melhor se adequem às finalidades da Empresa.

A relação das transações efetuadas em 2012, que ocorreram fora das condições de mercado, consta do Anexo I ao presente capítulo.

O quadro seguinte apresenta a lista de fornecedores cujos fornecimentos à REFER, ultrapassaram, em 2012, 1 milhão de euros:

[euros]	
Empresa	Valores Facturados em 2012
Refer Telecom Serv Telecomunic S.A.	16 741 693
THALES PORTUGAL, S.A.	15 213 828
Mota Engil Engenharia e Construção, S.A.	11 071 009
Edifer-Const.Pires Coelho& Fernandes, S.A.	11 036 621
EDP Comercial Comercialização de Energia,S.A.	10 916 385
Dimetronic S.A.	10 589 317
CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	6 674 525
Grupo 8-Vigilância Prev Electr Lda	5 400 638
Obrecol - Obras e Construções S.A.	5 339 470
Futrifer-Indústrias Ferroviárias S.A.	4 450 718
FERBRITAS - Empreend. Industriais e Comerciais, S.A.	4 223 033
Neopul Sociedade Estudos e Construções, S.A	4 213 388
Fergrupo - Const Tecnicas Ferroviarias, S.A.	4 128 736
Somafel - Eng.Obras Ferroviárias S.A.	3 726 830
FITONOVO, S.A.	2 639 823
Satepor-Indústria de Travessas de Betão, S.A.	2 211 933
Teixeira Duarte-Eng. Construções S.A.	2 204 277
Tecnasol - FGE,Fundações Geotecnia, S.A.	1 720 529
EDP Serviço Universal	1 571 375
Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	1 564 561
Somague Engenharia, S.A.	1 342 504
GSET Global Serviços Engenharia	1 301 964
GIL - Gare Intermodal de Lisboa S.A.	1 034 886

Nota: Valores com IVA incluído

5. Modelo de Governo - Órgãos Sociais

De acordo com os Estatutos da REFER publicados através do decreto-lei nº 104/97, de 29 de abril, e republicados pelo decreto-lei nº 141/2008, de 22 de julho, a administração da REFER, E. P. E., é exercida por um Conselho de Administração. A fiscalização é exercida por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas ou por uma sociedade de revisores oficiais de contas que não seja membro daquele órgão.

Conselho de Administração

Ao Conselho de Administração compete, em geral, o exercício de todos os poderes necessários para assegurar a gestão e o desenvolvimento da empresa e a administração do seu património, sem prejuízo dos poderes da tutela.

Em 2012 o Conselho de Administração efetuou 51 reuniões com periodicidade semanal.

Mês	Número de reuniões
Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	5
Abril	4
Maió	5
Junho	5
Julho	3
Agosto	4
Setembro	4
Outubro	5
Novembro	4
Dezembro	4
TOTAL	51

Nas suas reuniões o Conselho de Administração, no âmbito das suas competências, delibera sobre:

- Os objetivos, estratégias e políticas de gestão da empresa
- Os planos de atividades e os planos de investimentos e financeiros anuais e plurianuais e os orçamentos anuais, submetendo-os à aprovação do ministro das Finanças e do ministro da tutela;
- Apresentação ao ministro das Finanças e ao ministro da tutela, até 31 de março de cada ano, dos documentos de prestação de contas anuais, acompanhados do parecer da comissão de fiscalização, com referência a 31 de dezembro do ano anterior;

- d) Gestão dos negócios da empresa e das operações relativas à prossecução do respetivo objeto;
- e) Contração de empréstimos ou outras formas de financiamento, desde que previstos nos planos de investimentos e financiamentos aprovados podendo, para o efeito, constituir garantias, ónus ou encargos sobre bens e direitos do domínio privado da empresa;
- f) Requisição às autoridades competentes de providências de expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e estabelecimento de limitações ao uso de prédios ou de zonas de proteção e de exercício de servidões administrativas;
- g) A organização técnico-administrativo da empresa e as normas de funcionamento interno, bem como as relativas ao pessoal, sem prejuízo dos direitos emergentes das convenções coletivas de trabalho;
- h) Designação e exoneração dos responsáveis da estrutura orgânica da empresa;
- i) A participação da empresa no capital de outras empresas ou sociedades.

Ao Conselho de Administração estão atribuídas as seguintes funções e responsabilidades:

Conselho de Administração	Funções e Responsabilidades
<p>Presidente do Conselho de Administração Eng^o Rui Lopes Loureiro</p>	<p>DGDR - Direção-Geral de Desenvolvimento da Rede:</p> <ul style="list-style-type: none"> Estudos e Estratégia Gestão de Empreendimentos Gestão de Atravessamentos e Passagens de Nível Planeamento e Controlo <p>DGEI - Direção-Geral de Exploração da Infraestrutura:</p> <ul style="list-style-type: none"> Engenharia da Infraestrutura <p>CH - Direção de Coordenação de Capital Humano, Organização e Suporte Jurídico:</p> <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento Organizacional Recursos e Desenvolvimento Profissional Recursos Humanos <p>CRI - Comunicação e Relações Internacionais</p> <p>SG - Secretaria-Geral</p>

Conselho de Administração	Funções e Responsabilidades
Vice-Presidente do Conselho de Administração Eng.º José Luís Ribeiro dos	DGDR - Direção-Geral de Desenvolvimento da Rede Gestão de Concessões DGEI - Direção-Geral de Exploração da Infraestrutura Comando Central da Circulação Gestão da Capacidade Gestão de Clientes Regiões Operacionais - Centros de Comando Operacional Regulamentação e Qualidade da Exploração

Conselho de Administração	Funções e Responsabilidades
Vogal do Conselho de Administração Dr. Alberto Manuel de Almeida Diogo	EF - Direção de Coordenação de Economia e Finanças LG - Logística Controlo de Gestão

Conselho de Administração	Funções e Responsabilidades
Vogal do Conselho de Administração Dr. José Rui Roque	CH - Direção de Coordenação de Capital Humano, Organização e Suporte Jurídico Assuntos Jurídicos ASE - Autoridade de Segurança da Exploração SI - Sistemas e Tecnologias de Informação SR – Segurança

Conselho de Administração	Funções e Responsabilidades
Vogal do Conselho de Administração Eng.º Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira	DGDR - Direção-Geral de Desenvolvimento da Rede Ambiente e Qualidade DGEI - Direção-Geral de Exploração da Infraestrutura Gestão da Manutenção Regiões Operacionais - Centros de Manutenção AI - Auditoria Interna

Os membros do Conselho de Administração da REFER, em 31 de dezembro de 2012, faziam parte dos Conselhos de Administração das empresas do grupo:

Nome	Cargo REFER	Empresa	Cargo
Rui Lopes Loureiro	Presidente	Ferbritas	Presidente
Alberto Manuel Almeida Diogo	Vogal	Ferbritas	Vogal
Amilcar Alvaro Monteiro	Vogal	Ferbritas	Vogal

Fiscalização

Determinam os estatutos da empresa que a fiscalização seja exercida por um conselho fiscal e por um revisor oficial de contas ou por uma sociedade de revisores oficiais de contas que não seja membro daquele órgão.

“Os órgãos de fiscalização são responsáveis pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial da empresa.”

Conselho Fiscal

“Compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo das demais competências que lhe sejam atribuídas por lei:

- Fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da atividade da empresa, tendo em vista nomeadamente, a realização dos objetivos fixados nos orçamentos anuais;
- Emitir pareceres sobre os documentos de prestação de contas da empresa, designadamente de resultados, da conta de exploração e dos restantes elementos a apresentar anualmente pelo Conselho de Administração, bem como o relatório anual do referido conselho;
- Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para a empresa que seja submetido à sua apreciação pelo Conselho de Administração;
- Dar conhecimento aos órgãos competentes das irregularidades que apurar na gestão da empresa;
- Pronunciar-se sobre a legalidade e conveniência dos atos do Conselho de Administração nos casos em que a lei exigir a sua aprovação ou concordância.”

Revisor Oficial de Contas

“Compete ao Revisor Oficial de Contas o dever de proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal de contas, bem como exercer as seguintes funções:

- a) Verificar da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- b) Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à empresa ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- c) Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
- d) Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela empresa conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

Trimestralmente, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas devem enviar aos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes um relatório sucinto que refira os controlos efetuados e as anomalias detetadas, assim como os desvios verificados em relação aos orçamentos e respetivas causas.

Conforme referido anteriormente, até ao dia 31 de dezembro de 2012, não tinha sido proferido o despacho de nomeação dos membros do Conselho Fiscal, pelo que de acordo com o Decreto-Lei 141/2008 de 22 de julho, a Comissão de Fiscalização se manteve em funções.

Comissão de Fiscalização

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição
Presidente (ROC)	Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC, Representada por Dr. Issuf Ahmad	
Vogal	Dr. Hilário Manuel Marcelino Teixeira	DC SETF e SET agosto 2007
Mandato suspenso	Dr. José Manuel Alves Portela	

Auditoria

No exercício de 2012 a empresa não contratou auditor externo.

6. Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

O estatuto remuneratório fixado para os órgãos sociais da REFER EPE, à data de 31 de dezembro de 2012, é:

1. Conselho Administração

Administradores Executivos

Presidente

- Remuneração de € 5.722,74 (14 vezes por ano);
- Despesas de Representação de € 2.289,10 (12 vezes por ano).

Vice - Presidente

- Remuneração de € 5 150,47 (14 vezes por ano);
- Despesas de Representação de € 2.060,19 (12 vezes por ano).

Vogais

- Remuneração de € 4.578,19 (14 vezes por ano);
- Despesas de Representação de € 1.831,28 (12 vezes por ano).

A estes valores aplicaram-se as reduções previstas pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e no OE 2011 e demais reduções que vierem a ser previstas na lei.

Todavia, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), por força do disposto na Resolução de Conselho de Ministros n.º16/2012, de 14 de fevereiro, da aplicação das regras de fixação de remuneração estabelecidas pelo Estatuto do Gestor Público não pode resultar, em cada empresa, um aumento da remuneração efetivamente paga aos respetivos gestores pelo que se mantêm as remunerações globais fixadas para o mandato 2009-2011.

As remunerações auferidas pelos membros do órgão de administração, em 2012, foram conforme os quadros seguintes:

Unid: €

Conselho de Administração	Eng. Luís Filipe Melo e Sousa Pardal Presidente	Dr. Romeu Costa Reis Vogal	Eng. Alberto José Engenheiro Castanho Ribeiro Vogal	Eng. Carlos Alberto João Fernandes Vogal
Mandato 1	I	I	I	I
Adaptado ao EGP (Sim/Não)				
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	46.612,96 €	47.628,78 €	47.785,35 €	47.628,78 €
OPRLO	Não	Não	Não	Não
Entidade de Origem (identificar)				
Entidade pagadora (origem/Destino)				
1.1.Remuneração Anual	50.552,33 €	46.085,04 €	46.085,04 €	46.085,04 €
1.2.Despesas de Representação (Anual)	3.006,52 €	8.644,05 €	8.644,05 €	8.644,05 €
1.3.Senha de presença (Valor Anual)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010	722,60 €	1.576,75 €	1.576,75 €	1.576,75 €
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011	4.102,98 €	4.793,36 €	4.793,36 €	4.793,36 €
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	4.077,45 €	5.219,14 €	5.219,14 €	5.219,14 €
1.7.Reduções de anos anteriores				
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	44.655,82 €	43.139,84 €	43.139,84 €	43.139,84 €
2. Remuneração variável	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4.Outras (férias não gozadas)	1.957,14 €	4.488,94 €	4.645,51 €	4.488,94 €
Subsídio de deslocação	0,00 €	267,31 €	601,47 €	133,65 €
Subsídio de refeição	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Encargos com benefícios sociais				
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg.Social/Outros)	10.892,67 €	4.979,10 €	9.112,80 €	9.081,01 €
Seguros de saúde	116,82 €	186,90 €	186,90 €	186,90 €
Seguros de vida	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Seguro de Acidentes Pessoais	13,17 €	21,07 €	21,07 €	21,07 €
Outros (Bolsa de Estudo)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	600,00 €
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)	Não	Não	Não	Não
Entidade (identificar)				
Remuneração Anual				

Unid: €

Conselho de Administração	Eng. Luís Filipe Melo e Sousa Pardal Presidente	Dr. Romeu Costa Reis Vogal	Eng. Alberto José Engenheiro Castanho Ribeiro Vogal	Eng. Carlos Alberto João Fernandes Vogal
Mandato 1	I	I	I	I
Parque Automóvel	Presidente	Vogal *	Vogal	Vogal
Mandato	I	I	I	I
Modalidade de Utilização	AOV	AOV	Empresa	Empresa
Valor de referência da viatura nova	57.396,88 €	48.167,45 €	53.375,99 €	51.092,51 €
Ano Início	30-12-09	05-06-08	A viatura foi adquirida pela REFER em 31.12.2011 pelo montante de 25.400€	A viatura foi adquirida pela REFER em 31.12.2011 pelo montante de 24.800€
Ano Termo	29-12-13	04-06-12		
N.º prestações (se aplicável)	48	48		
Valor Residual	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	6.385,55 €	6.894,56 €	n.a.	n.a.
Combustível gasto com a viatura	2.109,09 €	2.131,89 €	3.093,72 €	2.392,28 €
Plafond anual Combustível atribuído	3600 lts	3600 lts	3600 lts	3600 lts
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)	622,63 €	389,44 €	2.140,04 €	1.864,60 €
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)				

Outras regalias e compensações	Presidente	Vogal	Vogal	Vogal
Mandato	I	I	I	I
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis	80,00 €	80,00 €	80,00 €	80,00 €
Gastos anuais com comunicações móveis	149,73 €	171,06 €	576,54 €	374,16 €
Outras (indicar)	-	-	-	-
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)	sim	sim	sim	sim

Gastos c/ deslocações	Presidente	Vogal	Vogal	Vogal
Mandato	I	I	I	I
Custo total anual c/ viagens	0,00 €	817,72 €	7.846,07 €	821,44 €
Custos anuais com Alojamento	0,00 €	130,00 €	1.869,00 €	135,00 €
Ajudas de custo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Gastos c/ deslocações (avião)	0,00 €	687,72 €	5.977,07 €	686,44 €

** Viatura de serviço - sem utilização para uso próprio

Nota: O Conselho de Administração esteve em funções até 30 de agosto, pelo que os montantes de gastos aqui apresentados referem-se ao período que decorre entre 1 de janeiro e esta data.

Unid: €

Conselho de Administração	Eng. Rui Lopes Loureiro Presidente	Eng.º José Luís Ribeiro dos Santos Vice - Presidente	Dr. Alberto Manuel de Almeida Diogo Vogal	Dr. José Rui Roque Vogal	Eng.º Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro Vogal
Mandato 2	II	II	II	II	II
Adaptado ao EGP (Sim/Não)					
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	24.941,75 €	23.074,37 €	21.769,64 €	21.769,64 €	21.769,64 €
OPRLO	Não	Não	Não	Não	Não
Entidade de Origem (identificar)					
Entidade pagadora (origem/Destino)					
1.1.Remuneração Anual	26.343,68 €	23.709,33 €	21.074,93 €	21.074,93 €	21.074,93 €
1.2.Despesas de Representação (Anual)	6.063,15 €	6.189,27 €	6.972,87 €	6.972,87 €	6.972,87 €
1.3.Senha de presença (Valor Anual)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010	1.457,24 €	1.348,14 €	1.271,91 €	1.271,91 €	1.271,91 €
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011	2.745,88 €	2.540,32 €	2.396,68 €	2.396,68 €	2.396,68 €
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	3.261,96 €	2.935,77 €	2.609,57 €	2.609,57 €	2.609,57 €
1.7.Reduções de anos anteriores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	24.941,75 €	23.074,37 €	21.769,64 €	21.769,64 €	21.769,64 €
2. Remuneração variável	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
3.Isenção de Horário de Trabalho (HT)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4.Outras (identificar)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídio de deslocação	935,55 €	668,25 €	0,00 €	0,00 €	267,30 €
Subsídio de refeição	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Encargos com benefícios sociais					
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg.Social/Outros)	4.118,92 €	4.118,92 €	4.846,36 €	3.983,89 €	3.983,89 €
Seguros de saúde	93,45 €	93,45 €	93,45 €	93,45 €	93,45 €
Seguros de vida	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Seguro de Acidentes Pessoais	10,53 €	10,53 €	10,53 €	10,53 €	10,53 €
Outros (Bolsa de Estudo)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.200,00 €
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)	Não	Não	Não	Não	Não
Entidade (identificar)					
Remuneração Anual					

Unid: €

Conselho de Administração	Eng. Rui Lopes Loureiro Presidente	Eng.º José Luís Ribeiro dos Santos Vice - Presidente	Dr. Alberto Manuel de Almeida Diogo Vogal	Dr. José Rui Roque Vogal	Eng.º Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro Vogal
Mandato 2	II	II	II	II	II
Parque Automóvel	Presidente *	Vice-Presidente	Vogal	Vogal	Vogal
Mandato	II	II	II	II	II
Modalidade de Utilização	AOV	Empresa	AOV	AOV	Empresa
Valor de referência da viatura nova	57.396,88 €	53.375,99 €	26.522,74 €	28.099,17 €	51.092,51 €
Ano Início	30-12-09	A viatura foi adquirida pela REFER em 31.12.2011 pelo montante de 25.400€	11-03-10	19-09-08	A viatura foi adquirida pela REFER em 31.12.2011 pelo montante de 24.800€
Ano Termo	29-12-13		10-03-14	17-03-13	
N.º prestações (se aplicável)	48		48	54	
Valor Residual	-	-	-	-	-
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	5.108,44 €	-	2.228,48 €	2.502,80 €	-
Combustível gasto com a viatura	1.862,35 €	1.301,32 €	1.100,01 €	623,63 €	655,26 €
Plafond anual Combustível atribuído	4.509,78 €	4.603,60 €	5.186,42 €	5.186,42 €	5.186,42 €
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)	699,38 €	3423,7 **	359,07 €	125,82 €	387,18 €
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	sim	sim	sim	sim	sim
*** valor referente a reparações					
Outras regalias e compensações	Presidente	Vice-Presidente	Vogal	Vogal	Vogal
Mandato	II	II	II	II	II
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis	80,00 €	80,00 €	80,00 €	80,00 €	80,00 €
Gastos anuais com comunicações móveis	144,44 €	299,43 €	139,90 €	194,56 €	104,05 €
Outras (indicar)					
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)	sim	sim	sim	sim	sim
Gastos c/ deslocações	Presidente	Vice-Presidente	Vogal	Vogal	Vogal
Mandato	II	II	II	II	II
Custo total anual c/ viagens	5.285,47 €	4.944,89 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Custos anuais com Alojamento	1.242,00 €	1.020,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ajudas de custo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Gastos c/ deslocações (avião)	4.043,47 €	3.924,89 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

* Viatura de serviço - sem utilização para uso próprio

** Reparação

Nota: O Conselho de Administração foi nomeado em 3 de setembro, pelo que os montantes de gastos aqui apresentados referem-se ao período que decorre entre esta data e 31 de dezembro.

2. Comissão de Fiscalização

Presidente da Comissão de Fiscalização

Barbas, Martins, Mendonça e Associados, SROC, Lda. representada por Dr. Issuf Ahmad.

Vogal da Comissão de Fiscalização

Dr. Hilário Manuel Marcelino Teixeira

- Não auferiu remuneração pelo Exercício de funções na Comissão Fiscalização (a partir de abril de 2011 suspendeu a remuneração pelo exercício do cargo).

De acordo com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 141/2008 de 22 de julho, a REFER, E.P.E é fiscalizada por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas. Este mesmo Decreto-Lei prevê, que até à sua designação, os membros da Comissão de Fiscalização se mantêm em funções.

Comissão de Fiscalização 2012

[euros]

	Hilário Manuel Marcelino Teixeira	Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC, Lda
Remuneração*		
Remuneração base		
Segurança social obrigatória		
Regime Segurança Social		
Honorários **		84 337
TOTAL		84 337

* Suspendeu a remuneração

** honorários acordados para o exercício de 2012

Os honorários acordados para o exercício de 2012, incluem a revisão legal das contas e a auditoria exigida nos termos dos normativos e regulamentos aplicáveis, anteriormente efetuada pelos auditores externos.

7. Análise Sustentável da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental

A análise de sustentabilidade da empresa, nos domínios Económico, Social e Ambiental, está incluída no Relatório de Sustentabilidade produzido pela REFER. Neste relatório estão referidos os seguintes aspetos:

- Estratégias adotadas;
- Grau de cumprimento das metas fixadas;
- Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade;
- Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa;
- Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:
 - Responsabilidade Social:
 - Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e não discriminação;
 - Gestão adequada do capital humano da empresa, com promoção da valorização individual dos recursos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores;
 - Adoção de práticas ambientalmente corretas.
 - Desenvolvimento sustentável:
 - Criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades);
 - Promoção da proteção ambiental;
 - Contribuição para a inclusão social (empregabilidade).
 - Serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade.
- Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente, pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo;

8. Viabilidade do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

(RCM n.º 49/2007, de 28 de março)

A REFER tem vindo a implementar ações, visando dar integral cumprimento aos princípios do bom governo a que está obrigada.

O quadro infra resume a avaliação do cumprimento dos mesmos.

Princípios do Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado (RCM nº 49/2007, de 28 de março)

	Grau de Cumprimento			Descritivo	Documentos de suporte
	Sim	Não	Não Aplicável		
I. Princípios dirigidos às empresas detidas pelo Estado					
I.1. Missão, objetivos e princípios gerais de atuação da empresa					
1.1. Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, objetivos e políticas, no seio da própria empresa e junto das empresas participadas que controla	√			Publicação no Relatório e Contas, site da empresa e divulgação no portal interno.	Relatório e Contas
1.2. Elaboração de planos de atividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis	√			O Plano de Atividades é elaborado envolvendo os vários órgãos da empresa e conjugando esforços no sentido de um objetivo comum. No caso específico da Atividade de Investimento é elaborado em conformidade com as instruções da Tutela.	
1.3. Definição de estratégias de sustentabilidade no domínio económico, social e ambiental, com identificação dos objetivos e explicitação dos instrumentos de planeamento, execução e controlo	√			Cada área da empresa define a sua estratégia considerando e interação destas três vertentes. A sua divulgação é efetuada através do Relatório de Sustentabilidade.	Relatório de Sustentabilidade
1.4. Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar igualdade de tratamento e de oportunidades entre sexos, eliminação de discriminações e promoção da conciliação da vida pessoal, familiar e profissional	√			A REFER atua no respeito pela igualdade entre os sexos, eliminação de discriminações e promoção da vida pessoal, familiar e profissional. Exemplos: a) o trabalho é remunerado da mesma forma quer seja exercido por homens ou mulheres; b) o recrutamento e seleção trata os candidatos de ambos os sexos de igual forma c) a empresa proporciona aos seus trabalhadores casados ou em união de facto a possibilidade de gozarem férias juntos; d) os horários são adaptados às necessidades familiares.	

Princípios do Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado (RCM nº 49/2007, de 28 de março)

	Grau de Cumprimento			Descritivo	Documentos de suporte
	Sim	Não	Não Aplicável		
I. Princípios dirigidos às empresas detidas pelo Estado					
I.1. Missão, objetivos e princípios gerais de atuação da empresa (cont)					
1.5. Prestação de informação anual, à Tutela e ao público em geral, do modo como foi prosseguida a missão da empresa, o grau de cumprimento dos objetivos, a forma de efetivação da política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos em que foi assegurado o serviço público	√			Através do Relatório e Contas e Relatório de Sustentabilidade.	Relatório e Contas e Relatório de Sustentabilidade
1.6. Prevê e estabelece políticas de investigação, desenvolvimento, inovação e integração de novas tecnologias no processo produtivo.	√			A REFER tem na sua estrutura um departamento que se dedica ao desenvolvimento de projetos na área de investigação e desenvolvimento; Estabeleceu também protocolos com Universidades.	
1.7. Estabelecimento de medidas de valorização profissional dos trabalhadores da empresa	√			A REFER proporciona regularmente aos seus trabalhadores a possibilidade de se candidatarem a processos de mobilidade profissional interna que visam a ascensão a funções mais qualificadas e de maior estatuto profissional. Estes processos são acompanhados de ações de formação de enquadramento para as novas categorias que procuram a qualificação e valorização profissional dos trabalhadores. A empresa também recorre com frequência a processos de reconversão profissional. Neste aspeto, temos a salientar os processos de integração na carreira técnica , que consistem em dar absoluta prioridade (ou mesmo incentivar) a ocupação de vagas relativas a funções desta carreira a trabalhadores de outras categorias mas que tenham os requisitos essenciais (formação de base e experiência profissional detidas).	
1.8. Estabelecimento e divulgação dos procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços	√			Foi criado um manual de contratação com procedimentos e documentos tipo a utilizar, o qual está publicado no portal interno da empresa.	

Princípios do Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado (RCM nº 49/2007, de 28 de março)

	Grau de Cumprimento			Descritivo	Documentos de suporte
	Sim	Não	Não Aplicável		
I. Princípios dirigidos às empresas detidas pelo Estado					
I.1. Missão, objetivos e princípios gerais de atuação da empresa					
1.9. Utilização de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia, eficácia e eficiência que assegurem a igualdade de oportunidades entre os agentes económicos que operem no mercado considerado	√			Nas consultas ao mercado, para adjudicações, são definidas regras as quais contemplam os princípios referidos.	
1.10. Divulgação anual de todas as transações que não tenham decorrido em condições de mercado, assim como a lista de fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de 1 milhão de euros	√			Esta informação é prestada no Relatório e Contas	Relatório e Contas
1.11. Criação ou aderência a um Código de Ética, promovendo a sua divulgação entre colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral	√			O código de ética da REFER está publicado no seu site assim como no portal interno.	
I.2. Estruturas de administração e fiscalização					
2.1. Tratando-se de uma empresa de elevada dimensão e complexidade, especializou a sua função de supervisão, criando comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras		√			
2.2. Elaboração anual de um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, por parte dos membros não executivos dos órgãos de administração, dos membros do conselho geral e de supervisão ou, quando não existam, dos membros do órgão de fiscalização.			√		
2.3 Elaboração anual de uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa		√			
2.4. Auditorias anuais às contas da empresa, por parte de entidades independentes	√			É emitido, pelo Revisor Oficial de Contas/Auditor, relatórios de auditoria às contas e Certificação Legal de Contas	Relatório e Contas separadas, consolidadas e Contas de Regulação

Princípios do Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado (RCM nº 49/2007, de 28 de março)

	Grau de Cumprimento			Descritivo	Documentos de suporte
	Sim	Não	Não Aplicável		
I.2. Estruturas de administração e fiscalização					
2.5. Criação e manutenção, pelo órgão de administração, de um sistema de controlo adequado à dimensão e complexidade da empresa	√			Através da aprovação de normas específicas e do desenvolvimento de software aplicacional (SAP e eContratos)	
2.6. Existência de rotação e limitação dos mandatos dos membros dos órgãos de fiscalização.	√			Conforme definido nos estatutos da Empresa os membros do conselho fiscal são designados por despacho conjunto dos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes, por períodos de três anos, sendo estes renováveis até ao máximo de três vezes.	
I.3. Remuneração e outros direitos					
3.1. Divulgação pública das remunerações totais - fixas e variáveis - e demais benefícios e regalias (Seguros de saúde, utilização de viatura, etc.) auferidos por cada membro do órgão de administração e fiscalização.	√			No Relatório e Contas anual e no site de Sector Empresarial do Estado	Relatório e Contas
I.4. Prevenção de conflitos de interesse					
4.1. Os responsáveis da organização abstêm-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.	√				
4.2. Declaração, no início de cada mandato, ao órgão de administração e fiscalização e à IGF, por parte dos membros dos órgãos sociais das empresas, contendo a indicação de quaisquer participações patrimoniais que tenham na empresa ou de relações relevantes que sejam suscetíveis de gerar conflitos de interesses.	√				
I.5. Divulgação de informação relevante					
5.1. Divulgação pública imediata de todas as informações que sejam conhecidas, passíveis de afetar relevantemente a situação económica, financeira ou patrimonial da empresa ou as condições de prestação de serviço público.	√			No site da CMVM e site do SEE a informação relevante é imediatamente publicada após a sua ocorrência	

Princípios do Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado (RCM nº 49/2007, de 28 de março)

	Grau de Cumprimento			Descritivo	Documentos de suporte
	Sim	Não	Não Aplicável		
I.6. Ajustamento à dimensão e à especificidade de cada empresa					
6.1. Explicação dos motivos pelas quais a empresa, em razão da sua dimensão ou especificidade, não está em condições de respeitar os princípios de bom governo, caso seja essa a situação verificada.	√				
II. Princípios relativos à divulgação de informação					
1. Divulgação, em site próprio e no site da DGTF, a informação financeira histórica e atual da empresa, identidade e elementos curriculares dos membros dos órgãos sociais, obrigações de serviço público, modelo de financiamento e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.	√			Informação divulgada através do Relatório e Contas e no portal da DGTF (SIRIEF)	Relatório e Contas
2. Provedor do Cliente, de acesso livre e gratuito?	√			No sítio da EMPRESA estão disponíveis opções de contacto, através das quais o cidadão pode colocar questões/sugestões. Estas são reencaminhadas para os departamentos respetivos consoante o assunto.	
3. Inclusão, nos relatórios de gestão, um ponto sobre o governo das sociedades que inclua: regulamentos internos e externos; transações relevantes; remunerações dos órgãos sociais; análise de sustentabilidade; análise sobre o grau de cumprimento dos princípios de bom governo.	√			Relatório e Contas	Relatório e Contas

9. Código de Ética e Conduta

O Código de Ética e de Conduta da REFER, aprovado no final de 2006, permitiu dar a conhecer de forma inequívoca o conjunto dos valores preconizados, vividos e exigidos pela Empresa, fomentando relações crescentes de confiança mútua com os seus colaboradores, clientes, fornecedores, entidades públicas e, de uma forma geral, com todas as comunidades a quem a REFER presta, direta ou indiretamente, os seus serviços.

O Código de Ética foi divulgado por todos os colaboradores e fornecedores da REFER e, desde 2008, a Comissão de Ética tem a seu cargo a implementação e acompanhamento do Código, bem como a sua interpretação e o esclarecimento de dúvidas ou casos omissos. Foi criado um novo canal de comunicação com os colaboradores através de uma área no portal da empresa dedicada especialmente à ética. Para além do próprio texto do Código de Ética e de Conduta, podem-se encontrar casos práticos que pretendem motivar a reflexão e o apontar de soluções para situações com que os colaboradores se podem deparar no exercício da sua atividade.

Tudo isto contribui para aumentar a cultura de responsabilidade e de integridade que caracteriza a atuação da REFER, baseada nos princípios éticos do rigor, transparência, honestidade e isenção na prossecução da sua missão de proporcionar ao mercado uma infraestrutura de transporte competitiva, gerindo e desenvolvendo uma rede ferroviária eficiente e segura, no respeito pelo meio ambiente.

O código de Ética e de Conduta poderá ser consultado em www.refer.pt.

Qualquer pessoa ou entidade pode dirigir-se à Comissão de Ética através do endereço eletrónico 1comissao.etica@refer.pt.

10. Informação sobre a Existência de um Sistema de Controlo Compatível com a Dimensão e Complexidade da Empresa, de modo a Proteger os Investimentos e os seus Ativos (Ponto 19 da RCM n.º 49/2007, de 28 de março)

Com a entrada em vigor do novo código da contratação pública, através da publicação do Decreto-Lei nº 18/2008, e tendo em vista uniformizar a informação e definir os procedimentos que fixem as competências e a forma como deve ser exercido o respetivo controlo foi criado um manual de Procedimentos de Contratação, o qual envolve a função contratação na sua globalidade.

Por outro lado, os sistemas corporativos têm registado atualizações de modo a poder responder à evolução/mudança dos requisitos de informação cada mais exigentes.

11. Identificação dos Mecanismos Adotados com Vista à Prevenção de Conflitos de Interesses

(Ponto 22 da RCM n.º 49/2007, de 28 de março)

“Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. Além disso, no início de cada mandato, e sempre que se justificar, tais membros devem declarar ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.”

A observância do regime de incompatibilidades e impedimentos dos gestores públicos, assim como a comunicação de todas as participações e interesses patrimoniais que o gestor detenha na empresa em que exerce funções, é assegurada através da entrega de Declaração de Incompatibilidade à Procuradoria-geral da República.

Assim, os elementos do Conselho de Administração entregaram as declarações previstas no nº 8 e 9 do Art.º 22º do Estatuto do Gestor Público e na Lei nº 4/83.

As despesas realizadas por cada elemento do Conselho de Administração são aprovadas pelos restantes elementos do Conselho.

12. Explicitação Fundamentada da Divulgação de toda a Informação Atualizada (Prevista na RCM n.º 49/2007, de 28 de março)

Informação a constar no Site SEE

(RCM n.º 49/2007, de 28 de março)

	Divulgação			Comentários (Documento SEE)
	Sim	Não	Não Aplicável	
Estatutos Actualizados (PDF)	√			Estatutos
Historial, Visão, Missão e Estratégia	√			Caracterização da empresa
Ficha Síntese da Empresa	√			Ficha síntese
Identificação da Empresa				
Missão, objectivos, políticas, obrig.serv. Público e modelo de financiamento	√			Caracterização da empresa
Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais				
Modelo de Governo (Identificação Órgãos Sociais)	√			Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais
Estatuto remuneratório fixado	√			Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais
Remunerações auferidas e demais regalias	√			Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais
Regulamentos e Transacções				
Regulamentos internos e externos	√			Princípios de Bom Governo
Transacções relevantes com entidades relacionadas	√			Princípios de Bom Governo
Outras transacções	√			Princípios de Bom Governo
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	√			Princípios de Bom Governo
Avaliação do Cumprimentos dos PBG	√			Princípios de Bom Governo
Código de Ética	√			Princípios de Bom Governo
Informação Financeira histórica e actual	√			Informação Financeira histórica e actual
Esforço Financeiro do Estado	√			Esforço Financeiro Público

Informação a constar no Site da Empresa

	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	√			www.refer.pt
Historial, Visão, Missão e Estratégia	√			
Organigrama	√			
Orgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identifica dos órgãos sociais	√			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	√			
Identificação de comissões existentes na sociedade	√			
Identificar sistemas de controlo de riscos	√			
Remuneração dos órgãos sociais	√			
Regulamentos Internos e Externos	√			
Transacções fora das condições de mercado	√			
Transacções relevantes com entidades relacionadas	√			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	√			
Código de Ética	√			
Relatório e Contas	√			
Provedor do cliente	√			

Parte 2

Divulgação de Cumprimentos e Orientações Legais

1. Objetivos de Gestão - 2012

Através de aprovação por Resolução de Conselho de Ministros de 30 de agosto foram nomeados os novos membros do Conselho de Administração da REFER.

Nos termos dispostos nos artigos 18º e 30º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação nº 2/2012, de 25 de janeiro, é obrigatória a celebração de contrato de gestão nas empresas públicas, nos quais se devem definir as formas de concretização das orientações impostas pelo artigo 11º do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, na sua atual redação, os parâmetros de eficiência da gestão, os objetivos específicos e os valores das componentes remuneratórias consideradas, bem como os prémios de gestão passíveis de atribuição no final do exercício ou do mandato.

Nos termos da alínea a) do nº 1, no nº 2 e na alínea a) do nº 3, do ponto II do Anexo à Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2008, de 22 de abril, foram aprovadas as orientações estratégicas do Estado destinadas à globalidade do Setor Empresarial do Estado.

Tendo em vista dar cumprimento à legislação supra referida, foi solicitado à REFER o envio de proposta de indicadores de natureza financeira devidamente quantificados para os exercícios de 2012, 2013 e 2014. A REFER enviou à Tutela financeira a sua proposta com a seguinte incidência:

- Eficiência
- Prazo Médio de Pagamentos
- Rentabilidade e Crescimento
- Controlo dos Investimentos.

Os indicadores e metas propostos para **Objetivos de gestão para o triénio 2012-2014**, foram os seguintes:

Indicadores de natureza financeira

Indicadores de natureza financeira

Área de Atuação	Indicadores	Fórmula de cálculo	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Eficiência	Taxa de variação dos gastos operacionais totais	$(\text{Gastos operacionais ano } n / \text{Gastos operacionais } n-1) - 1$	0,9%	3,9%	-17,9%	-11,2%	-6,0%	-1,3%
Prazo médio de pagamentos a fornecedores	Prazo médio de pagamentos a fornecedores	$\text{Fornecedores} / \text{Compras} * 365 \text{ dias}$	44 dias	61 dias	80 dias	60 dias	60 dias	60 dias
Rentabilidade e crescimento	Margem de EBITDA	$\text{EBITDA} / \text{Rendimentos Próprios}$	-205%	-223%	-202%	-98%	-73%	-76%
	Rendimentos não core	Rendimentos suplementares	15,1M€	13,94 M€	14,61 M€	15,04 M€	24,49 M€	18,96 M€
Controlo dos Investimentos	Desvio financeiro dos Investimentos	$(\text{Execução} / \text{Orçamento}) - 1$	-46%	8%	-7%	-10% <desv ≤ 0%	-5% <desv ≤ 0%	-5% <desv ≤ 0%

2. Gestão do Risco Financeiro

No âmbito do Despacho nº 101/09-SETF, de 30 de janeiro, é definido um conjunto de instruções a observar pelas empresas públicas não financeiras (EPNF) com vista à minimização dos efeitos de volatilidade dos mercados financeiros sobre os seus resultados financeiros.

Até outubro de 2012, a REFER manteve na sua esfera de atuação a gestão de risco de taxa de juro através da monitorização da sua carteira de operações de swap acompanhando os mercados financeiros numa base regular.

A partir de novembro, o IGCP terá assumido a responsabilidade de gestão e acompanhamento de toda a carteira de derivados.

3. Evolução Prazo Médio Pagamentos a Fornecedores

(em conformidade com a RCM 34/2008, de 22 de fevereiro)

A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 34/2008, de 22 fevereiro, aprova o Programa Pagar a Tempo e Horas, o qual tem como objetivo reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas. Estabelece a RCM objetivos de prazos, a monitorização e publicitação da evolução dos indicadores dos prazos médios de pagamento a fornecedores.

O Despacho nº 9870/2009 vem adaptar o cálculo do indicador do prazo médio de pagamentos.

A REFER publicita o seu prazo médio de pagamento no seu Relatório e Contas anual, semestralmente no seu site, envia igualmente, mensalmente à DGTF os montantes que compõem a fórmula de cálculo do indicador.

A sua evolução, em 2011 e 2012, foi a seguinte:

Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009

PMP	2011			
	1ºT 2011	2ºT 2011	3ºT 2011	4ºT 2011
PMP a Fornecedores (dias)	66	65	75	80

PMP	2012			
	1ºT 2012	2ºT 2012	3ºT 2012	4ºT 2012
PMP a Fornecedores (dias)	78	87	75	63

Apesar do agravamento do Prazo Médio de Pagamento registado no 2^o trimestre de 2012, o ano de 2012 caracterizou-se por uma alteração de procedimentos no que se refere à frequência de pagamentos, ou seja, a REFER passou a emitir propostas de pagamento com periodicidade semanal. Deste modo o pagamento regista-se mais próximo da data de vencimento das faturas. O último trimestre de 2012 reflete esta alteração registando um prazo médio de pagamento de 63 dias comparado com os 80 dias do período homólogo de 2011.

Define o Decreto-Lei nº 65-A/2011 que “Atraso no pagamento - corresponde ao não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma”.

A REFER define, com os seus fornecedores, prazos de pagamento, os quais e sempre que os documentos estejam em conformidade, tanto legal como fiscal, são pagos na data mais próxima possível do seu vencimento que coincida com a data de emissão de proposta de pagamento. Pelo que a REFER não tem pagamentos em atraso.

4. Cumprimentos Deveres Especiais de Informação

(em conformidade com o Despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio)

No cumprimento do Despacho n.º 14277/2008, o qual estabelece o reforço dos mecanismos de controlo financeiro e deveres especiais de informação, a REFER envia às tutelas, financeira e setorial, os seus Planos de Atividades e Investimentos anuais e plurianuais, assim como as respetivas fontes de financiamento; orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado.

A informação é também prestada de forma desmaterializada no sistema de recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF).

A Empresa procede também à divulgação das remunerações da gestão no relatório e contas, site da empresa e Diário da República e site do Setor Empresarial do Estado.

Deveres Especiais de Informação

[Despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio]

	DGTF	SIRIEF	IGF	DGO
Planos de Actividades Anuais e Plurianuais	x	x	x	x
Orçamentos anuais incluindo estimativa de operações Financeiras com o Estado	x	x	x	x
Planos de investimentos anuais e plurianuais e respectivas fontes de financiamento	x	x	x	x
Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhado dos relatórios do órgão de fiscalização	x	x	n.a.	x
Documentos de prestação anual de contas, bem como relatórios produzidos pelos auditores externos e relatório anual de fiscalização do Revisor Oficial de Contas	x	x	x	x

5. Recomendações do acionista aquando da aprovação de contas 2011

Os documentos de prestação de contas da REFER, que incluem as demonstrações financeiras separadas e consolidadas, referentes ao exercício de 2011, foram aprovados por Despacho Conjunto, de 28 de dezembro de 2012, da senhora Secretária de Estado do Tesouro e Secretário de Estado das Obras Públicas Transportes e Comunicações. No referido Despacho determina-se que o Conselho de Administração diligencie no sentido de:

- dar cumprimento aos objetivos de redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores, de acordo com o previsto na RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro; e
- manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P., em cumprimento ao determinado no artigo 17º da Lei nº 12-A/2010.

Como já referido no ponto 3, a REFER alterou o seu procedimento no que se refere à periodicidade da emissão de proposta de pagamento, a mesma passou de uma periodicidade quinzenal para uma periodicidade semanal, ocorrendo com dia de semana fixo (exceto na última semana do mês, sendo o pagamento efetuado no último dia útil do mês). Deste modo decorre um período mais curto entre o data de vencimento do documento e o momento em que ocorre o seu pagamento.

Determina a Lei nº 12-A/2010 no seu artigo 17º que “Toda a movimentação de fundos dos serviços e fundos autónomos, incluindo aqueles cuja gestão financeira e patrimonial se rege pelo regime jurídico do sector empresarial do Estado, ...deve ser efetuada por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P. (IGCP, I. P.)”

A REFER procedeu à transferência de transações/serviços, da banca comercial para o IGCP, tendo em consequência cancelado algumas contas bancárias.

6. Cumprimento das “orientações ao nível das remunerações”

Dos órgãos sociais:

A REFER, EPE manteve a redução de 5% na remuneração fixa mensal ilíquida dos membros do seu Conselho de Administração, de acordo com o determinado no artigo 12.º, n.º 1 da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

O Orçamento do Estado para 2012 (Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro) manteve em vigor, por força do disposto no seu artigo 20.º, n.º 1, o artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.

Em cumprimento das disposições legais referidas e uma vez que os membros do Conselho de Administração da REFER, EPE se encontram no âmbito subjetivo de aplicação da norma (cf. artigo 19.º, n.º 9, alínea *q* da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro), manteve-se, na remuneração dos membros do Conselho de Administração da REFER, EPE, a redução remuneratória determinada no artigo 19.º Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, ex vi do artigo 20.º, n.º 1 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Esta última redução remuneratória, nos termos do disposto no artigo 19.º, n.º 8 da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro e tal como sucedeu no ano de 2011, teve por base a remuneração total ilíquida apurada após a aplicação da redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Foi cumprido o disposto no artigo 21.º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, tendo sido suspenso o pagamento de subsídio de férias e 13.º mês dos membros do Conselho de Administração da REFER, EPE

Foi igualmente cumprido o disposto no artigo 29.º da Lei 64-B/2011, não tendo sido atribuído prémios de gestão aos administradores da REFER, E.P.E pelos objetivos alcançados em 2011, nos termos previstos nos respetivos contratos de gestão para o período de 2009 a 2011.

Dos restantes trabalhadores:

O Orçamento do Estado para 2012 (Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro) manteve em vigor, por força do disposto no seu artigo 20.º, n.º 1, o artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.

Em cumprimento das disposições legais referidas e uma vez que o trabalhadores da REFER, EPE se encontram no âmbito subjetivo de aplicação da norma (cf. artigo 19.º, n.º 9, alínea *t* da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro), manteve-se, nas remunerações dos trabalhadores da REFER, EPE, a redução remuneratória determinada no artigo 19.º Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, ex vi do artigo 20.º, n.º 1 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, para todos os trabalhadores da REFER, EPE cujas remunerações totais ilíquidas mensais são de valor superior a € 1500.

Foi cumprido o disposto no artigo 21.º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, tendo sido suspenso ou reduzido o pagamento de subsídio de férias e 13.º mês dos trabalhadores da REFER, EPE

Os acréscimos ao valor da retribuição horária referentes a pagamento de trabalho extraordinário prestado em dia normal de trabalho, em dia de descanso semanal obrigatório ou complementar e em dia feriado foram alterados nos termos do disposto no artigo 32.º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, bem como nos termos das alterações introduzidas pela Lei n.º 23/2012, de 25 de junho às disposições correspondentes do Código do Trabalho, por referência à data de 1 de agosto.

A Empresa aplicou igualmente o disposto no artigo 26.º da Lei 64-B/2011 relativamente a contratos de aquisição de serviços, incluindo honorários de auditoria e revisão das contas, seguindo o procedimento adotado no ano anterior face ao disposto no artigo 22.º da Lei 55-A/2010, de 31/12.

7. Aplicação do disposto no Art.º 32º do Estatuto do Gestor Público

Estabelece o Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e alterado pela Lei n.º 64 -A/2008, de 31 de dezembro, republicado pelo Decreto-Lei nº8/2012 de 18 de janeiro, no seu artigo 32º que:

“1 - Não é permitida a utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos tendo por objeto a realização despesas ao serviço da empresa.

2 - Não é permitido o reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

3 - O valor máximo das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, é fixado por deliberação em assembleia geral, no caso das sociedades anónimas, ou por despacho, publicado no *Diário da República*, do membro do Governo responsável pela área das finanças no caso das entidades públicas empresariais.

4 - O valor previsto no número anterior é fixado à luz das orientações que venham a ser estabelecidas para o efeito pelos acionistas ou por despacho, publicado no *Diário da República*, do membro do Governo responsável pela área das finanças, tendo sempre como limite a soma do valor fixado para a utilização de telefone domiciliário e telefone móvel para cargos de direção superior de 1.º grau da Administração Pública.”

A REFER não utiliza quaisquer cartões de débito ou crédito para pagamento de despesas. Quando os elementos do Conselho de Administração efetuam deslocações ao serviço da empresa as mesmas são reembolsadas através da emissão de cheque.

8. Normas de Contratação Pública (Orientações Constantes de Despacho n.º 438/10)

Com a entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, a REFER, EPE encetou um trabalho exaustivo com vista à melhor adequação dos seus procedimentos internos às regras de contratação pública constantes daquele Código, na medida da aplicabilidade das mesmas a esta empresa.

Para o cumprimento desse desiderato, foi constituído um grupo de trabalho que criou um Manual Interno de Contratação, juntamente com a revisão de um conjunto de minutas tipo já existentes (Programas de Concurso, Cadernos de Encargos, etc.) bem como a criação de outras até então inexistentes (contendo aspetos específicos decorrentes das regras do CCP).

Em 2011, cumpridos os objetivos do grupo de trabalho inicial, e sendo imperativa a permanente atualização do Manual Interno de Contratação e dos documentos tipo, de acordo com legislação que é produzida, foi constituído um novo Grupo de Trabalho permanente para a Contratação Pública, com o objetivo, nomeadamente, de proceder à atualização do Manual Interno de Contratação e dos documentos tipo (quer decorrentes de alterações legislativas, quer de alterações que melhor se adequem às finalidades da Empresa), bem como propor o que tiver por conveniente no âmbito da contratação pública, designadamente a elaboração de documentos tipo para os procedimentos de contratação ainda não existentes (nomeadamente de fornecimentos e de prestação de serviços de manutenção).

A REFER, EPE continuou a utilizar, designadamente, documentação relativa à decisão de contratar contendo adequada fundamentação da necessidade e dos objetivos a atingir, sempre na ótica da melhor prossecução do interesse público subjacente a cada procedimento pré-contratual e da observância, entre outros, do princípio da transparência.

Não obstante, sempre numa perspetiva de melhoria e com vista ao acatamento das determinações que impendem sobre as empresas públicas (designadamente no tocante aos contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000€), continuaram em vigor as minutas tipo referentes à fundamentação da iniciativa, bem como à avaliação dos contratos celebrados, aprovadas em 2011, procurando sistematizar os dados e homogeneizar os procedimentos na empresa.

No caso da fundamentação da iniciativa (documento a aplicar de modo generalizado a todas as contratações), tal minuta inclui de modo individualizado e entre outros aspetos, a necessidade de contratar, justificando que a solução proposta satisfaz o princípio da economia, eficiência e eficácia, a eventual ausência de soluções internas ou outro motivo específico para a proposta de recurso ao exterior, bem como os objetivos que se pretendem alcançar com a contratação.

No caso da avaliação dos contratos celebrados (documento vocacionado para os contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000€, conforme orientação transmitida via ofício circular nº 6132, de 6 de agosto de 2010, da DGTF), a minuta inclui, também de modo individualizado e entre outros aspetos, os desvios temporais e/ou financeiros que tenham ocorrido e respetiva justificação.

Durante o ano de 2012, e na sequência das alterações legislativas em matéria de contratação pública (designadamente com a publicação do Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, que entrou em vigor no dia 11 de agosto, e do qual decorre um conjunto de significativas alterações ao Código dos Contratos Públicos), o Grupo de Trabalho permanente para a contratação pública procedeu à revisão e alteração do Manual Interno de Contratação (MIC), bem como, das minutas tipo utilizadas pela REFER.

As alterações introduzidas, decorreram primordialmente da necessidade de:

- a) Acolher as alterações do já referido Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, designadamente no que respeita
 - (i) ao regime jurídico dos erros e omissões
 - (ii) ao regime jurídico dos trabalhos / serviços a mais
 - (iii) aos limiares aplicáveis aos contratos cujo objeto não diga, direta e principalmente, respeito à atividade da REFER, etc.;
- b) Atualizar as referências do MIC à estrutura orgânica da empresa e às suas normas internas de delegação de competências;
- c) Introduzir as matérias que já foram objeto de divulgações avulsas:
 - Questões de índole financeira que decorrem da qualificação da REFER como Entidade Pública Reclassificada (EPR), nomeadamente as relativas aos compromissos plurianuais e cabimentação, etc.;
 - Clarificação dos diferentes regimes e limiares de contratação aplicáveis consoante se trate de contratos cujo objeto diga / não diga, direta e principalmente, respeito à gestão da infraestrutura ferroviária;
 - Obrigações de publicidade nos termos das disposições constantes do CCP e da Portaria n.º 701-E/2008, de 29 de julho;
 - Sujeição à fiscalização prévia do Tribunal de Contas;
 - Orientações do Programa Operacional de Valorização do Território que se reportam à identificação de situações passíveis de aplicação de correção financeira, no âmbito do procedimentos relacionados com projetos e/ou programas financiados por fundos da União Europeia.

Anota-se que, atualmente, e independentemente da documentação tipo que se encontra em contínua atualização, a REFER, EPE acautela já devidamente nos respetivos títulos contratuais e Cadernos de Encargos integrantes dos mesmos, as obrigações e responsabilidades que impendem sobre os adjudicatários na execução dos serviços, incluindo, consoante os casos e conforme adequado, cláusulas de específicas de responsabilidades e de penalidades por deficiências no serviço.

É ainda de referir que a REFER, EPE tem procurado o envolvimento das empresas suas participadas maioritariamente no cumprimento dos Princípios de Bom Governo que impendem sobre este tipo de empresas, transmitindo, inclusivamente conhecimentos, procedimentos e documentos, para que as mesmas os adotem nas situações abrangidas pelo âmbito de aplicação do CCP.

Durante o ano de 2012, e na sequência da publicação do Decreto-lei nº 107/2012, de 18 de maio (que criou um processo de avaliação prévia, obrigatório e vinculativo, dos investimentos especialmente relevantes com a aquisição de bens e serviços no âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação), foi submetido, nos termos do artigo 8º do referido decreto-lei, um processo abrangido pelas obrigações previstas, tendo sido recebido o respetivo parecer positivo.

9. Racionalização de política de aprovisionamento de Bens e Serviços, designadamente sobre a adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas e Parque de Veículos do Estado

A REFER aderiu durante o ano de 2011 ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), e credenciou alguns utilizadores para a aplicação Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP) da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. (ESPAP), cuja criação foi concretizada através do Decreto-Lei n.º 117-A/2012, de 14 de junho, assume a missão e atribuições dos anteriores Instituto de Informática, da Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública, E. P. E. (GeRAP) e da Agência Nacional de Compras Públicas, E. P. E. (ANCP), extintos, por fusão.

A ESPAP (ex-ANCP), ao permitir que os procedimentos de aquisição de bens e serviços se desenvolvam ao abrigo dos acordos quadro (AQ) celebrados pela ESPAP (ex-ANCP), simplifica e facilita todo o processo de compras.

Para concretizar a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e após a credenciação de alguns utilizadores da REFER, foi assinado em 14 de abril de 2011 o contrato de Adesão entre a REFER e a ANCP.

Durante 2012 começaram a ser preparados alguns procedimentos de consulta ao abrigo dos acordos quadro da ESPAP, cujas consultas foram concretizadas no início de 2013.

A REFER efetua uma gestão centralizada do seu parque automóvel, monitorizando e acompanhando os gastos associados ao seu parque automóvel. Por outro lado a empresa analisa cenários de otimização de utilização dos veículos para que os mesmos tenham a maior rentabilidade possível.

Durante o ano de 2012 a REFER não efetuou qualquer aquisição de veículos novos. As viaturas adquiridas em nome da REFER pertenciam ao parque automóvel e foram compradas às empresas locadoras no final dos contratos de AOV que terminaram durante o ano de 2012.

Em 2012 a REFER procedeu à entrega de 54 viaturas que não foram substituídas à medida do término do contrato, o que obrigou a uma reestruturação na utilização e distribuição das mesmas.

10. Princípio da Igualdade do Género

A REFER adotou em 2009 um Plano para a Igualdade decorrente da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007 relativa aos Princípios do Bom Governo das Empresas do Setor Empresarial do Estado, na que se aconselhava estas entidades a adotarem planos de igualdade.

Em 2012 a publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, tornou obrigatória para as entidades do setor empresarial do Estado a adoção de planos de igualdade, sendo que determinou igualmente a elaboração de diagnósticos da situação nas empresas.

Nesta conformidade, procedeu-se à avaliação do plano, através de um levantamento nas direções da REFER, e verificou-se a necessidade de atualizar o documento existente.

Em janeiro de 2013 foi aprovado pelo Conselho de Administração um novo Plano para a Igualdade na REFER, que tem como objetivos gerais:

- a. Reconhecer explicitamente que a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é um direito básico, pelo que se devem implementar políticas transversais e positivas que permitam que esse direito seja uma realidade.
- b. Promover uma mudança na cultura da empresa que integre a igualdade nos seus atos de gestão.
- c. Reduzir os desequilíbrios detetados e prevenir possíveis desequilíbrios no futuro.

Constata-se, ainda, que a REFER possui práticas estabelecidas que promovem uma política de igualdade e não discriminação com base no género, bem como medidas específicas que permitem contribuir para a conciliação entre trabalho, família e vida pessoal.

11. Cumprimento do Plano de Redução de Custos

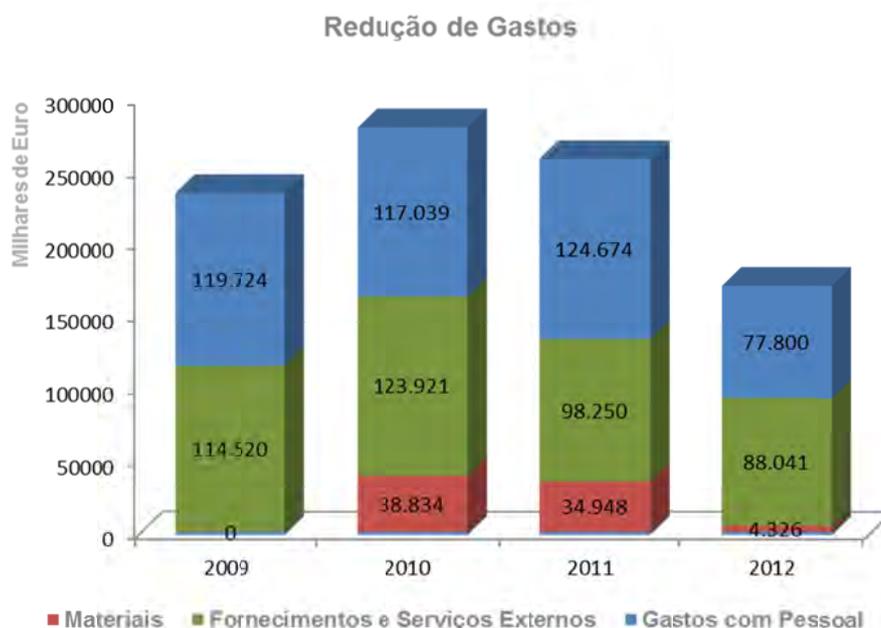
A REFER elaborou os seus planos de atividades e orçamentos considerando como objetivo principal a melhoria, a eficiência e contenção de gastos, de forma a contribuir para a sustentabilidade financeira da Empresa.

Estabelece o Ofício Circular nº 82 de 6 de janeiro, da DGTF, que as empresas deficitárias devem garantir um orçamento equilibrado, traduzido num valor de EBITDA nulo.

Caso não seja possível atingir, em 2012, um EBITDA tendencialmente nulo devem assegurar a redução dos CMVMC +Fornecimentos e Serviços Externos +Custos com Pessoal em pelo menos 15%, em média, face a 2009.

Em 2012 a REFER aplicou medidas de redução de gastos, as quais se traduziram numa redução de 34 % em Custo das Vendas, Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal, face a 2009.

A redução é visível no gráfico seguinte:



12. Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes

O efetivo médio da REFER diminuiu 14% em 2012 (menos 459 trabalhadores), resultado do elevado número de rescisões por mútuo acordo (RMA) assinadas no final de 2011. A modernização da atividade da Empresa, a forte redução do nível de investimentos, a elevada idade média, e uma conjuntura externa adversa que obriga à redução dos gastos operacionais, estão entre os principais motivos que potenciaram esta significativa redução do número de trabalhadores.

O ano passado ficou também marcado pela reestruturação orgânica da Empresa o que, aliado à redução do efetivo, permitiu uma diminuição de cargos dirigentes de 186 para 150.

Para 2013 espera-se a continuidade da política de adaptação do efetivo às reais necessidades da atividade. Neste contexto, estão previstas 159 RMA conforme proposto no Plano Plurianual de Promoção da Eficiência. A concretização deste objetivo dependerá fortemente da conclusão dos Investimentos Sustentáveis em curso, da Racionalização da Rede, da atual legislação de acesso à reforma por velhice e das limitações ao acesso ao subsídio de desemprego.

Unid: €

Designação	2010	2011	2012
Gastos com pessoal (€)	117.038.518	124.673.646	77.799.661
Gastos com Órgãos Sociais (€)	483.885	343.266	366.441
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	-7.844	-50.464	-52.002
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	0	0
Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)	16.420.423	12.120.566	8.339.303
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)		-711.458	-647.736
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)			
Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (€)	97.131.068	85.433.896	67.533.452
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)		-2.136.748	-1.444.739
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)			
Rescisões / Indemnizações (€)	3.003.142	26.775.918	1.560.466

Designação	2010	2011	2012
Nº Total RH (O.S. + Dirigentes + Efetivos)	3.496	3.253	2.794
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	4	4	5
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	224	186	150
Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número)	3.268	3.063	2.639

13. Cumprimento de Unidade de Tesouraria do Estado

A Lei do Orçamento de Estado para 2012 (Lei 64-B de 30 de dezembro 2011) reforça, no seu artigo 89º, a obrigatoriedade do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria. Em 2012, tendo em consideração que a REFER passou a ser financiada diretamente pelo Estado e, por conseguinte, com uma posição de liquidez equilibrada, a REFER concentrou esforços no cumprimento do disposto neste artigo.

Assim, procedeu-se à transferência das transações/serviços consideradas essenciais da banca comercial para o IGCP, sem comprometer o risco operacional relacionado com os pagamentos/recebimentos associados ao funcionamento da empresa. De acordo com a oferta de serviços disponibilizada pelo IGCP, foram transferidas as seguintes transações:

- Pagamentos ao Estado;
- Transferências Bancárias Target;
- Transferência Bancária para o Exterior – Euros
- Pagamento de Juros;
- Reembolso Empréstimos;
- Pagamento a fornecedores estrangeiros por transferência bancária;
- Pagamentos a fornecedores por Débito Direto (dos 406 pagamentos por SDD ativos, 305 já se encontravam domiciliados no IGCP.
- Pagamento a fornecedores por ficheiro PS2;
- Aplicações financeiras - prazos superiores a 7 dias;
- Recebimento de clientes por transferência bancária;
- Recebimento de Cap. 50º do PIDDAC.

Por outro lado, e uma vez que as principais operações de tesouraria se encontram domiciliadas no IGCP, procedeu-se ao cancelamento de contas bancárias junto da banca comercial por forma a evitar o pagamento de comissões de manutenção.

Das 23 contas ativas na banca comercial no final de 2011, 13 foram canceladas durante o ano de 2012.

As restantes contas mantêm-se ativas ou por terem responsabilidades associadas ou por disponibilizarem serviços para os quais o IGCP ainda não tem resposta.

Sempre que a REFER apresentou excedentes de tesouraria e, face ao estipulado nos termos da lei, estes foram aplicados junto do IGCP através da aplicação em Certificados Especiais de Dívida de Curto-Prazo (CEDIC).

Em anos anteriores a 2012 e por o IGCP não possibilitar aplicação de fundos em muito curto prazo, foram feitas aplicações junto da banca comercial como forma de otimizar a gestão dos recursos financeiros. De acordo com o nº 8 do Artigo 89º da Lei 64-B/2011, os rendimentos auferidos fora do Tesouro respeitantes aos anos de 2009 a 2011 foram devolvidos à DGO em julho de 2012.

Os saldos de depósitos à ordem mantidos junto da banca comercial foram em 2012 reduzidos ao mínimo necessário de forma a garantirem o cumprimento de obrigações domiciliadas nessas instituições e para as quais o IGCP ainda não tem resposta ou cujo processo de transferência se encontra a decorrer.

A 13 de fevereiro foi publicado o DL 32/2012, com o objetivo de estabelecer as disposições necessárias à execução do Orçamento de Estado para 2012. Através do disposto no artigo 16º as entidades obrigadas ao cumprimento da Unidade de Tesouraria terão de fazer prova do cumprimento deste princípio. Desta forma, a REFER passou a registar mensalmente nos serviços on-line da DGO o saldo do final do mês dos depósitos e aplicações financeiras junto do IGCP e da banca comercial, bem como dos rendimentos auferidos fora do tesouro.

14. Cumprimento dos Limites Máximos de Acréscimo de Endividamento

Estabelece o Despacho nº 155/2011- MEF, de 28 de abril, que as empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE) devem promover uma maior seletividade no investimento público e estabilizar o crescimento do nível do endividamento das empresas do Setor Empresarial do Estado. Deste modo o Programa de Estabilidade e Crescimento fixa um limite máximo para o crescimento anual do endividamento das empresas públicas da área dos transportes.

Em 2012, a REFER reduziu de forma acentuada o défice operacional e o nível de investimento diminuindo as necessidades de financiamento associadas à atividade da empresa, observando assim os limites que lhe foram autorizados no âmbito do então Ministério das obras Públicas Transportes e Comunicações. Apesar deste esforço de contenção, o peso significativo dos encargos financeiros associados ao stock de dívida acumulada levou a que o acréscimo de endividamento observado em 2012 se situasse nos 6% contra os 5% fixados pelo PEC para 2012.

15. Publicidade Institucional

(RCM n.º 47/2010)

A publicidade institucional, enquanto componente da comunicação empresarial, é uma das ferramentas estratégicas adotadas para veicular a missão da REFER, enquanto empresa gestora da rede ferroviária nacional, e divulgar as suas atividades de serviço público.

No ano de 2012, a REFER centrou esta atividade na sensibilização para a promoção de valores como a segurança e a valorização do seu património. A estratégia adotada, dentro de uma ótica de otimização dos recursos financeiros, no que respeita à colocação de publicidade institucional nos diferentes órgãos de comunicação, teve como objetivos:

- Sensibilizar para a problemática da segurança ferroviária e divulgar atividades da REFER com impacto nas populações;
- Reforçar a imagem, a notoriedade e a projeção pública da REFER, melhorando a perceção social do carácter único e específico da atividade da empresa.

São exemplos, as seguintes iniciativas:

- Campanha de sensibilização e segurança em passagens de nível – No âmbito da campanha “Pare, Escute, Olhe” e da celebração do Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível, assinalado no dia 7 de junho de 2012, foram desenvolvidas ações publicitárias nalguns órgãos de imprensa nacional;
- Presença em edições e revistas especializadas: revista *O Foguete*, da Associação de Amigos do Museu Nacional Ferroviário; revista *Flecha de Prata*, do Clube de Entusiastas do Caminho-de-ferro, revista *Comboios em Linha*, da Fundação Museu Nacional Ferroviário e revista *Ingenium*, da Ordem dos Engenheiros.

Em 2012 o investimento realizado em publicidade institucional foi de 3 237,00 euros.

16. Controle Interno e Gestão de Riscos

Tendo presente as exigências regulatórias a que se encontra sujeita, a REFER tem vindo a desenvolver um conjunto de sistemas de controlo interno e de gestão de risco que visam essencialmente garantir a conformidade entre objetivos, políticas e procedimentos estabelecidos, garantir a fiabilidade da informação contabilística, financeira e operacional, mitigar a ocorrência de fraude e corrupção e garantir que os riscos críticos são identificados, controlados e reduzidos para um nível aceitável.

Estes sistemas, alinhados com as melhores práticas internacionais, têm vindo a ser executados continuamente, estando atribuída a responsabilidade pela sua implementação e cumprimento ao nível dos gestores superiores (responsáveis pelas direções operacionais e corporativas) e sendo estabelecida a aceitação do risco residual pelos gestores executivos (Conselho de Administração).

Os sistemas de controlo interno e de gestão de risco contemplam um conjunto de procedimentos relativos à execução, supervisão, monitorização e melhoria contínua dos processos de negócio, nomeadamente nas áreas relativas à preparação e divulgação de informação financeira, representando assim o forte compromisso assumido pela REFER, desde há muito tempo, com a existência de um ambiente de controlo interno efetivo.

Neste âmbito convém referir que a empresa dispõe de normativos internos, instruções técnicas e ordens de trabalho que identificam procedimentos, responsabilidades e mecanismos de controlo interno adotados, encontrando-se disponíveis para consulta no portal interno da empresa e sendo objeto de revisões regulares por parte dos órgãos responsáveis de forma a garantir que estão adequados à dimensão e complexidade das operações realizadas e dos objetivos da organização.

A empresa dispõe ainda de um sistema integrado de informação (ERP) – SAP e aplicações informáticas de apoio à sua atividade que abrangem as áreas de recursos humanos, financeira, aprovisionamento, manutenção, vendas e contratação pública, com mecanismos de segurança ao nível de acessos e de processos decisórios. Este sistema é sujeito a controlos e ajustamentos regulares, sendo objeto de descrição detalhada em documento apropriado sobre as alterações realizadas.

A Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de julho de 2009 veio impor às entidades públicas a elaboração de um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas e de um relatório anual sobre a execução do mesmo plano. Assim importa referir que a REFER procedeu à elaboração do referido plano, com um âmbito mais alargado, identificando os sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade e não apenas o sistema de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, representando este documento uma sistematização e descrição sumária do modelo organizativo instituído.

Nestes termos foi criada a Comissão de Supervisão da Gestão do Risco, órgão autónomo e diretamente dependente do Conselho de Administração, tendo por atribuição, entre outras, proceder à avaliação regular, em articulação com os

responsáveis pelas direções operacionais e corporativas, sobre a execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

A metodologia de avaliação seguida tomou em consideração as referências fornecidas pelo Conselho de Prevenção da Corrupção e as orientações estabelecidas pela norma internacional ISO 3100 sobre gestão de riscos, sendo elaborado, anualmente, um relatório sobre a execução do referido plano.

No que se refere à implementação e execução dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco, e na sequência das referências supramencionadas, foi desenvolvido em 2011, um conjunto de iniciativas que contribuiram para reforçar o ambiente de controlo interno da REFER, nomeadamente:

- i) Elaboração de instrumentos previsionais, designadamente, planos de atividades e orçamentos de exploração e de investimentos, acompanhamento regular e periódico da respetiva execução, quer pela elaboração e análise de relatórios mensais de execução quer pelo acompanhamento diário das diversas atividades;
- ii) Revisão sistematizada de normativos internos que regulam as atividades de planeamento, execução, controlo e avaliação, devendo-se destacar a implementação do modelo de caracterização de processos, projeto faseado, comtemplando a segmentação e detalhe dos macroprocessos, seguindo as prioridades da estratégia da empresa, com ênfase nas que se relacionam com os objetivos de sustentabilidade financeira;
- iii) Reavaliação do modelo de governo adotado pela Sociedade, iniciada com uma revisão exaustiva dos processos implementados e com a identificação de ajustamentos a desenvolver, considerando a estratégia da empresa, mais focada para a internalização de serviços;
- iv) Revisão da estrutura organizacional, tendo como propósito fundamental a racionalização de meios e o aumento da eficiência e eficácia das atividades da organização, a qual se tem consubstanciado, essencialmente, na concentração de órgãos, redução de chefias intermédias e consequente melhoria da cadeia de comando e de reporte;
- v) Ações de formação, sobre as matérias mais relevantes para a prossecução dos objetivos estabelecidos, extensíveis aos colaboradores com intervenção direta nas respetivas atividades/processos de suporte.

17. Cumprimentos das Orientações Legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão:					
Taxa de variação dos gastos operacionais totais			x	Não aplicável	Objetivos propostos à Tutela
Prazo médio de pagamentos a fornecedores			x	Não aplicável	
Margem de EBITDA			x	Não aplicável	
Rendimentos não core			x	Não aplicável	
Desvio financeiro dos Investimentos			x	Não aplicável	
Gestão do Risco Financeiro	x			Não aplicável	
Limites de Crescimento do Endividamento	x			Variação de 6% face a 31 dezembro de 2011	
Evolução do PMP a fornecedores	x			Redução de 17 dias face a 31 dezembro 2011	Ver Anexo 3
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")			x	Não aplicável	
Deveres Especiais de Informação	x			Não aplicável	
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
Dar cumprimento aos objetivos de redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores, de acordo com o previsto na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro	x			Não aplicável	
Mantiver as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P., em cumprimento ao determinado no artigo 17.º da Lei n.º 12-A/2010	x			Não aplicável	
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 29.º da Lei 64-B/2011	x			Não aplicável	
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 20.º da Lei 64-B/2011	x			Total da Redução remuneratória em 2012 = 30.960€	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010	x			Total da Redução remuneratória em 2012 = 12.073€	
Órgãos Sociais - suspensão sub. Férias e natal , nos termos do art.º 21.º da Lei 64-B/2011	x			Total da Redução remuneratória em 2012 = 33.761€	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 28.º da Lei 64-B/2011			x	Não aplicável	
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 20.º da Lei 64-B/2011	x			Total da Redução remuneratória em 2012 = 2 milhões de euros	
Restantes trabalhadores - suspensão sub. Férias e natal , nos termos do art.º 21.º da Lei 64-B/2011	x			Total da Redução remuneratória em 2012 = 7,5 milhões de euros	
Artigo 32.º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	x			Não aplicável	
Reembolso de despesas de representação pessoal	x			Não aplicável	
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	x			Não aplicável	
Normas de contratação pública pelas participadas	x			Não aplicável	
Contratos submetidos a visto prévio do TC	x			5 contratos no valor global de 125 milhões de euros	
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas					
Parque Automóvel	x			Não aplicável	
Princípio da Igualdade do Género	x			Redução de 56 viaturas na frota, permanecendo 28 que são para abate	
Medida 1	x			Não aplicável	
Medida 2	x			Não aplicável	
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal	x			Var. % em 2012, face a 2010 = -33%	
Fornecimentos e Serviços Externos	x			Var. % em 2012, face a 2010 = -29%	
Redução nº Efetivos e Cargos Dirigentes					
Nº de efetivos	x			Var. % em 2012, face a 2010 = -20%	
Nº de cargos dirigentes	x			Var. % em 2012, face a 2010 = -33%	
Princípio da Unidade de Tesouraria	x			Em 31 dezembro de 2011, o saldo de disponibilidades no IGCP é nulo.	

Anexo I – Contratos que não ocorreram em condições de mercado (ajuste direto)

Anexo II – Empreitadas de valor superior a 250 mil euros

Anexo III – Aquisição de Bens de valor superior a 250 mil euros

Anexo IV – Aquisição de Serviços de valor superior a 250 mil euros

Anexos

(Anexo ao capítulo Informação sobre Outras Transações)

Anexo I – Contratos que não ocorrem em condições de mercado (Ajuste Direto)

Processo	Objeto	Tipo de Contrato	Tipo de Processo	Fornecedor	Data de assinatura	Preço Contratual (€)
5110000763	Manutenção de infraestruturas ferroviárias na área metropolitana de Lisboa	Prestação de Serviços	Adicional	Ferrovias e Construções, S.A.	2012-03-12	2.892.074
5010009626	Manutenção Vía e Catenária RON	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Somafel / Fergrupo / Somafel - Eng.Obras Ferroviári, / Fergrupo - Const Tecnicas Ferr	2012-05-10	395.567
5010010756	Repartição de custos energia com CP	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	CP-Comboios de Portugal, E.P.E	2012-03-06	377.377
5110000767	Manutenção das Infraestruturas Ferroviárias na Área da Zona Operacional de Conservação do Sul	Prestação de Serviços	Adicional	Neopul - Soc Estudos Construço	2012-04-16	363.511
5010010929	Manutenção elevadores OTIS	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Otis Elevadores, Lda	2012-11-07	327.050
5010009490	Manutenção de via - LBA e LO - 2012	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Somafel - Eng.Obras Ferroviári	2012-01-23	398.958
5110000739	Manutenção das Infraestruturas Ferroviárias na Área da Zona Operacional de Conservação do Sul	Prestação de Serviços	Adicional	Neopul - Soc Estudos Construço	2012-02-24	363.511
5110000786	Manutenção das Infraestruturas Ferroviárias na Área da Zona Operacional de Conservação do Sul	Prestação de Serviços	Adicional	Neopul - Soc Estudos Construções	2012-04-24	1.090.532
5010007489	Manutenção Sinalização V.Novas / Évora	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Dimetronic SA	2012-04-20	800.000
5010010351	Manut.elevadores Thyssen	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Thyssen Elevatec	2012-10-08	320.799
5010010151	LBA e LO - Manutenção da via	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Somafel - Eng.Obras Ferroviárias	2012-04-24	398.958
5110000758	Manutenção das Infraestruturas Ferroviárias na Área da Zona Operacional de Conservação do Sul	Prestação de Serviços	Adicional	Neopul - Soc Estudos Construções	2012-03-27	363.511
5110000678	Reabilitação das empreitadas Alto de S. João/Miranda do Corvo	Empreitadas	Adicional	Vias y construcciones, SA/Gabriel Couto, SA/ Electren, SA	2012-05-07	1.513.661
5110000679	Construção de passagem de nível	Empr. Preço Global	Adicional	ALSTOM Portugal, S.A.	2012-10-11	360.322
5110000680	Empreitada de reabilitação das infra-estruturas no troço Miranda do Corvo/Serpins do Ramal do Lousã	Empr. Série de Preço	Adicional	DST - Domingos da Silva	2012-10-18	2.034.438
5110000515	Obras de construção total ou parcial e de engenharia civil	Empr. Série de Preço	Adicional	OPWAY - Engenharia, SA	2012-02-15	933.375
5110000745	Empreitada de quadruplicação da via entre os Pk 13,750 e 18,250 da linha de sintra e remodelação das estações de Barcarena e Cacém.	Empr. Preço Global	Adicional	Edifer-Const.Pires Coelho	2012-08-07	494.248
5110000705	Emp.Geral V. Prazeres/Covilhã	Empr. Série de Preço	Adicional	OPWAY - Engenharia, SA	2012-06-28	419.567
5110000560	Assessoria, Fiscalização e Coordenação de Segurança para a empreitada de modernização do troço Bombel e Vidigal a Évora	Prestação de Serviços	Adicional	GiBB Portugal Strategic Allian	2012-05-31	510.685
5110000779	Construção de via férrea urbana	Empr. Preço Global	Adicional	Edifer-Const.Pires Coelho	2012-08-30	298.673
5110000782	Assessoria, Fiscalização e Coordenação de Segurança em obra na empreitada de quadruplicação troço entre os Pk 13,750 e 18,750 da LS e remodelação das estações Barcarena e Cacém.	Prestação de Serviços	Adicional	FERBRITAS - Empreend. Industriais	2012-12-20	378.166
5110000703	Assessoria, Fiscalização e Coordenação de Segurança em obra na empreitada de quadruplicação troço entre os Pk 13,750 e 18,750 da LS e remodelação das estações Barcarena e Cacém.	Prestação de Serviços	Adicional	FERBRITAS - Empreend. Industriais	2012-01-10	1.593.369
5110000933	Assessoria, Fiscalização e Coordenação de Segurança em obra na empreitada de quadruplicação troço entre os Pk 13,750 e 18,750 da LS e remodelação das estações Barcarena e Cacém.	Prestação de Serviços	Adicional	FERBRITAS - Empreend. Industriais	2012-12-20	564.946
5110000358	Fisc. V.Prazeres/Covilhã	Prestação de Serviços	Adicional	Cinclus - Plan.Gestão Proj. SA	2012-05-24	450.504
5110000425	Construção de obras de engenharia civil excepto pontes, túneis, poços e passagens subterrâneas	Empr. Série de Preço	Adicional	Ramalho Rosa Cobetar Soc. Construções	2012-01-13	715.059
5110000596	Empreitada de quadruplicação da via entre os Pk 13,750 e 18,250 da linha de sintra e remodelação das estações de Barcarena e Cacém.	Empr. Preço Global	Adicional	Edifer-Const.Pires Coelho	2012-07-13	514.034
5010010569	Prestação de Serviços Comboio/Tração	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	CP Carga - Logística e Transportes	12-10-2012	309.546
5010010314	Aq. Conexões Indutivas CIT	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	Efacec Engenharia e Sistemas	2012-07-03	327.991
5010011101	Concessões de Transporte - Ano 2012	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	CP-Comboios de Portugal, E.P.E	2012-05-18	3.000.000
5010011395	Contrato EAS Microsoft - 2012/2015	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Microsoft Ireland Operations	2012-08-10	441.863
5010011234	Serv. Vigilância Humana ago. 2012	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Grupo 8-Vigilância	2012-08-27	399.576
5010010709	Serv. Vigilância Humana Junho 2012	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Grupo 8-Vigilância	2012-07-04	399.576
5110000775	Serv. Vigilância Humana	Prestação de Serviços	Adicional	Grupo 8-Vigilância	2012-05-02	552.000
5010011507	Serviço Vigilância Humana set12	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Grupo 8-Vigilância	2012-09-26	397.797
5010011017	Serv. Vigilância Humana jul. 2012	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Grupo 8-Vigilância	2012-07-30	399.576
5010011696	Serv Vigilância Humana Out12-Dez12	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Grupo 8-Vigilância	2012-11-06	1.172.669

Anexo II – Empreitada de Valor Superior a 250 000 euros

Processo	Objeto	Fornecedor	Data de assinatura	Preço Contratual (€)
5010005451	Construção de taludes	Obrecol - Obras e Construções	2012-03-15	1.785.494
5010007091	Obras de construção total ou parcial e de engenharia civil	Obrecol - Obras e Construções	2012-02-24	360.000
5110000678	Reabilitação das empreitadas Alto de S. João/Miranda do Corvo	Vias y construcciones, SA/Gabriel Couto, SA/ Electren, SA	2012-05-07	1.513.661
5110000679	Construção de passagem de nível	ALSTOM Portugal, S.A.	2012-10-11	360.322
5110000680	Empreitada de reabilitação das infra-estruturas no troço Miranda do Corvo/Serpins do Ramal do Lousã	DST - Domingos da Silva	2012-10-18	2.034.438
5110000515	Obras de construção total ou parcial e de engenharia civil	OPWAY - Engenharia, SA	2012-02-15	933.375
5110000745	Empreitada de quadruplicação da via entre os Pk 13,750 e 18,250 da linha de sintra e remodelação das estações de Barcarena e Cacém.	Edifer-Const.Pires Coelho	2012-08-07	494.248
5110000705	Emp.Geral V. Prazeres/Covilhã	OPWAY - Engenharia, SA	2012-06-28	419.567
5110000779	Construção de via férrea urbana	Edifer-Const.Pires Coelho	2012-08-30	298.673
5110000425	Construção de obras de engenharia civil excepto pontes, túneis, poços e passagens subterrâneas	Ramalho Rosa Cobetar Soc. Cons	2012-01-13	715.059
5110000596	Empreitada de quadruplicação da via entre os Pk 13,750 e 18,250 da linha de sintra e remodelação das estações de Barcarena e Cacém.	Edifer-Const.Pires Coelho	2012-07-13	514.034

Anexo III – Aquisição de Serviços de Valor Superior a 250 000 euros

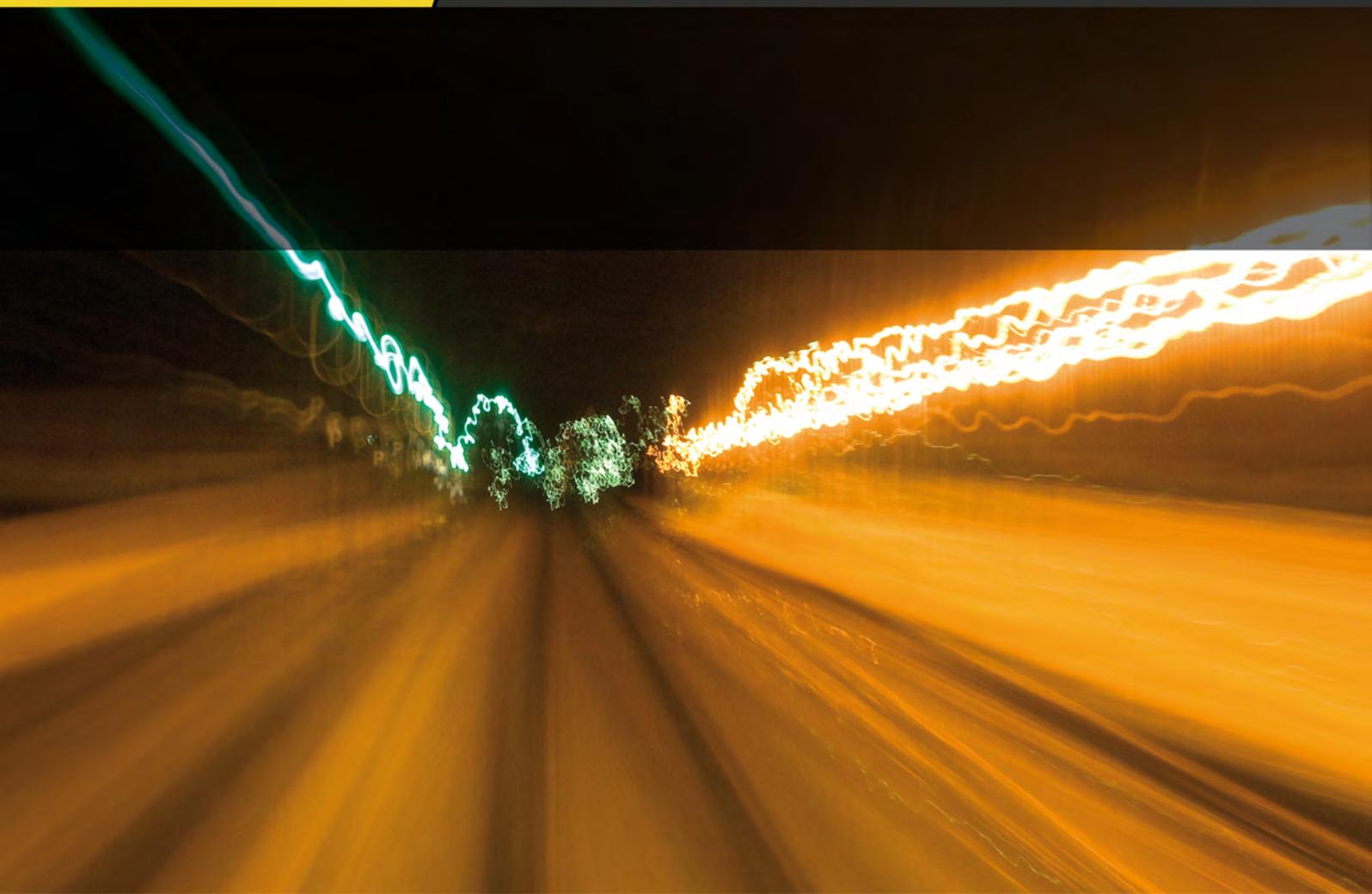
Processo	Objeto	Tipo de Processo	Fornecedor	Data de assinatura	Preço Contratual (€)
5110000763	Manutenção de infraestruturas ferroviárias na área metropolitana de Lisboa	Adicional	Ferrovias e Construções, S.A	2012-03-12	2.892.074
5010009626	Manutenção Via e Catenária RON	Ajuste Directo	Somafel - Eng.Obras Ferroviári, / Fergrupo - Const Tecnicas Ferr	2012-05-10	395.567
5010010756	Repartição de custos energia com CP	Ajuste Directo	CP-Comboios de Portugal, E.P.E	2012-03-06	377.377
5010009057	Manutenção Integral de Passagens Nível	Concurso Público	Siemens,S.A.	2012-10-26	782.375
5110000767	Manutenção das Infraestruturas Ferroviárias na Área da Zona Operacional de Conservação do Sul	Adicional	Neopul - Soc Estudos Construções	2012-04-16	363.511
5010010929	Manutenção elevadores OTIS	Ajuste Directo	Otis Elevadores, Lda	2012-11-07	327.050
5010009490	Manutenção de via - LBA e LO - 2012	Ajuste Directo	Somafel - Eng.Obras Ferroviári	2012-01-23	398.958
5110000739	Manutenção das Infraestruturas Ferroviárias na Área da Zona Operacional de Conservação do Sul	Adicional	Neopul - Soc Estudos Construções	2012-02-24	363.511
5110000786	Manutenção das Infraestruturas Ferroviárias na Área da Zona Operacional de Conservação do Sul	Adicional	Neopul - Soc Estudos Construções	2012-04-24	1.090.532
5010009078	Manut.B.tensão estações Lx e Porto	Concurso Público	Visacasa - Serv. Assist. Manut	2012-10-31	1.113.041
5010009078	Manut.B.tensão estações Lx e Porto	Concurso Público	Fergrupo - Const Tecnicas Ferr	2012-10-26	680.093
5010007489	Manutenção Sinalização V.Novas / Évora	Ajuste Directo	Dimetric SA	2012-04-20	800.000
5010009077	Manut.C.Civil estações Sub.Lx e Porto	Concurso Público	Fergrupo - Const Tecnicas Ferr	2012-11-05	657.603
5010009077	Manut.C.Civil estações Sub.Lx e Porto	Concurso Público	CADIMARTE - Construções, Lda	2012-10-31	1.920.300
5010009077	Manut.C.Civil estações Sub.Lx e Porto	Concurso Público	Soc. Const.Teodoro Valente, Ld	2012-11-05	206.294
5010010351	Manut.elevadores Thyssen	Ajuste Directo	Thyssen Elevatec (Elev Tecnolo	2012-10-08	320.799
5010010151	LBA e LO - Manutenção da via	Ajuste Directo	Somafel - Eng.Obras Ferroviári	2012-04-24	398.958
5110000758	Manutenção das Infraestruturas Ferroviárias na Área da Zona Operacional de Conservação do Sul	Adicional	Neopul - Soc Estudos Construções	2012-03-27	363.511
5010005474	Manutenção de Via e Catenária	Concurso Limitado por Prévia Qualificação	Ferrovias e Construções, S.A.	2012-02-24	54.398.008
5010005474	Manutenção de Via e Catenária	Concurso Limitado por Prévia Qualificação	Neopul - Soc Estudos Construções	2012-02-28	24.609.395
5010005474	Manutenção de Via e Catenária	Concurso Limitado por Prévia Qualificação	Somafel - Eng.Obras Ferroviári	2012-02-24	46.448.879
5110000560	Assessoria, Fiscalização e Coordenação de Segurança para a empreitada de modernização do troço Bombel e Vidigal a Évora	Adicional	GIBB Portugal Strategic Allian	2012-05-31	510.685
5110000782	Assessoria, Fiscalização e Coordenação de Segurança em obra na empreitada de quadruplicação troço entre os Pk 13,750 e 18,750 da LS e remodelação das estações Barcarena e Cacém.	Adicional	FERBRITAS - Empreend. Industri	2012-12-20	378.166
5010008982	Estudos e projetos de execução do troço Portagem S. José do sistema mobilidade do Mondego no Ramal da Lousã.	Ajuste Directo	FERBRITAS - Empreend. Industri	2012-03-01	239.794
5110000703	Assessoria, Fiscalização e Coordenação de Segurança em obra na empreitada de quadruplicação troço entre os Pk 13,750 e 18,750 da LS e remodelação das estações Barcarena e Cacém.	Adicional	FERBRITAS - Empreend. Industri	2012-01-10	1.593.369

Processo	Objeto	Tipo de Processo	Fornecedor	Data de assinatura	Preço Contratual (€)
5110000933	Assessoria, Fiscalização e Coordenação de Segurança em obra na empreitada de quadruplicação troco entre os Pk 13,750 e 18,750 da LS e remodelação das estações Barcarena e Cacém.	Adicional	FERBRITAS - Empreend. Industri	2012-12-20	564.946
5110000358	Fisc. V.Prazeres/Covilhã	Adicional	Cinclus - Plan.Gestão Proj. SA	2012-05-24	450.504
5010010451	Energia Elétrica 2012/2013	Concurso Público	Endesa Energia, S.A.	2012-11-27	3.234.081
5010011648	Prestação de Serviços de Seguro de Saúde	Concurso Público	Generali - Companhia de Seguro	2012-12-17	3.623.428
5010008559	PS de Higiene e Limpeza	Concurso Público	G7 - Global, Serv. e Engenhari	2012-01-31	4.226.239
5010008559	PS de Higiene e Limpeza	Concurso Público	Euromex Companhia de Limpezas	2012-01-31	759.887
5010008559	PS de Higiene e Limpeza	Concurso Público	ISS FACILITY SERVICES-Gest e M	2012-01-31	900.573
5010010569	Prestação de Serviços Comboio/Tração	Ajuste Directo	CP Carga - Logística e Transpo	12-10-2012	309.546
5010010567	Prestação Serviços Aluguer de Vagões	Ajuste Directo	CP Carga - Logística e Transpo	12-10-2012	244.371
5010011101	Concessões de Transporte - Ano 2012	Ajuste Directo	CP-Comboios de Portugal, E.P.E	2012-05-18	3.000.000
5010011395	Contrato EAS Microsoft - 2012/2015	Ajuste Directo	Microsoft Ireland Operations L	2012-08-10	441.863
5010011234	Serv. Vigilância Humana ago. 2012	Ajuste Directo	Grupo 8-Vigilância Prev Electr	2012-08-27	399.576
5010010709	Serv. Vigilância Humana Junho 2012	Ajuste Directo – Sem consulta obrigatória	Grupo 8-Vigilância Prev Electr	2012-07-04	399.576
5110000775	Serv. Vigilância Humana	Adicional	Grupo 8-Vigilância Prev Electr	2012-05-02	552.000
5010011507	Serviço Vigilância Humana set12	Ajuste Directo – Sem consulta obrigatória	Grupo 8-Vigilância Prev Electr	2012-09-26	397.797
5010011017	Serv. Vigilância Humana jul. 2012	Ajuste Directo – Sem consulta obrigatória	Grupo 8-Vigilância Prev Electr	2012-07-30	399.576
5010011696	Serv Vigilância Humana Out12-Dez12	Ajuste Directo – Sem consulta obrigatória	Grupo 8-Vigilância Prev Electr	2012-11-06	1.172.669

Anexo V - Contratos Celebrados sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas

Processo	Objeto	Tipo de Processo	Fornecedor	Data de assinatura	Preço Contratual (€)
5010005474	Prestação de Serviços de Manutenção nas Especialidades de Via e Catenária - Lote 5	Concurso Público	Somafel	05-06-2012	26.682.185
5010005474	Prestação de Serviços de Manutenção nas Especialidades de Via e Catenária - Lote 3	Concurso Público	Ferrovias	05-06-2012	24.649.978
5010005474	Prestação de Serviços de Manutenção nas Especialidades de Via e Catenária - Lote 2	Concurso Público	Somafel	05-06-2012	19.766.694
5010005474	Prestação de Serviços de Manutenção nas Especialidades de Via e Catenária - Lote 1	Concurso Público	Ferrovias	05-06-2012	29.748.030
5010005474	Prestação de Serviços de Manutenção nas Especialidades de Via e Catenária - Lote 4	Concurso Público	Ferrovias	05-06-2012	24.609.395

PARTE IV
RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE



IV Relatório de Sustentabilidade

Este relatório refere-se à empresa Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. (REFER). Os dados de carácter económico, social e ambiental aqui apresentados resultam da atividade da empresa durante o ano de 2012.

Todos os relatórios da REFER se encontram disponíveis em www.refer.pt.

Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E.

Estação de Santa Apolónia

1100-105 Lisboa

Site: www.refer.pt

Capital Social: 430.200.000 euros

NIF: 503 933 813

Índice

1.	Relatório	4
1.1.	Estrutura do GRI	4
1.2.	Justificação dos Indicadores	4
2.	Principais Indicadores da Sustentabilidade	5
2.1.	Perspetiva Económica	5
2.2.	Perspetiva Social	5
2.3.	Perspetiva Ambiental	6
3.	Visão de Desenvolvimento Sustentável	7
3.1.	História	8
3.2.	Visão Estratégica e Missão	11
3.3.	Estrutura Vocacionada para o Negócio da REFER	13
3.4.	Enquadramento Legal	14
3.5.	Áreas de Negócio	16
3.6.	Gestão e Exploração da Infraestrutura	17
3.7.	Investimento	19
3.8.	Utilização da Infraestrutura	21
3.9.	Atividade Não core	23
4.	Estrutura da Governação	24
4.1.	Áreas de Atividade dos Membros do Conselho de Administração	24
4.2.	Sustentabilidade	25
4.3.	Segurança	26
4.4.	Ambiente	28
5.	Desempenho Económico	33
5.1.	Principais Indicadores	33
5.3.	Resultado Líquido	35
5.4.	Stakeholders	36
5.5.	Capital Humano	41
5.7.	Desenvolvimento de Recursos Humanos	45
6.	Desempenho Ambiental	50
6.1.	Impacte Ambiental	53
7.	Quadro Compromisso com Metas a Atingir a Médio/Longo Prazo	69

1. Relatório

Consciente da sua responsabilidade para com um conjunto de partes interessadas e como empresa prestadora de serviço público, a REFER, E.P.E., apresenta no ano de 2012 e, à semelhança do que vem acontecendo há algum tempo, o seu Relatório de Sustentabilidade, sendo este parte integrante do Relatório e Contas.

O Relatório identifica as ações desenvolvidas pela REFER no vetor económico, social e ambiental, evidenciando que a Sustentabilidade é o resultado de uma abordagem multidisciplinar integrada. Pretende divulgar junto dos seus stakeholders os princípios e práticas adotadas.

Os princípios para a definição do conteúdo deste Relatório de Sustentabilidade foram essencialmente a transparência, a relevância e a abrangência, a fim de proporcionar uma leitura cómoda e objetiva.

De acordo com o Despacho nº 26 811/2004, publicado no DR II Série de 24 de dezembro de 2004, as empresas tuteladas pelo sector de transportes devem passar a integrar nos relatórios de atividades e contas anuais, informações relativas aos aspetos sociais e ambientais da sua atividade, em documento autónomo.

A estrutura apresentada foi aprovada pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Auditoria Ambiental, pelo ofício nº 51-03/03/2006.

1.1. Estrutura do GRI

A estrutura do presente relatório está conforme as Diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI) para a elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade, na abordagem “Adopção Informal”, em que os relatórios se baseiam nas linhas orientadoras do GRI, contudo, não cumprem todo o seu conteúdo. Esta opção permite que seja adotada a abordagem mais adequada à atual situação da nossa organização, possibilitando a evolução progressiva para a “Adopção Formal” das Diretrizes do GRI.

O envolvimento das organizações no GRI é voluntário e tem em vista a informação às diversas partes interessadas sobre os aspetos sociais, económicos e ambientais das suas atividades.

1.2. Justificação dos Indicadores

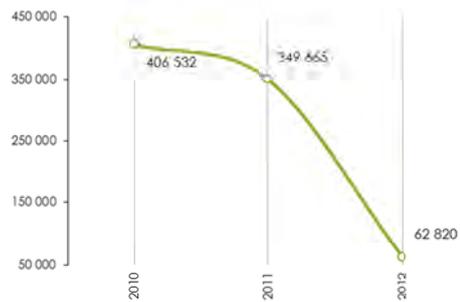
A prossecução do desenvolvimento de boas práticas das atividades associadas à REFER origina uma série de impactos sobre os sistemas económicos, ambientais e sociais nos quais a empresa opera. O conhecimento desses impactos é fundamental para avaliar o desempenho de uma empresa nas três áreas da sustentabilidade: económica, social e ambiental.

Deste modo, o leque de indicadores selecionados ilustram o relacionamento estabelecido entre a gestora da infraestrutura ferroviária portuguesa e os diversos Stakeholders (entidades que coexistem no seu ambiente empresarial).

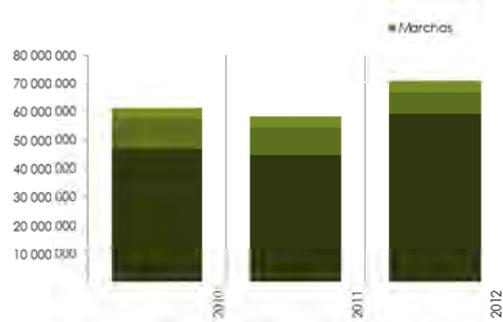
2. Principais Indicadores da Sustentabilidade

2.1. Perspetiva Económica

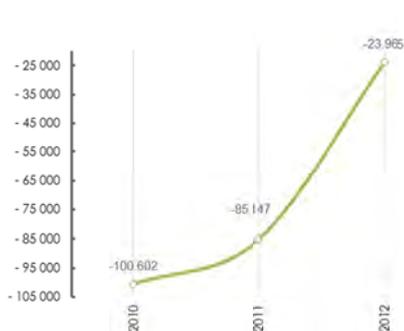
Investimento em Modernização Custos Totais
 [milhares de euros]



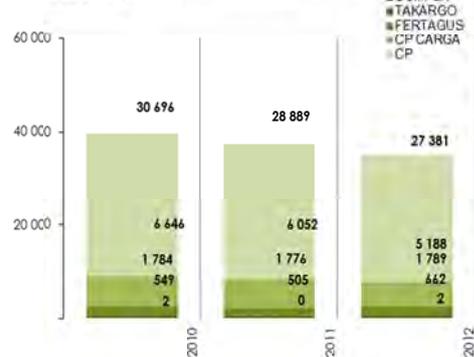
Tarifa de Utilização Segmento de mercado
 [milhares de euros]



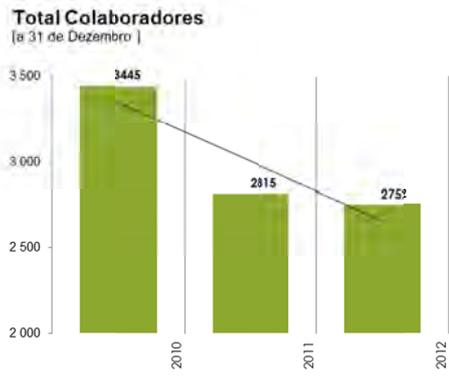
EBITDA
 [milhares de euros]



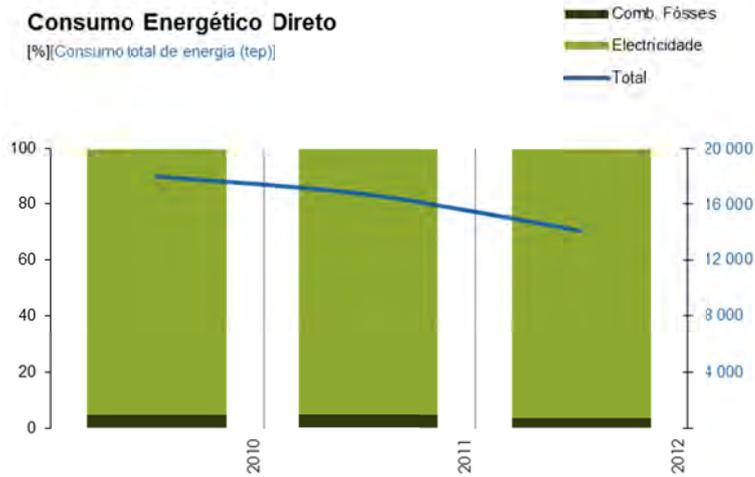
Comboios Quilómetro (CKs) Realizados
 [milhares de CKs]



2.2. Perspetiva Social



2.3. Perspetiva Ambiental



3. Visão de Desenvolvimento Sustentável

A REFER ocupa uma posição chave no setor ferroviário devendo garantir, por um lado, a disponibilização de uma rede ferroviária com capacidade e condições de exploração fiáveis, com qualidade e segurança e, por outro, assegurar o cumprimento das metas e objetivos de modernização da rede, indo ao encontro da estratégia de desenvolvimento prevista para o Setor dos Transportes.

A procura de um modelo mais sustentável de evolução da sociedade tem constituído preocupação dominante nas últimas décadas face ao conjunto de oportunidades, mas também de ameaças, que afetam o conjunto do tecido social, a estrutura das atividades económicas e o equilíbrio ambiental.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável é, normalmente, definido como “o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais”.

O Desenvolvimento Sustentável assenta em três pilares e só pode ser alcançado se estas três vertentes evoluírem de forma harmoniosa.



3.1. História

1997	Fundação da REFER, com a integração das atividades de investimento provenientes dos Ex-Gabinetes dos Nós Ferroviários de Lisboa e do Porto, da Ponte 25 de Abril e da própria CP.
1998	Passagem para o âmbito da REFER das atividades de conservação e manutenção assumidas até à data pela CP.
1999	Conclusão da passagem para a REFER de todas as atividades relacionadas com a gestão e exploração da Rede Ferroviária Nacional com a integração da atividade de controlo e gestão da circulação. A 29 de julho de 1999 foi inaugurada oficialmente a instalação do caminho-de-ferro na Ponte 25 de Abril e o Eixo Ferroviário Norte – Sul, elemento fundamental nas ligações da margem sul do Tejo a Lisboa e que passou a ser explorada por um operador privado.
2000	Início da conceção de um sistema de gestão da qualidade (SGQ), em conformidade com a norma NP EN ISO 9001:2000, a implementar na REFER. Início dos estudos referentes ao reaproveitamento do património ferroviário desativado.
2001	Assinatura do primeiro protocolo para a construção de uma Ecopista, tendo por base o traçado do antigo Ramal de Monção. “Estações com Vida”, arranque da primeira fase do projeto, abrangendo treze cidades. Este projeto tem como objetivo requalificar o modo ferroviário e sua envolvente, devolvendo-lhe o papel de importante dinamizador do desenvolvimento social, cultural e económico das comunidades que serve.
2002	Elaboração do primeiro Diretório de Rede, onde se estabelecem as condições de acesso e utilização da infraestrutura ferroviária nacional,

indo ao encontro do que se previa vir a ser o estatuído no DL-270/2003 de 28 de outubro.

2003 Obtenção da Certificação de Qualidade da ZOC Lisboa, de acordo com a Norma NP EN ISO 9001:2000, concedida pela APCER (Associação Portuguesa de Certificação). Concretização do acordo CP/REFER relativo à Taxa de Utilização das infraestruturas ferroviárias referente aos anos de 1999-2002. Criação das Direções de Ambiente e de Segurança. Publicação do Diretório de Rede 2004 elaborado de acordo com o estabelecido no DL-270/2003 28 de outubro.

2004 Realização da viagem inaugural da ligação direta Braga/Faro no dia 30 de maio de 2004. A intervenção subjacente a esta ligação teve por objetivo tornar este eixo fundamental da rede (Eixo Atlântico) mais competitivo relativamente aos modos de transporte concorrentes. Assinatura de um protocolo com a UMIC (Unidade de Missão para a Inovação e o Conhecimento), no âmbito das iniciativas relacionadas com a promoção da sociedade de informação.

2005 Obtenção da Certificação de Qualidade da Zona Operacional de Conservação do Porto, em junho de 2005, de acordo com a Norma NP EN ISO 9001:2000, concedida pela APCER (Associação Portuguesa de Certificação).
Eletrificação da Linha da Beira - Baixa (Mouriscas A - Castelo Branco).

2006 O ano de 2006 assinala a passagem de 150 anos do caminho-de-ferro em Portugal, que representou um marco na História do nosso país, a primeira viagem inaugural de comboio, que ligou Lisboa – Estação de Santa Apolónia ao Carregado.

2007 O ano de 2007, ficou marcado, a 29 de abril, pelos 10 anos de existência da REFER.
Deu-se a conclusão das obras de remodelação do edifício da Estação do Rossio. Adaptação da Estação de Santa Apolónia à nova Estação de Metropolitano.

2008 Em 2008 destaca-se a reabertura do Túnel e Estação do Rossio totalmente remodelados. Conclusão das empreitadas da Ligação Ferroviária à Siderurgia Nacional, 1ª fase da Variante de Alcácer, Terminal Multimodal de Cacia e Eletrificação e Sinalização do Troço Barreiro - Pinhal Novo. Entrada em funcionamento do Centro de Comando Operacional do Porto a 22 de abril.

2009 Em 2009 destaca-se a inauguração da Plataforma Multimodal de Cacia e do Interface de Transportes do Cais do Sodré. Reabertura do serviço ferroviário de transporte de passageiros na Linha de Vendas Novas.
Concluída a pintura da Ponte Maria Pia, no Porto.

2010 Neste ano é de salientar a inauguração do Ramal do Porto de Aveiro no início do ano, da abertura à exploração da Variante da Trofa na Linha do Minho e da Inauguração da Variante de Alcácer. Foi ainda o ano em que ficou concluída a Remodelação da Estação de Setúbal.

2011 Reabertura ao tráfego ferroviário dos troços Vendas Novas a Casa Branca, na linha do Alentejo e Casa Branca a Évora, na linha de Évora, permitindo o restabelecimento do serviço Intercidades para o Alentejo, com uma redução no tempo de trajeto total na ligação Lisboa-Oriente – Évora em cerca de 25 minutos.

Assinatura de um protocolo de parceria técnico-científica entre a REFER e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) no âmbito do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA).

Depois da revista norte americana “Travel + Leisure” ter distinguido a Estação de São Bento como uma das 14 mais belas do mundo, também a norte-americana Flavorwire inscreve duas estações ferroviárias nacionais, Rossio (Lisboa) e São Bento (Porto), entre as dez mais belas do mundo.

2012 É o ano que marca a viragem da empresa para a internacionalização: a REFER efetuou uma prestação de serviços, sobre a realização de ensaios de software de sinalização para a estação de Siilinjärvi (na Finlândia).

A REFER recebeu a visita de uma Delegação da RFF - gestor da infraestrutura ferroviária francesa com objetivos de intercâmbio e partilha (“benchmarking”), com o propósito principal de conhecer os sistemas de gestão da circulação utilizados na REFER.

No âmbito da atividade Não Core de rentabilização de ativos não afetos ao domínio público ferroviário abriu ao público, na Estação do Rossio, o novo hostel “Beach Hostel Destination”.

3.2. Visão Estratégica e Missão

A REFER tem como **Missão**:

Proporcionar ao mercado uma infraestrutura de transporte competitiva, gerindo e desenvolvendo uma rede ferroviária eficiente e segura, respeitando o meio ambiente.”

Como **Visão** a REFER pretende ser uma referência europeia na gestão da infraestrutura ferroviária.

Ciente da sua importância junto dos vários *stakeholders* que com ela interagem, a REFER definiu os seus objetivos com vista a garantir um serviço de qualidade a todos os utilizadores, diretos e indiretos, do caminho-de-ferro e seguindo os Princípios do bom Governo das empresas do Setor Empresarial do Estado.

Assim, foram estabelecidos os seguintes objetivos de referência para 2012:

- Melhoria de Eficiência e Controle de Custos;
- Promover a sustentabilidade financeira da empresa;
- Assegurar Adequados padrões de qualidade, fiabilidade e segurança.

A definição destes objetivos teve como referencial também a conjuntura macroeconómica, as orientações estabelecidas no PEC e no Memorando de Entendimento FMI/ BCE/ CE/ Estado Português.

Atividades que concorrem para a prossecução de cada um dos objetivos definidos:

- Melhorar a Eficiência e Controlo de Gastos
 - Reduzir os Gastos em Serviços Partilhados

[milhões de euros]

	Objetivo 2012
Gastos em Serviços Partilhados	20,7

- Reduzir os gastos em Subcontratos

[milhões de euros]

	Objetivo 2012
Gastos em Subcontratos	63,3

- Adequar o Efetivo às necessidades do Negócio
- Minimizar o tempo médio de imobilização de stocks

	Objetivo 2012
Tempo Médio Imobilização de Stock	<400 dias

- Promover a sustentabilidade financeira da empresa

- Gerir eficientemente os recursos financeiros

Gerir Eficientemente os Recursos Financeiros	Objetivo 2012
Prazo Médio Pagamento	<60 dias
Prazo Médio Recebimento Core	<60 dias
Prazo Médio Recebimento não Core	<60 dias

- Adequar o perfil temporal da dívida financeira à maturidade dos ativos
- Assegurar a Execução dos Investimentos Programados
- Assegurar a manutenção dos níveis de rendimentos não core

[milhões de euros]

	Objetivo 2012
Manutenção de níveis de Rendimento não Core	15,4

- Elaborar o Plano Estratégico da REFER - nesta área a REFER procedeu à definição do âmbito e objetivos dos trabalhos relativos ao Plano Diretor da Rede Ferroviária Nacional (PDRFN) distinguindo-se duas fases:
 - Definição da estratégia para a Rede Ferroviária Nacional (RFN), tendo-se identificado as principais ações a desenvolver para este propósito e efetuada a sua calendarização e,
 - Enquadramento do PDRFN no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e identificação dos procedimentos a seguir para que o PDRFN se constitua como um plano setorial e dessa forma se torne vinculativo ao nível municipal, regional e nacional.

No âmbito da primeira fase, foram realizadas reuniões com operadores ferroviários, no sentido de dar a conhecer o âmbito deste trabalho e de solicitar informação.

- Assegurar Adequados padrões de qualidade, fiabilidade e segurança.
 - Assegurar a manutenção de adequados padrões de Qualidade, Fiabilidade e Segurança
 - Assegurar adequados níveis de Pontualidade
 - Assegurar adequados níveis de disponibilidade e fiabilidade da rede
 - Assegurar adequados níveis de Segurança da rede
 - Preparar e Publicar atempadamente o Diretório de Rede

- Reduzir a Sinistralidade em Passagens de Nível
- Disponibilizar Sistemas Informáticos de suporte aos Processos
- Prosseguir com a implementação dos Planos Estratégicos de Ruído
- Contribuir para o reforço das competências técnico – ferroviárias
- Assegurar o cumprimento do Plano de Auditoria

Assegurar Elevados Padrões de Qualidade, Fiabilidade e Segurança	Objetivo 2012
Índice de Pontualidade	>=86%
Desvio Padrão Alinhamento	1,18
Desvio Padrão Nivelamento Longitudinal	1,42
Acidentes Significativos por milhão de Ck	<=0,86

3.3. Estrutura Vocacionada para o Negócio da REFER



3.4. Enquadramento Legal





3.5. Áreas de Negócio

A política ferroviária tem sido, tradicionalmente, tratada de forma dispersa pelos diferentes países, facto que conduziu a uma situação generalizada de falta de interconexão e interoperabilidade, penalizando o desenvolvimento do mercado ferroviário europeu e incentivando o crescimento do modo rodoviário, do qual resultam impactos energéticos, ambientais, de congestionamento e sinistralidade.

Esta situação conduziu à adoção de uma política europeia de mobilidade sustentável, que tem sido de inequívoco apoio ao desenvolvimento do caminho-de-ferro, tendo como objetivo a criação progressiva de um esforço ferroviário europeu integrado, com garantia de acesso a todos os operadores.

Neste contexto, cumpre referir que o processo de abertura do mercado ferroviário se iniciou com a Diretiva 91/440/CE, a qual originou o processo de separação contabilística das atividades de gestão da infraestrutura e de exploração do transporte ferroviário, de modo a tornar a tarifação da infraestrutura o mais transparente possível e a abrir o acesso aos serviços internacionais.

A consolidação do modelo ferroviário português, inspirado na reforma do setor ferroviário preconizada pela União Europeia (UE), constitui um passo determinante para o desenvolvimento e melhoria do sistema ferroviário.

À REFER, enquanto prestadora do serviço público de gestão da infraestrutura integrante da Rede Ferroviária Nacional, compete-lhe desenvolver as atividades pertinentes ao seu objeto, de acordo com princípios de modernização e eficácia, atuando essencialmente em duas áreas de negócio:

1. **Gestão de Infraestrutura** - compreende a gestão da capacidade, a conservação e manutenção da infraestrutura ferroviária e a gestão dos respetivos sistemas de comando e controlo da circulação, incluindo a sinalização, regulação e expedição, por forma a assegurar condições de segurança e qualidade indispensáveis à prestação do serviço público de transporte ferroviário.
2. **Investimento** - consiste na construção, instalação e renovação da infraestrutura, atividade desenvolvida por conta do Estado (os bens integram o domínio público ferroviário).

A REFER ocupa assim, uma posição chave na cadeia de valor do sector ferroviário, devendo garantir, por um lado, a disponibilização de uma rede ferroviária com capacidade e condições de exploração fiáveis, com qualidade e segurança, e, por outro, o cumprimento das metas e objetivos de modernização da rede, traçados pelo seu acionista – o Estado.

3.6. Gestão e Exploração da Infraestrutura

Compete à REFER, enquanto prestadora do serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária de Portugal, desenvolver ações respeitantes ao seu objeto, de acordo com os princípios da modernização, segurança e eficácia.

As linhas e ramais da rede ferroviária nacional (em exploração e não exploradas, incluindo troços concessionados) apresentam uma extensão total de 3.619,190 km.

Está em exploração 70,2% do total da rede. Ou seja, a parte da rede que reúne as condições para a circulação de comboios apresenta uma extensão de 2.541,254 km (menos 252,67 km que em 2011).

É uma rede predominantemente em via larga (bitola ibérica) sendo apenas 112,310 km em via estreita (bitola-métrica).

A extensão da rede ferroviária nacional eletrificada é de 1.630,098 km (mais 0,944 km que em 2011), a totalidade em exploração e em via larga. Destes, 1.930,921 km são em via única e 610,333 km em via múltipla.

Da extensão total da rede em exploração 64% caracteriza-se por ser linha eletrificada.

Rede Ferroviária Nacional | 2012

Bitola | Eletrificação



Em 2012 a REFER despendeu em ações de manutenção na rede ferroviária nacional, tendo despendido em contratos de manutenção cerca de 59 milhões de euros, nas seguintes tipologias:

[milhares de euros]

	2012	2011
MC - Manutenção Correctiva	853	2 245
MPC - Manutenção Preventiva Condicionada	11 257	12 921
MPS - Manutenção Preventiva Sistemática	46 865	49 983
TOTAL	58 975	65 149

As ações de manutenção visam assegurar os adequados parâmetros de funcionamento da rede desenvolvendo-se as mesmas em três níveis, a saber:

- Manutenção Preventiva Sistemática
- Manutenção Preventiva Condicionada
- Manutenção Corretiva

Manutenção Preventiva Sistemática (MPS) - caracteriza-se por ser uma atividade de inspeção e execução baseada em roteiros de ações pré-definidas, devidamente calendarizadas em plano anual e adaptadas à especificidade de cada equipamento.

Manutenção Preventiva Condicionada (MPC) - caracteriza-se por ser uma atividade de execução programada no tempo, de modo a garantir a reposição da funcionalidade e aptidão dos equipamentos, após a deteção de anomalias no decurso de ações de MPS.

Manutenção Corretiva (MC) - caracteriza-se por ser uma atividade de execução desencadeada em função de necessidade imediata de reparação de falha. Pelas suas características esta intervenção não é sujeita a planeamento.

Verificou-se em 2012 um esforço de otimização de gastos através da reprogramação e reformulação das ações.

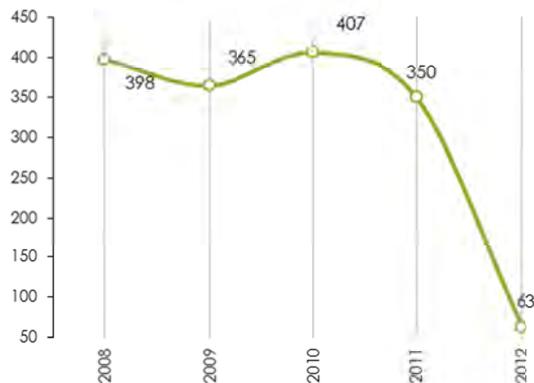
3.7. Investimento

A rede ferroviária nacional tem sido alvo de modernizações, no sentido de oferecer ao utilizador do transporte ferroviário elevados níveis de segurança. Para tal realizaram-se diversas ações, sendo as mais relevantes o investimento realizado nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto no total de 16 milhões de euros com vista a promover a utilização do transporte público em detrimento do transporte individual.

No âmbito do Plano de Supressão e Reclassificação de Passagens de Nível a que a REFER está obrigada nos termos do art.º 2º do Decreto-Lei nº 568/99, de 23 de dezembro, e que atribui a sua materialização à REFER, às Autarquias e à empresa Estradas de Portugal, foram executadas, em 2012, 46 ações, três das quais por entidades externas em parceria com a REFER. Desta 46 ações, 15 dizem respeito a Passagens de Nível Suprimidas e 31 a Passagens de Nível Reclassificadas.

O investimento realizado, nos últimos 5 anos, na rede ferroviária nacional totalizou 1,6 milhões de euros.

Investimento em Modernização
Custos Totais
[milhões de euros]



No sentido de sustentar a modernização, segurança e eficácia desenvolveram-se ações diversas, sendo de realçar:

Programa de Investimentos Sustentáveis - em 2012 foi dada sequência ao plano de investimentos sustentáveis, desenvolvido e apresentado em 2011, designadamente com o aprofundamento da estratégia para a sua implementação, que culminou com a integração das diversas ações previstas no plano nos projetos de âmbito mais global onde se inserem geograficamente.

Rede de Altas Prestações - foi dada continuidade aos trabalhos relativos às ligações Aveiro-Salamanca, Lisboa-Porto-Vigo e Évora-Faro-Huelva.

Aveiro-Salamanca - foram fechados o contrato e os respetivos estudos e foi elaborado um documento de avaliação de cenários estratégicos para este eixo, na sequência do trabalho efetuado no âmbito do projeto de alta velocidade.

Os estudos realizados permitiram materializar os vários cenários no contexto territorial em causa, proporcionando corredores alternativos devidamente viabilizados dos pontos de vista técnico e ambiental.

Ligação Ferroviária de Sines à Linha do Sul - desenvolvimento e conclusão do Programa Base e Estudo Preliminar de Impacte Ambiental (EPIA), tendo-se avaliado diversas soluções em articulação com as autarquias.

Foi iniciada uma análise e valorização de alterações ao traçado entre **Ermidas do Sado** e o pk 148 da Linha de Sines, com vista à eliminação dos constrangimentos à carga máxima rebocada.

Foi assegurada a representação da REFER em múltiplas Comissões de Acompanhamento da revisão dos Planos Diretores Municipais (PDM) bem como a respetiva análise e emissão de pareceres. Relativamente ao PDM onde a REFER não integra as referidas Comissões de Acompanhamento, foram também preparados e enviados pareceres ou análises de elementos que integram os Planos Diretores Municipais.

Foi também assegurada a representação da REFER nas Comissões de Acompanhamento da estrutura de monitorização, avaliação e gestão do Plano

Regional de Ordenamento do Território Oeste e Vale do Tejo (PROT OVT) e o respetivo acompanhamento.

No mesmo âmbito de acompanhamento dos instrumentos de gestão territorial, assegurou-se ainda a representação da REFER nas Comissões de Acompanhamento de Estudos de Mobilidade interurbana e o respetivo acompanhamento.

Estudo de Potenciação do Transporte Ferroviário de Mercadorias em Portugal - foi dado início a este estudo, o qual tem como objetivo principal a identificação de medidas capazes de impulsionar o transporte de mercadorias por ferrovia.

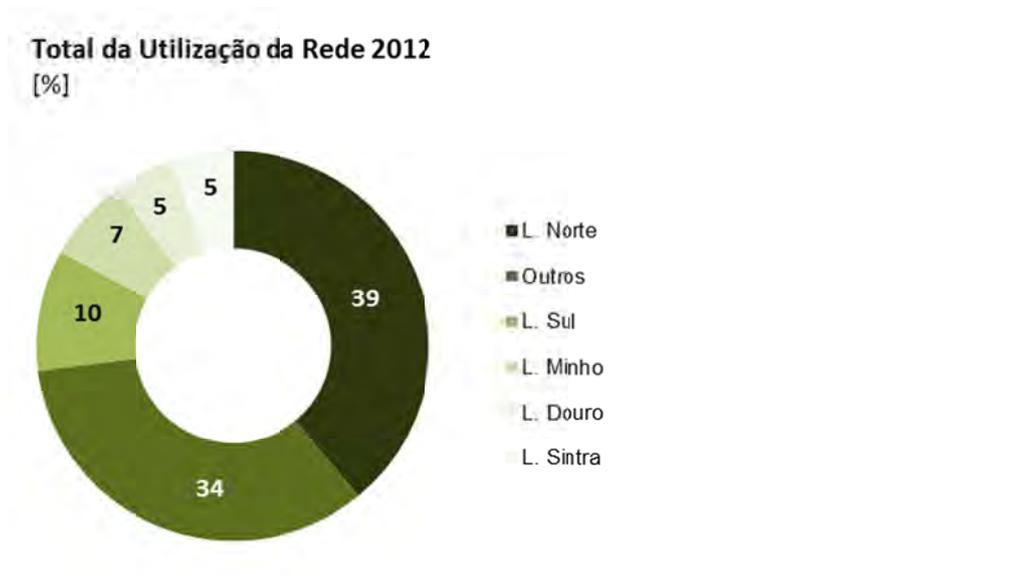
3.8. Utilização da Infraestrutura

A utilização da rede ferroviária nacional registou um decréscimo de comboios quilómetro (Ck) realizados durante o ano de 2012.

A REFER foi responsável pela gestão de 35,4 milhões de CK Operacionais, valor inferior em 6% quando comparado com 2011.

Dos Ck Operacionais realizados, 76,8% foram na rede principal, 19,3% na rede complementar e 4,5% na rede secundária.

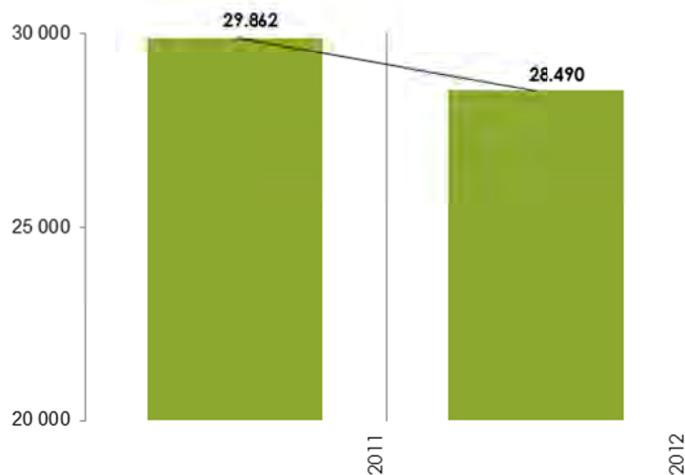
As cinco linhas com maior produção de Ck representam 67% do volume total de Ck Operacionais realizados: Linha do Norte (39%), Sul (10%), Minho (7%), Douro (5%) e Sintra (5%).



Passageiros:

Em 2012 o volume de Ck operacionais realizados, no segmento passageiros registou uma quebra de 6% face a 2011.

Ck Passageiros



O total de Ck suprimidos representa 4% do total de Ck realizados.

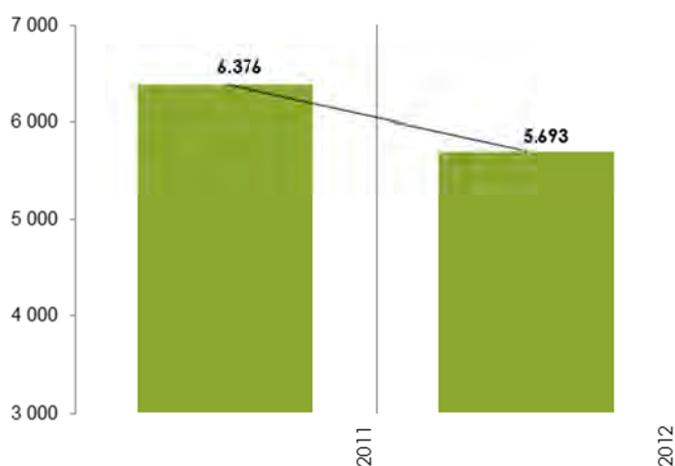
Causas de "Conflito Laboral" contribuíram com 90% para o total de Ck suprimidos.

CK Operacionais Suprimidos - Passageiros

Mercadorias:

No segmento Mercadorias a atividade registou uma quebra de 11%, o volume de Ck realizados em 2012 foi 5,693 milhões face a 6,376 em 2011.

Ck Mercadorias



Do total de Ck realizados 20% representa Ck suprimidos. Deste total, 87% foram por solicitação do operador e 12% devidos à causa "Conflito laboral".

CK Operacionais Suprimidos – Mercadorias

Em 2012 realizaram-se 601.888 representando um decréscimo face ao número de comboios realizados em 2011: 648.347.

Nº Comboios realizados por família

3.9. Atividade Não core

Para além da atividade diretamente ligada à exploração da rede ferroviária nacional, a REFER desenvolveu outras atividades com o objetivo de promover um ambiente mais sustentável. Foi assinado, com a Siderurgia Nacional, um contrato de alienação de carril e material ferroso, com o peso estimado de 45.000 toneladas.



Para além do impacto ambiental este contrato levou também a uma influência bastante positiva ao nível dos rendimentos da REFER, contribuindo deste modo, para um dos objetivos basilares que é assegurar a sustentabilidade económica e financeira da empresa, estima-se para este contrato um volume global de faturação de cerca de 12 milhões de euros.

Outro dos objetivos corporativos é a rentabilização do património ferroviário não afeto à exploração ferroviária. Nesse sentido a REFER centralizou na sua participada – REFER Património – a gestão do património imobiliário. Foi assinado um contrato de Concessão entre estas duas entidades tendo a REFER faturado, em 2012, por contrapartida da concessão cerca de 6,4 milhões de euros.

4. Estrutura da Governação

4.1. Áreas de Atividade dos Membros do Conselho de Administração

O Governo é responsável por definir os objetivos gerais a prosseguir pela REFER e o enquadramento no qual se deve desenvolver a respetiva atividade de modo a assegurar a sua harmonização com as políticas globais e sectoriais do país.

O Conselho de Administração é composto por cinco membros: Presidente, Vice – Presidente e três Vogais, são nomeados pelo Governo, os seus mandatos são de três anos, sendo renovável dentro dos limites previstos no Estatuto do Gestor Público, por iguais períodos, permanecendo aqueles no exercício das suas funções até efetiva substituição ou declaração da cessação das mesmas.

Ao Conselho de Administração compete, em geral, o exercício de todos os poderes necessários para assegurar a gestão e o desenvolvimento da Empresa e a administração do seu património, sem prejuízo dos poderes da tutela. Naturalmente, os membros do Conselho de Administração têm de assegurar os deveres e obrigações legalmente estabelecidas para os gestores públicos, nomeadamente a ausência de conflito de interesses.

O atual Conselho de Administração da REFER tomou posse em setembro de 2012,

A composição do Conselho de Administração da REFER encontra-se no relatório Governo da Sociedade, no capítulo Órgãos Sociais.

O número e resumo das reuniões do Conselho de Administração da REFER encontra-se no relatório Governo da Sociedade, no capítulo Órgãos Sociais.

A participação dos membros do Conselho de Administração da REFER em empresas do grupo REFER encontra-se no relatório Governo da Sociedade, no capítulo Órgãos Sociais.

4.2. Sustentabilidade

QUALIDADE	Garantir a implementação e manutenção de Sistemas da Qualidade e de monitorização de desempenho em conformidade com a estratégia e objectivos definidos
SEGURANÇA	Garantir a implementação dos requisitos necessários à Segurança, com o objectivo de eliminar a sinistralidade e os prejuízos materiais e pessoais, beneficiando os valores da comunidade, do Estado, da Empresa e dos seus trabalhadores.
AMBIENTE	Garantir o cumprimento dos requisitos de protecção ambiental ao nível do planeamento, concepção e execução de novos projectos, bem como, na exploração e conservação da rede, enquadrado na lógica de um Sistema de Gestão Ambiental e num processo, implícito, de melhoria contínua.
SOCIAL	Assegurar o alinhamento das actividades de Gestão dos Recursos Humanos com a estratégia global da empresa. Definir as linhas orientadoras e as ferramentas de gestão de Recursos Humanos, que permitam atingir bons níveis de satisfação/motivação e de produtividade nos colaboradores da empresa. Apoiar iniciativas desenvolvidas no âmbito da promoção do desenvolvimento da comunidade em que se insere.

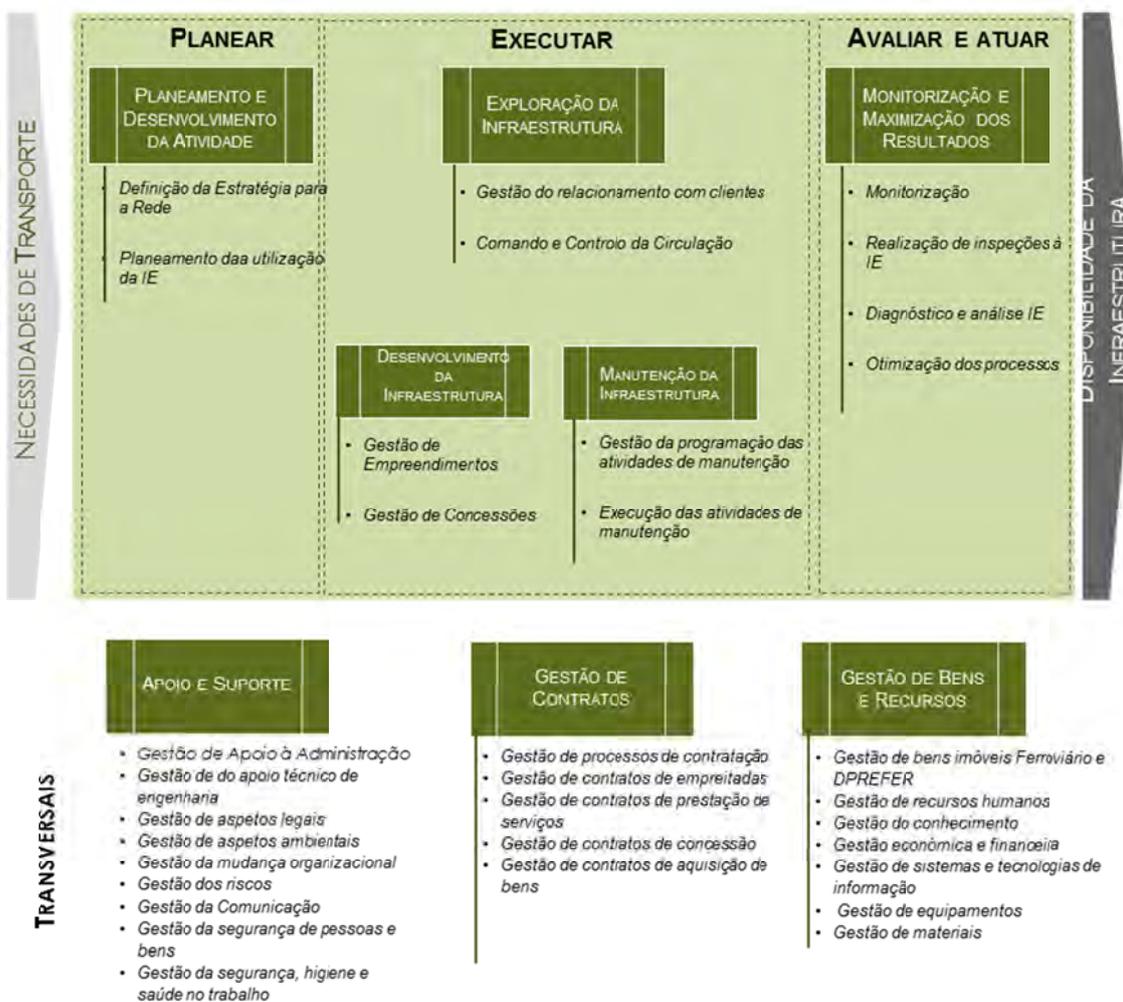
Qualidade

No domínio da gestão da qualidade merece destaque o desenvolvimento do sistema de gestão para a empresa, assim como, a preparação e consecução do programa de auditoria integrando também a valência de ambiente.

Após a aprovação da estratégia de implementação do sistema de gestão baseado nos processos da REFER, conforme deliberação do Conselho de Administração nº 05/12, deu-se início ao trabalho de caracterização de um conjunto de quatro processos identificados.

A partir de outubro de 2012, e de acordo com as orientações do novo Conselho de Administração, a Auditoria da Qualidade passou a coordenar o projeto de implementação do **Sistema de Gestão da Qualidade da REFER**, tendo por base a gestão por processos e a melhoria contínua, mantendo a abordagem transversal à empresa.

Para tal, foi constituída uma estrutura organizativa de equipas de trabalho de natureza e composição distinta que no final do ano envolviam um total de 71 pessoas de diferentes áreas funcionais na empresa. Estes grupos têm-se dedicado ao projeto de maneira complementar e que vão desde a identificação de constrangimentos e medidas, passando pelo levantamento documental e diagnóstico face aos referenciais. Este projeto visa posicionar a realidade atual da REFER face aos requisitos da norma ISO 9001.



Objetivos e Perspetivas para 2013

No domínio da qualidade pretende-se consolidar a metodologia de abordagem à implementação do Sistema de Gestão Integrado (SGI) REFER, desencadeando-se de seguida a fase de documentação e implementação do sistema.

No que diz respeito ao ambiente, serão desenvolvidos esforços no sentido de acompanhar o projeto do SGI REFER, dado o seu carácter estratégico para esta área. Complementarmente, continuar-se-á a assegurar o apoio operacional que a empresa requer e a desenvolver os projetos na área do Ruído e Biodiversidade.

4.3. Segurança

A segurança na REFER é entendida como uma responsabilidade de todos e de cada um, requerendo a cooperação institucional e a participação empenhada e responsável de todos os colaboradores.

A política de Segurança cobre essencialmente as vertentes:

- a. **Segurança de Pessoas e Bens**

- b. **Gestão da Emergência e Continuidade do Negócio,**
- c. **Segurança Ferroviária**
- d. **Segurança e Saúde do trabalho**

Segurança de Pessoas e Bens

No âmbito da Segurança de Pessoas e Bens, as ações desenvolvidas em 2012 deram continuidade à consolidação dos processos e mecanismos de análise, vigilância e de resposta a situações de risco e de emergência. Mais especificamente, a atividade centrou-se essencialmente nas seguintes vertentes:

- **Análise de risco e identificação de vulnerabilidades** – foram efetuados cerca de uma centena de estudos de avaliação de riscos e vulnerabilidades, numa extensa cobertura geográfica da infraestrutura ferroviária, com maior enfoque nas estações e apeadeiros.
- **Promoção da segurança das pessoas e bens** – Vigilância humana – nesta área destaca-se o arranque do funcionamento de Central de Segurança, estrutura que vem garantir uma mais efetiva coordenação e supervisão da vigilância humana no terreno, da operação de videovigilância, da supervisão do sistema de controlo de acessos e alarmística, e da coordenação das respostas a situações de emergência.

Gestão da Emergência e Continuidade do Negócio

À semelhança de anos anteriores, foram desenvolvidas diversas atividades em parceria com Comandos Distritais de Operações de Socorro (CDOS), desde ações de formação/sensibilização a simulacros executados em parceria com operadores ferroviários, com vista ao estabelecimento de procedimentos conjuntos de atuação em situações de emergência. Internamente foram realizados diversos exercícios de evacuação em edifícios REFER conforme previsto em plano de atividades. No âmbito da aplicação das medidas de autoproteção ao setor ferroviário (DL 220/2008) foi desenvolvida uma matriz de plano de segurança que apresenta uma metodologia assente no carácter atípico das instalações que integram o domínio público ferroviário. Esta matriz foi enviada à Autoridade Nacional de Proteção Civil para validação. Continuou a ser desenvolvido o Plano de Emergência Geral, que visa reformular a regulamentação de emergência vigente sob diversas Instruções de Exploração Ferroviária (IET), em documento único harmonizado à universalidade da rede ferroviária nacional, tornando-o mais ágil e de mais fácil consulta aos potenciais intervenientes em situação de emergência.

Segurança Ferroviária

No que diz respeito à vertente da Segurança Ferroviária, é de destacar em 2012 o desenvolvimento e implementação da articulação com a Autoridade de Segurança da Exploração (ASE), realçando-se a atividade levada a cabo no âmbito da coordenação e emissão de Autorizações Especiais de Circulação (AEC), bem como a elaboração de pareceres em matérias de segurança e regulamentação ferroviária, e a articulação com o IMT em matérias de homologação de documentação de âmbito regulamentar. No que respeita ao Sistema de Gestão de Segurança (SGS), desenvolveu-se um vasto conjunto de iniciativas com vista ao cumprimento de

requisitos para **Renovação da Autorização de Segurança**, nos termos exigidos pelo Decreto-Lei nº 270/2003, de 28 de outubro, republicado pelo Decreto-Lei nº 231/2007, de 14 de junho.

Segurança e Saúde Do Trabalho

No que diz respeito à vertente da Segurança e Saúde do Trabalho, a empresa reforçou os seus esforços de promoção do cumprimento dos requisitos legais e dos princípios de responsabilidade social e segurança que a norteiam, destacando-se a realização de atividades nos seguintes domínios:

- **Segurança no trabalho** – foram realizadas inspeções e auditorias em segurança e saúde do trabalho com o objetivo de aferir as condições de segurança dos trabalhos.

Deu-se seguimento à elaboração de **Manuais de Procedimentos de Segurança** das Especialidades (Catenária, Sinalização, Via, Pontes e Túneis). Cumpriu-se na generalidade o plano de ações de formação no âmbito da segurança do trabalho e foi preparada internamente a comemoração do Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho.

- **Condições de segurança e saúde nos locais de trabalho** - cumpriram-se as campanhas preventivas e extraordinárias de desinfestação conforme o plano de atividades estabelecido. No âmbito da melhoria das condições de trabalho das instalações utilizadas pelos trabalhadores foi concluído o Estudo Ergonómico e Psicossocial no CCO Lisboa, realizado em parceria com técnicos da Faculdade de Motricidade Humana.

4.4. Ambiente

O ano de 2012 dá sequência ao ajustamento da atividade iniciado em 2010, devido ao contexto de gestão da empresa, com reflexo sobre a dinâmica de implementação das principais linhas de estratégia do domínio ambiental. Nesse sentido, cumpriram-se as metas propostas para o ano de 2012.

Metas 2012: **Internalizar**, na medida do possível, tarefas que até aqui eram asseguradas por meios externos. Apostar na **implementação** de uma metodologia de acompanhamento operacional e sistemática à área da manutenção. **Sensibilizar** a tutela para as conclusões do Plano de Redução de Ruído das Grandes Infraestruturas de Transporte Ferroviário com mais de 60 000 comboios por ano, de modo a consolidar os pressupostos técnicos a adotar pela empresa na prossecução dos planos de ação. Dar sequência ao compromisso B&B atenta à reprogramação efetuada e traduzida para o Plano de Atividades.

Metas 2013: Desenvolver uma abordagem sistémica à área do Ambiente, no quadro do projeto de implementação de um sistema de gestão integrado na REFER. Fomentar a reflexão ao nível da estratégia do Ruído, tendo por base o Plano de Redução de Ruído visando incitar a uma alteração de estratégia a este nível, com o objetivo de levar a um compromisso transversal ao setor ferroviário e com metas realistas sustentáveis do ponto de vista económico. Importa ainda consolidar a implementação do projeto do *Continuum* Ecológico.

4.5. Social

A responsabilidade social de uma empresa diz respeito às responsabilidades da organização para com a sociedade e o ambiente e encontra-se estreitamente ligada ao desenvolvimento sustentável.

Em concreto o conceito define as responsabilidades de uma organização pelos impactos das suas decisões e atividades na sociedade e no ambiente, através de uma conduta ética e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, incluindo saúde e bem-estar da sociedade, tenha em conta as partes interessadas, esteja em conformidade com a lei aplicável e seja consistente com as normas internacionais de conduta.

A REFER, como é referido neste Relatório, assume uma posição ética que se espelha no seu Código de Ética e de Conduta em vigor na empresa desde 2006. O Código é o instrumento no qual se inscrevem os valores que pautam a atuação da REFER, bem como os princípios éticos e as normas de conduta a que a Empresa globalmente e os seus colaboradores, em concreto, se encontram sujeitos e assumem como intrinsecamente seus.

A responsabilidade social é um conceito integrado e deverá fazer parte da estratégia organizacional nos seus aspetos fundamentais. A nível da REFER este é um processo que tem vindo a ser assumido paulatinamente, contando a empresa com uma política de responsabilidade social definida e implementada desde 2008.

No âmbito desta política, disponível no sítio da internet, a REFER assume publicamente os seus compromissos com a tutela, os colaboradores, a comunidade, os clientes, fornecedores e parceiros, bem como com a natureza e o ambiente.

A política de responsabilidade social da REFER encontra-se assente em duas vertentes, a interna e a externa. Começando pelo **vetor interno**, são de assinalar as seguintes linhas de intervenção:

- **Promoção da saúde dos colaboradores, de que se destacam as seguintes ações:**

Vigilância médica e saúde - procedeu-se à gestão das atividades de vigilância da saúde, tendo sido realizados cerca de 2600 exames de medicina do trabalho. Prosseguiu-se com o programa de controlo da alcoolemia com a realização de mais de 4200 testes de alcoolemia e o desenvolvimento de ações de reabilitação e recuperação de trabalhadores com restrições médicas. Deu-se continuidade ao serviço externo de apoio psicossocial aos trabalhadores – Programa de Apoio aos Trabalhadores – iniciado no ano transato. Foram realizadas várias campanhas de promoção e prevenção da saúde, nomeadamente, o “Dia Mundial do Coração”, do “Diabetes” e a Campanha de Vacinação contra a gripe sazonal.

Foram implementadas ações de sensibilização de práticas de vida saudável e rastreio de patologias ginecológicas e da próstata.

Importa referir que a REFER é uma empresa com uma assinalável dispersão geográfica dos seus trabalhadores e um tipo de atividade operacional com



relevante desgaste físico. Neste sentido, um benefício como o seguro de saúde surge com um papel reforçado, na medida em que possibilita um acesso facilitado a cuidados de saúde em qualquer ponto do país:

Seguro de Saúde - Aplicável a qualquer trabalhador da empresa, com cobertura de 90% das despesas de saúde de qualquer especialidade médica realizadas na rede convencionada "Advance Care". Sublinha-se que também os familiares poderão beneficiar deste seguro, ficando neste caso o prémio do agregado familiar a cargo do trabalhador;

Seguro de Acidentes Pessoais - Cobre qualquer tipo de riscos profissionais e extra profissionais de invalidez permanente ou morte, com indemnização de 15.000 euros para estes casos.

- **Promoção da conciliação entre a vida familiar e profissional dos seus colaboradores. Aqui destacamos as práticas enraizadas na REFER, como:**

Subsídio de Pré-Escolaridade - Atribuído mensalmente a filhos e equiparados dos trabalhadores, dos 4 meses aos 6 anos, e que frequentam creches, jardim-de-infância ou amas reconhecidas pela segurança social. O valor/criança destes subsídios varia entre os 50€ e 89€ (não tem atualização desde 2008). Em 2012 o valor global anual foi de 219 mil euros distribuídos por 358 beneficiários;

Bolsas de Estudo - Atribuídas aos filhos e equiparados dos trabalhadores que consigam a obtenção de médias iguais ou superiores a 14 valores entre o 9º ano de escolaridade e o final do ensino superior. Em 2012 o valor deste benefício social foi de 130 mil euros, abrangendo 205 beneficiários;

Campos de Férias REFER – Há já alguns anos que a REFER proporciona (em copagamento) aos filhos dos seus trabalhadores (dos 6 aos 16 anos) a possibilidade de usufruírem de colónias de férias na Páscoa e verão, o que constitui já um marco importante para os respetivos períodos de férias escolares. O ano de 2012 não foi exceção, tendo os locais escolhidos respeitado as regras de contratação pública em vigor. Esta medida privilegia os trabalhadores com menores recursos, na medida em que o encargo assumido pela empresa é maior para estes;

Atividades desportivas – a REFER possui equipamentos próprios destinados a atividades desportivas, apoiando o Clube Ferroviário e outros clubes e associações desportivas ligadas ao caminho-de-ferro.

Lar Ferroviário – a REFER apoia ativamente a Associação de Lares Ferroviários, destinado especificamente aos trabalhadores e trabalhadoras do setor, bem como aos seus familiares.

Descontos e Parcerias – protocolos estabelecidos com diversas entidades, sem custos para a empresa, e que permitem o acesso a produtos e serviços com descontos e/ou facilidades. As áreas abrangidas são combustíveis, telecomunicações, hotelaria, produtos bancários, ginásios e cultura (teatros, livros, turismo e viagens etc).

- **Promoção da igualdade de oportunidades** – como referido neste Relatório a REFER possui desde 2009 um Plano para a Igualdade. O âmbito deste Plano foca-se essencialmente na igualdade de género, mas a REFER possui práticas de igualdade e não discriminação que se centram, também, na

Subsidio Pré-Escolaridade
219 mil euros
Bolsa de Estudo
130 mil euros

igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência, bem como na igualdade de oportunidades para os utilizadores da infraestrutura, através da contínua melhoria das acessibilidades.

Na vertente externa da política de responsabilidade social da REFER destacam-se as seguintes linhas de ação:

▪ **Apoio a iniciativas e projetos de carácter humanitário, social e cultural ligados a um contexto ferroviário:**

- Para além dos referidos grupos desportivos ferroviários e da Associação dos Lares Ferroviários, a REFER apoia a SANGFER – Grupo Ferroviário de Dadores de Sangue e associou-se à campanha do Instituto Português do Sangue de sensibilização e realização de sessões de colheita de sangue. Várias foram as estações ferroviárias onde a mesma decorreu em 2012, designadamente nas Estações do Cacém, Rio de Mouro, Algés, Oeiras, Monte Abraão, Queluz-Belas, Vila Franca de Xira e Santa Apolónia.

- É de destacar também o apoio que a REFER concede ao Banco Alimentar contra a Fome, cedendo as suas instalações a esta entidade em várias zonas do país, como por exemplo em Lisboa.



- Houve também em 2012 uma atenção especial dirigida às entidades de solidariedade social que apoiam os sem-abrigo. A problemática dos sem-abrigo toca de perto a REFER na medida em que é frequente as estações ferroviárias servirem de refúgio a essa população. É de destacar, no seguimento desta temática, a campanha de Natal REFER Solidária lançada no dia 7 de dezembro e que durou até o dia 15 de janeiro de 2013, tendo como base a colaboração com a CAIS, entidade que procura ir ao encontro das situações dos sem-abrigo e de pessoas e famílias que se encontram numa situação, pontual ou continuada, de grave carência social. Foram angariados dinheiro e roupas doados pelos colaboradores.
- Outras entidades apoiadas pela REFER passam por aquelas cuja missão se centram na promoção e defesa dos interesses das pessoas com deficiência. Estes apoios revelam a vontade da REFER em proporcionar a continuação de um clima favorável ao diálogo e ao entendimento mútuo, no respeito que a REFER tem por esta camada da população merecedora de uma atenção particular, por via do tema das acessibilidades, enquanto utentes do caminho-de-ferro. Neste sentido a Cerciستا foi uma das entidades apoiadas no âmbito da campanha de Natal da REFER diretamente através da campanha 1 Clique = 1 Euro se conseguiu angariar dinheiro para a Cerciستا – Cooperativa para Educação e Reabilitação das Crianças Inadaptadas de Estarreja. De referir que fruto deste apoio a Cerciستا vai colocar um painel de azulejos feitos pelos seus utentes na Estação de Estarreja.
 - No âmbito da mesma temática a REFER assinalou o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência a 3 de dezembro de 2012. A Estação de Cascais acolheu um evento simbólico, organizado pela

Comissão para a Pessoa com Deficiência do Concelho de Cascais, em colaboração com a Câmara Municipal de Cascais, que envolveu uma atuação de dois grupos musicais, constituídos por pessoas com compromisso intelectual ligeiro e compromisso motor de duas instituições do Concelho.

- Ações de voluntariado empresarial - foram algumas dezenas de trabalhadores e trabalhadoras da REFER que ao longo de 2012 cederam o seu tempo em ações de voluntariado como seja os fins de semana dedicados às campanhas de angariação de alimentos do Banco Alimentar Contra a Fome ou na campanha de Natal em que no Porto e em Lisboa alguns colaboradores e colaboradoras ajudaram nas festas de Natal da CAIS e, ainda na festa de Natal do Lar Ferroviário do Entroncamento.
- **Criação de oportunidades para que a rede de estações ferroviárias possa contribuir para a dinamização de iniciativas educativas e culturais** - ao longo de 2012 foram inúmeras as iniciativas que tiveram lugar em estações ferroviárias promovendo a ligação das comunidades ao caminho-de-ferro. Desde uma visita guiada à Estação de São Bento, no Porto promovida pelo Centro Nacional de Cultura, até concertos de vários estilos musicais ou exposições, preencheram de norte a sul do país o espaço das mais belas estações ferroviárias.

4.6. Ética – Um Compromisso da REFER

O desenvolvimento deste tema é efetuado no Relatório de Governo da Sociedade, capítulo Código de Ética e Conduta.

5. Desempenho Económico

A REFER, que tem como objeto principal a prestação do serviço público de gestão da infraestrutura ferroviária nacional, procura desempenhar um papel determinante no sentido de inverter a tendência de utilização do transporte individual, através da melhoria do serviço prestado aos utilizadores da ferrovia, oferecendo-lhes segurança, conforto, rapidez e pontualidade, atributos que são perceptíveis e valorizados pelo consumidor.

No âmbito da sua atividade a REFER tem dinamizado, por conta do Estado, projetos de investimento, tendo em vista a modernização e desenvolvimento da Rede Ferroviária Nacional. Modernização, porque só assim é possível proporcionar aos operadores condições que lhes permitirão oferecer um serviço de qualidade aos utilizadores finais. Desenvolvimento, porque a Rede Ferroviária Nacional contribui para a coesão e o desenvolvimento económico e social de todas as regiões do país. Em resumo, atendendo às crescentes necessidades de mobilidade da população e em perfeita sintonia com o mercado europeu, a REFER tem a sua estratégia orientada para a revitalização e promoção da utilização do comboio como meio de transporte preferencial em condições de fiabilidade e segurança, e em sintonia com as políticas ambientais.

5.1. Principais Indicadores

A informação económica da Empresa encontra-se detalhada no seu Relatório e Contas.

Destacam-se, no entanto, os seguintes valores:

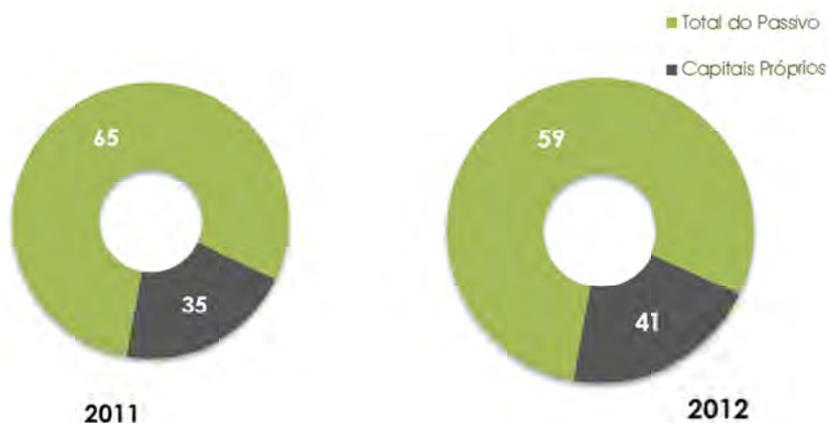
Rendimentos - Prestações de Serviços atingiu, em 2012, o montante de 100,4 milhões de euros (representa um decréscimo de 23% face a 2011).

Subsídios à exploração – representam a atribuição, pelo Estado, de indemnização Compensatória pela prestação de serviço público; registou um incremento de 10% face ao período homólogo de 2011.

[milhões de euros]

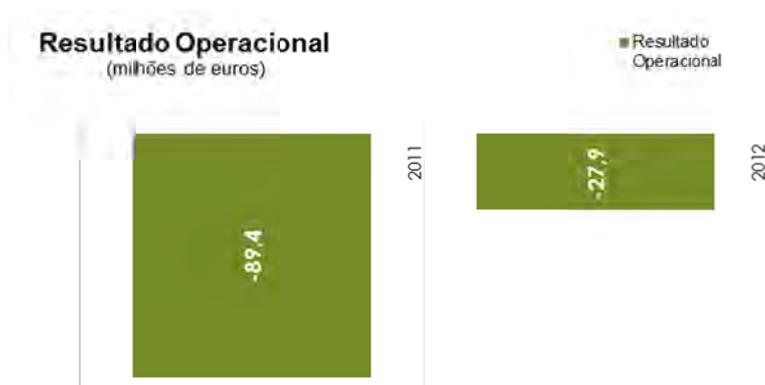
Rendimentos	2011	2012	Var 2012/2011
Prestações de Serviços	130,7	100,4	-23%
Subsídios à Exploração	36,0	39,6	10%

O Total do Passivo registou no ano de 2012 um aumento de 4% face a 2011.



5.2. Resultado Operacional

A REFER apresentou, para 2012, como um dos seus objetivos a sustentabilidade económica e financeira, nomeadamente através de melhoria de eficiência e contenção de gastos. Em 2012 a REFER registou um desagravamento de cerca de 61,5 milhões de euros, menos 69%, no seu resultado operacional, face a 2011.



Uma das rúbricas que maior impacto teve na melhoria registada nos resultados operacionais foi:

Fornecimentos e Serviços Externos, com uma descida de 10 milhões de euros (2011: 98 milhões de euros; 2012: 88 milhões de euros), devido a fatores diversos nomeadamente renegociação de contratos vigentes de manutenção de via e catenária e sinalização; internalização de algumas ações de manutenção.

Gastos com Pessoal, registou uma redução de 47 milhões de euros (2011: 125 milhões de euros; 2012: 78 milhões de euros), devido à redução da massa salarial

[milhões de euros]

Gastos	2011	2012	Var 2012/2011
Fornecimentos e Serviços Externos	98,2	88,0	-10%
Gastos com Pessoal	-124,7	77,8	-162%

5.3. Resultado Líquido



O Resultado Líquido apresentou no ano de 2012 o montante negativo de 92,1 milhões de euros, tendo registado um desagravamento de 43% face ao ano de 2011.

O peso dos rendimentos operacionais no total dos gastos operacionais, passou de 67% em 2011 para 85% em 2012. Em 2012 o total dos **rendimentos** operacionais foi de 153 milhões de euros e o total dos **gastos** operacionais foi de 181 milhões de euros.

5.4. Stakeholders

O envolvimento com a comunidade



Acionista

O Estado enquanto acionista único da REFER tem um papel primordial no desenvolvimento sustentável da Empresa, tendo o compromisso de assegurar apoio financeiro à REFER através da atribuição de dotações financeiras anuais, quer para cobertura do investimento, quer para cobertura dos custos associados ao serviço público de gestão da infraestrutura.

Nos últimos dois anos, as prestações financeiras do Estado foram:

Esforço Financeiro do Estado

[milhares de euros]

	2011	2012
Capítulo 50 do Orçamento de Estado	7 000	10 170
Indeminizações Compensatórias	44 300	48 708
Financiamento	2 062 772	800 326
TOTAL	2 114 072	859 204

Em 2011 o esforço financeiro do Estado foi particularmente significativo dado que teve de suprir as necessidades financeiras da REFER do modo a dar cumprimento às suas obrigações nomeadamente as referentes ao serviço da dívida. Ainda no primeiro trimestre foram desenvolvidos esforços conjuntos entre a REFER e a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) para a obtenção de financiamento bancário adicional. O grau elevado de aversão ao risco Portugal em conjunto com a indefinição que ainda existia sobre o resultado da Cimeira Europeia do final de março inviabilizou qualquer operação financeira.

Assim, teria de ser o acionista a dotar a empresa dos meios necessários para satisfazer, não só o reembolso do empréstimo Schuldschein ABN, mas também as

futuras necessidades de tesouraria. Em 2012 as necessidades financeiras são supridas pelo Estado.

Com a integração da empresa no perímetro de consolidação do setor público administrativo, em 2011, a REFER está assim sujeita à aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso tendo a obrigação de comprometer toda e qualquer despesa previamente à sua realização e tendo como limites as dotações afetas às diversas rubricas orçamentais inscritas pela REFER no Orçamento de Estado.

Colaboradores

No final do ano em análise, o número de trabalhadores a cargo da empresa é de 2752, tendo-se registado a saída de 63 pessoas durante o ano.

Os principais motivos das saídas são:



- *Turnover 2012*

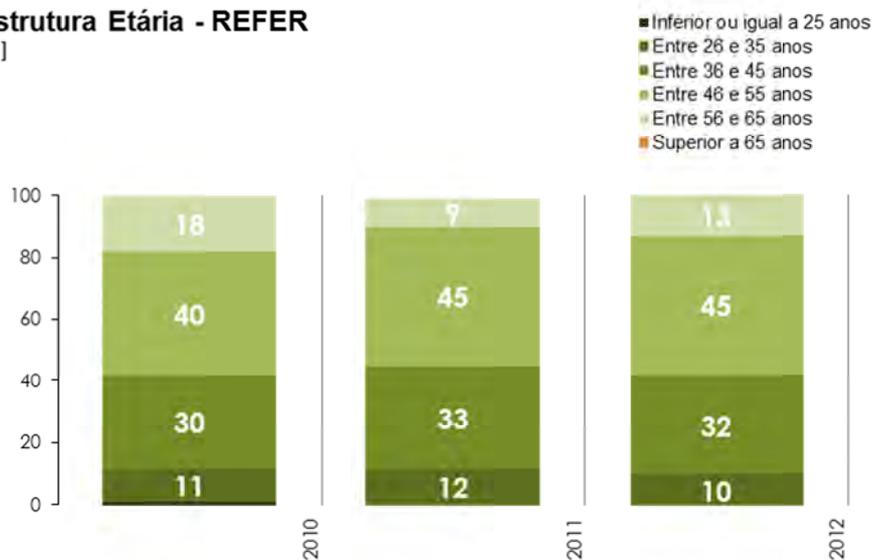
A diminuição do número de saídas teve um impacto muito significativo no turnover da REFER, fazendo com que este indicador voltasse a apresentar valores próximos dos registados no passado. Em 2012 as cessações de contrato representaram 2,4% do efetivo médio, e a taxa de rotatividade fixou-se em 1,2%.

Turnover	2008	2009	2010	2011	2012
Saídas / Efectivo Médio	1,8%	3,5%	2,2%	19,9%	2,4%
$((\text{Saídas} + \text{Entradas})/2) / \text{Efectivo Médio}$	1,5%	2,6%	1,3%	10,4%	1,2%

- *Estrutura Etária e de Antiguidade*

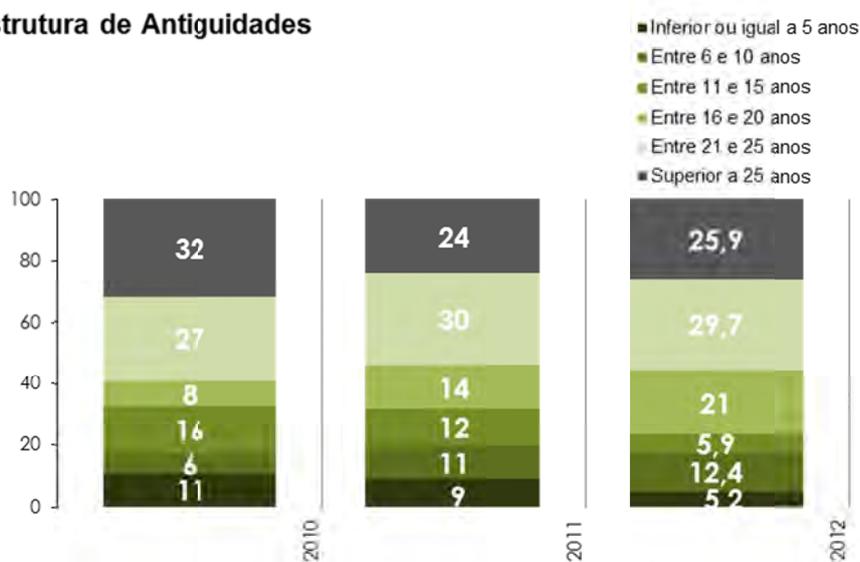
Analisando a estrutura etária do pessoal da REFER, constata-se que existe uma predominância de colaboradores com idades compreendidas entre os 46 e 55 anos. Em comparação com o ano anterior a média de idades aumentou de 45,4 para 46,3 anos.

Estrutura Etária - REFER [%]



Como resultado da forte diminuição do número de saídas, a antiguidade média também aumentou de 19,7 para 20,7 anos. Destaca-se o facto de mais de 55% do número de trabalhadores ter mais de 21 anos de antiguidade e, de nos últimos dois anos o intervalo de colaboradores que tem entre 16 e 20 anos de casa ter passado de 7,7% para 20,9% do efetivo total.

Estrutura de Antiguidades [%]



Fornecedores

A REFER tem instituído procedimentos internos, na aquisição de bens e serviços, os quais se balizam nos normativos existentes, nomeadamente Código dos Contratação Pública. Assim rege-se por critérios de rigor e exigência no cumprimento das obrigações que assume junto dos seus fornecedores.

Como meio facilitador da comunicação entre os seus fornecedores, a REFER dispõe de uma aplicação no seu site que permite a consulta da posição financeira junto da REFER.

Clientes

Pelo Decreto-Lei n.º 104/97, de 29 de abril, foi delegada na REFER a prestação do serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional e conferido o direito de cobrar tarifas devidas pela utilização da infraestrutura ferroviária.

No grupo dos clientes diretos da REFER, estão as empresas:

- CP – Comboios de Portugal,
- CP Carga
- FERTAGUS
- TAKARGO e
- COMSA

O conjunto das empresas acima referidas representa cerca de 80% do volume de negócios da REFER. Nesse sentido a REFER desenvolve um estreito relacionamento com estas entidades no sentido de definir e otimizar a utilização da rede no sentido de proporcionar ao utilizador da ferrovia o melhor serviço.

As relações com os operadores ferroviários são uma atividade desenvolvida em articulação com a empresa e com o exterior, representando uma componente expressiva do tempo despendido. Problemas, propostas e negociações são elementos que constituem essa relação pelo que os temas são tão diversos e de diferentes graus de importância que vão desde, por exemplo a receção e gestão interna de pedidos de reparação ao longo de espaços sob gestão CP em todo o país, até ao acompanhamento diário de problemas e questões relacionadas com o Sistema Informação ao Passageiro. Nenhum deles termina no momento do contacto, havendo sempre necessidade de desenvolvimento interno.

Apesar de não ter impacto direto no seu volume de negócios, o utilizador final da infraestrutura ferroviária representa uma preocupação constante na REFER. Nesse sentido a empresa disponibiliza no seu site uma área que se designa “Serviço ao Cidadão”, esta área tem como objetivo facilitar a interação, desenvolver relações de proximidade e agilizar formas de contacto entre a empresa e os seus clientes diretos ou indiretos.

Através deste canal poderão ser remetidos pedidos diferenciados designadamente sobre matérias relacionadas com o domínio público ferroviário ou atividade da REFER. Pelo mesmo meio poderão também ser enviados comentários, sugestões, reclamações e pedidos de informação.

Com esta aposta na criação de mecanismos de diálogo, a REFER procura o envolvimento mas também a valorização da opinião e a troca de informação com o objetivo de melhorar a sua atividade e serviço.



Foi também elaborado um Estudo de Satisfação do cliente REFER/CP. Este estudo dá continuidade ao realizado em 2009 e visa, entre outros, objetivos:

- Conhecer a opinião dos clientes;
- Identificar os aspetos a melhorar;
- As ações a manter;

- As ações a evitar ou corrigir;
- Satisfação após algumas intervenções.

O trabalho, enquadrado num Protocolo estabelecido entre a REFER e a CP, para elaboração de estudo conjunto, foi levado a cabo pela OPT - Otimização e Planeamento de Transportes, S.A.

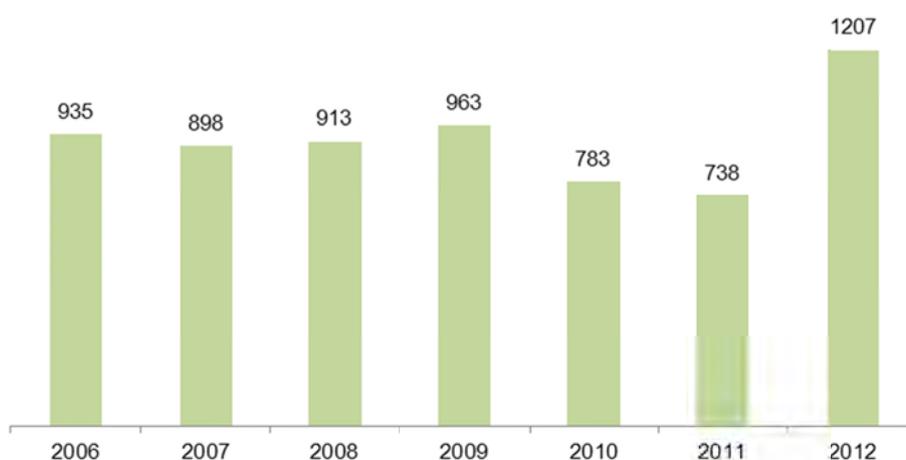
O trabalho de campo decorreu entre 19 de março e 22 de abril de 2012 e envolveu a realização de 8184 inquéritos.

O Grupo REFER dispõe de um processo de tratamento de reclamações; ao longo de 2012 e tendo presente os dois indicadores definidos para sua monitorização e respetivas metas, refere-se o seguinte:

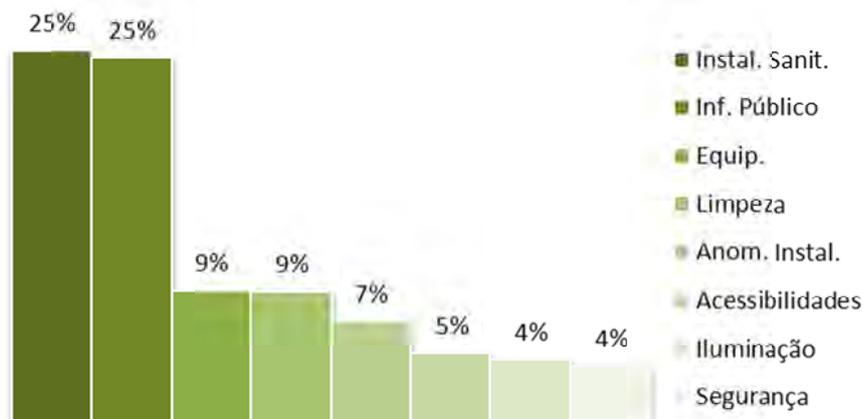
- O n.º de reclamações recebidas (1207) situa-se 27% acima da meta definida (950), facto que se deve ao processo de receção das 81 estações que se encontravam concessionadas à CP entre abril e junho de 2012 e à assunção pela REFER da operação do Sistema de Informação ao Público em toda a rede a partir de abril de 2012.
- O Tempo médio de resposta e tratamento de reclamações situou-se 20% abaixo da meta, tendo atingido os 16 dias para uma meta de 20.
- Numa análise por estações com maior incidência de reclamações destaca-se a Estação do Rossio com 8%, seguindo-se a Estação de Porto São Bento com 6% e a Estação de Lisboa Santa Apolónia com 5%.

Se a análise versar sobre os assuntos abordados, as Instalações Sanitárias destacam-se com 25% seguindo-se a Informação ao Público também com 25% e os Equipamentos com 9%.

Evolução do nº de reclamações



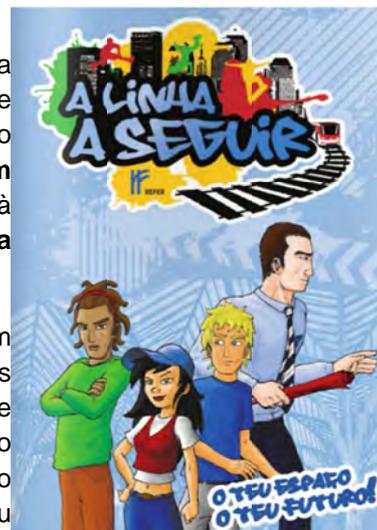
Reclamações por assunto com maior incidência



Foram ainda desenvolvidas diversas atividades, as quais visam sensibilizar o utilizador do caminho-de-ferro em áreas diversificadas como:

Duas campanhas de sensibilização, uma primeira em conjunto com as forças de segurança dirigida aos utentes do serviço ferroviário, designada por “**Faça Férias em Segurança**” e, uma segunda, destinada à preservação do património ferroviário – “**Linha a Seguir**”.

Ambas as campanhas mantiveram um excelente acolhimento junto de diversas entidades e população de utentes, prevendo-se sua continuidade em 2013. Foi ainda realizado um Estudo de Perceção de Segurança junto dos utentes do sistema ferroviário, que contou com a colaboração da Empresa, Operadores Ferroviários e outros agentes, e que forneceu pistas importantes para a promoção da segurança no sistema ferroviário.



5.5. Capital Humano

As origens da REFER remontam à criação do caminho-de-ferro em Portugal. Os seus colaboradores são detentores de um *know-how* centenário e único no país, razão pela qual o Capital Humano é um dos principais ativos estratégicos da empresa. Neste sentido, a Política de Recursos Humanos tem como objetivo maximizar a valorização, desenvolvimento profissional e motivação dos colaboradores, de forma alinhada com os objetivos estratégicos da organização.

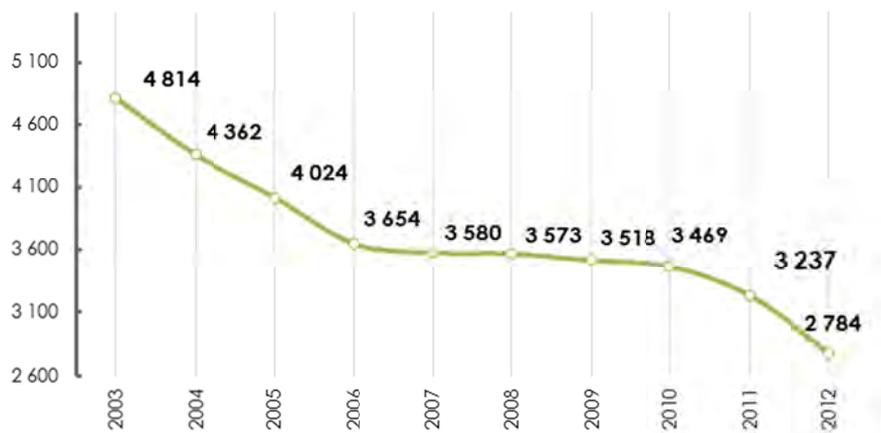
Emprego

- *Evolução do Efetivo*

Durante o ano de 2012 confirmou-se a tendência de redução do efetivo médio da REFER, que resulta não só da adaptação da organização aos diversos

programas de modernização e automatização da atividade ferroviária implementados ao longo dos últimos anos, mas também da brusca diminuição do número de colaboradores a cargo em 2011, feita sobretudo através de Rescisões por Mútuo Acordo (RMA).

Evolução Efetivo



Desde 1999 a REFER reduziu o efetivo em 3.853 trabalhadores, o que equivale a um decréscimo de 58% do número de colaboradores desde a sua criação. Em 2012 a empresa contou, em média, com 2.784 colaboradores a cargo, menos 453 do que em 2011. Em Dezembro estavam ao serviço da empresa 2.752 pessoas, o que representa um novo mínimo histórico ao nível da dimensão do efetivo da empresa.

- *Saídas 2012*

O ano 2011 ficou na história da REFER como o período em que se verificou o maior número de saídas de sempre (561), o que obrigou a uma adaptação extraordinária dos Recursos Humanos disponíveis à atividade da Empresa. Neste contexto, 2012 foi um ano de estabilização do efetivo, tendo-se registado apenas 66 saídas. A maioria das saídas teve origem em Rescisões por Mútuo Acordo (RMA - 55%), o que revela o esforço feito pela REFER no sentido de continuar ajustar o efetivo às necessidades financeiras e operacionais do negócio. As 36 RMA assinadas no ano passado permitirão à REFER poupar anualmente 950 mil euros e terão um prazo de retorno médio de 1 ano e 9 meses.

A estratégia de redução do efetivo continua a basear-se no aproveitamento de uma conjugação única de fatores externos e internos, entre os quais se destacam:

- A deterioração da conjuntura económica e financeira do país, que obrigou a Empresa a acelerar a estratégia de redução de Gastos de Pessoal no longo prazo;
- Possíveis alterações às regras de atribuição do subsídio de desemprego e da idade de reforma;
- Concretização de projetos que visam a modernização da atividade ferroviária, e que permitem aos órgãos operacionais a utilização de menos colaboradores;

- Forte diminuição do nível de investimentos na Infraestrutura Ferroviária, e consequente impacto no volume de trabalho da REFER.

O ano 2013 deverá representar um período de novo aumento do número de saídas da Empresa, esperando-se realizar 159 RMA. Este é um objetivo ambicioso e que depende fortemente da conclusão dos Investimentos Sustentáveis em curso, da Racionalização da Rede, da atual legislação de acesso à reforma por velhice e das limitações ao acesso ao subsídio de desemprego.

Ao longo do ano a Direção de Recursos Humanos (RH) fará uma nova avaliação dos recursos humanos necessários ao normal desenvolvimento das atividades ferroviárias, estudo esse que permitirá concluir sobre novas formas de ajustar o Capital Humano da Empresa à sua realidade atual.

- *Qualificações Profissionais*

O grupo de “Profissionais Qualificados” continua, tal como nos primeiros anos, a ser aquele que enquadra um maior número de colaboradores. No entanto, desde 1999, é significativa a perda de peso da classe de “Profissionais Não Qualificados” (de 40% para 17%) compensada pelo aumento do número de “Quadros Superiores” (de 7% para 26%). Esta tendência justifica-se pela concretização das já referidas políticas de modernização e automatização da atividade ferroviária, que deram lugar à necessidade de recrutamento de técnicos altamente qualificados, e permitiram a saída de pessoal operacional com níveis de habilitação significativamente inferiores.

Níveis Qualificação Pessoal
 [%]



- *Recrutamento e Mobilidade 2012*

O acentuado decréscimo do efetivo registado em 2011 incidu sobretudo sobre colaboradores com elevados níveis de antiguidade na empresa, pertencentes a categorias de enquadramento (chefias intermédias) e detentoras de experiência e competências relevantes, sendo fundamental voltar a assegurar o provimento desses postos de trabalho. Neste contexto, em 2012 foi dada continuidade ao esforço de adequação dos recursos humanos às necessidades do negócio, destacando-se neste âmbito 46 processos de exercício temporário de funções de categoria diferente, para postos de trabalho críticos e cujo provimento definitivo só deverá ocorrer quando as orientações normativas permitirem a abertura de processos de concurso.

A continuidade da implementação da Estratégia definida para a Manutenção levou à abertura de um amplo processo de seleção dirigido aos colaboradores da área da Circulação, com o intuito de abastecer a carreira das infraestruturas a partir da base - categoria de Operador de Infraestruturas – o que permitiu o reforço das competências técnicas específicas desta atividade, e do qual resultou a seleção de 56 colaboradores.

A especificidade e exigência deste processo foram elevadas, salvaguardando o objetivo de proporcionar igualdade de oportunidades nas candidaturas e selecionar os que evidenciassem ser mais capazes, mais motivados para a mudança e disponíveis para a integração em equipas das infraestruturas (mesmo que longe das suas residências).

Também a internalização de funções de apoio como portarias e limpezas continua a merecer a atenção da empresa, para casos de recursos humanos excedentes com menores qualificações e que não pretendam sair da empresa, tendo-se concretizado mais de 10 reconversões profissionais neste âmbito.

No final de 2012 estava em fase de conclusão o processo integrado de renovação e provimento das funções de Supervisão e Operação, na atividade de Permanência de Gestão da Infraestrutura nos CCO e CTC/PCL, com o objetivo de preencher 30 postos de trabalho com impacto direto na segurança da circulação.

Em números gerais, a atividade de recrutamento e mobilidade em 2012 conta-se por:

- 46 Processos de exercício temporário em funções de categoria diferente, para postos de trabalho críticos e cujo provimento definitivo só deverá ocorrer quando as orientações normativas permitirem a abertura de processos de concurso;
- 56 Transferências resultantes de processos de mobilidade funcional (Concursos, Reconversões, Recrutamento Interno) com o objetivo de suprir lacunas operacionais;
- 198 Transferências resultantes de processos de mobilidade geográfica de cariz operacional (Extinção de Postos de Trabalho, Transferência de Sede);
- 203 Transferências por necessidade de serviço. Neste foram relevantes os processos de mobilização de recursos da DGDR para outras áreas, e o processo de seleção desenvolvido para ajustamento do efetivo do CCO de Lisboa, para a função de Comando da Circulação (Mesas de Operação/Regulação).

Para 2013 mantêm-se os objetivos de adequação dos RH às reais necessidades de cada órgão da empresa, procurando a adequada mobilidade e enquadramento dos colaboradores, com base na análise do seu efetivo e respetivo perfil de competências, respeitando as condições vigentes e a otimização de recursos.

- *Distribuição Territorial*

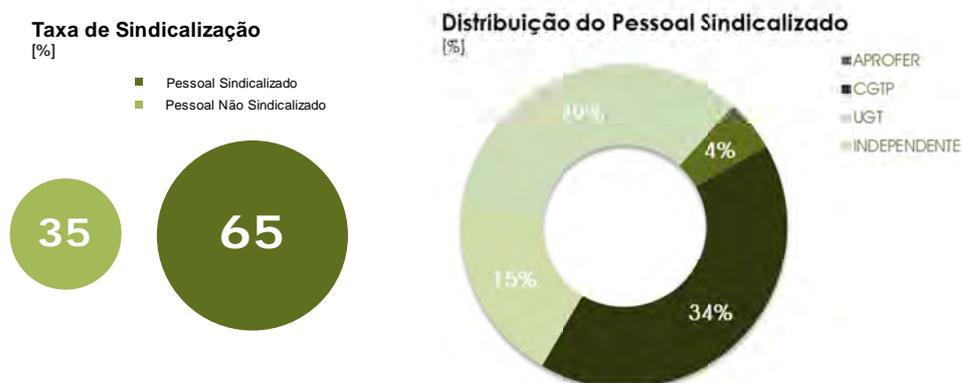


A região de Lisboa é a que tem maior concentração de colaboradores (42%), uma vez que é neste distrito que se encontram sediados a maior parte dos órgãos corporativos da empresa e onde existe um maior volume de tráfego ferroviário. Como referido anteriormente, a Sul de Lisboa encontra-se apenas 9% do efetivo, enquanto nas regiões Centro e Norte estão colocados os restantes 49% de colaboradores da REFER.

5.6. Trabalho e Relações Laborais

• Sindicalização

A grande maioria dos colaboradores da empresa (65%) é representada por 22 organismos sindicais.



• Paz Social

Apesar da elevada percentagem de trabalhadores sindicalizados e do elevado número de organizações sindicais que os representam, a REFER mantém um bom relacionamento com todas as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) e com a Comissão de Trabalhadores.

Embora em 2012 se tenham verificado alterações legislativas que diminuíram o rendimento e os direitos dos trabalhadores, nomeadamente no que diz respeito ao regime de trabalho suplementar, foi efetuada uma gestão do clima social que proporcionou que as cerca de 25 greves decretadas pelos sindicatos tivessem baixa adesão e diminuto impacto na normal circulação ferroviária.

5.7. Desenvolvimento de Recursos Humanos

No que diz respeito ao desenvolvimento do Capital Humano da REFER, 2012 caracterizou-se como um ano dedicado à definição das regras pelas quais se regerá o novo Sistema de Gestão de Desempenho e Potencial (SGDP), que passará a incluir a vertente de definição de objetivos individuais e de equipa, e cuja proposta destaca

a importância e a promoção do mérito dos colaboradores na concretização da estratégia corporativa da REFER.

- Simultaneamente, foram desenhados 47 perfis funcionais de diversos órgãos pertencentes a áreas corporativas e operacionais. A definição destes perfis contemplou o mapeamento de competências de gestão, comportamentais e técnicas, Definir uma abordagem estruturada que possibilita definição de percursos formativos plurianuais;
- Elaborar de planos de desenvolvimento individuais com vista à eliminação de gaps e/ou a promoção/elevação de competências específicas de determinado colaborador;
- Promover competências consideradas impactantes no negócio;
- Integrar e alinhar os diferentes processos de Gestão de Recursos Humanos.

A implementação destes instrumentos de Gestão de Recursos Humanos é uma resposta aos requisitos exigidos para o Sistema de Gestão de Competências - parte integrante do Sistema de Gestão da Segurança - cuja concretização e importância é considerada prioritária à REFER.

Formação

A natureza da atividade da REFER impõe sérias preocupações ao nível da transmissão e retenção de know-how específico, quer nas áreas core de manutenção (via, catenária e sinalização), quer nas matérias relativas à regulamentação e segurança da exploração ferroviária.

Não descurando todas as áreas transversais que representam hoje um suporte essencial a qualquer atividade empresarial (ambiente, qualidade, segurança, entre outras), em 2012 a REFER cimentou a aposta na definição de um modelo de gestão do conhecimento técnico-ferroviário marcado por uma vincada internalização da atividade formativa que promoveu:

- **No colaborador/formando:** o desenvolvimento e consolidação das competências internas críticas ao negócio, aumentando o nível de qualificação e a qualidade da formação. Foram especialmente visadas as categorias operacionais de manutenção, desde as de execução às de enquadramento, inspeção e fiscalização.
- **No colaborador/formador:** o desenvolvimento das capacidades na função de formador, incluindo a elaboração dos materiais pedagógicos, o que contribuiu de forma decisiva para a sistematização, preservação e difusão do conhecimento na REFER.

Associada a estes objetivos, a Estratégia de Formação Técnico-Ferroviária para o triénio 2011-2013 define os seguintes principais vetores de atuação:

- Levantamento de necessidades de formação pessoa a pessoa;
- Programas de formação de reciclagem regulares;
- Racionalização do volume de formação;
- Planeamento, desenvolvimento e monitorização dos processos formativos;

- Recurso privilegiado a formadores internos.

O agravamento da conjuntura económica em 2012 teve repercussões diretas na área de formação, nomeadamente no que se refere ao orçamento previsto para esta atividade, o qual sofreu uma redução de cerca de 45% relativamente ao ano anterior (de 492 mil euros para 272 mil euros), tendo sido utilizados apenas 82 mil euros.

Estes números provam o esforço significativo da Empresa no sentido da internalização da oferta formativa, recorrendo à Bolsa de Formadores Interna que permitiu, por exemplo, que em 2012 todos os cursos da área da circulação tenham sido realizados com recursos da REFER.

Apesar das limitações financeiras a que a Empresa está sujeita, foi possível formar 987 colaboradores na área Técnico-Ferroviária. Parte destes formandos enquadraram-se num conjunto alargado de ações de formação desenvolvidas no âmbito de reconversões profissionais da área da exploração para a área da manutenção, no contexto dos processos de mobilidade já referidos anteriormente.

Apesar da diminuição de custos na ordem dos 950 mil euros face a 2009, em 2012 a direção de Recursos Humanos conseguiu organizar 752 ações de formação nas mais diversas vertentes do conhecimento, num total de 11.866 horas de formação/sala e abrangendo 3.047 formandos.

Em 2013 pretende-se dar continuidade à abordagem do ano anterior, reforçando os seguintes aspetos:

- Mais enfoque no desenvolvimento de competências transversais à REFER, para além das Técnico-Ferroviárias;
- Alargamento do âmbito e do número de cursos disponíveis em *eLearning*. O processo de consolidação deste tipo de plataformas está em curso, e espera-se que venha a ter um impacto positivo ao nível da relação qualidade /preço da atividade formativa.
- Consolidação da “Academia REFER”, criada em 2012, passando a abranger todas as áreas de formação da empresa. Espera-se que esta academia venha a ser o veículo de divulgação da formação e do *know-how* na empresa, e um fator integrador de todo o conhecimento, competências e cultura da REFER.
- Consolidação da utilização de uma bolsa formal de formadores;
- Avaliação do Plano de Formação para 2013 segundo o novo modelo aprovado de avaliação da formação, mais orientado para a avaliação do impacto da formação no posto de trabalho.
- Normalização de conteúdos pedagógicos – padronização de manuais e outros suportes às ações de formação;

A formação externa manterá o seu papel mais reduzido, só se recorrendo à contratação destes serviços quando as competências internas não esgotam os necessários conhecimentos sobre as matérias ou quando estão em causa ações que exijam certificação.

Benefícios dos Colaboradores

Em 2012 a REFER manteve o plano de benefícios sociais que tem vigorado na empresa nos últimos anos, e que visa proporcionar aos seus trabalhadores um

conjunto de apoios complementares à remuneração, em áreas sociais importantes como a saúde, educação, cultura e desporto.

- Área da Educação

Neste âmbito, a empresa pretende apoiar os seus trabalhadores na fase de pré-escolaridade dos seus filhos, por se continuar a verificar uma relativa escassez de oferta da rede pública nesta área, e também incentivar as boas classificações durante todo o ensino secundário e superior.

- Área de Cultura e Lazer

Neste domínio, a empresa promove regularmente iniciativas que permitem aproximar os seus colaboradores (ou filhos), mantendo o espírito de grupo (festa de natal, de aniversário), e também proporciona o acesso facilitado a serviços úteis sem que daí decorram custos para a empresa.

- Festa de Aniversário e de Natal – Apesar de ser já tradição da empresa a celebração destes dois eventos, entendeu-se, por questões de contenção orçamental, não realizar os mesmos em 2012. Porém, fez-se um esforço para manter a entrega de um pequeno brinquedo às crianças (filhos dos trabalhadores), por ser uma prática habitual e com um significado afetivo importante. Os custos envolvidos situaram-se nos 9.800 euros;
- Campos de Férias REFER – Há já alguns anos que a REFER proporciona (em copagamento) aos filhos dos seus trabalhadores (dos 6 aos 16 anos) a possibilidade de usufruírem de colónias de férias na Páscoa e verão, o que constitui já um marco importante para os respetivos períodos de férias escolares. O ano de 2012 não foi exceção, tendo os locais escolhidos respeitado as regras de contratação pública em vigor. Esta medida privilegia os trabalhadores com menores recursos, na medida em que o encargo assumido pela empresa é maior para estes;
- Descontos e Parcerias – Protocolos estabelecidos com diversas entidades, sem custos para a empresa, e que permitem o acesso a produtos e serviços com descontos e/ou facilidades. As áreas abrangidas são combustíveis, telecomunicações, hotelaria, produtos bancários, ginásios e cultura (teatros, livros, turismo e viagens etc).

- Área de Concessões de Viagem

Os trabalhadores que transitaram da CP para a REFER e respetivos familiares mantiveram o direito a viajar através de transporte ferroviário, sem custos. Os colaboradores da REFER vieram também a adquirir este direito, não estando incluídos os seus familiares. Este benefício é muito relevante no âmbito da atividade profissional dos trabalhadores da REFER, uma vez que aquela exige, na maior parte das situações, deslocações frequentes por toda a rede ferroviária. Esta é a componente que tem maior peso na estrutura de custos sociais da organização, com um valor de aproximadamente 3 milhões de euros em 2012.

Diversidade e Oportunidade

- Igualdade entre Homens e Mulheres

Historicamente o sector ferroviário sempre foi marcado pelo elevado peso da população masculina nos seus quadros. Este facto deve-se sobretudo à natureza da atividade desenvolvida nas áreas operacionais, onde está concentrada a maioria dos

colaboradores da REFER, marcada pela elevada exigência física e exposição a condições de risco.

Na última década o rácio Homens / Mulheres ficou ainda mais desequilibrado tendo em conta o elevado número de rescisões por mútuo acordo realizadas na categoria com maior presença feminina, Guarda de Passagem de Nível.

Porém, a REFER tem pautado a sua atuação pelo tratamento semelhante dos colaboradores de ambos os sexos. Entre 1999 e 2012 o rácio de chefias Homens / Mulheres baixou de 4,07 para 2,23.



Adicionalmente verifica-se que não existem desvios significativos no que diz respeito às diferenças de Vencimentos Base (VB) entre Homens / Mulheres e que nas duas das categorias profissionais em que as mulheres têm maior representação, a sua remuneração base média é superior à dos seus colegas do sexo masculino (Assistentes de Gestão e Técnicos).

Rácio M/F - VB por Categoria Profissional*	M/F
Auxiliar de Apoio Geral	1,04
Assistênre de Gestão	0,92
Técnico Júnior	1,00
Técnico Júnior	0,99
Técnico Especialista	1,02

* Categorias Profissionais com 10 ou mais homens e mulheres

6. Desempenho Ambiental

O PET define o novo quadro de investimento da REFER que, num primeiro momento, se deve balizar àquelas ações que se destinem à salvaguarda das condições de segurança de pessoas e bens.

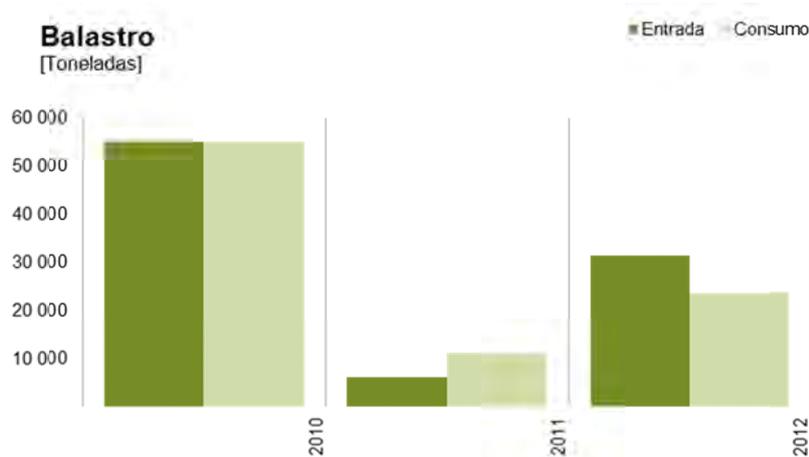
Fruto do contexto económico do país, mantém-se a tendência de diminuição da atividade de investimento, essencialmente circunscrita às empreitadas em curso de anos transatos e obras de manutenção, tendo como consequência uma diminuição das necessidades de materiais na empresa.

Já no que diz respeito à área da manutenção, completa-se um ano inteiro de acompanhamento dos contratos de Prestação de Serviços na área da manutenção - designadamente nas especialidades de construção civil e baixa tensão - merecendo destaque a entrada em vigor dos novos contratos de Via e Catenária.

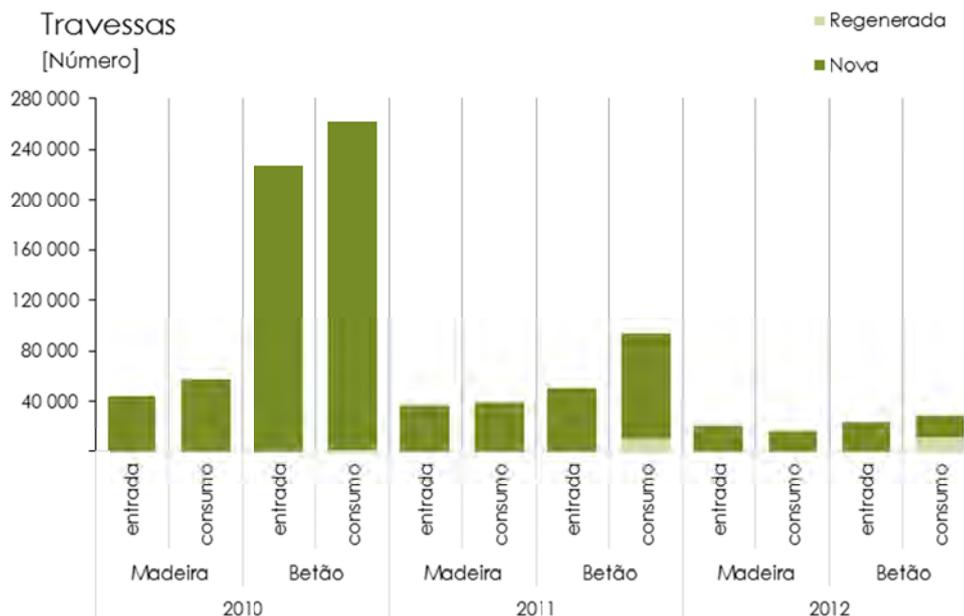
Por fim, importa destacar que se mantém uma quebra no número de comboios.km que circularam na rede, designadamente no que diz respeito ao transporte de mercadorias.

Materiais

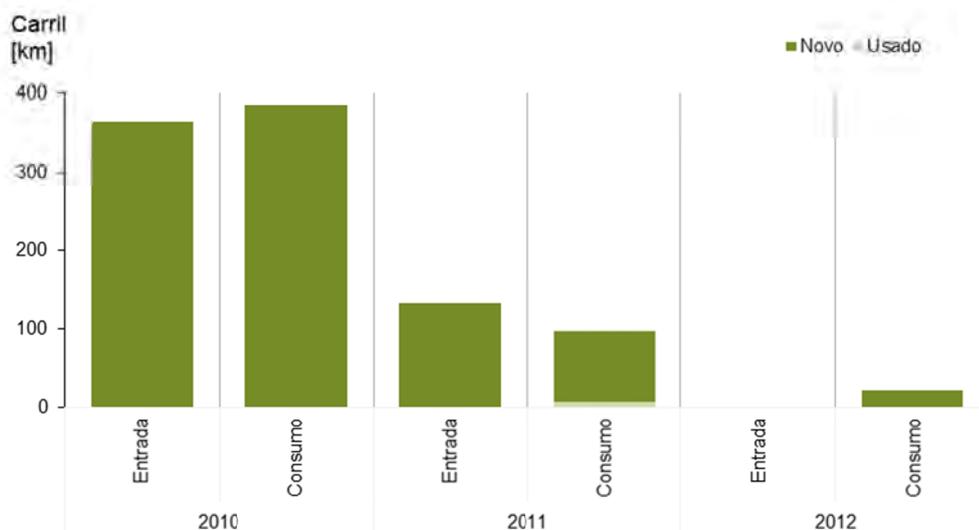
À semelhança de 2011, em 2012, o consumo dos principais materiais apresenta valores reduzidos quando comparados com valores de 2010, refletindo o decréscimo nas atividades de investimento. Ainda que com um valor 57% inferior ao valor do consumo em 2010, o consumo de balastro em 2012, contrariamente ao consumo de travessas e carril, apresenta um aumento de 53% face a 2011.



A reutilização de travessas de betão sofreu um aumento face aos dois anos anteriores. No ano de 2012, a reutilização de travessas de betão foi cerca de 39% face ao total aplicado.

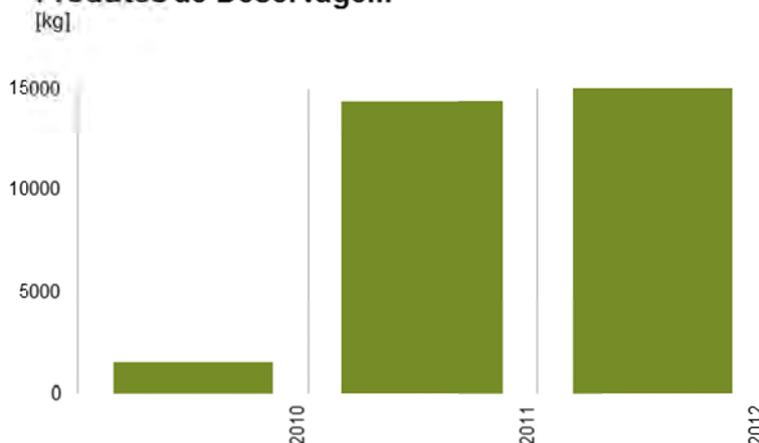


O carril aplicado em 2012 foi cerca de 24% e 6% da quantidade aplicada, respetivamente em 2011 e 2010.



A aplicação de herbicida, no controlo de vegetação na rede ferroviária nacional, distribui-se entre os contratos de prestação de serviços e os trabalhos de manutenção assegurados internamente. Dentre os contratos de prestação de serviços contam-se os de deservagem química, controlo de vegetação e limpeza dos órgãos hidráulicos drenantes, via e catenária e energia de tração. No ano de 2012, assiste-se a um aumento do consumo de herbicida de 65% face ao ano de 2011.

Produtos de Deservagem

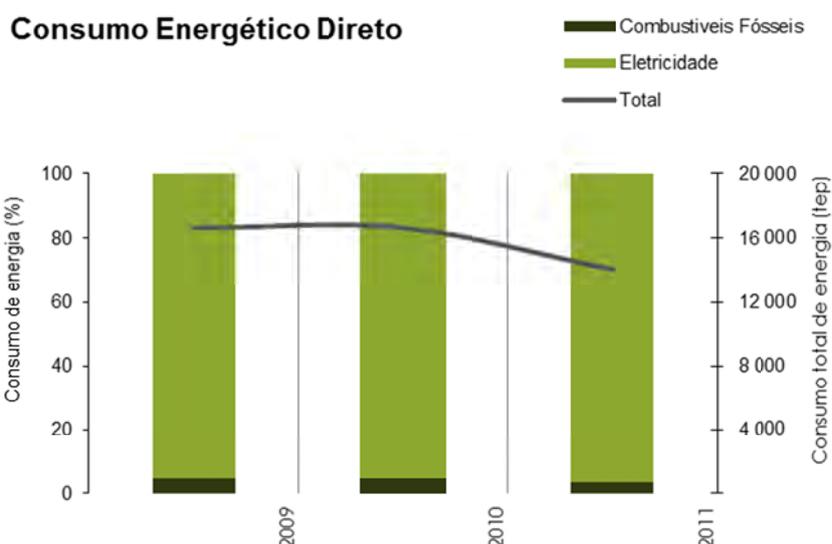


O aumento verificado deve-se essencialmente ao contrato de prestação de serviços de deservagem química que tendo iniciado em 2011, contou apenas com a campanha de outono e em 2012 integra já as duas campanhas previstas contratualmente.

A seleção dos produtos fitofarmacêuticos sendo ajustada às espécies de vegetação existentes em cada troço recorre, sempre que aplicável, a produtos toxicologicamente isentos para o ambiente.

Energia

Em 2012, face ao ano anterior, assiste-se novamente a uma redução do consumo de energia devido essencialmente a medidas de gestão deste recurso que têm vindo a ser implementadas. O consumo de combustíveis fósseis e eletricidade sofreram, em 2012, uma diminuição, respetivamente de 26% e 9%, que representam um acréscimo de redução em 5% e 3% relativamente à redução verificada em 2011 face a 2010.



A energia de tração consumida pelo transporte ferroviário de passageiros e mercadorias no ano de 2012 sofreu um decréscimo de 2.5% face ao consumo de 2011. Em 2012, com base nos valores obtidos em 17 das 22 subestações de tração,

verificou-se que a energia devolvida à rede pelo processo de frenagem representa um valor cerca de 15%.

Água

Na continuidade da identificação de medidas para o uso eficiente da água, em 2012, teve início o desenvolvimento de uma metodologia para o diagnóstico do consumo efetivo deste recurso, em substituição da visão estimada que cifra o consumo deste recurso na REFER em cerca de 200 mil m³/ano (média dos consumos estimados para os anos de 2003 a 2011), não sendo ainda possível aferir o consumo efetivo de água para o ano de 2012.

Biodiversidade

A percentagem de áreas sensíveis, áreas protegidas e áreas da Rede Natura, ocupadas pela rede ferroviária nacional no ano de 2012 manteve-se ao nível de 2011.

Compromisso Business & Biodiversity

Face ao exigente contexto financeiro da empresa, em 2012, foi concluída a participação no programa Criar Bosques da Quercus, mantida durante os 3 anos anteriores e que proporcionou a plantação direta de 39780 pés.

Durante o ano de 2012 deu-se continuidade ao compromisso B&B da REFER, do qual subsiste o Projeto do Continuum Ecológico, que tem como objetivo apoiar a investigação no tema da continuidade ecológica, designadamente no que concerne à infraestrutura ferroviária.

Deu-se início à execução deste projeto no 2.º semestre do ano de 2012, concertando o âmbito da Cátedra e procedendo-se ao início dos trabalhos de monitorização da Variante de Alcácer do Sal.

6.1. Impacte Ambiental

Em 2012 foram acompanhados 3 processos antecedentes sujeitos a AIA relativamente aos elementos solicitados em fase de pós-avaliação (Pareceres sobre os RECAPE dos projetos “Alfarelos e Secções Adjacentes” e “km88/Entroncamento” ambos da linha do Norte) bem como na DIA (projeto de Modernização do Troço Ovar/Vila Nova de Gaia). Deu-se continuidade ao desenvolvimento dos RECAPES dos projetos da Variante de Santarém, na linha do Norte, da ligação desnivelada entre a linha de Cascais e o porto de Lisboa à linha de Cintura e Quadruplicação do Troço Contumil/Ermesinde, na linha do Minho. Foram também desenvolvidos estudos de incidências ambientais, estudos de património arqueológico e arquitetónico e projetos de integração paisagística no âmbito de projetos de reabilitação estrutural de túneis, estabilização de taludes e reforço reabilitação de fundações de pontes. Salienta-se ainda a realização de 36 processos de licenciamento, ao abrigo dos regimes jurídicos das Reservas Ecológica e Agrícola Nacionais, Domínio Hídrico, Rede Natura e abate de árvores por motivo de projetos de investimento/manutenção entre outros, construção de um interface rodoferroviário, desnivelamento de atravessamentos ao caminho-de-ferro, estabilização de taludes e reabilitação estrutural de túneis.

No que respeita à rede de Alta Velocidade continua em desenvolvimento a análise ambiental dos estudos em curso, designadamente para o Eixo Faro-Huelva e Plano de Urbanização da área envolvente da estação de Coimbra.

Foram organizados 6 processos, entre a rede convencional e a de Alta Velocidade, com vista ao pedido de prorrogação de Declarações de Impacte Ambiental (DIA) junto da Agência Portuguesa do Ambiente.

Monitorização Ambiental

Foram levados a cabo vários planos de monitorização em fase de construção ou de exploração, por motivo dos procedimentos de Avaliação de Impacte ambiental (AIA) ou dos requisitos estabelecidos pela REFER no âmbito do Acompanhamento Ambiental dos seus projetos. Em 2012 os programas de monitorização desencadeados constam do quadro seguinte.

Fase de construção	
Linha do Minho: Beneficiação e Reforço dos Túneis de S. Miguel da Carreira, de Tamel, de St. ^a Lucrecia e de Caminha.	- Monitorização do Ruído. - Monitorização dos Recursos Hídricos superficiais.
Quadruplicação da Via entre os Pk's 13+750 e 18+250 e Remodelação das Estações de Barcarena e Cacém.	- Monitorização do Ruído. - Monitorização de Vibrações.
Metro Mondego: Sistema de mobilidade do Metro de Mondego - Troço Miranda do Corvo – Serpins.	- Monitorização dos Recursos Hídricos superficiais e subterrâneos. - Monitorização do Ruído.
Reabilitação das Infraestruturas entre Coimbra B e Serpins - Troço entre Alto S. João e Miranda do Corvo.	- Monitorização dos Recursos Hídricos superficiais e subterrâneos. - Monitorização do Ruído.
Metro - Mondego: Troço Portagem – S. José.	- Monitorização dos Recursos Hídricos superficiais e subterrâneos. - Monitorização do Ruído.
Fase de exploração	
Ligação ferroviária ao porto de Aveiro	- Monitorização fauna.
Variante de Alcácer	- Monitorização fauna.

Particular destaque pode ser dado à monitorização da fauna na Ligação ferroviária ao porto de Aveiro com vista a avaliar o impacte real da circulação ferroviária sobre a fauna, designadamente por colisão. A monitorização decorreu durante um ano, com vistorias semanais ao longo da linha na época de nidificação e quinzenais na restante parte do ano, tendo apenas sido encontrado um cadáver de ave (*Actitis hypoleucos* (Maçarico-das-rochas)) nas 45 campanhas de monitorização.

Recuperação Ambiental

Reabilitação do Património Desativado

Em 2012 a extensão de ecopistas em funcionamento manteve-se no valor de 2011, 160 km, distribuídos pelas linhas do Corgo, Sabor, Vouga, Dão, Tâmega e Guimarães-Fafe e pelos ramis de Monção, Mora, Famalicão e Montemor. Foram iniciadas obras nas linhas do Vouga e Tâmega, prevendo-se a conclusão no ano de 2013, incrementando respetivamente a rede de ecopistas em 5 e 21 quilómetros.



Ecopista do Vouga - Troço: Paradela / Oliveira de Frades
Ecopista do Tâmega - Troço: Celorico / Amarante

Projetos de Medidas Compensatórias

A área de plantação de sobreiros, medida compensatória pelo abate de sobreiros e azinheiras no âmbito de projetos de investimento realizados nos últimos anos, mantém-se nos 81ha entre as Herdades da Bêbada e do Pinheiro Manso, em Sines, e a Mata Nacional da Quinta da Nogueira, em Penamacor. Após a plantação e primeira retanча em 2011, no ano seguinte foi efetuada uma visita para avaliar a eficácia da 1ª retanча.



Janeiro 2012 - Penamacor

Paisagem

As orientações estabelecidas nesta vertente foram devidamente asseguradas em Empreitadas de estabilização de taludes, respeitando os princípios paisagísticos (ecológicos funcionais e estéticos), de forma a garantir a sua integração na paisagem, conforme é patente nas fotografias da conclusão das Empreitadas de Estabilização do Aterro entre o Km 236+450 ao 236+720, na Linha do Sul e

Estabilização do talude de aterro entre o Pk 252,940 e o Pk 253,010, na Linha do Sul. A salvaguarda da concretização desta ação foi acautelada durante a execução da Obra e acompanhada na fase de conclusão.



Talude ao km 236 (Linha do Sul)
Aspeto geral da conclusão da obra



Talude ao km 252 (Linha do Sul)
Aspeto geral da conclusão da obra

Acompanhamento Ambiental na área da manutenção/exploração

No seguimento da estratégia iniciada em 2009, em 2012 o acompanhamento dos contratos da área de manutenção, garantindo o cumprimento dos requisitos ambientais estabelecidos nos respetivos cadernos de encargos tornou-se efetivo, tendo sido alvo sistemático de acompanhamento 34 contratos nacionais, geridos localmente nas Regiões Operacionais de Prestações de Serviço de manutenção das especialidades de construção civil, baixa tensão, controlo de vegetação e limpeza de órgãos hidráulicos, via e catenária e 5 contratos nacionais, geridos centralmente, nomeadamente contatos de sinalização, manutenção de passagens de nível, deservagem química e energia de tração. O resultado de um trabalho iniciado em 2009, no acompanhamento ambiental dos contratos, salvaguarda a REFER do cumprimento contratual e legal, sendo assumido gradualmente pelas Regiões uma aderência desta vertente à execução dos contatos, constituindo-se equipas de fiscalização eficientes.

Ao nível de Empreitadas foram acompanhadas em 2012, 64 empreitadas, quer no âmbito do investimento bem como no âmbito da manutenção, este último essencialmente nas especialidades de via, geotecnia e estruturas especiais (pontes).

Em 2012 foram realizados 27 dias de auditorias de ambiente aos contratos de manutenção em curso, traduzindo-se numa melhoria de desempenho e de cumprimento contratual.

É objetivo, no âmbito das Empreitadas o fecho respetivo com a respetiva compilação técnica e verificação da correta implementação do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e de Demolição. No âmbito das Prestações de Serviços o fecho contratual inclui igualmente a compilação técnica, sendo um processo extenso, face ao período de duração de cada contrato. Acresce em 2012 a realização de ações de formação propostas para integração no plano de formação anual da REFER, designadamente, Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos de Construção e de Demolição, Ambiente – Noções Gerais e Requisitos de Ambiente, Gestão de contratos e ações realizadas extraplano junto das fiscalizações REFER e no âmbito da gestão de contratos.

Designação da Prestação de Serviços/ Empreitada	Prestador de Serviços	Órgão REFER afeto ao contrato
Manutenção da Via com Equipamento Pesado na Rede de Via Larga (2 contratos)	Mediante o contrato: Fergrupo / Somafel	RON / ROC
Manutenção Integral dos Sistemas de Sinalização ESTW e PIPC	Thales	GM
Controlo da vegetação e limpeza dos órgãos hidráulicos	Consórcio Fernandes & Remelhe, Maranhão e Framegas & Santos	ROC
Manutenção e Reparação de Avarias de Passagens de Nível Automatizadas e Sinalização Mecânica de Estações	Efacec	GM
Prestação de Serviço de Manutenção de Construção Civil (9 contratos)	Mediante o contrato: Fergrupo / SCTV / Cadimarte / PLM / Arada / Visacasa	RON / ROC / ROS
Controlo da Vegetação (2 contratos)	Fitonovo	RON / ROC
Deservagem química na Rede Ferroviária nacional - via larga	Consórcio Ferrovias e Tecnocarril	GM
Prestação de Serviço de Manutenção de Baixa Tensão (8 contratos)	Mediante o contrato: Manindústria / Aramus / Consórcio Efacec e Manvia	RON / ROC / ROS
Prestação de Serviço de Manutenção de Energia de Tração (1 contrato)	Siemens	GM
Manutenção Integral dos Sistemas de Sinalização SSI	Dimetronic	GM

No ano de 2012 foram fiscalizadas na vertente de ambiente Prestações de serviços e empreitadas, apresentando-se nos quadros seguintes as mais relevantes.

Prestações de Serviço com Fiscalização de Ambiente, em 2012

Designação da Prestação de Serviços	Prestador de serviços	Órgão REFER afeto ao contrato
Manutenção da Via com Equipamento Pesado na Rede de Via Larga (2 contratos)	Mediante o contrato: Fergrupo / Somafel	RON / ROC
Manutenção Integral dos Sistemas de Sinalização ESTW e PIPC	Thales	GM
Controlo da vegetação e limpeza dos órgãos hidráulicos	Consórcio Fernandes & Remelhe, Maranhão e Framegas & Santos	ROC
Manutenção e Reparação de Avarias de Passagens de Nível Automatizadas e Sinalização Mecânica de Estações	Efacec	GM
Prestação de Serviço de Manutenção de Construção Civil (9 contratos)	Mediante o contrato: Fergrupo / SCTV / Cadimarte / PLM / Arada / Visacasa /	RON / ROC / ROS
Controlo da Vegetação (5 contratos)	Fitonovo	RON / ROC
Deservagem química na Rede Ferroviária nacional - via larga	Consórcio Ferrovias e Tecnocarril	GM
Prestação de Serviço de Manutenção de Baixa Tensão (8 contratos)	Mediante o contrato: Manindústria / Aramus / Consórcio Efacec-Manvia	RON / ROC / ROS
Prestação de Serviço de Manutenção de Energia de Tração (1 contrato)	Siemens	GM
Manutenção Integral dos Sistemas de Sinalização SSI	Dimetronic	GM
Manutenção de Elevadores e Escadas Rolantes	Schmitt	GM
Manutenção de Via, Catenária, Geotécnica, Construção Civil e Baixa Tensão – Adicional Via e Catenária (2 contratos)	Mediante o contrato: Consórcio Somague, / Neopul e Consórcio Ferrovias, Mota-Engil, Visabeira e EIP	ROC / ROS
Manutenção geral de Via na Linha do Oeste e Beira Alta.	Somafel	ROC
Prestação de Serviços de Manutenção de Via e Catenária (5 contratos)	Mediante o contrato: Consórcio Fergrpo e Somafel / Consórcio Ferrovias e Mota-Engil / Consórcio Neopul e EIP	RON / ROC / ROS
Prestação de Serviços de "Manutenção de Construção Civil, para as estações suburbanas da área de Lisboa e Porto" (4 contratos)	Mediante o contrato: Fergrupo / SCTV / Cadimarte / Visacasa	RON / ROC / ROS
Prestação de Serviços de "Manutenção de Instalações de Baixa Tensão, para as estações suburbanas da área de Lisboa e Porto" (4 contratos)	Mediante o contrato: Fergrupo / Visacasa / Consórcio Efacec e Manvia	RON / ROC / ROS

Empreitadas com Fiscalização de Ambiente, em 2012

Linha	Designação da Empreitada	Empreiteiro
Vendas Novas / Oeste / Algarve / Leste / Sul / Douro / Minho	Automatização de 23 Passagens de Nível	Efacec
Ramal de Braga	Ramal de Braga - Troço Tadim-Braga - Conceção/Construção da Passagem Superior para Peões ao Km 48+518 do Ramal de Braga	Combitur (Garantia)
	Ramal de Braga: Trabalhos de reparação e substituição de chapas na cobertura da Estação de Braga	Obrecol (Garantia)
Ramal Aveiro	Reformulação do Plano de Assentamento de Via - Ramal Porto Aveiro	Promorail
Leste	Empreitada de Beneficiação de Pontes e Passagens Hidráulicas	Fergrupo
Sul	Estabilização do talude de aterro entre o Km 236+450 e o Km 236+720	Tecnasol
	Empreitada para a estabilização do talude de aterro entre o Km 252,940 e o Km 253,010	Tecnasol
Alentejo	Instalação de Passagem Superior de Peões para Supressão de Passagem de Nível de Peões ao km 4+818 da Linha do Alentejo	Ecociaf
Algarve	Empreitada de Reabilitação, proteção das fundações e reconstrução de um muro ala da PH a realizar na linha do Algarve, ao pk 396,269	Soproel
	Empreitada de Substituição de Travessas de Madeira por Travessas de Betão, Substituição de Carris Defeituosos e Constituição de Barras Longas Soldadas – Estação de Portimão	Neopul
Beira-Baixa	Empreitada Beira Baixa - Estabilização do Muro de Suporte - KM 68,400 ao 68, 440	Fergrupo
	Empreitada de reforço, proteção e reabilitação das fundações da Ponte da Praia, ao pk 118+860	Obrecol
Cascais	Empreitada de substituição de armamento de via na Estação de Santos	Ferrovias
Douro	Empreitada de Estabilização dos taludes de Escavação, entre o km 124,500/700 e entre o km 125,460/810	Obrecol
	Beneficiação do caminho construído para supressão da Passagem de Nível ao km 67+581, em Mesquinhata, Baião	Nortejuvil
	Reparação do caminho construído para a supressão da Passagem de Nível ao km 72+597, em Ribadouro, junto à Estação de Mosteirô	Maranhão
	Melhoria dos Acessos às Passagens de Nível aos km 81+464 e 81+685	Nortejuvil

Linha	Designação da Empreitada	Empreiteiro
Minho	Empreitada de Reforço e Reabilitação das Fundações da Ponte Internacional de Valença	Teixeira Duarte
	Impermeabilizações Int. poente Campanhã-CE	Nortejuvil
	Alterações em PN das Linhas do Norte, Minho e Leixões, na área de influência do CCO do Porto	Dimetronic
	Linha do Minho: Beneficiação e Reforço dos Túneis de S. Miguel da Carreira, de Tamel, de St.ª Lucrecia e de Caminha	-
	Supressão de PN aos km 43+433 e 45+244 e reconversão a Tráfego pedonal da PN ao km 43+806, na Linha do Minho, no concelho de Barcelos - Lote 1 - 5.ª categoria - Construção das PIR 4 e PIR 7 e respetivos caminhos de acesso e de ligação	Aurélio Martins Sobreiro
Sintra	Quadruplicação da Via entre os Pk's 13+750 e 18+250 e Remodelação das Estações de Barcarena e Cacém	Edifer
	Barcarena - Cacém- RCT+TP entre os km 13+750 e 18+250 da Linha de Sintra	Thales
	Prestação de Serviços de Adaptação do Sistema Convel da Empreitada de Quadruplicação do Troço Barcarena - Cacém	Bombardier
	Empreitada de Ressinalização da Linha de Sintra – 4.ª Fase	Thales
Ramal da Lousã	Metro Mondego: Sistema de mobilidade do Metro de Mondego - Troço Miranda do Corvo - Serpins	-
	Reabilitação das Infra-Estruturas entre Coimbra B e Serpins - Troço entre Alto S. João e Miranda do Corvo	-
	Metro - Mondego: Troço Portagem – S. José	-
Vouga	Troço Sernada / Aveiro – Construção de Restabelecimento Viário destinado à supressão da passagem de nível ao km 1 + 102	Nortejuvil

Linha	Designação da Empreitada	Empreiteiro
Norte	Estação de Santarém - Reperfilamento da PN ao Km 74.552	Fergrupo
	Empreitada de Pintura do Ex-Armazém de Viveres, em Santa Apolónia	Cadimarte
	Reforço dos Encontros da Ponte Mondego Novo, ao km 216+483	Obrecol
	Execução de Instalações de Sinalização e Telecomunicações no Subtroço Alfarelos e Coimbra – B	Thales
	Execução de Instalações de RCT+TP no Subtroço Alfarelos (exclusive) e Coimbra – B	Thales
	Adaptação da sinalização SSI, estação de Souselas, linha do Norte subtroço 2.3 – Alfarelos/Pampilhosa sinalização Coimbra-B	Dimetronic
	Adaptação do Sistema Convel existente entre Alfarelos (excl.) e Coimbra B, no subtroço 2.3 da Linha do Norte à Instalação de Sinalização Electrónica	Bombardier
	Empreitada para a execução de duas passagens hidráulicas na Ribeira de Chão de Maçãs no caminho de acesso à PSTT ao km 122+137 - Lugar da Ponte – Concelho de Tomar	Nortejuvil
	Linha do Norte-Subtroço 2.3 (Alfarelos/Pampilhosa)-Alteamento definitivo das plataformas de passageiros do Apeadeiro de Formoselha	Maranhão
	Empreitada de Alteamento das plataformas da estação de Vale de Figueira	Obrimofor
	Linha do Norte - ST 3.2: Reparações nos Apeadeiros de Canelas e Salreu	Ramalho Rosa Cobetar
	Empreitada Autónoma 1 no âmbito da modernização da Linha do Norte e quadruplicação da Linha de Cintura entre as estações do Areeiro e Oriente, para compatibilização com as novas infraestruturas da rede de alta velocidade	Obrecol
Linha do Norte / Linha de Cintura - Inserção das Linhas da Rede de Alta Velocidade Lisboa - Madrid e Lisboa - Porto na Rede Convencional entre as Estações do Areeiro e do Oriente - Empreitada Autónoma 2	Obrecol	

Partindo desta conjuntura, o resultado que se procura atingir é a sistematização do acompanhamento ambiental, apoiando a gestão do contrato e atuando em equipa com a fiscalização.

Diagnóstico Ambiental na área da manutenção/exploração

Em 2012 continuaram a ser desenvolvidas metodologias de articulação com as Regiões Operacionais, ao nível do apoio da preparação de elementos para o lançamento de procedimentos contratuais e acompanhamento e fecho de Empreitadas e Prestações de Serviço, quer pelas ações de diagnóstico realizadas quer pelo desenvolvimento de estratégias, no âmbito da gestão dos resíduos produzidos pelas equipas internas, bem como ao nível da uniformização de procedimentos e práticas de gestão contratual.

No corrente ano e com o objetivo de definir as regras para um correto fecho das empreitadas e prestações de serviço, na vertente de ambiente, foi realizada uma compilação de situações ocorridas e registadas, solicitando apoio jurídico e do qual resultou um parecer, divulgado pela Empresa, no sentido de estruturar esta vertente e tornar intrínseco o ambiente às áreas de produção, no estreito cumprimento legal.

Emissões, efluentes e resíduos

Emissões

A emissão de CO₂ associada ao consumo direto de eletricidade, com base no fator de emissão caracterizador do Sistema Elétrico Nacional, foi de 22 mil toneladas de CO₂ equivalente no ano de 2012, cerca de 9% inferior ao valor registado em 2011.

Efluentes

A produção de efluentes de origem doméstica tem vindo a decair nos últimos três anos, com relação direta à diminuição do efetivo. O ano de 2012 apresenta face ao ano de 2011 uma redução igual à verificada em 2011 face a 2010, 20%.

Resíduos

No decorrer do ano de 2012, seguindo a estratégia proposta no Plano de Gestão de Resíduos (PGR), foram desencadeados trabalhos de triagem e de separação dos resíduos permitindo lançar vários processos de consulta para a alienação de resíduos valorizáveis a operadores licenciados. Foram objeto destes processos cerca de **9400 toneladas de resíduos metálicos ferrosos, 140 toneladas de resíduos não ferrosos e 3 veículos em fim de vida (VFV)** resultando numa vantagem económica pra a REFER de cerca de 3 milhões de euros. Foi também efetuada a venda de **17757 travessas de madeira usadas**, não aptas para uso ferroviário que atingiu um valor da ordem dos 168 mil euros.

Com a implementação de redes de recolha seletiva, quer ao nível das atividades de manutenção (óleos usados, massas lubrificantes, acumuladores, equipamento elétrico e eletrónico, resíduos de construção e demolição, pneus, pilhas, lâ de vidro, resíduos biodegradáveis, lamas de fossas sépticas) quer das instalações sociais (zonas administrativas onde operam os serviços da REFER) foi possível assegurar o correto encaminhamento destes resíduos.

Ruído

O ruído produzido pela atividade ferroviária constitui um dos maiores desafios ambientais que a REFER enfrenta. Esta realidade tem vindo a assumir contornos cada vez mais claros à medida que se tem consolidado o trabalho desenvolvido na área do ambiente na empresa.

Durante o ano de 2012 foram apresentadas 17 novas reclamações e 7 reclamações recorrentes relacionadas com o ruído gerado pela atividade da responsabilidade da REFER.

Ano	2010	2011	2012
Novas Reclamações	26	20	17
Reclamações Recorrentes	6	7	7
Total Reclamações	32	27	24

A Diretiva 2002/49/CE, de 25 de junho, transposta para o direito nacional através do Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho, prevê a produção de mapas estratégicos de ruído para as Grandes Infraestruturas de Transporte Ferroviário em duas fases. Na primeira, para os troços de via-férrea com mais de 60 000 comboios por ano e, na segunda, para os troços de via-férrea com mais de 30 000 comboios por ano.

A REFER elaborou todos os Mapas Estratégicos de Ruído correspondentes à primeira fase, tendo os mesmos sido apresentados à Agência Portuguesa do Ambiente até agosto de 2008 e, entretanto, aprovados. Para além destes, a REFER tem em elaboração os mapas estratégicos de ruído correspondentes à segunda fase, estando concluídos os relativos aos troços Entroncamento – Albergaria-dos-Doze e Quintans – Ovar, ambos na Linha do Norte.

A REFER foi a primeira entidade gestora de uma infraestrutura de transporte em Portugal a concluir e ter aprovado um Mapa Estratégico de Ruído, nos termos do Decreto-Lei n.º 146/2006, de 17 de julho, designadamente, o da Linha de Cascais em 2006.

Foi apresentado à tutela em 2012 o Plano de Redução de Ruído para as Grandes Infraestruturas de transporte Ferroviário com mais de 60 000 comboios por ano (Avaliação de Cenários). A estratégia proposta nesse documento congrega:

1. O esforço necessário despender para que se consiga cumprir com os requisitos legais em matéria de ruído;
2. A necessidade de concertação de uma estratégia para endereçar este assunto que carece da intervenção dos demais responsáveis nesta matéria, assim como dos recursos associados;
3. A sistematização de uma disciplina de ação e uma atuação com critério.

GIF60k (linha)	Cartografia 3D	Mapa de Ruído
Cascais	Concluída	Concluído
Sintra	Concluída	Concluído
Cintura	Concluída	Concluído
Norte (até Azambuja)	Concluída	Concluído
Minho (até Ermesinde)	Concluída	Concluído

GIF30k (linha)	Cartografia 3D	Mapa de Ruído
Norte (Entroncamento – Albergaria-dos-Doze)	Concluída	Concluído
Norte (Quintans – Ovar)	Concluída	Concluído
Sul (Ponte de Santana – Setúbal)	Concluída	Em elaboração
Oeste (Bifurcação de Meleças – Meleças)	Concluída	Em elaboração

A análise e discussão sobre o referido plano constituem, num primeiro momento, a base essencial para viabilizar a consolidação, em momento oportuno, dos planos de ação por linha.

No domínio da ação da REFER destaca-se que a modernização das vias constitui ação imprescindível para que as demais medidas surtam efeito, sendo esta a medida de redução na fonte, por excelência, ao nível da infraestrutura, que deverá ser acompanhada por igual ação no material circulante.

Para além das conhecidas, e por vezes contestadas, barreiras acústicas, a REFER tem em estudo outras medidas de redução de ruído que poderão ser aplicadas, depois de comprovado o seu efeito e depois de devidamente homologadas. Tais medidas compreendem, entre as mais significativas:

- Instalação de Amortecedores Sintonizados de Vibração do Carril (*Rail Dampers*);
- Lubrificadores Fixos de Via;
- Esmerilagem Acústica;
- Revestimentos Absorventes para muros de betão;
- Barreiras Acústicas (inclinadas ou curvas), com maior superfície transparente.

Por último, mas não menos importante, é de referir que, desde a publicação do primeiro Regulamento Geral do Ruído (em 1987) ficou explícita a necessidade de se promover uma nova dinâmica à gestão do território em torno de infraestruturas vitais, como o são as principais artérias de comunicação nas áreas metropolitanas e principais cidades. Desde essa data, que se torna evidente o desígnio de estancar a ocupação, por usos sensíveis, do espaço contíguo a estes canais, que no caso da infraestrutura ferroviária conhecida, se encontram implantados no território há mais de um século. Só esta ação partilhada permitirá um efeito efetivo neste desiderato.

Medidas de Redução do Ruído

[Medidas implementadas pela REFER à data de 31.12.2012]

	Executado	Em estudo/ proposta
Eletrificação da rede	64,5% da rede com tráfego	
	100% das grandes infraestruturas de transporte ferroviário (GIF)	
Via com barra longa soldada (BLS)	72% da rede com tráfego	
	83% das GIF	
Utilização de Material Circulante pouco ruidoso (Esta medida é da responsabilidade exclusiva dos operadores ferroviários)	Parcialmente em 121 km	111 km
	24% das GIF	111 km em GIF
Amortecedores Sintonizados de Vibração do Carril	0 km	19,8 km
	0 km em GIF	19,8 km em GIF
Lubrificadores Fixos de Via em curvas de raio reduzido	1 unidade	23 unidades
Esmerilagem Acústica	0 km	23,6 km
Barreiras acústicas	64,5 km	(*)
	49,5 km em GIF	

(*) Neste momento está em estudo a aplicação de medidas de redução de ruído em 123 km de via-férrea (123 km em GIF). Tais medidas incluem qualquer uma das indicadas neste quadro e não apenas barreiras acústicas.

Valorização das ações de carácter ambiental

Seguidamente apresentam-se alguns valores de custos associados a ações da REFER, de carácter ambiental.

Área	Ação	Ano	Custo (€)
Ruído	Medidas de Redução de Ruído	(*)	(*)
		2010	11000
	Protocolo estabelecido com o centro de Análise e Processamento de Sinais do Instituto Superior Técnico (Diversos)	2011	8 500
		2012	6 500
	Cartografia Digital da Linha do Sul (Lisboa/Setúbal) e Linha do Oeste (Bifurcação de Meleças/Meleças)	2011	32 500
	Mapa de Ruído da Linha do Norte (Quintans/Ovar)	2010	48 000
	Mapa de Ruído da Linha do Norte (Entroncamento/Albergaria-dos-Doze)	2010	48 000
	Mapa de Ruído da Linha do Sul (Lisboa/Setúbal) e Linha do Oeste (Bifurcação de Meleças/Meleças)	2012	12 000
	Plano de Redução de Ruído da Linha de Cascais	2010	6 700
	Plano de Redução de Ruído da Linha do Norte (Quintans/Ovar)	2010	48 500
Plano de Redução de Ruído da Linha do Norte (Entroncamento/Albergaria-dos-Doze)	2010	49 000	

(*) Neste momento está em curso a avaliação global do custo total das medidas de redução de ruído pelo que o indicador de custo de barreiras acústicas, instaladas e a instalar, foi transitivamente descontinuado.

Área	Ação	Ano	Custo (€)
Resíduos	Gestão de resíduos	2010	198 014
		2011	11436
		2012	1 749

Área	Ação	Ano	Custo (€)
Avaliação Ambiental	Estudos de impacte ambiental e relatórios de conformidade ambiental do projeto de execução	2010	389 117
		2011	383 280
		2012	60 000
	Monitorização ambiental da Ligação ferroviária ao porto de Aveiro	2010	6 456
		2011	4 842
		2012	(**)

(*) Neste momento está em curso a avaliação global do custo total das medidas de redução de ruído pelo que o indicador de custo de barreiras acústicas, instaladas e a instalar, foi transitivamente descontinuado.

(**) Inserido no Projeto "Continuum Ecológico – Cátedra REFER biodiversidade".

Área	Ação	Ano	Custo (€)
Património	Protocolo estabelecido com a Universidade de Évora	2010	20 000
		2011	10 000

Área	Ação	Ano	Custo (€)
Biodiversidade	Assessoria	2010	8 000
		2010	18 528
	Instalação de dissuasores e plataformas para ninhos de cegonhas	2012	260
		2010	38 500
	Project da Floresta Autóctone	2011	15 000
		2012	30 000

Listagem de Indicadores

Código GRI	Desempenho Económico REFER	Página
Indicadores Económicos		
	Total do Ativo	I71
	Resultados Operacionais	I66;IV34
	Resultados Líquidos	I69;IV35
EC1	Volume de Negócios	I68
	Volume de investimento	I37
Acionistas		
	Cobertura do Investimento pelos diversos subsídios	I43; IV34
Colaboradores		
	Estrutura de Gastos com Pessoal, nomeadamente remunerações, encargos sociais	I67; IV34
Fornecedores		
	Estrutura de conta de custos 62, nomeadamente peso dos subcontratos	IV38
Clientes		
	Prestação de Serviços (Tarifa de Utilização)	I28-34;IV39
	Capacidade disponível da rede	I38-34
	Valores dos Investimentos e conservação destinados a estações e interfaces	n.d.

Código GRI	Desempenho Social REFER	Página
Emprego		
LA1	Número colaboradores por Qualificação	IV43
LA1	Número de colaboradores por região NUT II	IV44
LA12	Benefícios dos colaboradores, para além dos legalmente previstos;	IV47
Trabalho e Relações Laborais		
LA3	Taxa de Sindicalização	IV45
Saúde e Segurança		
LA9	Horas de Formação Média Anual	IV 46
LA9	Número de formandos	IV47
LA9	Custos com formação / Custos com pessoal	IV47
	Níveis de Qualificação	IV43
Comunidade		
	Índice de sinistralidade em PNs	I47
	Investimentos na supressão e reconversão de PNs	I44
	Número de PNs suprimidas	I46
	Custos com donativos e patrocínios	n.d.
Diversidade e Oportunidade		
LA11	Rácio Homem/Mulher na empresa,	IV48
LA11	Rácio Homem/Mulher nos cargos de chefia	n.d.
	Estrutura etária	IV38
	Gráfico Antiguidade	IV38

Código GRI	Desempenho Ambiental REFER	Página
Materiais		
EN1	ton balastro; km e ton carril; nº e ton travessas (madeira, bibloco e betão); kg de produto de deservagem e suas características; Origem dos Materiais.	IV50
Energia		
EN3	Joule de eletricidade comprada; Joule de comb fósseis, diesel, consumidos.	IV52
Água		
EN5	Custo associado ao consumo total de água	n.d.
Biodiversidade		
EN6	Quantificação do domínio ferroviário afeto a áreas protegidas; Indicação de medidas de minimização.	IV53
EN7	Indicação dos impactes: Sobre áreas protegidas; Quantificação, se possível em %, das áreas impermeabilizadas. Indicação das medidas implementadas para: Recolha de resíduos abandonados;	n.d.
EN27	Reabilitação de troços sem tráfego; Reflorestação de áreas intervencionadas (Proj. Int. Paisagística).	IV54
Emissões, efluentes e resíduos		
EN11	ton de resíduos por tipo e origem; Fração de recicláveis face ao total; Indicação dos destinos.	
EN30	ton de subs e ton _{eq} CO2 provenientes dos operadores, relação com a eletrificação das linhas.	IV62
EN31	Quantificação dos resíduos considerados perigosos.	
Fornecedores		
EN33	Indicação das medidas implementadas.	IV38
Ruído		
AM1	Indicação das medidas implementadas em obra (investimento/conservação) para a minimização do ruído; Indicação do ruído proveniente da circulação de composições e medidas implementadas pela REFER, EP com vista à minimização de impactes; Nº total de pessoas potencialmente afetadas por níveis de ruído > 55dB(A); Nº de metros lineares de via com barra longa soldada; Nº de metros lineares de barreiras acústicas instaladas e em projeto; Nº de metros lineares de via eletrificada.	IV62
Total		
EN35	Custo das barreiras acústicas;	n.d.

7. Quadro Compromisso com Metas a Atingir a Médio/Longo Prazo

	Objetivos	Metas para 2013
	Desenvolver e Implementar o Sistema de Gestão Ambiental da REFER	<p>Prosseguir com o ajustamento da rede interna de competências em ambiente e a convergência para um modelo de organização adequado ao contexto da empresa.</p> <p>Implementar o plano de auditorias.</p> <p>Estruturar o Sistema de Gestão Ambiental da REFER no quadro do projeto do sistema de gestão integrado.</p>
	Implementar os Planos de Monitorização Ambiental decorrentes dos projectos de investimento da REFER.	Implementar o plano de monitorização da Variante de Alcácer na linha do Sul – Fauna.
Ambiente	Fomentar a protecção acústica* dos receptores significativamente** afectados pelo ruído decorrente da circulação ferroviária.	<p>Sensibilizar a tutela e demais partes interessadas para o esforço a efetuar para mitigar os impactes do ruído nas vias-férreas com mais de 60 000 comboios por ano, numa perspetiva de custo-benefício, fomentando a concertação de uma ação neste contexto.</p> <p>Desencadear os primeiros projetos de execução no contexto do Plano de Redução de Ruído das Grandes Infraestruturas de Transporte Ferroviário com mais de 60 000 comboios por ano.</p> <p>Concluir a elaboração do mapa estratégico de ruído da linha do Sul entre Ponte de Santana e Setúbal e da linha do Oeste entre a Bifurcação de Meleças e Meleças.</p> <p>Apoiar toda a informação relevante para o problema do ruído sobre o Sistema de Informação Geográfica da REFER ampliando o recurso a análise espacial</p> <p>Proceder aos estudos preparatórios para a execução de ensaios com o intuito de caminhar para a viabilidade de aplicação dos Amortecedores Sintonizados de Vibração do Carril, da Esmerilagem Acústica e de Barreiras Acústicas integradas social e paisagisticamente.</p>

	Objetivos	Metas para 2013
Ambiente	Eliminar a dispersão de resíduos fora da rede de locais de concentração estabelecidos.	Manter a supervisão dos processos de gestão de resíduos na REFER (em particular a gestão de travessas de madeira) assegurando diretamente a gestão de acumuladores de chumbo. Redefinir as regras de gestão de resíduos, com base na revisão do normativo em vigor.
	Fomentar a implementação de projectos de medidas de minimização ou compensatórias dos impactes ambientais.	Prosseguir na identificação de possíveis parcerias para a implementação do projeto de reabilitação ecológica da Salina no Sado (inscrita na iniciativa B&B); Acompanhar o projecto do Continuum Ecológico.

*Considera-se garantida a protecção acústica dos receptores se forem cumpridos os limiares legislados, ou, ainda que não cumprindo esses mesmos limiares, se forem implementadas as medidas concertadas com os órgãos representativos das populações.

** Consideram-se significativamente afectados os receptores sujeitos a níveis de ruído superiores aos limiares legislados para zonas mistas (critério este passível de ser revisto em função de alterações legislativas).

Glossário

Balastro	Material de granulometria selecionada destinado a suportar e encastrar as travessas, a distribuir as cargas transmitidas pelas travessas à plataforma, a conferir elasticidade à via e a facilitar a drenagem. Quanto à sua natureza pode ser saibro de grão grosso, brita de rocha calcária e brita de rocha dura, dividindo-se quanto às dimensões em normal (de 25 a 50 mm) e fino (de 16 e 31.5 mm) que se destina a ser utilizado no nivelamento.
Barreira acústica	Painel disposto em série ao longo da via-férrea e de ambos os lados, em zonas onde se torne necessário proteger o meio ambiente da agressividade sonora das circulações.
BLS	Abreviatura de <i>Barra Longa Soldada</i> : carril soldado, com um comprimento indefinido, em que exista uma zona central, de extensão variável com o tipo de fixação às travessas, em que as tensões internas atingem o seu valor máximo e os movimentos estão impedidos.
Cadeia de valor	Modelo de gestão que permite determinar o valor, que cada elemento ou segmento da cadeia acrescenta ao produto, que vai evoluindo através dessa mesma cadeia
CAE	Código de Atividade Empresarial
CH4	Metano
Ck	Abreviatura de comboio-quilómetro, unidade de prestação de exploração ferroviária, correspondente ao deslocamento de 1 comboio na distância de 1 Km.
CO2	Dióxido de carbono
“Contratualização Global” (Outsourcing)	
Core business	Negócio principal de uma empresa
dB(A)	Decibel malha ponderada A
Deservagem	Tratamento preventivo, realizado periodicamente com recurso a equipamento adequado para eliminar a vegetação daninha que prolifera no balastro e nos passeios da via.
Domínio Público Ferroviário	Bens de domínio público afetos ao funcionamento e à exploração do serviço público ferroviário.
Ecopista	Rota de passeio não motorizado para lazer e contacto com a natureza, resultante do aproveitamento de corredores ferroviários desativados.
Família de comboios	Designação dada ao grupo de comboios com o mesmo itinerário de circulação, ou seja com idênticos tempos de trajeto

FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo, que significa o valor dos bens duradouros adquiridos em cada ano, visando o aumento da capacidade produtiva do país
Fundos comunitários	Instrumentos financeiros de apoio comunitário
IFRS	International Financial Reporting Standards
INE	Instituto Nacional de Estatística
Infra-estrutura ferroviária	Conjunto de todas as instalações fixas respeitantes às vias principais e de serviço e às estações necessárias à circulação ferroviária, incluindo edifícios afetos ao serviço das infraestruturas, bem como o conjunto dos elementos referidos na parte A do Anexo I Regulamento nº1108/70 /CE. DLnº270/2003 de 28 de outubro
Intercidades	Designação da família de comboios de passageiros que ligam regularmente duas cidades
Isolador	Dispositivo isolador de material cerâmico, intercalado na "catenária" para separar a zona em tensão e que apresenta uma resistência à rotura, por tração, de 9 toneladas
kgep	Quilograma equivalente de petróleo
kgeqCO2	Quilograma equivalente de dióxido de carbono
Linhas electrificadas	Infraestrutura de transporte ferroviário cujas vias estão equipadas por forma a permitir a tração elétrica, incluindo instalações de sinalização e CONVEL e de telecomunicações
Longo curso	Forma corrente e abreviada de designar os comboios de longo curso que transportam passageiros em distâncias superiores a um dado patamar, normalmente fixado entre 50 e 100 km
Manta de balastro	Tapete de borracha ou de material sintético colocado entre o balastro e a plataforma da via, para baixar o nível de ruído propagado através da estrutura da via
Marcha	Comboio em vazio efetuado por razões de gestão do material, ou outras
Mercadorias	Composições essencialmente utilizadas para o tráfego de mercadorias
N2O	Óxido de azoto
Norma ISO 14001	Norma orientadora na implementação e certificação de sistemas de gestão ambiental
Notação de rating	Classificação de entidades, em função do seu risco de crédito
Notch	Níveis de diferença entre notações de rating
NP EN ISO 9001:2000	Norma orientadora na implementação de sistemas de gestão da qualidade
NUT	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
“Pacote Ferroviário I”	Conjunto de Diretivas Comunitárias que define as condições de prestação dos serviços de transporte ferroviário e de gestão da

	infraestrutura ferroviária, promovendo a coerência na concessão de licenças a empresas ferroviárias, no acesso à infraestrutura ferroviária e na emissão de certificados de segurança
PCB's	Bifenilos policlorados.
Pendular	Comboio de Pendulação, também designado por "comboio basculante", ou simplesmente "pendular", cuja tecnologia permite a prática de velocidades superiores às do material convencional, nas curvas e sem perda de segurança, ao mesmo tempo que proporciona um maior conforto ao passageiro
PIB	Produto Interno Bruto, que significa o valor da produção dos bens e serviços produzidos no país, durante um ano
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
Plano de Gestão de Resíduos	Documento desenvolvido pela Direcção de Ambiente com a colaboração da Direcção de Aprovisionamentos e Logística, Direcção de Conservação e Manutenção e Direcção Geral de Engenharia, que após a avaliação da situação de referência equacionou as linhas de ação, orientações e objetivos estratégicos para o desenvolvimento do sistema de gestão de resíduos da REFER.
PN	Abreviatura de Passagem Nivelada ou Passagem de Nível: travessia de nível do caminho-de-ferro com uma estrada nacional ou municipal.
Rádio solo-comboio c/ transmissão de dados	Sistema de comunicações para controlo e comando de circulação, com fonia e transmissão de dados ligados ao CONVEL, estabelecido entre o maquinista e o terreno ou vice-versa.
Rádio solo-comboio s/ transmissão de dados	Sistema de comunicações em fonia, para controlo e comando de circulação, estabelecido entre o maquinista e o terreno ou vice-versa.
"rail pad"	Placa, de borracha ou de material sintético, colocada entre o chapim e a patilha do carril, para baixar o nível de ruído propagado através do ar e da estrutura da via
Rede complementar	A rede complementar da rede ferroviária nacional, compreende as linhas e ramais de interesse público, não incluídas na rede principal. DLnº10/90 de 17 de Março
Rede principal	A rede principal ferroviária é composta pelas linhas vocacionadas para a prestação de serviços de transportes de passageiros, nacionais e internacionais, de longo curso, grande velocidade e elevada qualidade e pelas linhas basicamente destinadas ao transporte de grandes volumes de tráfego de passageiros deslocando-se diariamente entre os locais de residência e os locais de trabalho. DL nº10/90 de 17 de Março
Regionais	Forma corrente e abreviada de designar os comboios regionais destinados a dar resposta às necessidades dos passageiros no interior de uma dada região, designadamente de uma região autónoma. DL nº10/90 de 17 de Março e nº270/2003 de 28 de Outubro
Serviço Público	Serviço de interesse público, orientado para as necessidades da população e não para o lucro
Sistema de Gestão	O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é uma parte integrante

Ambiental (SGA)	do sistema global de gestão da organização, que inclui a estrutura funcional, as atividades de planeamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos, para desenvolver, concretizar, rever e manter a Política de Ambiente.
Suburbanos	Forma corrente e abreviada de designar os comboios suburbanos que visam satisfazer as necessidades de deslocação dentro de um município ou de uma região metropolitana de transportes. DLnº10/90 de 17 de Março
Taxa de uso	Montante a pagar por um operador ferroviário pela utilização de uma linha ou de um troço de linha
Travessa	Elemento situado transversalmente à via que faz a ligação entre o carril e o balastro. A roda actua sobre o carril, transmitindo-lhes tensões elevadas, a travessa recebe essas tensões e transmite-as, degradadas, à camada de balastro de tal forma que elas sejam compatíveis com a sua capacidade de resistência e de deformação. As travessas desempenham a função de garantir, em conjunto com as fixações, a distância entre os carris (bitola da via)
Travessa bibloco	Travessa constituída por dois blocos de betão armado (não pré-esforçado), com mesas de assentamento para os carris, e ligados por um perfil metálico (madre) que garante a bitola da via
Travessa de madeira para VL	Travessa de madeira para via larga (em que a distância entre as faces interiores da cabeça dos carris é de 1,668 metros) e com uma largura de 260 cm
Travessa de via estreita	Travessa de madeira para via métrica (em que a distância entre as faces interiores da cabeça dos carris é de 1 m), também denominada via estreita, e cuja largura é de 240 cm
Travessa monobloco	Travessa de via de uma só peça, fabricada em betão pré-esforçado. A compressão aplicada no pré-esforço é suficientemente elevada para que a travessa nunca sofra tracções por virtude das cargas a que é suposto vir a ser submetida. Tem um peso 50% superior ao da travessa bibloco
“undersleeper pads”	Placa de borracha ou de material sintético colocada por baixo das travessas, para baixar o nível de ruído propagado através do ar e da estrutura da via
VAB	Valor Acrescentado Bruto, que corresponde ao valor da produção de uma empresa, sector industrial ou país, menos o valor dos consumos intermédios; a soma dos VAB corresponde ao PIB
Via dupla	Infraestrutura de transporte ferroviário cujo perfil transversal apresenta duas vias em que, normalmente, há um só sentido de circulação para cada via
Via estreita	Via em que a bitola, distância entre as faces interiores da cabeça dos carris, é de 1 metro. É por isso também denominada Via Métrica
Via larga	A via dita larga ou normal é a que tem uma bitola de 1668 mm, a praticada na Península Ibérica. A via larga europeia tem uma bitola de 1435 mm
Via múltipla	Infraestrutura de transporte ferroviário cujo perfil transversal de Plena via apresenta mais do que duas vias em que, normalmente, há um só sentido de circulação para cada via
Via única	Infraestrutura de transporte ferroviário cujo perfil transversal apresenta uma só via que pode ser percorrida nos dois sentidos

Volume de negócios

Quantia líquida das vendas e prestações de serviços não abrangendo as indemnizações compensatórias respeitantes as atividades normais das entidades consequentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos diretamente relacionados com as vendas e prestações de serviços.

PARTE V
RELATÓRIO DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA elaborado por auditor registado na CMVM

» INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras separadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, da **Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E.** as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira (que evidencia um total de 5.266.452.353 euros e um total de capital próprio negativo, no montante de 1.884.257.705 euros, o qual inclui um resultado líquido negativo de 92.113.782 euros), as Demonstrações do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas anexas.

» RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados; e
 - f) a informação financeira prospetiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame

» **ÂMBITO**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451-º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

» **OPINIÃO**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E, em 31 de Dezembro de 2012, o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas diretrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

» **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS**

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do Governo da Sociedade inclui elementos exigíveis nos termos da legislação aplicável.



» ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para os factos seguintes:

- a) A REFER tem vindo a acumular sistematicamente prejuízos avultados (2,3 mil milhões de euros até final de 2012) devido ao registo de elevados défices operacionais e de resultados financeiros fortemente negativos, tornando o seu capital próprio negativo no montante de aproximadamente 1,9 mil milhões de euros, em 31/12/2012, e nesta data o seu passivo atinge cerca de 7,2 mil milhões de euros. Assim, a capacidade da entidade (pública empresarial) prosseguir em continuidade depende unicamente dos apoios financeiros do detentor do capital (Estado português), estando em curso a adoção de medidas de racionalização da gestão e a adequação das compensações do serviço público. É de salientar o efeito positivo que se nota nos resultados a partir de 2011, na sequência da aplicação de tais medidas e das disposições restritivas constantes das leis dos orçamentos do Estado, nomeadamente em matéria de redução remuneratória, e da prossecução das orientações das tutelas, que no seu conjunto proporcionaram uma quebra muito significativa de gastos operacionais, contribuindo para o desagravamento do défice operacional, que passou de 109 milhões de euros em 2010 para 28 milhões de euros em 2012.
- b) A empresa associada "GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A."; participada em cerca de 34% pela REFER, apresenta um Capital Próprio negativo estimado em cerca de 11 milhões de euros, o qual resulta do elevado Passivo desta sociedade (cerca de 87 milhões de euros) face ao seu escasso rendimento (apenas cerca de 5 milhões de euros), implicando a ajuda financeira constante dos respetivos acionistas, tendo a REFER contribuído com o valor acumulado de cerca de 14 milhões de euros totalmente ajustado por imparidade, conforme referido na nota anexa 5.7.

Lisboa, 28 de Março de 2013

Barbas, Martins, Mendonça & Associados, S.R.O.C., Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n° 100

(Inscrição C.M.V.M. n° 8968)

Representada por:



Issuf Ahmad, ROC n° 779